



*As Ramificações Sociais e
Académicas da Arqueologia*



www.cph.ipt.pt

N. 2 // julho 2015 // Instituto Politécnico de Tomar

PROPRIETÁRIO

Centro de Pré-História, Instituto Politécnico de Tomar
Edifício M - Campus da Quinta do Contador, Estrada da Serra, 2300-313 Tomar
NIPC 503 767 549

DIRETORA

Ana Cruz

SUB-DIRETOR

Davide Delfino

DESIGN GRÁFICO

Gabinete de Comunicação e Imagem
Instituto Politécnico de Tomar

TRADUÇÃO

Fátima Paiva, Gabinete de Tradução
Instituto Politécnico de Tomar

EDIÇÃO

Centro de Pré-História
Instituto Politécnico de Tomar

SEDE DE REDACÇÃO

Centro de Pré-História
Instituto Politécnico de Tomar

PERIODICIDADE

Semestral

ISSN

2183-1386

CONSELHO CIENTÍFICO / COMITÉ DE LEITURA

Professora Doutora Primitiva Bueno Ramirez, Universidad de Alcalá de Henares

Professor Doutor Rodrigo Balbín Behrmann, Universidad de Alcalá de Henares

Doutor Enrique Cerrillo Cuenca, Instituto de Arqueología de Mérida, CSIC, Governo de Extremadura

Professor Martin Van Schaik, Former professor at Utrecht University (Netherlands), Visiting

Professor at the Ruhr University of Bochum (Germany), the Aristoteles University of

Thessaloniki (Greece), and the University of Innsbruck (Austria)

Professor Doutor André Luis Ramos Soares, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Professor Doutor Fabio Negrini, Università degli Studi di Genova

Dr^a. Helena Moura

Doutora Ana Cruz, Centro de Pré-História do Instituto Politécnico de Tomar

Doutor Davide Delfino, Museu Ibérico de Arqueologia e Arte

ANOTADA NA ERC

Os textos são da inteira responsabilidade dos autores

Índice

EDITORIAL	07
VEÍCULOS DIDÁCTICOS DA ARQUEOLOGIA	
CIÊNCIA E CIDADANIA: SOCIABILIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA E DO PATRIMÓNIO	
Jorge Raposo	10
Science and Citizenship: The Socialization of Archaeology and Heritage	23
EXPERIÊNCIAS DE DIVULGAÇÃO DA ARQUEOLOGIA: O CASO DO PROJECTO DO OUTEIRO DO CIRCO (BEJA, BAIXO ALENTEJO, PORTUGAL)	
Eduardo Porfírio	30
Making archaeological research available to the public: the case of Outeiro do Circo Project (Beja, Baixo Alentejo, Portugal)	54
UMA REFLEXÃO SOBRE DIVULGAÇÃO DA ARQUEOLOGIA A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA EM MEIO EMPRESARIAL	
Miguel Serra	67
A Reflection on the Dissemination of Archaeology based on an Experience in the Business Environment	87
A ARQUEOLOGIA URBANA E O PATRIMÓNIO DA CIDADE DE COIMBRA	
Cátia Saque Delicado, Nuno Monteiro, Ana Beatriz Santos e Filipa Santos	97
The Urban Archaeology and the Heritage of the City of Coimbra	115
PADRONIZAÇÃO JURÍDICA DA ARQUEOLOGIA	
O PATRIMÓNIO CULTURAL COMO O QUARTO PILAR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ABORDAGEM SOBRE OS ESTUDOS DE ARQUEOLOGIA PREVENTIVA DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	
Alessandra Spitz Guedes Alcoforado Lourenço	123
Cultural heritage as the fourth pillar to sustainable development: an approach on the preventive archaeology studies developed under the environmental licensing	133
DIVERSIDADE NA INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA	
O CASO “DO POÇO DOS NEGROS” (LAGOS): DA URGÊNCIA DO BETÃO AO CONHECIMENTO DAS PRÁTICAS ESCLAVAGISTAS NO PORTUGAL MODERNO A PARTIR DE UMA ESCAVAÇÃO DE ARQUEOLOGIA PREVENTIVA	
Maria João Neves, Miguel Almeida e Maria Teresa Ferreira	141

The Case of the “Poço dos Negros” (Lagos): From the Urgency of Concrete to Knowledge of Slavery Practices in Portuguese Modern Age from an Excavation of Archaeological Rescue . 161

O USO INDEVIDO DE DETECTORES DE METAIS EM PATRIMÔNIO CULTURAL

Ana Rosa 174

The improper use of metal detectors in Cultural Heritage 183

A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO HOLANDÊS NA ILHA DE ITAMARACÁ: DO SÉCULO XVI ÀS SUCESSIVAS MURALHAS NO TEMPO – VILA VELHA – PE, BRASIL

Ana Nascimento e Nátalli Araújo 189

The construction of the Dutch imagery on Itamaracá Island: from XVI century to the successive barriers in time - Vila Velha - PE, Brasil 207

PRÁTICAS MORTUÁRIAS NA AMAZÔNIA PRÉ-COLONIAL

Diego Barros Fonseca 218

Mortuary Practices in Pre-Colonial Amazônia 239

LO SCAVO DI CUEL DI TOR DI CÀ

Enrico Roncallo 252

The excavation of Cuel di Tor di Cà 266

TRITON SHELL TRUMPETS: THE CULTURAL HERITAGE OF THE VUCCINS THROUGH ARCHAEOLOGY AND MUSIC

Martina Olcese 270

EDITORIAL

Editorial

Em Arqueologia observa-se uma maior necessidade por parte de muitos profissionais em comunicar os resultados das suas pesquisas aos cidadãos e, muito particularmente, aos que habitam nas zonas onde se executam as intervenções.

Na sua grande maioria, a fraca visibilidade patrimonial dos sítios arqueológicos, levam-nos a procurar formas de dar a conhecer os resultados fora dos sítios arqueológicos propriamente ditos, considerando que muitas vezes não se adequam a visitas de não-especialistas.

O intuito de veicular de forma acessível as conclusões plasmadas num excerto do Passado resultará, esperamos, numa nova postura social perante o que tem sido o *parente pobre* do Património.

Procurar plataformas de confluência onde a Expografia e a Didáctica se encontrem com a Arqueologia, tem sido tarefa de muitos colegas, independentemente das suas áreas de intervenção (associações sem fins lucrativos, empresas, museus e ensino superior).

Os métodos e técnicas que se desenvolverem a partir deste triângulo disciplinar, transformar-se-ão nos mecanismos interdisciplinares militantes, que tornam habitual e parte integrante do dia-a-dia, da consciência pública aprofundada do que um dia foi obra dos antepassados.

Várias são as questões que se colocam quando nos propomos colocar em marcha a tarefa didáctica da transmissão do conhecimento de forma inclusiva: 1. qual a técnica didáctica a aplicar ao tema apresentado?; 2. como se devem comunicar conceitos como o passado e a memória?; 3. qual o ângulo de abordagem mais apelativo? para que faixas etárias? para que níveis de escolaridade?; 4. o que pode ser agradável comunicar para as pessoas portadoras de deficiência?; 5. como desconstruir mitos arqueológicos entretanto veiculados?; 6. que entidades se mostram disponíveis para fornecer apoio?

Estas preocupações integram VÉÍCULOS DIDÁCTICOS DA ARQUEOLOGIA.

Para que os Códigos de Ética em Arqueologia sejam regulados apresentamos a proposta brasileira em PADRONIZAÇÃO JURÍDICA DA ARQUEOLOGIA.

Mas, se é fundamental trabalhar na transmissão didáctica da informação arqueológica e na afinação jurídica da sua prática, não menos importante é a comunicação dos resultados das investigações em DIVERSIDADE NA INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA.

Deixo-vos com uma boa companhia para as férias.

Tomar, 31 de Julho de 2015

VEÍCULOS DIDÁTICOS DA ARQUEOLOGIA

CIÊNCIA E CIDADANIA: SOCIABILIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA E DO PATRIMÓNIO

Jorge Raposo

Arqueólogo

Centro de Arqueologia de Almada

Apartado 603 EC Pragal

2801-601 Almada, Portugal

jg1.raposo@gmail.com

Ciência e Cidadania: Sociabilização da Arqueologia e do Património

Jorge Raposo

Historial do artigo:

Recebido a 09 de maio de 2015

Revisto a 21 de maio de 2015

Aceite a 29 de maio de 2015

RESUMO

Apresentação da experiência associativa do Centro de Arqueologia de Almada como contributo para o debate alargado dos modelos mais adequados à sociabilização da Arqueologia e do Património em geral, no contexto da diversidade de soluções que contribuem para atingir esse objectivo.

Caracterização genérica da associação enquanto agente local de intervenção cívica qualificada para a Cultura e o Ambiente, com breve referência às suas principais valências e projectos, na Arqueologia, no Património, na Educação Patrimonial, na Formação Especializada e no plano editorial, onde merecerá realce a revista *Al-Madan*, nos seus suportes impresso e digital (<http://www.almadan.publ.pt> e <http://issuu.com/almadan>).

Reflexão sobre a relação entre Ciência e Cidadania, tendo em vista a partilha social do saber e dos recursos culturais e o exercício de uma cidadania informada e responsável.

Abordagem dos conceitos de investigação, de comunicação, de retorno social e de responsabilidade social, nos planos técnico-científico e dos mecanismos identitários de pertença e alteridade individuais e de grupo.

Breves considerações sobre a importância do processo comunicativo (emissão / transmissão / recepção) na promoção e divulgação dos temas culturais e ambientais, com enfoque na necessidade de identificar claramente os objectivos, o contexto comunicacional, os destinatários e os meios de comunicação: divulgar porquê? O quê? Para quem? Como? Por quem?

Defesa da inter-relação entre os modelos de intervenção associativa, empresarial e museal, congregando movimentos de cidadãos e entidades públicas e privadas para a afirmação e fruição das temáticas culturais e científicas na sociedade portuguesa.

Palavras-Chave: Arqueologia; Património; Ciência; Cidadania; Comunicação.

1. Enquadramento Histórico e Institucional

No âmbito da intervenção que tem por objecto o Património Cultural português, o Centro de Arqueologia de Almada (CAA) constituiu-se em 1972 como associação privada sem fins lucrativos, adoptando um modelo dinâmico e aberto à participação de todos os cidadãos que partilhem preocupações e interesses, independentemente da sua idade, formação académica ou ocupação profissional (vd. <http://www.caa.org.pt>). A iniciativa partiu de um grupo de jovens estudantes do ensino secundário almadense, dando início a um percurso ininterrupto que já ultrapassou os 42 anos, ao longo do qual se consolidou e diversificou uma actividade que justificou a atribuição do estatuto de Utilidade Pública e o registo como ONGA (Organização Não Governamental de Ambiente).



Figura 1. Logótipo actual da associação.

A associação conta hoje com algumas centenas de associados (461 no final de 2014) e alargou a sua perspectiva de abordagem a um plano holístico, suficientemente abrangente para integrar o Património Cultural na sua relação sistémica com o meio ambiente e as comunidades locais, atendendo às suas evidências materiais mas também às manifestações imateriais e à preservação e recriação das memórias sociais. Uma pequena equipa de dois profissionais é pontualmente reforçada por prestações de serviço ocasionais ou pelo aproveitamento de programas de estágio ou de outras oportunidades de enquadramento de recursos humanos, mas a maioria das actividades continua a ser concretizada em regime de voluntariado, sistematizando e congregando saberes e vontades individuais num esforço colectivo para promover a intervenção cívica qualificada nas áreas da Arqueologia e do Património.

A sustentabilidade económica e financeira deste modelo é viabilizada por uma gestão que, depois de uma fase inicial dependente essencialmente de subsídios institucionais, adoptou desde os primeiros anos da década de 1990 uma prática que, no plano da sociologia das organizações, pode hoje classificar-se de “empreendedorismo social” (para desenvolvimento do conceito ver, por exemplo http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=5&ved=0CDwQfjAE&url=http%3A%2F%2Fweb3.letras.up.pt%2Fempsoc%2Findex.php%2Fprodutos%2Fcategory%2F11-artigos%3Fdownload%3D9%3Aparente-2011-emprededorismosocial&ei=NGJQVebxCYH_UqDUgegL&usg=AFQjCNGNvjxVI1PeqVOW0RdfUWfa3Dp0og), isto é, assente em mecanismos de autofinanciamento destinados a criar e maximizar valor social, utilizando as receitas geradas nalguns sectores de actividade para suportar os que não têm forma de as produzir, numa perspectiva redistributiva de recursos

para satisfação de necessidades sociais, e não de acumulação de riqueza ou partilha de lucros entre os membros da associação.

O caminho percorrido nestas mais de quatro décadas e o posicionamento teórico e metodológico que o enquadra mereceu entretanto várias reflexões, nomeadamente nos balanços justificados pela celebração dos 25 anos de actividade, em 1997 (RAPOSO, 1997a, 1997b; 1998a, 1998b).

2. Áreas de Intervenção Associativa

A acção do CAA nasceu intimamente ligada à identificação, estudo e divulgação do Património arqueológico e paleontológico. Os primeiros anos foram dedicados à prospecção sistemática do território do Município de Almada, com identificação dezenas de sítios até então desconhecidos, desde logo traduzida em sessões de animação e publicações dirigidas a públicos generalistas (CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE ALMADA, 1978), e em apresentações à comunidade científica, como a realizada por ocasião do IV Congresso Nacional de Arqueologia, em Faro (DANTAS, BARROS, GUERRA, 1980).

Essa acção diversificou-se e consolidou-se nas décadas de 1980 e 1990, com alguns trabalhos de campo em sítios mais relevantes (da Proto-História aos períodos Medieval e Moderno), reforçando e acompanhando a instalação do Museu Municipal de Almada e dos seus serviços de Arqueologia (vd. CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE ALMADA, 1987; SABROSA, RAPOSO, 1993; CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE ALMADA, 1994).

Contudo, a iniciativa de maior fôlego teve uma abrangência regional, envolvendo sítios arqueológicos dos municípios de Almada, Seixal, Alcochete e Benavente. Numa primeira fase, entre 1985 e 1997, o projecto “Ocupação Romana na Margem Esquerda do Estuário do Tejo” reuniu técnicos da associação, municipais e da entidade de tutela da Arqueologia nacional (então o IPPC) e permitiu o enquadramento de muitas dezenas de voluntários, primeiro na escavação das olarias da Quinta do Rouxinol (Seixal), do Porto dos Cacos (Alcochete) e da Garrocheira (Benavente), e ainda da unidade de transformação de pescado de Cacilhas (Almada), depois no estudo, documentação, conservação e divulgação do espólio exumado, com particular relevância para as produções anfóricas. De 1999 à actualidade, o CAA coordena um segundo projecto sobre o tema, com o título “OREsT - Olaria Romana do Estuário do Tejo: centros de produção e consumo (Porto dos Cacos, Quinta do Rouxinol e Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros)” e, desta feita, em parceria com a UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, o município do Seixal e outras entidades. No conjunto, foram revelados bens patrimoniais de elevado valor cultural e científico, tanto no plano das estruturas preservadas “in situ” como no das cerâmicas e outros bens móveis que ilustram a complexidade e diversidade das relações sociais, culturais e económicas do mundo romano. Os resultados têm vindo a ser consequentemente divulgados junto das comunidades locais, da população escolar e dos meios científicos nacionais e internacionais (vd., por exemplo, vários textos disponibilizados em <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>).



Figura 2. Aspecto dos trabalhos de campo na olaria romana do Porto dos Cacos (Alcochete), realizados entre 1985 e 1990. **Fonte:** Centro de Arqueologia de Almada.

A intervenção associativa não se limita, contudo, à investigação, conservação, patrimonialização e comunicação de natureza arqueológica. O CAA desenvolve também intensa actividade na área do Património cultural imóvel, ao nível dos levantamentos arquitectónicos e inventários georreferenciados de conjuntos urbanos, criando ferramentas técnicas ao serviço das estratégias para a gestão do território e para a aplicação das metodologias mais adequadas ao registo, documentação, conservação e reabilitação de imóveis e conjuntos de interesse histórico.



Figura 3. Levantamento arquitectónico de fachadas de uma das ruas do núcleo urbano antigo de Almada. **Fonte:** Centro de Arqueologia de Almada.

Esta e outras valências propiciam uma intensa prática de educação patrimonial, traduzida em visitas guiadas, sessões audiovisuais, ateliês e projectos pedagógicos diversos, de natureza formativa e lúdica, frequentemente desenvolvidos em parceria com as comunidades educativas locais. A título de exemplo, no ano de 2014 contabilizaram-se 414 participantes em visitas e passeios temáticos para públicos generalistas e 155 acções pedagógicas, que envolveram 3128 alunos e os respectivos professores. Pelos dados já recolhidos, estima-se que os números de 2015 sejam claramente superiores.



Figura 4. Pormenor de visita guiada. Fonte: Centro de Arqueologia de Almada.



Figura 5. Pormenor de acção de Educação Patrimonial com a temática da Pré-História. **Fonte:** Centro de Arqueologia de Almada.



Figura 6. Pormenor de acção de Educação Patrimonial com a temática da romanização. **Fonte:** Centro de Arqueologia de Almada.

Noutro plano, beneficiando de parcerias institucionais e da disponibilidade de alguns dos melhores investigadores nacionais, as ofertas de formação especializada são múltiplas e criam oportunidades para que públicos universitários ou com formação e interesses mais específicos aprofundem os seus conhecimentos sobre Arqueologia, estudos de materiais, Conservação, Museologia, Arquitectura, Fotografia, etc. Em 2014, dando seguimento à planificação de anos

anteriores, especialistas convidados sintetizaram o estado do conhecimento sobre as lucernas romanas e a faiança portuguesa, e estimularam a reflexão sobre os espaços e as paisagens no mundo rural romano e a abordagem teórico-metodológica ao inventário de bens arqueológicos.



Figura 7. Pormenor de acção de formação especializada realizada na sede social da associação. Fonte: Centro de Arqueologia de Almada.

Por fim, numa síntese que apenas sumaria as principais áreas de intervenção do CAA, importa referir a transformação dos resultados obtidos em conteúdos e iniciativas expositivas e editoriais destinadas a mediar e partilhar a produção de conhecimento. Exposições, folhetos, brochuras e monografias tratam a História, o Património e as tradições locais, ao mesmo tempo que se assegura aquele que será o projecto associativo de maior visibilidade nacional e internacional: as revistas *Al-Madan* (ISSN 0871-066X) e *Al-Madan Online* (ISSN 2182-7265). Trata-se de uma iniciativa editorial que teve origem na revista impressa, em 1982, e foi depois complementada com uma revista digital, a partir de 2005 (vd. RAPOSO, 2007). Os dois suportes respeitam o mesmo modelo e merecem idêntico cuidado editorial, partilhando objectivos gerais comuns – disponibilizar uma plataforma de divulgação da Arqueologia e do Património arqueológico; estimular o diálogo multidisciplinar com outras áreas científicas; promover a sociabilização do conhecimento e a cultura científica –, mas obedecem a objectivos específicos complementares – a *Al-Madan*, revista impressa de periodicidade anual dirigida a públicos mais generalistas (vd. <http://www.almadan.publ.pt>); a *Al-Madan Online*, revista digital de periodicidade semestral para públicos mais especializados e vocacionada para acelerar a partilha entre a comunidade científica portuguesa e internacional (vd. <http://issuu.com/almadan>).



Figura 8. Capas das últimas edições da *Al-Madan* impressa (ISSN 0871-066X), tendo por tema central a Arqueologia e o Património Industrial, e da revista digital *Al-Madan Online* (ISSN 2182-7265). Ambas foram concluídas e iniciaram a sua circulação em Janeiro de 2015. Fonte: Centro de Arqueologia de Almada.

3. Ciência e Cidadania

Em Almada, através do CAA, o interesse juvenil pelo conhecimento do território e dos seus valores culturais criou raízes, fortaleceu-se ao enfrentar as adversidades, floresceu e continua a dar frutos. Na base desse percurso estiveram um posicionamento teórico e uma prática que sempre interligaram a investigação científica e a produção de conhecimento com a partilha social do saber e dos recursos culturais, entendendo a sociabilização da Arqueologia e do Património em geral como condição básica para o exercício de uma cidadania informada e qualificada.

A par das exigências de qualidade e coerência nos projectos e actividades planeadas e desenvolvidas, as preocupações com a divulgação e a comunicação foram constantes, justificando que se sistematizasse a reflexão sobre um conjunto de questões: a) divulgar / comunicar a Arqueologia e o Património porquê? b) Abrangendo o quê? c) Para quem? d) Como? e) Por quem?

a) Porquê?

Nos nossos dias, a resposta à primeira pergunta é frequentemente colocada no plano da relação entre a Cultura e a Economia, reduzindo a Cultura a um conjunto de “produtos” cujo “consumo” pode e deve ser estimulado, de modo a manter e aumentar o número de cidadãos-consumidores, aqui como noutras vertentes da cadeia produtiva, receptores passivos daquilo

que os circuitos de produção e distribuição colocam ao seu alcance. Ora, ainda que a Cultura tenha um peso económico e um valor de mercado cada vez menos despidendo, ela é muito mais do que um simples bem mercantil. Por isso, a relação a que devemos dar maior atenção é a da Cultura com a Cidadania, já que as manifestações culturais são importantes factores de organização e coesão social, integram os mecanismos que promovem a construção e recriação das identidades individuais e de grupo e constituem indicadores fundamentais para avaliar a qualidade e o bem-estar social. Envolve imaterialidades impossíveis de quantificar com objectividade, apesar da atenção que lhe têm dedicado as ciências sociais e humanas. Nesta perspectiva, promover a Cultura científica é um exercício de responsabilidade social essencial para uma cidadania plena, informada e bem formada. É ainda um contributo activo para reforçar a visibilidade social e afirmar, pela positiva, as temáticas culturais e científicas. Este conceito de “responsabilidade social” procura ser mais abrangente do que o de “retorno social”, também ele meritório mas passível de entendimento num contexto mais redutor. A noção de “retorno” pode ser interpretada de modo restritivo como a simples obrigação de satisfazer um sentimento de “dívida” contraída para com a comunidade, não aplicável, por isso, quando essa dívida não exista, ou só aplicável na medida correspondente à dimensão da dita — a existir, deve ser saldada como cumprimento de uma obrigação e até que se estabeleça uma reciprocidade de valor; “saldadas as contas” entre “credor” e “devedor”, só se justifica restabelecer a relação se o “balanço” voltar a ser desequilibrado. Contudo, a promoção do Património em geral, e do arqueológico em particular, deve ter subjacente uma preocupação mais generosa e abrangente, que privilegie um sentimento de “responsabilidade social”. Este deverá conformar a acção dos indivíduos e dos grupos que detêm determinado conhecimento de interesse geral, induzindo-os a partilhá-lo (“dar”), independentemente do que tenham “recebido”. Não é um sentimento reactivo, só aplicável quando justificado e na medida em que se justifique, mas sim uma preocupação constante que contribui pro-activamente para qualificar a nossa vida em comunidade, tão importante nas questões patrimoniais como noutros planos da mesma (cívico, ambiental, social, cultural...).

b) O quê?

Caracterizada a divulgação / comunicação em Arqueologia e Património como um imperativo cívico, a fluência e a eficácia desse processo impõem que se precise a natureza e o âmbito destes dois conceitos. Em primeiro lugar, quando falamos de Arqueologia referimo-nos a sítios e bens arqueológicos, isto é, a realidades imóveis e móveis identificadas e caracterizadas através da aplicação de um determinado conjunto de princípios teórico-metodológicos e de técnicas – trata-se de um saber técnico-científico que deve ser sociabilizado. Por contraste, o conceito de Património é muito mais complexo, ambíguo e polissémico (ver RAPOSO, 2000), envolve o conjunto dos indivíduos e das comunidades e não apenas os especialistas e coloca questões que se alargam à identificação, interpretação e preservação dos recursos culturais de determinadas parcelas de território, no âmbito da discussão e operacionalização de diferentes modelos de organização social e económica – trata-se de um campo de interacção social entre a esfera técnico-científica, num plano multidisciplinar, e os mecanismos identitários de pertença e alteridade individuais e de grupo. Esta dupla dimensão obriga, desde logo, a que se definam critérios claros e objectivos para a identificação, classificação e valoração dos bens arqueológicos, criando uma base sólida e compreensível para a comunicação com públicos-alvo diversificados. Mas impõe também abertura e disponibilidade para o diálogo multidisciplinar com outras áreas científicas e, principalmente, para uma intervenção social alargada.

c) Para quem?

Como todos os processos comunicacionais, a divulgação em Arqueologia e Património só terá sucesso quando quem a promove souber integrar-se devidamente em diferentes contextos, tiver a capacidade de definir e atingir objectivos gerais mas também específicos, adequados e direccionados para públicos-alvo de natureza diversa. Para isso, há que ter a capacidade de criar discursos diferenciados coerentes e portadores de sentido ao nível da comunicação científica entre pares ou com especialistas de outras áreas de saber, mas também dos cidadãos em geral, independentemente da sua idade, escolaridade ou actividade profissional. Também aqui podem considerar-se dois planos: o da Educação Patrimonial e o da Ciência Cidadã – o primeiro radica numa preocupação sistemática com a intervenção pedagógica e formativa junto das comunidades educativas, mas também dos agentes locais, da administração pública e da população em geral; o segundo é mais lato e pressupõe o estímulo a mecanismos de intervenção social qualificada na produção e difusão de conhecimento científico, na dupla perspectiva do “cientista-cidadão” e do “cidadão-cientista”. Esta interacção mutuamente vantajosa entre investigadores e cidadãos, permitindo o envolvimento directo destes últimos, tem larga tradição na astronomia, na botânica e na biologia, por exemplo, e pode e deve ter também aplicação nos domínios da Arqueologia e do Património. Um dos desenvolvimentos recentes do movimento internacional que promove a *Citizen Science* materializou-se no *Socientize – Citizen Science Projects* (<http://www.socientize.eu>), que visou “coordenar todos os agentes envolvidos no processo de ciência cidadã, estabelecendo um novo paradigma de ciência aberta”. Entre 2012 e 2014, envolveu várias instituições europeias, incluindo a Universidade de Coimbra, representada pelo respectivo Museu da Ciência. Como resultado, merece destaque a elaboração do *Socientize White Paper* (“Livro Branco da Ciência Cidadã”), que pode ser descarregado em <http://www.socientize.eu/?q=pt-pt/content/white-book-citizen-science>. Este documento “pretende apoiar os decisores políticos Europeus, nacionais e regionais a definir estratégias para o envolvimento cívico em Ciência de Excelência”. Foi apresentado publicamente em Bruxelas, em Setembro de 2014, no âmbito da conferência internacional *Citizen Science in Europe*. No contexto deste projecto, o Museu da Ciência da Universidade de Coimbra organizou em Março de 2014 a mesa-redonda *Ciência Cidadã: um elo entre a Ciência e a Sociedade* (vd. <http://www.museudaciencia.org/index.php?module=events&option=&action=&id=462>), e preparou uma exposição itinerante sobre o tema, com o título *Ciência Cidadã: por uma Sociedade de cidadãos informados e Ciência de excelência*. O *Socientize* terá continuidade, entre outras acções, através da *Citizen Science Association* (<http://citizenscienceassociation.org>), criada nos EUA a partir da conferência *Public Participation in Scientific Research*, realizada em 2012. A primeira conferência formal da Associação (*Citizen Science 2015*) reuniu em San Jose, na Califórnia, já em Fevereiro de 2015, mais de 600 pessoas oriundas de 25 países (vd. <http://citizenscienceassociation.org/conference>).

d) Como?

A divulgação em Arqueologia e Património depende de um conjunto de factores não controlados exclusivamente por quem divulga mas condicionadores das três fases que caracterizam esse processo comunicacional: a emissão, a transmissão e a recepção. Assim, à partida, há que garantir a qualidade e a adequação dos conteúdos a divulgar; depois, é preciso encontrar forma de os transmitir e assegurar uma mediação que os respeite e valorize; por fim, devem criar-se as melhores condições de difusão até aos públicos-alvo pré-definidos e de recepção por parte destes. Tendo presentes estas considerações, exige-se saber, capacidade e maleabilidade para aproveitar oportunidades de natureza muito diversificada, num esforço

sistemático de conquista de novos espaços de comunicação para as temáticas patrimoniais e de Arqueologia. Nesse plano, revelar-se-ão cada vez mais decisivas as competências e a criatividade necessárias para aproveitar os meios de comunicação “tradicionais” (revistas e outras publicações científicas, televisão, rádio e imprensa locais e nacionais...), mas também para uma correcta adaptação às novas Tecnologias de Comunicação e Informação, nomeadamente aquelas que exploram as virtualidades da Internet, das redes sociais e das plataformas digitais, em geral.

e) Por quem?

Garantir a melhor qualidade da comunicação implica ter presentes as considerações anteriores, mas também que nem sempre o melhor investigador é o comunicador mais adequado, e que frequentemente convém seleccionar diferentes comunicadores para diferentes públicos. Para além disso, essa selecção deve ainda atender ao meio de comunicação a utilizar e ao respectivo modo de expressão (escrita, oral, de imagem...), escolhendo para cada caso a pessoa mais indicada. Por último, qualquer comunicador de Ciência e Património deve preparar-se e ter a agilidade necessária para se adaptar a contextos e condições de mediação difíceis, particularmente na Comunicação Social generalista, onde, infelizmente com mais frequência do que seria desejável, se reflectem algumas das insuficiências de formação e Cultura científica dos seus profissionais.

4. Notas Finais

Em síntese, como a entendemos, a sociabilização da Arqueologia, do Património, da História local e da Cultura científica em geral é um exercício de cidadania responsável que tem por preocupação base a partilha social do saber e dos recursos culturais, e por objectivos primordiais afirmar e valorar socialmente as temáticas de natureza arqueológica e patrimonial e os seus agentes individuais e institucionais.

Para tal há que conciliar um sólido e actualizado conhecimento científico com uma atitude ideológica socialmente empenhada que, no caso do Centro de Arqueologia de Almada, explora as virtualidades do modelo associativo para sistematizar, potenciar e qualificar a capacidade de intervenção individual e de grupo.

Fá-lo também numa atitude permanentemente aberta ao estímulo e à rentabilização de sinergias com outros modelos e práticas de intervenção social e cultural, desenvolvam-se estes no plano associativo, empresarial, museológico, da administração pública local ou central, etc. Ao nível protocolar ou da colaboração pontual mas regular, o CAA mantém estreitas relações com autarquias, museus locais e nacionais, escolas, universidades e politécnicos, centros e laboratórios de investigação, empresas de turismo e animação cultural, grupos de teatro, etc.

Como consequência deste posicionamento institucional e de uma actividade consistente ao longo de mais quatro décadas, os resultados da integração social da prática associativa, para além da adesão às suas iniciativas e do impacto que estas provocam, revelam-se das formas mais inesperadas. Só para dar alguns dos exemplos mais recentes, não por acaso um grupo de cidadãos almadenses decidiu organizar a marcha “Al-Madan: amar Almada pelas mãos do seu Passado”, com a qual concorreu e ganhou o Concurso de Marchas Populares de Almada 2014; tal como também não por acaso um empreendedor local iniciou, com grande sucesso, a produção e comercialização dos pastéis Al-Madan sob o lema “Da História de Almada, a parte mais doce”; ou uma das principais cadeias de apart-hotéis nacionais nomeou Al-Madan o

restaurante que dedicou aos “sabores regionais da gastronomia portuguesa e mediterrânica” na unidade que abriu em Almada.

Enfim, é um Presente difícil, que exige grande resiliência, mas tem subjacente um Passado cujo sucesso justifica manter a coerência, a abertura e a adaptabilidade que permitirão enfrentar o Futuro imediato e, desejavelmente, o que se lhe seguir.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CENTRO de Arqueologia de Almada – **15 Anos de Arqueologia**. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 1987. Catálogo de exposição (Museu Municipal de Almada / Convento dos Capuchos, Nov. 87-Jan. 88).

CENTRO de Arqueologia de Almada – **Centro de Arqueologia de Almada: 5 anos de actividade**. Almada: Comissão Municipal de Turismo da Câmara Municipal de Almada, 1978.

CENTRO de Arqueologia de Almada– Arqueologia no Concelho de Almada. **Al-Madan**. Almada: CAA. IIª Série. N.º 3, 1994, p. 121-123.

DANTAS, Pedro; BARROS, Luís e GUERRA, Amílcar – **Centro de Arqueologia de Almada: sete anos de pesquisa arqueológica no concelho de Almada (síntese complementar sobre a Paleontologia da região)** [documento policopiado]. Comunicação apresentada ao IV Congresso Nacional de Arqueologia (Faro, 1980 - actas não publicadas), 1980.

RAPOSO, Jorge – Centro de Arqueologia de Almada: que espaço para a intervenção associativa na área do Património? **Al-Madan**. Almada: CAA. IIª Série. N.º 6, 1997a, p. 112-113.

RAPOSO, Jorge– Vinte e Cinco Anos de Arqueologia em Almada. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**. Porto: ADECAP. Vol. 37. N.º 1-2, 1997b , p. 262-266.

RAPOSO, Jorge – Centro de Arqueologia de Almada: uma experiência de associativismo. **Encontros Cem Anos de Arqueologia “O Archeólogo Português” - Actas**. Vila do Conde: Associação de Protecção ao Património Arqueológico de Vila do Conde, 1998a , p. 135-140.

RAPOSO, Jorge – Centro de Arqueologia de Almada: uma experiência de associativismo em Almada. In **Actas das 2ªs Jornadas de Estudos sobre o Concelho de Almada**. Almada: Câmara Municipal de Almada, 1998b, p. 107-110.

RAPOSO, Jorge – Al-Madan: 25 anos de Arqueologia em revista. **Al-Madan**. Almada: CAA. IIª Série. N.º 15, 2007, p. 84-90.

SABROSA, Armando e RAPOSO, Jorge – Arqueologia em Almada: a acção do Centro de Arqueologia. **Actas das Jornadas de Estudos sobre o Concelho de Almada**. Almada: Câmara Municipal de Almada, 1993, p. 33-37.

DOCUMENTO ELETRÓNICO

RAPOSO, Jorge – Património e Intervenção Cívica. **Arqueologia Peninsular. História, Teoria e Prática**. [Em linha] Porto: ADECAP, 2000, p. 57-60 (Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, Vol. 1). Disponível na <URL: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>>.

Science and Citizenship: The Socialization of Archaeology and Heritage

Jorge Raposo

ABSTRACT

Presentation of the associative experience of Almada Centre of Archaeology as a contribution to the wider debate of the most suitable models for socialization of Archaeology and Heritage in general, in the context of the diversity of solutions that contribute towards this goal.

General characterization of the association as local agent of qualified civic intervention for Culture and the Environment, with brief reference to its main valences and projects in Archeology, Heritage, Heritage Education, Specialized Training and Editorial plan, where deserve highlight the *Al-Madan* magazine in its printed and digital format (<http://www.almadan.publ.pt> and <http://issuu.com/almadan>).

Reflection on the relationship between science and Citizenship, in order to share knowledge and cultural resources and to promote the exercise of an informed and responsible citizenship.

Approach to the concepts of research, communication, social return and social responsibility in the technical and scientific plans and related with the identity mechanisms of belonging and otherness, whether individual or group.

Brief observations on the importance of the communication process (emission / transmission / reception) in the promotion and dissemination of cultural and environmental issues, focusing on the need to clearly identify the objectives, the communication context, the recipients and the media: publicize why? What? For whom? How? By whom?

Defense of the interrelationship between models of associative intervention, corporate and museal, bringing together movements of citizens and public and private entities for the affirmation and fruition of cultural and scientific themes in the Portuguese society.

Key-words: Archaeology; Heritage; Science; Citizenship; Communication.

1. Historical and institutional framework

The Centro de Arqueologia de Almada (CAA) was established in 1972 as a private non-profit association within the Portuguese cultural heritage initiative, adopting a dynamic and open model to the participation of all citizens to share concerns and interests, regardless of their age, educational background or occupation (see <http://www.caa.org.pt>). The initiative came from a group of young highschool students from Almada more than 42 years ago, a long way

of uninterrupted operation in which activity consolidated and diversified being granted the public interest status and registration as not-for-profit organisation for environment (ONGA).

Figure 1. Current logo of the Association.

The economic and financial sustainability of this model was possible throughout a management that after an initial phase, mainly dependent from institutional grants, adopted since the early 1990s a practice that the sociology of the plan organizations can be classified today as as "social entrepreneurship" (for the development of the concept see http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=5&ved=0CDwQFjAE&url=http%3A%2F%2Fweb3.letras.up.pt%2Femp soc%2Findex.php%2Fprodutos%2Fcategory%2F11-artigos%3Fdownload%3D9%3Aparente-2011-emprededorismosocial&ei=NGJQVebxCYH_UqDUgegL&usg=AFQjCNGNvjxVI1PegVOwORdfUWFa3Dp0og), based on self-financing mechanisms in order to create and maximize social value, using revenues generated in some industries to support those who have no way to produce them in an redistributive perspective of resources directed to meeting social needs, rather than accumulation of wealth or profit sharing between the members of the association.

Today the Association has a few hundred members (461 in late 2014) and extended its scope to a holistic plan, comprehensive enough to integrate Cultural Heritage on its systemic relation with the environment and local communities, catering for their material and intangible manifestations and also preserving and recreating social memories. A small team of two professionals is reinforced by occasional service provision or by taking advantage of internship programs or other opportunities of human resources provision, but most work continues to be performed on a voluntary basis, organising and bringing together individual know-how and good will and joining efforts to promote qualified civic intervention in archaeology and heritage related areas.

The path undertaken over the last four decades and its underlying theoretical-methodological positioning has in the meantime been the subject of intense scrutiny, notably the activity evaluation report drafted for the 25th anniversary of the Association in 1997 (RAPOSO, 1997a/b e 1998a/b).

2. Fields of Associative Action

The CAA emerged with the purpose of identifying, studying and disseminating archaeological and paleontological heritage. The first years were dedicated to the systematic exploration of the territory of the municipality of Almada, identifying dozens of previously unknown sites, immediately translated into animation sessions and publications for the general public (CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE ALMADA, 1978) and presentations to the scientific community such as the one held during the Fourth National Archaeological Congress in Faro (DANTAS, BARROS, GUERRA, 1980).

This action has diversified and consolidated in the 1980s and 1990s, with some field work on most relevant sites (from the Proto-history to the Mediaeval and Modern periods), strengthening and monitoring the installation of the Museu Municipal de Almada and its archaeological services (cf. CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE ALMADA, 1987, SABROSA, RAPOSO 1993; CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE ALMADA, 1994).

However, activities did not go beyond the regional sphere, with archaeological sites in the municipalities of Almada, Seixal, Alcochete and Benavente. On a first phase, between 1985 and 1997, the project "Ocupação Romana na Margem Esquerda do Estuário do Tejo" (Roman

Occupation on the Left Bank of the Tagus Estuary) gathered technicians from the Association and municipal staff as well as staff from the competent government authority (then the IPPC) and allowed the deployment of dozens of volunteers, first to the excavation of the pottery of Quinta do Rouxinol (Seixal), Porto dos Cacos (Alcochete) and Garrocheira (Benavente) and also the fish processing unit of Cacilhas (Almada), then to the study, documentation, conservation and dissemination of the recovered objects, with particular relevance to amphora materials. From 1999 to the present, the CAA has coordinated a second project on the topic entitled "OREsT - Roman Pottery of the Tagus Estuary: production and consumption centres (Porto dos Cacos, Quinta do Rouxinol and Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros)", this time in partnership with UNIARQ - archaeology centre at the University of Lisbon, the municipality of Seixal and other entities. In addition, archaeological assets of high cultural and scientific value have been found, both in terms of structures preserved in situ and of ceramics and other moveable property which illustrate the complexity and diversity of social, cultural and economic relationships in the Roman world. Results have been disseminated to local communities, the school population and the national and international scientific community (see, for example, a number of texts available in <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>).

Figure 2. Aspect of field work in Roman pottery shards of Porto dos Cacos (Alcochete) conducted between 1985 and 1990. **Source:** Centro de Arqueologia de Almada.

The associative intervention is not, however, limited to research, conservation, patrimonialization and communication. The CAA also develops intense activity in the field of immoveable cultural heritage, namely architectural surveys and geo-referenced inventories of urban complexes, creating technical tools to be applied in land management and in methodologies for registration, documentation, conservation and rehabilitation of built structures and sites of historical interest.

Figure 3. Architectural survey of facades located in one of the streets in the old urban centre of Almada. **Source:** Centro de Arqueologia de Almada.

This and other facilities provide intense practical training in this area, translated into guided tours, audio-visual sessions, workshops and various educational projects, both pedagogical and recreational, often developed in partnership with local education communities. For example, in 2014 about 414 people participated in thematic visits and tours for the general public and 155 educational activities have been carried out involving 3128 students and their teachers. The data already collected indicate that 2015 figures are far higher.

Figure 4. Detail of guided tour. **Source:** Centro de Arqueologia de Almada.

Figure 5. Detail of training session about heritage education on the topic of prehistory. **Source:** Centro de Arqueologia de Almada.

Figure 6. Detail of training session about heritage education on the topic of romanisation. **Source:** Centro de Arqueologia de Almada.

On another level, benefiting from institutional partnerships and the availability of some of the best national researchers, specialised training offers are varied and provide university audiences with in-depth knowledge of archaeology, archaeological materials, conservation, museum studies, architecture, photography, etc. In 2014, further to planning of previous years, guest specialists have summarised the state-of-the-art of Roman oil lamps and Portuguese porcelain, fostered reflection on spaces and landscapes in the Roman rural world and the theoretical-methodological approach to inventorying archaeological property.

Figure 7. Detail of expert training session held at the Association's headquarters. **Source:** Centro de Arqueologia de Almada.

Finally, in a synthesis that only summarises the main areas of intervention of the CAA, worth mentioning are the conversion of results into expository and editorial content and initiatives aimed at mediating and sharing produced knowledge. Exhibitions, leaflets, brochures and monographs dealing with history, heritage and local traditions, ensuring the associative project of greater national and international visibility: *Al-Madan* (ISSN 0871-066X) and *Al-Madan Online* (ISSN 2182-7265) publications. This is an editorial initiative originated in the 1982 print journal and was supplemented with a digital journal from 2005 onwards (see RAPOSO, 2007). Both supports follow the same model and are given similar editorial care, sharing common general goals: to use a platform for dissemination of archaeology and archaeological heritage, to foster multidisciplinary dialogue with other scientific areas and to promote the socialization of knowledge and culture. But they have complementary specific goals: *Al-Madan*, annual print journal directed at the general public (see <http://www.almadan.publ.pt>); *Online Al-Madan*, semi-annual digital journal targeted to more specialised audiences and intended to accelerate exchanges between the Portuguese and the international scientific community (see <http://issuu.com/almadan>).

Figure 8. Covers of the latest editions of the print version of *Al-Madan* (ISSN 0871-066X) with Archaeology and Industrial Heritage as core theme and *Al-Madan* online version (ISSN 2182-7265). Publication and distribution initiated in January 2015. **Source:** Centro de Arqueologia de Almada.

3. Science and Citizenship

In Almada, through the CAA, the interest of young people for knowing more about local territory and its cultural values has taken roots, has grown through adversity, flourished and continues to bear fruit. This process had its roots in a theoretical and practical positioning which had always articulated scientific research with social sharing of knowledge and cultural resources, while viewing the socialization of archaeology and heritage in general as a basic condition for informed and qualified citizenship.

In addition to the requirements of quality and coherence in the planned and developed projects and activities, concerns about dissemination and communication were constant, which led to the systematisation of the debate on a set of issues: a) Why disseminate/communicate archaeology and heritage b) What to cover? c) For whom? d) How? e) By whom?

a) Why?

These days, the answer to this question is often posed in terms of the relationship between culture and economy, reducing culture to a set of "products" whose "consumption" can and must be fostered in order to maintain and increase the number of citizens-consumers (here as in other aspects of the production chain, they are passive receptors of what the circuits of production and distribution put at their disposal). Now, although culture has an increasingly important economic weight and market value, it is much more than a mere trading product. Therefore, the relationship which we should emphasize more is that of culture-citizenship, because cultural manifestations are important factors of social cohesion and organisation, incorporate the mechanisms that promote the construction and rebuilding of individual and group identities and are key indicators to assess social development and well-being. In addition, this involves immaterialities that are impossible to quantify objectively, despite the attention devoted to this issue by social and human sciences. From this perspective, promoting scientific culture is an exercise of social responsibility essential to full, informed and well-structured citizenship. It is also an active contribution to strengthening social visibility and

recognition of cultural and scientific issues. This concept of "social responsibility" is meant to be more comprehensive than "social return"; this latter being also meritable but liable of being understood within a narrower context. The notion of "return" can be interpreted restrictively as the simple obligation to fulfill a sense of "debt" contracted with the community, which is therefore not applicable where no debt exists, or only applicable to the corresponding amount due - if it exists, it should be paid as fulfillment of an obligation until a value reciprocity is established; once the accounts between "creditor" and "debtor" are settled, the reestablishment of the relationship will only be justified if that "balance" is disturbed. However, the promotion of heritage in general and archaeological heritage in particular must be based on a more comprehensive and generous concern that favours a sense of "social responsibility". This should determine the action of individuals and groups who have a specific knowledge of general interest, encouraging them to share it ("give"), no matter what they have "received". This is not a reactive feeling only applicable where justified and insofar as it is justified, but rather a constant concern that contributes to improve our life in community - crucial to property related issues in all its dimensions (civic, environmental, social, cultural...).

b) What?

Considering communication/dissemination of Archaeology and Heritage as a civic duty, the streamlining and effectiveness of the process require a clear definition of the nature and scope of these concepts. First, when we speak of Archaeology we refer to sites and archaeological assets, i.e. tangible and intangible realities identified and characterised by applying a number of theoretical/methodological principles and techniques - technical and scientific know-how which must be socialized. By contrast, the concept of Heritage is much more complex, ambiguous and polysemic (see RAPOSO, 2000). It involves groups of individuals and communities, not just experts, and poses questions that go beyond the identification, interpretation and preservation of the cultural resources of certain portions of land within the discussion and implementation of different models of social and economic organisation - it falls within the scope of the social interaction between the technical/scientific spheres, at a pluridisciplinary level, and the individual and group identity mechanisms of belonging and otherness. This dual dimension first requires that clear and objective criteria are defined for the identification, classification and preservation of archaeological assets, creating a firm and clear basis for communication to a wide range of target audiences. But it also requires openness and readiness for multidisciplinary dialogue with other scientific areas, especially for an extended social intervention.

c) For whom?

Like all communication processes, dissemination in Archaeology and Heritage will only succeed if those who promote it can manage to adapt to several contexts, have the capacity to set and achieve both general and specific goals directed at varied target audiences. For this, we must have the ability to create unique, consistent and meaning-bearing discourses at the level of peer-to-peer communication or with experts in other specialties, but also with common citizens, regardless of their age, educational level or occupation. Here too two levels can be considered: Heritage Education and Citizen Science. The first is rooted in a systematic concern with education and training by educational communities and also by local players, the government and the population at large; the second is broader and involves stimulating quality social intervention mechanisms for disseminating scientific knowledge from the dual perspective of "scientist-citizen" and "citizen-scientist". This mutually beneficial interaction

between researchers and citizens enabling the direct involvement of the latter has a long-lasting tradition in astronomy, botany and biology, for example, and can and must also be applied in the fields of Archaeology and Heritage. A recent development of the international movement that promotes *Citizen Science* translated into *Socientize - Citizen Science Projects* (<http://www.socientize.eu>) aimed at "coordinating all players involved in the citizen science process, setting a new open science paradigm". Between 2012 and 2014, it involved several European institutions, including the University of Coimbra, represented by its Science Museum. The result was the publication of the *Socientize White Paper*, white paper on citizen science, that can be downloaded at <http://www.socientize.eu/?q=pt-pt/content/white-book-citizen-science>. This document "aims to help European, national and regional authorities define strategies for civic engagement in science of excellence". It was presented to the public in Brussels in September 2014 in the international conference *Citizen Science in Europe*. In the context of this project, the Science Museum of the University of Coimbra organised, in March 2014, the round-table *Ciência Cidadã: um elo entre a Ciência e a Sociedade (Citizen science: a link between Science and Society)* (see <http://www.museudaciencia.org/index.php?module=events&option=&action=&id=462>) and prepared a travelling exhibition on the subject entitled *Ciência Cidadã: por uma Sociedade de cidadãos informados e Ciência de excelência (Citizen Science: towards a society of informed citizens and science of excellence)*. *Socientize* will continue, among other actions, through the Citizen Science Association (<http://citizenscienceassociation.org>), created in the USA as a result of the conference *Public Participation in Scientific Research* held in 2012. The first formal conference of the Association (*Citizen Science 2015*) took place in San Jose, California, in February 2015, and gathered more than 600 people from 25 countries (see <http://citizenscienceassociation.org/conference>).

d) How?

Dissemination in Archaeology and Heritage depends on a number of factors not exclusively controlled by the disseminators which influence the three stages of the communication process: emission, transmission and reception. Thus, at the outset, it is necessary to ensure the quality and suitability of the content to disclose; then, you have to find a way of disseminating it using a communication medium which respects and values it; finally, you have to create the best conditions of dissemination and reception by the predefined target audiences. Bearing this in mind, know-how, capacity and flexibility are required to seize the opportunities in a systematic effort to conquer new spaces of communication for archaeology and heritage related issues. At that level, skills and creativity will be increasingly needed to take advantage of "traditional" communication media (journals and other scientific publications, TV, radio, and local and national press...) and also adapt to new information and communication technologies, i.e. the internet, social networks and digital platforms.

e) By whom?

Ensuring quality communication involves, not only taking the above considerations into account, but also assuming that not always the best researcher is the best communicator and therefore different communicators for different target publics should be selected. Furthermore, that selection should also take into account the communication medium to be used and its mode of expression (writing, speech, image...), choosing the right person for each case. Lastly, any communicator of science and heritage must be prepared and have the necessary flexibility to adapt to difficult mediation contexts, specially in the generalist media in

which, more often than is desirable, training and scientific culture gaps can be observed among press professionals.

4. Last Words

In summary, as we understand it, the socialization of archaeology, heritage, local history and scientific culture in general is an exercise of responsible citizenship whose main concern is the social diffusion of knowledge and cultural resources and is mainly intended to socially affirm and value archaeological and heritage issues and its individual and institutional players.

To this end, it is necessary to reconcile a solid and up-to-date scientific knowledge with a socially responsible attitude and the CAA explores the virtual potential of the associative model to systematise, enhance and qualify individual and group intervention.

And this is done with an attitude of permanent openness and responsiveness to share and maximise synergies with other models and practices for social and cultural intervention, either at associative, corporate, museological, public or central administration level. In what regards partnerships or occasional cooperation, the CAA maintains close relations with local and national authorities, museums, schools, universities and polytechnics, research laboratories and centres, tour and cultural animation companies, theatre groups, etc.

As a result of this institutional positioning and a consistent activity for over four decades, the results of the social integration of associative practice, in addition to adherence to its initiatives and the impact caused by them, reveal themselves in the most unexpected ways. Just to give some of the more recent examples, it was not by chance that a group of citizens decided to organise the march "Al-Madan: amar Almada pelas mãos do seu Passado" (Al-Madan: love Almada through the hands of its past), with which they entered into and won the Almada's Popular March Competition 2014; and also not by chance, a local entrepreneur started producing and marketing the *pastéis de Al-Madan* under the motto "Da História de Almada, a parte mais doce" (The sweetest part of the History of Almada); or one of the major national apart-hotel chains designated its new restaurant dedicated to the "regional flavours of Portuguese and Mediaterranean gastronomy" in the unit that opened in Almada with the same name: Al-Madan.

In sum, the Present time is difficult and requires great resilience but the successful underlying Past justifies the consistency, openness and adaptability that will help face the immediate Future and hopefully what will follow.

English Language Version: Fátima Paiva (fatimapaiva@ipt.pt)

**EXPERIÊNCIAS DE DIVULGAÇÃO DA ARQUEOLOGIA: O CASO
DO PROJECTO DO OUTEIRO DO CIRCO (BEJA, BAIXO
ALENTEJO, PORTUGAL)**

Eduardo Porfírio

Palimpsesto – Estudo e Preservação do Património Cultural Lda.

Apartado 4078,

3031-901 Coimbra, Portugal

eduardoporfirio@palimpsesto.pt

Experiências de Divulgação da Arqueologia: o Caso do Projecto do Outeiro do Circo (Beja, Baixo Alentejo, Portugal)

Eduardo Porfírio

Historial do artigo:

Recebido a 21 de maio de 2015

Revisto a 20 de junho de 2015

Aceite a 06 de julho de 2015

In memoriam

Isabel Alves Costa (1946 – 2009) que na sua passagem pela Universidade de Coimbra apoiou e incentivou um trabalho que, infelizmente, nunca foi entregue, do qual, mais tarde, nasceu o projecto de educação patrimonial do Outeiro do Circo.

RESUMO

O Outeiro do Circo é um povoado da Idade do Bronze Final que tem vindo a ser estudado com maior intensidade a partir de 2008. O sítio é delimitado por um talude, semi-escondido por uma linha de árvores, que oculta os restos do sistema defensivo. Foi nesta área que se realizou a primeira sondagem arqueológica, sendo que as seguintes dirigiram-se para o conhecimento do espaço intra-muros.

O estudo de um sítio arqueológico não pode passar sem uma abordagem ao território envolvente, conhecendo, por exemplo, os recursos geológicos existentes. Não pode, também, ignorar a historicidade da paisagem e as dinâmicas que lhe estão subjacentes. Em suma, é necessário compreender as formas como o território foi sendo apropriado e explorado pelas comunidades humanas ao longo do tempo. Para tal, tornava-se necessário um contacto mais próximo com as populações locais, tornando-as numa componente activa no processo de investigação, pois elas, por aquilo que vivenciaram na região são portadoras de um enorme manancial de informação.

Para além da investigação arqueológica propriamente dita, o projecto tem desenvolvido numerosas e variadas actividades de divulgação e de educação patrimonial dirigidas essencialmente às comunidades locais. Estes eventos pretendem dar a conhecer o sítio arqueológico e o seu território, mas também divulgar o trabalho do arqueólogo e a prática arqueológica enquanto actividades científicas. A perspectiva adoptada considera os vestígios arqueológicos como elementos de pleno direito do riquíssimo património cultural da região, daqui resultando a necessidade de trabalhar, de forma articulada e integrada, não só com o município e as freguesias, mas também com outras organizações sociais locais.

Palavras-chave: Divulgação científica; Arqueologia Pública; Educação Patrimonial; Património Arqueológico; Sul de Portugal.

1. Introdução

Fascínio. Tensão. Conflito. São estes alguns dos tópicos, que *grosso modo* e com alguma simplificação à mistura, caracterizam a reacção das pessoas, quando graças a diversas circunstâncias da sua vida contactam com a arqueologia. Parece não existir um meio-termo e, apesar de ter de se admitir a existência de uma grande variedade de gradações de sentimentos existente entre aqueles três termos, somos levados a concluir que a arqueologia não deixa praticamente ninguém indiferente. Também terá de se levar em linha de conta que o contexto em que o contacto ocorre determina, fortemente, a adopção de uma postura enquadrável num dos tópicos inicialmente referidos. De facto, sempre que pelos mais diversos motivos da vida quotidiana temos de especificar a nossa profissão, os nossos interlocutores reagem, normalmente, com um certo fascínio, o que, e apesar de não termos nenhum estudo estatístico comprovativo, deixa antever que a arqueologia poderá muito bem ser a segunda profissão de uma grande parte da população. Por outro lado, quanto o contexto se relaciona com um empreendimento público ou privado, em que a prática arqueológica se impõe como uma “condicionante”, as reacções tendem a pautar-se por uma certa tensão. Esta, ora permanece em suspenso, ora vai-se agudizando ou aligeirando, consoante o ritmo dos trabalhos arqueológicos e a ocorrência ou não de vestígios do passado. Em certos casos, relativamente raros, é certo, a tensão acaba por degenerar em conflito. Em conclusão, e parafraseando Neal Ascherson, quando reflectia sobre esta temática no editorial do primeiro número de uma revista dedicada às relações da arqueologia com a sociedade, este autor afirmava que todos os problemas surgem quando a arqueologia “(...) moves into the real world of economic conflict and political struggle. In other words, they are about ethics.” (ASCHERSON, 2000: 2).

A verdade é que o património arqueológico, quer encarado como “condicionante”, quer visto como promotor de desenvolvimento, melhor ou pior compreendido, depende totalmente da sociedade, quer para a sua valorização, quer para a sua salvaguarda e protecção. Foi esta necessidade de apoio social que levou Charles McGimsey a gizar a expressão “*public archaeology*” (McGIMSEY, 1972), pois o papel da sociedade era e, é, de importância fulcral, não só para manter a pressão sobre os decisores políticos no sentido da protecção legal dos sítios arqueológicos e da aplicação de fundos para o financiamento da investigação arqueológica, mas também para a protecção efectiva dos locais de interesse arqueológico (McGIMSEY, 1972: 7). É verdade que isto aconteceu nos E.U.A., um país onde a própria concepção do Estado, assim como as noções sobre o seu papel social e o dos cidadãos, apresenta nuances importantes relativamente às perspectivas presentes nas sociedades europeias.

Um outro marco importante constitui o *World Archaeological Congress*, pois, a partir deste momento a arqueologia, ainda muito marcada pelos pressupostos iniciais de uma ciência nascida num contexto de cariz imperial, começa a descartar-se do seu lastro eurocentrista, ao mesmo tempo que volta decisivamente atenções para o presente “*Even though the superscription of archaeology still generally takes the form of a dedication to the long-dead, it was now perceived to be an activity conducted by the living among the living and even on the living.*” (ASCHERSON, 2000: 2).

Posteriormente, enquanto o termo “*public archaeology*” se vai difundindo pelo resto do continente americano, pela Europa e pelo mundo (ALMANSA SÁNCHEZ, 2011: 89), começam a proliferar, uma série de termos genericamente semelhantes ou aparentados, como por exemplo: “*educational archaeology*” ou “*public interpretation of archaeology*”. Enquanto a primeira destas definições respeita essencialmente aos actos educativos formais que ocorrem em contexto escolar, a segunda, define um conjunto de métodos e técnicas utilizados para

divulgar junto do público leigo o conhecimento produzido pela investigação arqueológica. A par destes, surgem termos de âmbito ainda mais vasto, como: “*cultural resource management*”, que de algum modo parece englobar as duas definições anteriores (JAMESON, 2004: 21; SCHADLA-HALL, 1999: 148), ou “*archaeological resource management*” ou ainda “*archaeological heritage management*”, referindo-se aos mecanismos legais que actuando em nome do interesse público consagram a protecção dos sítios arqueológicos, encarados agora como um recurso finito (SCHADLA-HALL, 1999: 148). Dando sequência às ideias referidas na frase anterior, surgem várias convenções e tratados internacionais para a protecção e defesa do património arqueológico (ver por exemplo: ICOMOS, 1990 e Conselho da Europa, 1992).

As especificidades da prática arqueológica no Novo e no Velho Mundo, que em grande medida são o resultado do contacto daquelas duas realidades em contextos coloniais, influenciaram decisivamente as concepções relativas à nova disciplina dedicada às relações entre a arqueologia e a sociedade. Assim, nos espaços extra-europeus e, mais precisamente no continente americano, assiste-se a uma evolução da relação arqueologia/sociedade que caminha no sentido de uma maior complexidade, acabando, em alguns casos, por se aproximar da designada “*community archaeology*” (MOSHENSKA, DHANJAL, 2011).

Em Portugal, as questões relativas a esta temática foram sendo abordadas de um modo que se pode considerar bastante tímido, ou seja, embora a arqueologia nacional não tenha ignorado totalmente a problemática, a verdade é que as publicações dedicadas a este tema não se caracterizam pela abundância. No geral, fica-se com a ideia que a relação dos arqueólogos com a sociedade, mais do que publicada, terá sido praticada em função de condicionalismos diversos, onde as características pessoais e institucionais de cada arqueólogo, as oportunidades geradas pelos diversos trabalhos arqueológicos e as solicitações da própria comunidade, terão sem dúvida desempenhado um papel decisivo na hora de realizar actividades dirigidas ao público. Isto, sem esquecer a actividade de muitos museus e associações, que sempre desenvolveram programas no âmbito da divulgação e da educação patrimonial, muitas vezes em estreita articulação com os estabelecimentos de ensino.

No entanto, existem vários trabalhos que abordam a problemática, isto, apesar de não termos realizado uma recolha sistemática, nem de esta fazer parte do nosso objectivo. Assim, citaremos em passant apenas algumas publicações, que de um modo ou outro influenciaram as actividades desenvolvidas actualmente no Projecto Outeiro do Circo.

Na década de 70 do século passado, Carlos Tavares da Silva (1977) publica um pequeno livro onde aborda, de um modo que hoje diríamos contextualizado, as questões relacionadas com a função social da actividade arqueológica. Desde os anos 80 que Vítor Oliveira Jorge, tanto através de comunicações como de artigos vários, tem chamado a atenção para a importância social do papel do arqueólogo, para a necessidade deste último divulgar à sociedade o conhecimento produzido com as suas investigações, mas também para o facto deste manancial de informações ser de importância fulcral para a protecção, salvaguarda e valorização de um património disperso pelo país, logo muito, muito longe das instituições que o tutelam. Este último aspecto acaba por conferir às populações locais um papel relevante na defesa dos sítios arqueológicos, e para que isto de alguma forma se torne possível, é imprescindível que a investigação arqueológica seja divulgada (Jorge, 1990, 2000 e 2003). No entanto, o protagonismo que o arqueólogo deverá assumir nesta como noutras questões, como por exemplo aquelas relacionadas com a valorização dos sítios arqueológicos, não é totalmente consensual entre a classe profissional, como se pode constatar a partir da leitura das várias contribuições apresentadas durante a Mesa Redonda – “Conceptualização e interpretação em arqueologia: perspectivas actuais” (ALARCÃO, JORGE, 1997).

Mantendo muitas das premissas já avançadas por V. O. Jorge, mas acompanhando criticamente a transição entre a divulgação da investigação arqueológica enquanto domínio quase exclusivo das edilidades municipais e das universidades para o mundo da arqueologia privada e empresarial, António Carlos Valera suscitou interrogações relevantes ao nível desta problemática. Tendo publicado várias reflexões sobre este tema, no âmbito do projecto de investigação do Castro de Santiago e do povoamento da pré-história recente na região de Fornos de Algodres - que incluiu também acções de divulgação junto da comunidade (VALERA, 2007: 623-630), prosseguiu ao longo do tempo a abordagem desta temática, o que se verifica por exemplo, quando constatou que a empresarialização da arqueologia não introduziu alterações ao nível do discurso de divulgação, mantendo-se muitas das deficiências identificadas ao nível do processo de comunicação (VALERA, 2008: 16). Para ultrapassar estas dificuldades, propõe que a divulgação da actividade arqueológica aproveite não só a apetência do público pela arqueologia, mas também as várias janelas de oportunidade de que dispõe, neste caso refere-se mais especificamente à arqueologia preventiva e de salvaguarda, que pelos condicionalismos próprios da sua execução, integra-se – por vezes demais, - no quotidiano das populações. Por outro lado, não se pode sonegar à sociedade as condições que sustentam o processo de construção do conhecimento arqueológico, o que acarreta implicações directas ao nível da interpretação dos sítios arqueológicos, sendo que a comunicação e divulgação destes últimos, não pode abdicar da contribuição da narrativa, pois esta possui potencialidades ao nível da dimensão sensorial que conduzem ao conhecimento através de outras vias, vias estas que permanecem, em grande parte, inexploradas pelo discurso científico racionalista e positivista (VALERA, 2008: 21).

Com a entrada no novo século as abordagens a esta temática vão-se multiplicando, quer através da acção de algumas empresas e de associações ligadas à área da arqueologia e do património, da apresentação de publicações (cf. por exemplo o n.º 3 da revista *Praxis Archaeologica*, editada pela Associação Profissional de Arqueólogos), de teses de doutoramento e de mestrado (por exemplo ANTAS, 2013; ROQUE, 2012), da realização de encontros – como aquele no qual foi apresentado parte deste trabalho: “1º Fórum Museus, Empresas e Associações de Arqueologia – Dinâmicas e problemáticas sociais na gestão da Arqueologia em Portugal”. Tudo somado verifica-se um aumento exponencial de actividades centradas na reflexão sobre as relações da arqueologia com a sociedade – de tal ordem que seria demasiado maçador referenciá-los de um modo abrangente, - movimento este que acaba por atingir também o próprio legislador, pois o Novo Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Decreto-lei n.º 164/2014 de 4 de Novembro) consagra, embora de modo vago e tímido, a obrigaçao de divulgar junto da comunidade os resultados dos trabalhos arqueológicos.

2. O Projecto Outeiro do Circo: Uma Súmula Possível da Investigação Realizada

O Outeiro do Circo é um povoado da Idade do Bronze Final, localizado no concelho e distrito de Beja. Ocupa as alturas de uma elevação alongada que se situa numa posição relativamente central na zona mais aplanada da peneplanície alentejana. Esta posição geográfica, conjugada com altitudes situadas entre os 253 e os 276 m, confere ao sítio um grande domínio visual sobre parte do território do baixo Alentejo, interrompido apenas no quadrante norte por uma série de cumeadas com valores altimétricos semelhantes aos do Outeiro do Circo (SERRA, PORFÍRIO, 2013: 16) (vd. **Figura 1.**).

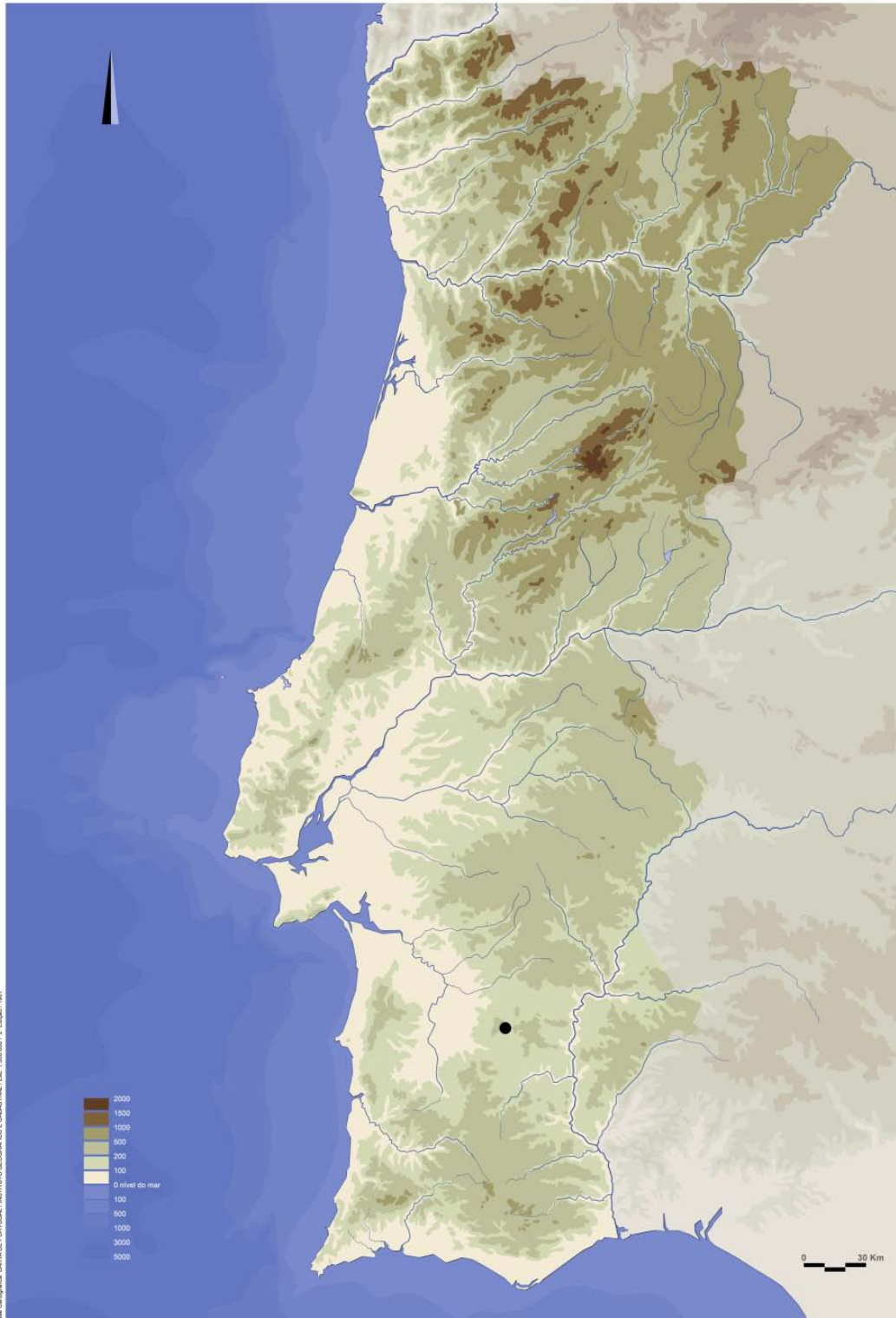


Figura 1. Localização do Outeiro do Circo no Mapa de Portugal continental.

O historial da investigação arqueológica neste sítio, descontando algumas referências a lendas antigas respigadas nas Memórias Paroquiais de 1758 (AZEVEDO, 1896: 307; 1897: 220 e 1900: 299), e uma curta menção de Abel Viana ao “(...) núcleo castrejo do Outeiro do Circo (...)” (VIANA, 1949: 153), principia verdadeiramente com a publicação, realizada por Rui Parreira, dos resultados das prospecções efectuadas na década de 70 do século passado. Neste trabalho, não só foi apresentada uma primeira planta do sistema defensivo, como também foi

proposta para a ocupação do sítio uma datação entre os séculos X e VII a.C., baseada essencialmente na recolha de vários fragmentos de cerâmica de ornatos brunidos (PARREIRA, 1977: 35, 40). Posteriormente, num trabalho onde é realizada uma análise aos povoados fortificados da Idade do Bronze do sul de Portugal, a planta do povoado é aperfeiçoada através da inclusão de um troço, com cerca de 300 m de extensão, de dupla linha de muralhas (PARREIRA, SOARES, 1980: 112).

A partir deste momento o Outeiro do Circo vai sendo alvo, ora de referências mais ou menos esparsas na bibliografia (ver por exemplo BERROCALRANGEL, 1993; RODERO OLIVARES, 2005), ora de um projecto ou outro, que por motivos vários não se concretizaram total ou parcialmente (FERNANDES, PARREIRA, 1989; SERRA et al., 2007). Na realidade, acabou por nunca ser alvo de qualquer escavação arqueológica até ao findar do século passado. No entanto, a realização de alguns trabalhos efectuados com recurso a técnicas não intrusivas no subsolo, como a interpretação das fotografias aéreas e a prospecção arqueológica, contribuíram com novos dados que permitiram clarificar alguns aspectos, tais como a grande dimensão do povoado (17 ha), a identificação da provável entrada principal, ou ainda, o facto da dupla linha de muralha estender-se a todo o perímetro defensivo situado a sudeste e a sudoeste (SERRA et al., 2007: 164) e não somente a um curto troço com cerca de 400m de extensão, tal como havia sido anteriormente proposto (PARREIRA, 1977: 33; PARREIRA, SOARES, 1980: 118). Foi também durante a vigência deste primeiro projecto de investigação, na sequência da realização de várias prospecções em toda a área interna do povoado, que apareceu um afloramento com “covichas”, situação que não é totalmente inédita em povoados da Idade do Bronze Final, muito embora, estas manifestações possam também resultar da actividade de comunidades humanas que frequentaram o sítio em períodos históricos anteriores (SERRA et al., 2007: 165; SERRA, 2014: 285).

Os trabalhos de escavação arqueológica principiaram apenas em 2008, tendo sido realizados numa área do talude defensivo que aparentava um bom estado de preservação, conforme evidenciavam as diferenças altimétricas, de aproximadamente 4 metros, existentes entre o ponto intra e extramuros. Estes trabalhos foram concluídos no ano de 2013, tendo então sido identificada uma estrutura defensiva de cariz complexo, designada como “*muralha compósita*”, datada por radiocarbono do último quartel do II milénio a.n.e. (SERRA, PORFÍRIO, 2013: 22; SERRA, 2014: 79). A erecção desta importante infra-estrutura defensiva, com quase 11 m de largura, iniciou-se com a criação de uma rampa de barro cozido, à qual se sucederam vários estratos de aterro, que para além de regularizarem o terreno, funcionavam também como base de assentamento. Posteriormente, construiu-se o muro superior, que é composto por duas fiadas paralelas de blocos pétreos de calibre mediano, não aparelhados. O espaço interior foi colmatado através da deposição e compactação de níveis de terra e de pedra miúda. Na zona altimetricamente mais baixa foi erigida uma outra estrutura, designada por muro de contenção, pois, os grandes blocos pétreos que a constituem, seriam o sustentáculo das rampas e plataformas construídas na encosta. O muro de contenção ocupou na sua totalidade a área de um fosso, preexistente, de secção em forma de “U”, com cerca de 2 m de profundidade por 3 m de largura. (SERRA, 2014: 79) (**vd. Figura 2.**).

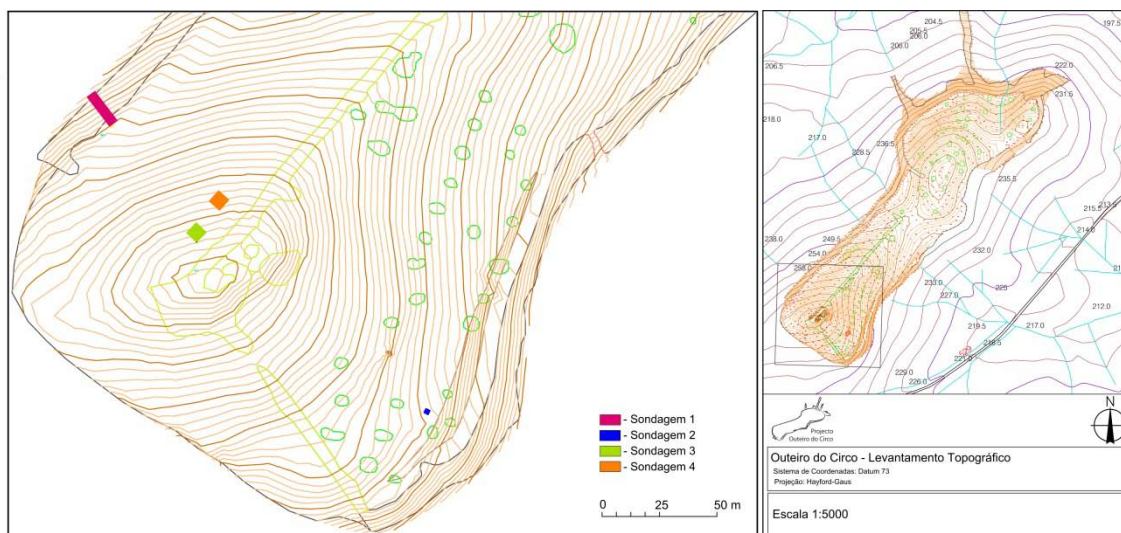


Figura 2. Levantamento topográfico com indicação da localização das sondagens.

O espólio arqueológico recolhido no decurso das escavações é constituído esmagadoramente por fragmentos cerâmicos, modelados manualmente, e recorrendo a técnicas como a do rolo, a das placas ou ao repuxamento. As produções a torno são claramente excepcionais. Ao nível do tratamento das superfícies predominam técnicas como a do alisado e a do brunido, em contraste com as superfícies polidas, alisadas e “cepilladas” que são claramente minoritárias. Os fragmentos cujas superfícies apresentam vestígios de “cepillo” têm uma presença quase vestigial. As produções obtidas através de ambientes redutores ricos em carbono, como as estruturas de tipo “soenga”, dominam numericamente frente aos recipientes produzidos com cozeduras oxidantes (SILVA, 2014: 170). Análises mineralógicas efectuadas a alguns fragmentos de cerâmica brunida apontam para o facto de as temperaturas das cozeduras se situarem entre os 600 e os 900°C (OSÓRIO et al., 2013).

São em número muito reduzido os artefactos metálicos - um anel, um pendente e uma argola, - ou os elementos relacionados com a actividade metalúrgica. Neste último caso podem contar-se: um cone de fundição, um fragmento de cadinho cuja face interior se apresenta vitrificada e com aderências de metal e, por fim, dois nódulos metálicos. A partir desta colecção é possível, desde logo, comprovar a existência da prática da metalurgia neste povoado, estando presentes elementos que testemunham vários episódios daquela actividade como: a redução (cadinho e nódulos metálicos) ou a fusão e enchimento dos moldes (cone de fundição). As análises efectuadas permitiram determinar que o cadinho terá sido utilizado no trabalho de ligas de ouro, enquanto as restantes peças aparecem associadas à metalurgia de ligas binárias de bronze, com teores de estanho pouco variáveis e uma percentagem bastante reduzida de impurezas (VALÉRIO et al., 2013: 612).

Finalizada a intervenção numa das zonas do sistema defensivo, os trabalhos de escavação prosseguiram no âmbito de um novo projecto “O povoado do Bronze Final do Outeiro do Circo (Beja)”. Foi então possível efectuar pela primeira vez prospecção geofísica no povoado, graças a uma colaboração com o Centro de Geofísica de Évora. Foram escolhidas para avaliação duas áreas que abrangiam o sistema defensivo, por forma a aumentar a informação existente sobre ele. Foi também estudada uma outra zona situada no interior do povoado, próximo do ponto mais elevado, tendo como objectivo definir o local de implantação de novas sondagens arqueológicas. Foram ainda realizados trabalhos complementares em diversas zonas do talude do sistema defensivo, com a finalidade de verificar o prolongamento da rampa de barro cozido, identificada por escavação na sondagem 1 e numa área contígua. Deste modo, e relativamente à área vizinha da sondagem 1, pretendia-se também, validar com os trabalhos

de geofísica, a informação obtida através de prospecção arqueológica e da análise da fotografia aérea (SERRA et al., 2015: 173; OLIVEIRA et al., 2014: 39-40).

Na sequência da prospecção geofísica que identificou várias anomalias no espaço interino do povoado, nomeadamente duas manchas de morfologia elipsoidal que poderiam corresponder a estruturas de cariz habitacional, foram realizadas duas sondagens arqueológicas. Numa destas sondagens, a número 4, não foi identificado nenhum contexto arqueológico, muito embora se tenha recolhido grande quantidade de fragmentos cerâmicos. Já quanto à sondagem 3, cuja escavação só será concluída em 2015, foram identificados dois empedrados de morfologia tendencialmente circular, que no entanto, apresentavam alguns danos provocados pela lavoura mecanizada. Até ao momento só foi possível escavar parcialmente uma daquelas realidades. Após a remoção de vários níveis de pedras, surgiu uma estrutura escavada no substrato geológico, com um diâmetro máximo de cerca de 3,5 m, que se vai reduzindo em profundidade. De um dos enchimentos desta estrutura foi recolhido, parcialmente fragmentado, um bloco pétreo com “cavinhas” (SERRA et al., 2015: 173).

3. A Divulgação e a Educação Patrimonial no Projecto Outeiro do Circo

O Projecto Outeiro do Circo foi pensado para ser muito mais do que uma escavação arqueológica, realizada no Verão por uma série de indivíduos provenientes de um centro universitário que findo o seu trabalho, retornavam aos seus locais de origem levando consigo os resultados das pesquisas muito bem embalados em sacos devidamente etiquetados. Para além da investigação arqueológica do sítio e do território envolvente, o projecto Outeiro do Circo foi concebido também com o objectivo de divulgar o património arqueológico, incorporando para tal alguns princípios base, tais como: a necessidade de ter uma presença forte e temporalmente prolongada junto das comunidades locais, e, a adopção de metodologias que possibilitassem capitalizar, ao nível do processo de investigação, o conhecimento que os habitantes da região detêm sobre o território no qual vivem. Deste modo, a estrutura base do projecto assentava num esquema triangular, em cujos vértices se situavam a já referida componente científica, a patrimonial e, por fim, uma terceira que, inicialmente se designou como “pública/social”. O desenvolvimento atingido pelas acções realizadas no âmbito da vertente “pública/social”, assim como o interesse demonstrado por parte da comunidade e das instituições locais, acabou por tornar premente a criação de um programa de divulgação científica, onde a educação patrimonial tem uma presença marcante. A verdade é que com o passar do tempo e, em função de algumas condicionantes, cada uma daquelas três componentes acabou por evoluir a ritmos diversos, atingindo, também, objectivos diferenciados. Da tríade apresentada, a componente patrimonial é aquela que tem tido mais dificuldade em passar do papel para a realidade, por motivos que não cabem, de todo, no âmbito deste trabalho. Já no que se refere às duas componentes restantes, é possível apreciar o trabalho desenvolvido, não só a partir do conteúdo deste texto e das referências bibliográficas que o acompanham, mas também através das actividades já realizadas e a realizar, e sobretudo a partir da presença do projecto na *internet* e nos meios de comunicação social.

Com a estrutura triangular do projecto Outeiro do Circo pretendia-se que cada uma das vertentes fosse verdadeiramente intercomunicante com as restantes. Contudo, tal como acontece em todos os projectos, também neste caso foi necessário proceder a alterações em função dos condicionalismos surgidos durante o desenrolar dos trabalhos. Mais especificamente, referimo-nos ao desenvolvimento gerado pelas actividades de divulgação

junto do público, assim como ao grande interesse que elas despertaram, tornando imprescindível a existência de um projecto vocacionado somente para esta vertente. Este último, surgiu não só para obviar aos inúmeros problemas que “a navegação à vista” acarretava ao nível da planificação das actividades, mas também para colmatar a inexistência de uma estratégia de divulgação pensada e sistematizada. Por outro lado, existiam ainda algumas situações que poderiam condicionar a relação do projecto com o público, como as dificuldades no acesso ao local, ou a inexistência de estruturas arqueológicas preservadas e preparadas para fruição pública. As únicas estruturas arqueológicas presentes no Outeiro do Circo, pertencem ao seu sistema defensivo e permanecem ocultas debaixo de um espesso derrube de pedraria, este, por sua vez, está dissimulado por um matagal viçoso que cresce por entre algum arvoredado silvestre. Para obviar estes problemas e, tirar partido das vantagens deste local – nomeadamente a sua excelente visibilidade e algumas particularidades da flora aqui presente, foi concebida uma narrativa para o sítio, baseada não só nos pressupostos da arqueologia da paisagem, mas também na importância do trabalho do arqueólogo para desvendar as formas paisagísticas que permanecem fossilizadas no território. De facto, a paisagem constitui um valor cultural que é o resultado da acção conjugada dos seres humanos e da natureza num determinado espaço geográfico, apresenta uma historicidade intrínseca que é passível de apreensão através de um programa de estudos interdisciplinar, no qual a investigação arqueológica desempenha, sem dúvida, um papel importante (JORGE, 2000: 97).

A narrativa utilizada nas diversas actividades de divulgação e de educação patrimonial é suportada em estratégias e recursos didácticos, elaborados em função das potencialidades e condicionalismos do projecto de investigação, e das principais características do sítio arqueológico e do seu território envolvente. Estes aspectos foram abordados e desenvolvidos numa primeira publicação (PORFÍRIO, SERRA, 2012), na qual não só se descreveram as principais actividades de divulgação e de educação patrimonial realizadas no triénio 2008 a 2010, como também se apresentaram alguns dos pressupostos teóricos e metodológicos subjacentes à vertente “pública/social” do projecto Outeiro do Circo.

Apesar de as diversas actividades de divulgação científica que, desde então, se têm vindo a desenvolver manterem no geral um mesmo modelo, baseado em grande medida em vários tipos de apresentações públicas (como as palestras e conferências, por exemplo), na elaboração de exposições, de artigos e comunicados de imprensa, ou ainda na realização de visitas guiadas (PORFÍRIO, SERRA, 2012). Estas actividades têm, no entanto, sofrido algumas adaptações, em função da experiência acumulada, dos resultados obtidos e da ampliação de conhecimentos sobre estas temáticas. Por outro lado, foram desenvolvidas novas acções, como por exemplo a realização de eventos do âmbito da arqueologia experimental, ou de passeios pedestres que, embora passando pelo Outeiro do Circo, têm como principal objectivo percorrer fisicamente o espaço geográfico do território deste povoado (vd. **Figura 3.**).



Figura 3. Visita guiada ao Outeiro do Circo no dia Mundial do Turismo.

Relativamente ao primeiro conjunto de actividades, que em grande medida já haviam sido resenhadas no trabalho anteriormente referido (PORFÍRIO, SERRA, 2012), as adaptações realizadas não alteraram a principal característica desses eventos, ou seja, tratam-se de acções baseadas, essencialmente, no potencial informativo da palavra, quer através da oralidade, quer através da sua forma escrita. Nestes casos, o processo de comunicação é definido, em grande medida, pelo papel activo desempenhado por um mediador educativo (ANTAS, 2013: 316). Deste modo, os desenvolvimentos efectuados prendem-se sobretudo com a utilização de novas estratégias e recursos didácticos de apoio à comunicação, com o alargamento destas actividades a novos públicos, mas também com a intensificação do trabalho em rede com diversas entidades e instituições locais e, por fim, com a inclusão de algumas das actividades do projecto em eventos institucionais de cariz nacional.

A utilização de recursos didácticos pretende contrabalançar o peso que a comunicação oral desempenha na maioria das actividades de divulgação realizadas. As soluções adoptadas passaram pela criação de réplicas arqueológicas, para exibir em exposições ou em outras apresentações públicas, mas também pela escolha de alguns objectos arqueológicos representativos da totalidade do espólio recolhido nas escavações do Outeiro do Circo. Neste último caso, a selecção, constituída tanto por artefactos como por ecofactos, acabou por constituir um autêntico “kit do visitante”, destinado a acompanhar a exposição oral efectuada durante as visitas guiadas ao povoado, que, até aqui, era suportada apenas pela apresentação de imagens (vd. **Figura 4.**).



Figura 4. Utilização de uma réplica de uma taça de Tipo Santa Vitória numa apresentação pública realizada naquela localidade no âmbito do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios (2015).

O recurso a estes elementos didácticos tenta aproveitar aquilo que se poderia designar por “aura”¹ do objecto arqueológico, explorando a dimensão emocional que subjaz ao envolvimento directo com os vestígios do passado (MOSHENSKA, DHANJAL, 2011: 3). Características estas, que em grande medida são responsáveis pelos bons resultados educativos obtidos com este tipo de estratégias, que se enquadram naquilo que os ingleses denominam “*hands on education*” (MERRIMAN, 2004: 93; UCKO, 2002: xxi; ZIMMERMAN et. al., 2002: 364). Convém salvaguardar que uma actuação deste tipo não representa um regresso puro e simples ao que foi designado como “*fetichismo*” do objecto arqueológico. Pelo contrário, a função do *kit do visitante* é, acima de tudo, desmistificar algumas noções bastante arraigadas ao nível do senso comum, tais como as de que os arqueólogos procuram exclusivamente fósseis, ossos de dinossauros, tesouros e outros objectos de características excepcionais e incomuns. Pelo contrário, a nossa perspectiva divulga a arqueologia como uma ciência que estuda essencialmente o “*comum*”, entendido aqui como o quotidiano daquelas populações que viveram num tempo ou num contexto do qual não nos chegaram testemunhos escritos (vd. **Figura 5.**).



Figura 5. Utilização do “kit do visitante” durante uma visita guiada ao Outeiro do Circo.

O uso de réplicas e de objectos arqueológicos, apesar de exigir alguns cuidados na sua exibição e manipulação, mesmo perante um grupo de dimensões reduzidas, possibilita igualmente evitar descrições prolongadas e carregadas de termos técnicos (o que no nosso caso acontecia frequentemente, por exemplo, sempre que se pretendia abordar a cerâmica de ornatos brunidos), pois o contacto directo com um objecto, para além de ser mais estimulante ao nível sensorial, confere ao visitante um papel mais activo no desenrolar da actividade (MERRIMAN, 2004a: 101). Para manipular, sentir ou descrever um objecto não são necessários conhecimentos arqueológicos. Pelo contrário, é relativamente frequente os participantes salientarem no objecto, pormenores e características diferentes daqueles que são valorizados pelos arqueólogos. O objecto transforma-se, assim, num despoletador de diálogo, abrindo portas para a problematização e para a abordagem de questões puramente técnicas (Como se fazia? Porquê? Quem? Com que objectivo? Com que funcionalidade? etc...), ou mesmo de outras temáticas mais complexas, como as de carácter sócio-económico ou as de âmbito ideológico.

Embora o recurso à arqueologia experimental possa ser encarado como mais uma actividade que se insere na procura de novos recursos didácticos, a verdade é que o seu ponto de origem radica em questões específicas levantadas pela investigação arqueológica desenvolvida no Projecto Outeiro do Circo, mais precisamente, nas problemáticas colocadas pelo estudo das cerâmicas. Neste caso é de salientar a colaboração de Ana Bica Osório que, no âmbito da sua tese de doutoramento (OSÓRIO, 2013), investigou as cerâmicas de ornatos brunidos provenientes de vários povoados da Idade do Bronze, incluindo o Outeiro do Circo. Ainda neste âmbito é de referir a tese de mestrado de Sofia Silva (2013), na qual foi realizada uma abordagem aprofundada à produção oleira do Outeiro do Circo, nomeadamente aos fragmentos recolhidos em algumas camadas da sondagem realizada no sistema defensivo do povoado.

A realização de actividades de arqueologia experimental surgiu, assim, da necessidade de compreender melhor algumas das características das cerâmicas do Outeiro do Circo, relacionando-as com as diversas fases da sua cadeia operatória. Foram realizados dois eventos principais, que serviram de modelo para as realizações seguintes: “*FaCta (fogo, água, Cerâmica, terra e ar)*” que decorreu em Mombeja em Abril de 2013, tendo como público alvo a população do concelho de Beja, e posteriormente, “*Tu fazes, eu parto...juntos colamos. Contributos da etnografia e arqueologia experimental na interpretação de cerâmicas*”. Esta última iniciativa foi baseada num projecto de Ana Bica Osório, que teve o suporte financeiro da Associação Arqueológica do Algarve, e foi concretizado no Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra com a colaboração de alunos do curso de Arqueologia (OSÓRIO, 2013: 306) (vd. **Figura 6.**).

The image is a poster for an archaeological workshop. It features three vertical photographs on the left side: the top one shows a fire in a hearth with a blue ceramic bowl nearby; the middle one shows hands shaping a piece of clay on a pottery wheel; the bottom one shows hands working with a dark, possibly fired, ceramic piece. The text on the right is in white and brown on a dark brown background. The main title is 'Tu fazes, eu parto, juntos colamos' in white, followed by the subtitle 'Contributos da etnografia e arqueologia experimental na interpretação de cerâmicas'. Below this is the English translation 'You make, I break, we glue' and 'Ethnography and experimental insights on pottery interpretation'. The poster lists three workshops: 'Modelação' (16 Maio, 9-12,30 h), 'Cozedura' (24 Maio, 9-18 h), and 'Quebra' (30 Maio, 9-12,30 h). It also lists the coordinator (Mestre Ana Bica Osório), the organizing institution (Instituto de Arqueologia da FLUC), and the supporting organization (Associação Arqueológica do Algarve). At the bottom, there are several logos of partner institutions.

Figura 6. Cartaz da actividade: “Tu fazes, eu parto...juntos colamos. Contributos da etnografia e arqueologia experimental na interpretação de cerâmicas”.

Com o “*faCta*” pretendeu-se, essencialmente, explorar as potencialidades das argilas do Outeiro do Circo para a produção de cerâmicas, assim como, comparar aspectos técnicos da modelação e cozedura das peças produzidas pelos participantes, com as cerâmicas da Idade do Bronze. No segundo caso, foram testados novos métodos de medição das temperaturas de cozedura, introduzidas novas práticas e experimentadas comparativamente argilas de diferentes proveniências (OSÓRIO, 2013: 306) (vd. **Figura 7.**).

faCta
FOGO . ÁGUA . CERÂMICA . TERRA . AR

INSCRIÇÕES GRATUITAS
WWW.OUTEIRODOCIRCO.BE@GSPOT.COM

Arqueologia Experimental
Oficinas de Cerâmica do Bronze Final

SÁBADO 13 ABRIL
OFICINA 1 MODELAÇÃO DE RECIPIENTES CERÂMICOS

SÁBADO 20 ABRIL
OFICINA 2 COZEDURA DE RECIPIENTES CERÂMICOS

SÁBADO 13 ABRIL
OFICINA 1 MODELAÇÃO DE RECIPIENTES CERÂMICOS

SALÃO DA JUNTA DE FREGUESIA DE MOMBEJA
13:45 Receção dos participantes
14:00 Apresentação e enquadramento

PAVILHÃO DO GRUPO DESPORTIVO E CULTURAL DE MOMBEJA
14:30 Início da oficina prática
18:30 Conclusão das atividades

SÁBADO 20 ABRIL
OFICINA 2 COZEDURA DE RECIPIENTES CERÂMICOS

MOMBEJA
9:30 Receção dos participantes
09:45 Apresentação e enquadramento
10:00 Início da Experiência 1 COZEDURA EM "SOENGA"
13:00 - 14:30 Almoço
14:30 Início da Experiência 2 COZEDURA EM FOGUEIRA ABERTA
18:30 Conclusão das atividades

ORGANIZAÇÃO: Beja, palimpsesto, APOIO: Beja, palimpsesto, Câmara Municipal de Beja, Câmara Municipal de Évora, Câmara Municipal de Faro, Câmara Municipal de Lagos, Câmara Municipal de Sagres, Câmara Municipal de Tavira, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, Câmara Municipal de Faro, Câmara Municipal de Lagos, Câmara Municipal de Sagres, Câmara Municipal de Tavira, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.

Figura 7. Cartaz da actividade: "FaCta (fogo, água, Cerâmica, terra e ar).

Ao longo deste texto tentámos (até ao momento) fugir, deliberadamente, à utilização do termo "público", sempre que possível recorremos a sinónimos ou a palavras equivalentes. Com isto pretendíamos escapulir-nos a uma questão, que de tão velha e debatida já se tornou um lugar comum, ou seja, a inexistência daquilo que normalmente aparece designado como "público em geral". Pelo contrário, o que as diversas abordagens ao fenómeno da recepção no sector cultural salientaram, foi a existência, não de um, mas sim de vários públicos (AAVV, 2004; MERRIMAN, 2004: 2). Uma das consequências práticas desta questão para o Projecto Outeiro do Circo prende-se com o facto, óbvio, de que cada actividade deve ser preparada tendo em atenção os seus eventuais destinatários. Este poderá ser um assunto relativamente simples, quando os eventos são destinados a sectores do público previamente seleccionados, ou quando decorrem em contextos bastante específicos, como por exemplo as iniciativas realizadas com estudantes, ou em escolas. Ou ainda no caso do curso de poliorcética da Idade do Bronze, realizado em Mombeja, cujos destinatários eram membros do exército português. Em contraste, as actividades destinadas à comunidade local e regional acabam por abranger sectores sociais bastante diversos, no que respeita ao seu interesse na participação, mas também à sua classe etária, à sua formação académica e cultural, aos seus níveis de rendimento económicos e, isto só para citar alguns dos indicadores mais imediatos. Ou seja, é possível que na mesma actividade estejam presentes tanto participantes que dominam, por exemplo, alguns conceitos relativos ao tempo histórico ou geológico, como elementos, para os quais aquelas questões são totalmente desconhecidas. E, como é sabido, um dos princípios mais simples da comunicação pressupõe que tanto o emissor como o receptor compartilhem entre si um conjunto mínimo de conceitos e convenções.

Como comunicar eficazmente neste tipo de contextos é, no entanto, um problema para o qual não existe, nem temos, nenhuma resposta preparada a priori. No entanto, durante a preparação de cada actividade adoptamos alguns princípios que poderão, esperamos nós, contribuir para melhorar a qualidade da comunicação. Assim, e sempre que possível tentamos evitar a comunicação de sentido único - arqueólogo – receptor/audiência, - provocando e favorecendo o retorno comunicacional. Apesar de tudo, a comunicação unidireccional continua a ser dominante, pelo que é importante reservar sempre um período prolongado para discussão, ou uma sessão de perguntas e respostas. Muito embora se tente fomentar um ambiente informal para o diálogo, existirão sempre intervenientes que se sentirão excluídos das problemáticas abordadas, sendo nestes casos necessário recorrer a outras estratégias como uma abordagem mais pessoal, que apesar de mais eficaz não é exequível em grande escala. Por fim, é de valorizar a realização de avaliações críticas, destinadas a averiguar se os objectivos da actividade e da comunicação foram atingidos, verificando se a mensagem transmitida corresponde de algum modo àquela que se pretendia transmitir. A qualidade do diagnóstico melhora substancialmente se a avaliação crítica for realizada por um elemento que não esteja familiarizado com as questões do projecto. A partir deste diagnóstico, é possível identificar os desvios em relação aos objectivos da comunicação, isolar os pormenores que necessitam de modificação e, trabalhar no sentido da sua correcção, observando o princípio elementar de que todos os erros contêm em si um valor pedagógico.

A internet e principalmente as redes sociais constituem meios de divulgação que, para além de serem relativamente baratos e expeditos, possibilitam uma grande abrangência territorial, tendo, talvez como limite principal apenas a língua. No entanto, a utilização destes meios tecnológicos pressupõe sempre um conhecimento das suas limitações (McDAVID, 2004: 199), sendo necessário ter em atenção que, apesar da sua importância para a democratização da informação e do conhecimento, a internet e as ferramentas a ela associada, são também factores de exclusão de segmentos populacionais, cujo poder económico e domínio de conhecimentos não permitem a utilização ou até o acesso às redes de comunicação (2) da era digital.

O Projecto Outeiro do Circo conta, praticamente desde o seu início, com um blogue (www.outeirodocirco.blogspot.com) e com uma página no facebook, constituindo estas as principais formas de divulgação na internet, a par da publicação de mensagens nas listas do archport (o mais antigo local de debate da arqueologia portuguesa na rede). A utilização destas plataformas tem sido afinada ao longo do tempo, graças a ferramentas como o Google Analytics, ou outras, que fornecem estatísticas diversificadas sobre a utilização das páginas. Permitindo também realizar uma caracterização relativamente aprofundada não só do perfil dos utilizadores, mas também da interacção destes com os conteúdos disponibilizados. Cruzando estes dados com a experiência obtida desde 2008 (data de arranque do blogue), foi possível ir aperfeiçoando a nossa estratégia de divulgação neste domínio, por exemplo, através da definição das horas e dos dias da semana mais propícios para efectuar uma determinada publicação. E isto, tendo em atenção não só os públicos a atingir, mas também a tipologia da informação a divulgar. Mais recentemente, e, no âmbito do estágio curricular de um aluno, João Chinita, do curso de Artes Plásticas e Multimédia da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Beja, foi criada uma página de internet para o projecto Outeiro do Circo (www.outeirodocirco.tk). No decurso deste processo foram ainda realizadas algumas ilustrações para divulgar, de um modo didáctico, alguns aspectos do quotidiano das comunidades que ocuparam o povoado durante a Idade do Bronze Final.

A inclusão do Outeiro do Circo e do espaço geográfico que poderá ter sido o seu território na rota de vários passeios pedestres, é mais um exemplo de uma das características principais do projecto de educação patrimonial que desenvolvemos, ou seja, pretende-se que a arqueologia

e a investigação arqueológica sejam, não só vistas, mas apercebidas como mais uma das potencialidades locais, a par do artesanato, da gastronomia ou da arquitectura tradicional, enfim, e recorrendo a um dos chavões actualmente muito em voga, de tudo aquilo que constitui o património cultural material e imaterial de uma região. No caso do património imaterial, para além do cante alentejano, que nos últimos tempos recebeu grande atenção mediática devido à sua classificação pela UNESCO como património cultural imaterial da humanidade, consideraram-se também outros valores locais, destacando-se especialmente a poesia de cariz popular, ou a etnobotânica. A utilização destes elementos permite o estabelecimento de pontes com a comunidade local, possibilitando ainda a recolha, através de gravação áudio ou vídeo, de um conjunto de informação que apesar de numeroso e disperso, é por vezes de grande mais valia para o conhecimento do território em estudo. Neste aspecto pode referir-se o levantamento das nascentes, poços e outros pontos de água existentes na envolvente do Outeiro do Circo, alguns dos quais associados a lendas e a estórias populares, mas também o registo de informações do âmbito da etnobotânica, sendo que parte deste conhecimento já se encontra estudado (CARVALHO, 2006) (vd. Figura 8.).



Figura 8. Visita do Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia.

Neste caso é ainda de destacar, a localização nas proximidades do Outeiro do Circo da micro-reserva biológica dos Colmeais, propriedade da Quercus – Associação Nacional de Preservação da Natureza. Este espaço alberga e protege áreas de azinhal, de olival tradicional e de prado húmido, sendo que a sua importância, é inegável, dada a grande e constante transformação que a paisagem envolvente sofre na actualidade, em consequência do desenvolvimento da agricultura de regadio em relação com o projecto Alqueva.

A partir da realização de passeios pedestres é também possível lançar pontos de contacto com a geologia e o património natural da zona, que é bastante rico ao nível da flora e da fauna, e é em grande parte desconhecido das comunidades locais. Neste sentido, é extremamente importante a participação de especialistas de diversas áreas científicas como a biologia ou a geologia, por exemplo, o que faz com que estes passeios se convertam em aulas livres, de

carácter verdadeiramente pluridisciplinar, consagrando-as em autênticos momentos de aprendizagem em ambiente não formal. Para atingir estes objectivos é essencial o trabalho desenvolvido em conjunto com diversas entidades locais, desde estabelecimentos de ensino superior como o Instituto Politécnico de Beja, passando por associações locais, como a Badajan – Associação de Desenvolvimento de Beringel ou o Grupo Desportivo e Cultural de Mombeja, incluindo obrigatoriamente a Câmara Municipal de Beja e as juntas de freguesia da região. Com o passar do tempo e após a organização de várias actividades, foram-se cimentando relações institucionais, das quais resultaram não só um aumento na qualidade da divulgação das acções do projecto, como a inclusão destas em eventos de âmbito regional e nacional, como por exemplo as Jornadas Europeias do Património, o Dia Nacional do Turismo, ou o Dia dos Monumentos e Sítios.

O projecto Outeiro do Circo conta com meios humanos e financeiros limitados, sendo este um factor determinante no momento de definir uma estratégia de comunicação, ainda para mais quando se pretendia que esta, apesar das limitações referidas, reflectisse não só os principais objectivos do projecto, como também todo o processo de investigação arqueológica, realizado quer em campo, quer em gabinete. Deste modo, foi concebida uma política comunicacional que privilegia essencialmente a vertente local e a regional, embora sem descurar na sua totalidade o âmbito nacional e o internacional.

A relação dos arqueólogos com os meios de comunicação social nem sempre é pacífica e, muitos dos erros cometidos devem-se ao desconhecimento que a nossa classe tem sobre os métodos e os ritmos de trabalho dos jornalistas. É muito importante avaliar se aquilo que queremos difundir através dos meios de comunicação social se reveste, ou não, de carácter noticioso e, se sim, qual o seu âmbito efectivo de interesse. Local ou regional? Nacional? Por outro lado é também importante ter em consideração as diferenças existentes entre os vários meios de comunicação, pois cada um deles implica ajustamentos ao nível do texto e daquilo que se pretende difundir. A preparação de uma nota de imprensa quer para a rádio, quer para os jornais deve respeitar, no mínimo, as regras mais básicas e simples do texto noticioso e que podem ser consultadas em qualquer manual de comunicação, por mais elementar e sucinto que seja. O respeito por estas normas contribui sobremaneira para evitar situações de má comunicação em que o principal prejudicado acaba, invariavelmente, por ser o conteúdo da mensagem (GRANADO, MALHEIROS, 2001: 31).

Nos primeiros anos do projecto era difícil fazer com que as notas de imprensa encontrem-se eco junto da comunidade jornalística, com o passar do tempo, com o evoluir do projecto, com a organização de uma carteira de contactos e com o devido apoio do gabinete de imprensa da câmara municipal de Beja, a repercussão do projeto na comunicação social foi crescendo. De tal modo que na actualidade são os jornalistas dos jornais e das rádios locais, que seleccionam, normalmente a partir do blogue, os assuntos que eles consideram revestir-se de carácter noticioso.

4. Para Fechar

O topónimo “Outeiro do Circo” constitui, só por si, uma prova da coexistência de vários discursos sobre o património arqueológico, provenientes de vários níveis culturais e que na maioria das vezes permanecem avessos a grandes encontros. Apesar do topónimo ser utilizado com uma certa frequência na bibliografia arqueológica e de já aparecer referido nas Memórias Paroquiais de 1758 (AZEVEDO, 1896: 307; 1897: 220; 1900: 299), parece que, com o passar do tempo, caiu em desuso. Com a realização dos primeiros trabalhos arqueológicos no povoado, verificámos, com surpresa, que à menção do topónimo não obtínhamos um reconhecimento

imediatamente do local por parte dos habitantes de Mombeja e, até de alguns de Beringel. Era necessário precisar a localização da elevação que nos interessava, dando como ponto de referência o Monte do Circo. Constatámos que o sítio era conhecido localmente pela designação de os “Muros” (3), o que se explicava dadas as dificuldades sentidas pelas máquinas agrícolas quando lavravam certas áreas onde existiam estruturas enterradas. Temos, assim, dois topónimos para o mesmo sítio, o que não sendo propriamente inédito, reflecte de um modo bastante claro a inexistência de comunicação entre diferentes componentes sociais, nomeadamente aquelas dedicadas à investigação científica e as comunidades locais. De tal modo que, não fora a resistência oferecida pelas estruturas arqueológicas às charruas, a população da região acabaria por perder totalmente a memória do Outeiro do Circo enquanto sítio arqueológico, pois até as lendas recolhidas nas Memórias Paroquiais já estão esquecidas.

Uma das primeiras acções do projecto consistiu na reafirmação, junto da comunidade local, da mais-valia histórica e patrimonial do povoado do Outeiro do Circo, recorrendo-se para tal, à atenção, que ao longo dos anos, a comunidade científica nacional e também internacional tem dedicado ao sítio e que se encontra materializada em numerosas referências bibliográficas (PORFÍRIO, SERRA, 2012: 880). Apesar de este ser um argumento que recorre claramente a uma noção positivista da ciência, o projecto de divulgação e educação patrimonial do Outeiro do Circo foi concebido para, de algum modo, tentar obter um equilíbrio entre o papel do arqueólogo(s)/investigador(es) e o dos participantes, ou seja, conceder um papel mais activo aos últimos, sem negar totalmente o protagonismo dos primeiros (vd. **Figura 9.**).



Figura 9. Visita às escavações do ATL de Santa Vitória, incluindo a participação dos jovens e crianças nos trabalhos arqueológicos.

Esta postura significa na realidade uma posição intermédia entre dois modelos para a divulgação do conhecimento científico, tal como apresentados por Nick Merriman (2004: 5-6), designados por “deficit model” e por “multiple perspective model”. O primeiro modelo situa-se no âmbito de um movimento de divulgação do conhecimento científico, motivado pelo facto de uma sociedade mais familiarizada com a ciência constituir, não só uma força de

trabalho de maior potencial económico, como também um conjunto de cidadãos capazes de tomar decisões democraticamente informadas (MERRIMAN, 2004: 5). Quanto ao segundo modelo, ele valoriza essencialmente o papel do sujeito enquanto agente activo na aquisição de conhecimentos e, na sequência daquele argumento, contesta o papel autoritário da ciência. O facto é que, levado até às suas últimas consequências, este modelo fica demasiado próximo do relativismo absoluto, o que pode significar também a destruição da credibilidade da arqueologia enquanto ciência (MERRIMAN, 2004: 7). No entanto, e sem subscrever na totalidade uma postura construtivista ao nível da interpretação, é inegável que no decurso da nossa interacção com o mundo vamos construindo, desconstruindo e refazendo muito do nosso conhecimento, assim como muitos dos nossos sentimentos. Neste processo que é decisivamente influenciado pela interacção social, a experiência do indivíduo intervém, directa ou indirectamente, seleccionando aqueles elementos que considera relevantes de acordo com a experiência prévia e com os valores éticos do sujeito (MERRIMAN, 2004: 134).

Deste modo, parece ficar relativamente claro que os participantes nas diversas actividades de divulgação reservarão para si próprios um papel activo na elaboração das suas próprias interpretações e, isto irá acontecer independentemente da postura mais ou menos impositiva ou autoritária do investigador/divulgador. A partir desta perspectiva, assume especial importância uma estratégia de comunicação eficaz, pois, divulgar é em grande medida comunicar. Apesar de o processo de comunicação nos poder parecer como algo de inato ou que se adquire espontaneamente no decurso da interacção social, a realidade demonstra o oposto, comunicar bem, exige um processo de aprendizagem e a aquisição de uma série de conhecimentos. Sendo assim, a estratégia de comunicação do Projecto Outeiro do Circo constitui um desafio grande e constante, exigindo uma reavaliação permanente baseada essencialmente no retorno crítico proporcionado pelos participantes nas actividades do projecto.

Apesar de sempre termos tentado evitar atribuir um nome específico a esta componente do Projecto Outeiro do Circo, quer por ela não se enquadrar com rigor nos numerosos termos e definições existentes, quer por a tradução destes últimos para a língua portuguesa não se ajustar ao contexto nacional, sendo exemplo disto a expressão “Arqueologia Pública”, pois traz consigo sentidos ambíguos que não são imediatamente perceptíveis por todos os interlocutores, nomeadamente por aqueles que não estão a par destas problemáticas. Foi por esta razão que numa primeira publicação dedicada ao tema, optámos por utilizar a expressão «projecto de arqueologia “social”» (PORFÍRIO, SERRA, 2012), sendo que o facto de a última palavra aparecer rodeada por aspas, era só por si um sinal do desconforto sentido na busca de uma designação adequada. Encontrámos esta adequação no conceito de “educação patrimonial”, pois para além de contar já com alguma tradição no nosso país (ver por exemplo, DUARTE, 1994) e no estrangeiro, especialmente no Brasil, é um conceito que se enquadra perfeitamente nas noções amplas de património cultural actualmente em voga e que estiverem na base do processo de divulgação do conhecimento científico realizado no projecto Outeiro do Circo. Neste sentido o trabalho por nós realizado inspira-se em grande parte numa constatação de Nick Merriman (1989: 23): *“(…) it’s only by education that archaeologist can possibly hope to stimulate interest in the subject and care for the archaeological heritage, and it is only by getting out and doing it ourselves that this can be achieved.”* (MERRIMAN, 1989: 23).

A definição necessita, mesmo assim, de alguns reparos, em primeiro lugar, falamos de educação realizada num contexto não institucionalizado, não formal, mas apesar de tudo educação, pois esta constitui um processo bastante amplo que inclui a sociedade no seu todo, abarcando a família, as instituições, os meios de comunicação social, assim como outros componentes entre os quais se podem contar os arqueólogos. Estes últimos não podem

demitir-se da responsabilidade de contribuir para a construção dos valores culturais e patrimoniais da sociedade na qual se inserem. E se esta última constatação pode ser considerada como um dado adquirido, o modo como os arqueólogos contribuem para a definição do património cultural de uma determinada comunidade, esse, é só por si um assunto em discussão, merecedor de outras iniciativas como aquela que decorreu no dia 18 de Novembro de 2014 no Museu de Arte Pré-histórica em Mação.

NOTAS

(1) A aplicação deste termo, faz-se aqui seguindo um trabalho de Nick Merriman (2004: 101), num sentido muito próximo daquele com que foi utilizado por Walter Benjamin para designar os caracteres únicos, autênticos, que definem uma obra de arte original, quando comparada com as reproduções da mesma obra realizadas através de diferentes processos técnicos.

(2) Este chegou a ser um dos grandes problemas de Mombeja onde o acesso à rede móvel era bastante deficitário e restrito a algumas áreas da aldeia, motivo que levou mesmo à realização de uma reportagem televisiva, na sequência de queixas da população junto de jornalistas da RTP quando estes realizaram um trabalho televisivo sobre o Outeiro do Circo em Agosto de 2010 (Porfírio e Serra, 2012: 886). Coincidência ou não, esta questão resolveu-se pouco tempo depois.

(3) Para além dos dois topónimos citados, pode ainda acrescentar-se que na Carta Militar de Portugal, escala 1:25 000, folha n.º 520, a elevação onde se situa o Outeiro do Circo aparece designada como “Cabeços da Corte Garrana”, um topónimo que na actualidade também não é do conhecimento das comunidades locais. De referir ainda, que o topónimo “Muros” surge nas cartas cadastrais da freguesia de Mombeja junto ao ponto mais elevado do Outeiro do Circo.

BIBLIOGRAFIA

AAVV – **Contributos para a identificação e caracterização da Paisagem em Portugal Continental – Grupo de unidades de paisagem – Alentejo Central a Algarve.** Colecção Estudos 10. Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano, Vol. V, 2002.

AAVV – Os Públicos da Cultura. **Actas do encontro organizado pelo Observatório das Actividades Culturais no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 24 e 25 de Novembro de 2003.** Lisboa: Observatório das Actividades Culturais, 2004.

ALARCÃO, J. de e JORGE, V. O. – **Pensar a arqueologia, hoje.** Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1997.

ALMANSA SÁNCHEZ, J. – **Arqueologia para todos los públicos. Hacia una definición de la arqueologia pública «a la española».** Arqueoweb. Madrid. Vol. 13, n.º 1, 2011, p. 87-107.

ANTAS, M. - **A comunicação educativa como factor de (re)valorização do património arqueológico - boas práticas em museus de arqueologia portugueses.** Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (policopiado), 2013.

AZEVEDO, P. A. de – Extractos arqueológicos das Memórias Parochiaes de 1758. **O Archeologo Português**. Lisboa. 2, 1896, p. 307.

AZEVEDO, P. A. de – Extractos arqueológicos das Memórias Parochiaes de 1758. **O Archeologo Português**. Lisboa. 3, 1897, p. 220.

AZEVEDO, P. A. de – Extractos arqueológicos das Memórias Parochiaes de 1758. **O Archeologo Português**. Lisboa. 5, 1900, p. 299.

BERROCAL-RANGANTAS, M. - **A comunicação educativa como factor de (re)valorização do património arqueológico - boas práticas em museus de arqueologia portugueses**. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais, Educação e de Administração da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (policopiado), 2013.

BERROCAL-RANGEL, L. – **Los pueblos célticos del Suroeste de la Península Ibérica**. Madrid: Complutum – Extra 2. Universidad Complutense, 1993.

CARVALHO, L. M. M. de – **Estudos de etnobotânica e botânica económica do Alentejo**. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra (policopiado), 2006.

DUARTE, A. – **Educação Patrimonial. Guia para professores, educadores e monitores de museus e tempos livres**. Lisboa: Texto Editores, 1994.

FERNANDES, T. M. e PARREIRA, R. – **O Bronze do Sudoeste na Região de Beja**. Évora: Projecto de investigação apresentado ao Instituto Português do Património Cultural, documento policopiado, 1989.

GRANADO, A. e MALHEIRO, J. V. – **Como falar com jornalistas sem ficar à beira de um ataque de nervos**. Lisboa: Gradiva, 2001.

JAMESON, J. H. Jr. – Public archaeology in the united States. In MERRIMAN, N. (ed.) **Public Archaeology**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2004, p. 21 – 58.

JORGE, V. O. J. – **Arqueologia em Construção. Ensaios**. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

JORGE, V. O. J. – **Arqueologia, Património e Cultura**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

JORGE, V. O. J. – **Olhar o mundo como arqueólogo**. Coimbra: Quarteto, 2003.

McDAVID, C. – The internet and the public archaeological practice. In MERRIMAN, N. (ed.) **Public Archaeology**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2004, p. 159 – 187.

McGIMSEY, C. R. – **Public archaeology**. Nova Iorque: Seminar Press, 1972.

MERRIMAN, N. J. – Museums and archaeology: a public view. In SOUTHWORTH, E. (ed.) **Public service or public indulgence?** Liverpool: Society of Museum Archaeologists, 1989.

MERRIMAN, N. J. – Diversity and dissonance in public archaeology. In MERRIMAN, N. (ed.) **Public Archaeology**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2004, p. 85 – 108.

MERRIMAN, N. J. – Involving the public in museum archaeology. In MERRIMAN, N. (ed.) **Public Archaeology**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2004a , p. 85 – 108.

MOSHENSKA, G.; DHANJAL, S. – Introduction: thinking about, talking about, and doing community archaeology. In MOSHENSKA, G. e DHANJAL, S. (ed.) - **Community archaeology. Themes, methods and practices**. Oxford/Oakville: Oxbow Books, 2011, p. 1 – 5.

PARREIRA, R. – **O povoado da Idade do Bronze do Outeiro do Circo**. *Arquivo de Beja*. Beja. 28-32, 1977, p. 31-45.

PARREIRA, R.; SOARES, A. M. – Zu einigen bronzezeitlichen Hohensiedlungen in SudPortugal. **Madrider Mitteilungen**. Heidelberg. 21, 1980, p. 109-130.

PORFÍRIO, E.; SERRA, M. – Um projecto de arqueologia “social” em Mombeja (Beja). In DEUS, M. (coord.) - **Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular**. Almodôvar: Município de Almodôvar, 2012, p. 877-889.

OLIVEIRA, R.; NEVES, S.; CALDEIRA, B.; BORGES, J. F. – Estudo geoarqueológico com recurso a georadar e magnetometria no povoado do Outeiro do Circo (Mombeja, Beja). **IV Congresso de Jovens Investigadores em Geociências, 11-12 de Outubro de 2014**. Centro Ciência Viva de Estremoz, 2014, p. 37-40.

OSÓRIO, A. - **Gestos e Materiais: uma abordagem interdisciplinar sobre cerâmicas com decorações brunidas do Bronze Final/I Idade do Ferro**. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiado), 2013.

RODERO OLIVARES, V. – Poblados fortificados del Suroeste Peninsular en el Período Orientalizante. RUIBAL, A. (ed.) **III Congreso de Castellología Ibérica**. Guadalajara, 2005, p. 163-189.

ROQUE, M. - **A Revisão da Carta Arqueológica do Alandroal. Educação Pelo Território**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa (policopiado), 2012.

SERRA, M. – Os senhores da planície. A ocupação da Idade do Bronze nos “Barros de Beja” (Baixo Alentejo, Portugal). **Antrope**. Série monográfica n.º 1, 2014, p. 270-296.

SERRA, M.; PORFÍRIO, E. - O povoado do Bronze Final do Outeiro do Circo (Mombeja/Beringel, Beja). Resultados das campanhas de 2008 e 2009. **Vipasca**. Aljustrel. 4. 2ª série, 2013, p. 15-28.

SERRA, M.; PORFÍRIO, E.; ORTIZ, R. - O Bronze Final no Sul de Portugal. Um ponto de partida para o estudo do povoado do Outeiro do Circo. **Actas do III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular**. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel (Vipasca, 2, 2ª série), 2007, p. 163-170.

SERRA, M.; PORFÍRIO, E.; SILVA, F. S. – Projeto arqueológico do Outeiro do Circo (Beja). Campanha de 2014. **Al-madan**. II série, n.º 19, 2015, p. 172-174.

SILVA, C. T. da – **Arqueologia: que função social?** Setúbal: Museu de Etnologia e Arqueologia do Distrito de Setúbal, Junta Distrital de Setúbal, 1977.

SILVA, F. S. – **O povoado do Outeiro do Circo (Beja) no seu enquadramento regional – Contributos dos materiais cerâmicos**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiado), 2013.

SILVA, F. S. – As cerâmicas do Outeiro do Circo (Beja): resultados do estudo tecnológico, formal e decorativo. VILAÇA, R. e SERRA, M. (coords.) **Idade do Bronze do Sudoeste**. *Novas*

perspectivas sobre uma velha problemática. Coimbra: Instituto de Arqueologia, Secção de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013, p. 167 – 185.

VALÉRIO, P.; SOARES, A.; ARAÚJO, F.; SILVA, R.; PORFÍRIO, E.; SERRA, M. - Estudo de metais e vestígios de produção do povoado fortificado do Bronze Final do Outeiro do Circo (Beja). **I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses.** Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013, p. 610-615.

UCKO, P. J. – Foreword. In STONE, P. G. e MOLYNEAUX, B. L. (ed.) **The presented past. Heritage, museums and education.** Londres: Routledge, 2002, p. xx-xxv.

VALERA, A. C. – **Dinâmicas locais de identidade: estruturação de um espaço de tradição no 3.º milénio AC (Fornos de Algodres, Guarda).** Fornos de Algodres: Município de Fornos de Algodres/Terra de Algodres, 2007.

VALERA, A. C. – A divulgação do conhecimento em arqueologia: reflexões em torno de fundamentos e experiências. **Praxis Archaeologica.** 3, 2008, p. 9-23.

VIANA, A. - Beringel (Notas Monográficas). **Arquivo de Beja.** Beja. 6, 1949, p. 153-185.

ZIMMERMAN, L. J.; DASOVICH, S.; ENGSTROM, M.; BRADLEY, L. E. – Listening to the teachers: warnings about the use of archaeological agendas in the United States. In STONE, P. G. e MOLYNEAUX, B. L. (ed.) **The presented past. Heritage, museums and education.** Londres: Routledge, 2002, p. 359-371.

Making archaeological research available to the public: the case of Outeiro do Circo Project (Beja, Baixo Alentejo, Portugal)

Eduardo Porfírio

In memoriam

Isabel Alves Costa (1946 – 2009) in her passage by the University of Coimbra supported and encouraged a work that, unfortunately, was never delivered, and from which, later, was born the project of heritage education of Outeiro do Circo.

ABSTRACT

Outeiro do Circo is a Late Bronze Age settlement that has been studied more intensively since 2008. The site is limited by an embankment, half-hidden by a line of trees, hiding the remains of the defensive system. It was in this area that the first archaeological survey was made, being the following oriented to the knowledge of the in-walls space.

The study of an archaeological site is not possible without an approach to the surrounding territory, knowing, for example, the geological resources. Also, cannot ignore the landscape historicity and the underlying dynamics. In short, is necessary to understand the ways as the territory has been exploited and appropriated by human communities over time. For such, it became necessary a close contact with the local populations, making them to have an active part in the research process, because they, for what have experienced in the region carry a huge volume of information.

Beyond the actual archaeological research, the project has developed numerous and diversified activities of heritage disclosure and education mainly aiming the local communities. These events aim to present the archaeological site and its territory, but also to disclose the archaeologist work and the archaeological practice as a scientific activity. The adopted perspective considers the archaeological remains as elements of full right from the regions wealthy cultural heritage, hence resulting the need to work, in coordinated and integrated manner, not only with the municipality and the parishes, but also with other local social organizations.

Key-words: Scientific Disclosure; Public Archaeology; Heritage Education; Archaeological Heritage; Southern Portugal.

1. Introduction

Fascination. Tension. Conflict. These are some of the topics, that broadly and with some simplification, characterize people reaction, when for some circumstance of their life contact with archaeology. Apparently there is not halfway, although we may admit a big span of emotions among those three terms, we are led to conclude that archaeology does not leave almost anyone indifferent. Also we must take into account that the context in which the contact takes place determines, strongly, the adoption of a position within those topics referred. In fact, always that for some reason we have to state our profession in our daily life, our interlocutors react, normally, with a certain fascination, which, and without any statistical study attesting it, let's foresee that archaeology could have been the second job of a large part of the population. On the other hand, when the context is related to public and private enterprise, in which the archaeological practice is seen as "conditioning", the reactions have tendency to be of certain tension. This now stays suspended, now gets increasingly exacerbated or lessens, depending on the rhythm of the archaeological works and the appearance or not of past remains. In certain cases, although rare, is sure, the tension ends up in conflict. In conclusion, and paraphrasing Neal Ascherson, when thinking on this theme in the editorial of the first number of a journal devoted to the relation between archaeology and society, this author claimed that all problems emerge when archaeology "... moves into the real world of economic conflict and political struggle. In other words, they are about ethics" (ASCHERSON, 2000: 2).

The truth is that archaeological heritage, either seen as "conditioning" or as promotor of development, better or worse understood, depends fully on society, either for its valuation, either for its safeguard and protection. It was this need for social support that led Charles McGimsey to chalk out the expression "public archaeology" (McGIMSEY, 1972), for the role of society was and, is, of vital importance, not only to keep pressure over the political executives but in the sense of archaeological sites legal protection and application of funds for archaeological research, but also for effective protection of places of archaeological interest (McGIMSEY, 1972: 7). It is true that this happened in USA, country where the concept of State, as well as the notion of its social role and of the citizens, has important nuances regarding the perspectives of the European societies.

Another important milestone is the *World Archaeological Congress*, because, from that moment archaeology, still very subject to the initial presumptions of a science born in a context of imperial nature, begins to reject its Eurocentric ballast, while decisively pays attention to the present: "*Even though the superscription of archaeology still generally takes the form of a dedication to the long-dead, it was now perceived to be an activity conducted by the living among the living and even on the living*" (ASCHERSON, 2000:2).

Later, while the term "public archaeology" spreads throughout the American continent, Europe and rest of the world (ALMANSA SÁNCHEZ, 2011: 89), begin to proliferate a series of terms broadly similar or related, as for example: "*educational archaeology*" or "*public interpretation of archaeology*". While the first of these definitions concerns mainly the formal educational acts carried out in school context, the second defines a set of methods and technics used to make public the knowledge produced by archaeological research. Alongside, appear terms of even wider scope, as: "*cultural resource management*", that somehow seem to encompass the two previous definitions (JAMESON, 2004: 21; SCHADLA-HALL, 1999: 148), or "*archaeological resource management*" or "*archaeological heritage management*", referring to the legal mechanisms that acting on behalf of the public interest enshrine the protection of archaeological sites, now regarded as a finite resource (SCHADLA-HALL, 1999: 148). Given sequence to the previous sentence mentioned ideas, appears several conventions

and international treaties for the protection and defence of archaeological heritage (see for example: ICOMOS, 1990 and Council of Europe, 1992).

The specificities of archaeological practice in the New and Old World, which largely are the result of the contact of those two realities in colonial contexts, influenced decisively the conceptions from the new discipline devoted to the relationship between archaeology and society. Thus, in extra-European spaces and, more precisely in the American continent, there is an evolution on the relation archaeology/society towards a bigger complexity, ending, in some cases, by approaching the so called “community archaeology” (MOSHENSKA, DHANJAL: 2011).

In Portugal, the questions relating this theme were addressed in a quite shy way, this is, although national archaeology did not ignore completely the issue, the truth is that publications concerning this theme are not abundant. In general, we get the idea that the relationship between archaeologists and society, more than published, was practiced subject to diverse conditionings, where each archaeologist character and institutional feature, the opportunities disclosed by the several archaeological works and community own availability, played with no doubt a decisive role towards carry out activities for the public. This, without forget the activity of many museums and associations, that always developed programs in the field of heritage education, often in close bond with the educational institutions.

However, there are several works approaching the issue, this, although we have not done a systematic research, or to have it as a purpose. So, we will quote *en passant* only some publications, that one way or another have influenced the activities developed nowadays in the Outeiro do Circo Project.

In the 70's of the last century, Carlos Tavares da Silva (1977) publishes a small book where addresses, in a manner, today we will call contextualized, the questions related to the social function of the archaeological activity. Since the 80's that Vítor Oliveira Jorge, either through oral presentations either with various articles, has drawn attention to the social importance of the archaeologist role, to the need of the latter to make public the knowledge produced by its investigations, but also for the fact of this wealth of information be of central importance for protection, safeguard and valuation of heritage spread throughout the country, and so very, very far from the institutions that oversees it. This last aspect gives local population a relevant part in the defence of archaeological heritage, and for this to be somehow possible, is imperative that archaeological research is disclosed (JORGE, 1990, 2000, 2003). However, the role that archaeologist must play in this and other matters, as for example the ones related to the archaeological sites valuation, is not entirely consensual among the professional class, as can be seen through the reading of the various contributions to the Round Table – “*Conceptualization and interpretation in archaeology: current perspectives*” (ALARCÃO, JORGE, 1997).

Maintaining many of the assumptions already advanced by V. O. Jorge, but following critically the transition between the archaeological research while almost exclusive domain of the municipal entities and universities to the world of private and corporate archaeology, António Carlos Valera raised relevant questions on this issue. Having published several reflections on this theme, under the research project of the Castro de Santiago and the recent prehistory settlement of Fornos de Algodres region – that included also actions within the community (VALERA, 2007: 623-630), continued overtime to approach this theme, seen for example, when he stated that corporatization of archaeology had not introduced changes at the disclosing speech level, keeping many of the deficiencies identified at communication process level (VALERA, 2008: 16). To overcome these difficulties, proposes that the transmission of archaeological activities takes advantage not only of the public's taste for archaeology, but also the windows of opportunity available, in this case he refers specifically to preventive and

safeguard archaeology, that by its own execution conditions, melds – sometimes too much, – with the population daily life. On other hand, is not possible to deny society conditions to sustain the process of construction of the archaeological knowledge, with direct implications in the interpretation of the archaeological sites, being that these former disclosure and communication, cannot be done without the contribution of a narrative, once this have potential at sensorial dimension level that leads to the knowledge through other paths, ways that remain, in most part, unexplored by the rational and positivist scientific speech (VALERA, 2008: 21).

With the new century the approaches to these theme multiply itself, either through the action of some companies and associations linked to archaeology and heritage areas, the presentation of publications (cf. for example the nº 3 of *Praxis Archaeologica* journal, edited by the Portuguese Professional Association of Archaeologists), the doctoral or master degree theses (for example Antas, 2013 and Roque, 2012), through meetings – like the one where part of our work was presented: “1st Forum Museums, Companies and Associations of Archaeology – Dynamics and social problematics in Archaeology management in Portugal” (loosely translated). Everything added we observe an exponential increase of the activities centred in the reflections about the relations of archaeology with society – in such way that would be too boring an extensive overlook, – movement that ends up by achieving the legislator, once the New Regulation on Archaeological Works (Decree-Law nº 164/2014 of 4 November) consecrates, although vaguely and timidly, the obligation to make public the results of the archaeological works.

2. The Outeiro do Circo Project: A possible summary of the research

Outeiro do Circo is a Late Bronze Age settlement, located in the municipality and district of Beja. It occupies the heights of an elongated elevation placed in a relatively central position in the flattened area of the Alentejo penepain. This geographical position, combined with altitudes between 253 and 276 m, provides the site with a great visual dominance over part of the territory of the lower Alentejo, interrupted only in northern quadrant by a series of ridges with similar values to the ones of Outeiro do Circo (SERRA, PORFÍRIO, 2013: 16).

Figure 1. Location of Outeiro do Circo in continental Portugal Map. Source: Author.

The history of this site archaeological research, apart some references to ancient legends gleaned in the 1758 Parish Memories (AZEVEDO, 1896: 307; 1897: 220; 1900: 299), and a short mention of Abel Viana to the “(...) *thorp core of Outeiro do Circo (...)*” (VIANA, 1949: 153) truly begins with the publication, held by Rui Parreira, of the outcomes of surveys carried out in the 70’s of the last century. In this work, not only was presented a map of the defensive system, as also was proposed a date for the site’s occupation between the centuries X and VII BC, based mostly in the gather of pottery of burnished decoration fragments (PARREIRA, 1977: 35, 40). Later, in a work where is made an analysis of the fortified settlements from the Bronze Age of southern Portugal, the settlement map is enhanced by the inclusion of a stretch, of about 300 m long, of double line of walls (PARREIRA, SOARES, 1980: 112).

From this moment Outeiro do Circo is the subject of, either references more or less scattered in the literature (see for example BERROCAL-RANGEL, 1993; RODERO OLIVARES, 2005), either of disperse projects, that for various reasons where not partially or fully materialized (FERNANDES, PARREIRA, 1989; SERRA et al., 2007). In fact, it was never under any archaeological excavations until the end of the last century. However, some works carried out resorting to non-intrusive techniques in the subsoil, as aerial photography interpretation and

archaeological survey, contribute with new data to clarify certain aspects, such as the settlement area (17 ha), the probably main entrance identification, or still, the fact of the double line of walls stretches to all defensive perimeter at southeast and southwest (SERRA et al., 2007: 164) and not only a short stretch of about 400 m extension, as previously proposed (PARREIRA, 1977: 33; PARREIRA, SOARES, 1980: 118). It was also during this first research project, in the sequence of several surveys carried out inside the settlement, that was found an outcrop with “cup marks”, event that is not entirely unprecedented in Later Bronze Age settlements, although, these manifestations can also be from human communities’ activity that attended the site in previous historical periods (SERRA et al., 2007: 165; SERRA, 2014: 285).

The works of archaeological excavation only began in 2008, being done in one area of the defensive ramp apparently in a good state of preservation, as evidenced by the height differences, of approximately 4 meters, between the in and out walls point. These works were finished in the year 2013, when it was identified a defensive structure of complex nature, named as “*composite wall*”, radiocarbon dated from the last quarter of the II millennium B.C.E. (SERRA, PORFÍRIO, 2013: 22; SERRA, 2014: 79). The construction of this important defensive infra-structure, almost 11 meters wide, began with the construction of a baked clay ramp, after which were placed several layers of landfill, which besides flattening the land, worked as settlement base. Later, was built the upper wall, made of two parallel rows of stony blocks average sized, not cut. The inside space was clogged through deposition and compression of layers of earth and rubble. In the lower area was built another structure, called retaining wall, once, its structural big stony blocks, would be the mainstay for the ramps and platforms built on the slope. The retaining wall in its total occupied the area of a pre-existent ditch, with an “U” shaped section, of about 2m deep by 3m wide (SERRA, 2014: 79).

Figure 2. Topographic draw showing the location of the surveys areas. **Source:** Author.

The archaeological remains gather during excavations is overwhelming composed of pottery fragments, manually shaped, and made with resource to the coil, the flat slabs techniques or by pressure pulling. The wheel productions are obvious exceptions. At the surface treatment level are predominant the techniques of smoothing and burnishing, in contrast with the polished, smoothed and “cepilladas” surfaces clearly in minority. The fragments in which surfaces are remains of “cepillo” have an almost residual presence. The productions obtained through reducing carbon rich atmospheres, like the “soenga” type structures (pit-kilns), are numerically dominant when compared to the recipients produced with oxidizing cooking (SILVA, 2014: 170). Mineralogical analysis performed on some burnished ceramic fragments point to the fact that the cooking atmospheres were between the 600º and 900º C (OSÓRIO et al., 2013).

The metal artefacts – a finger ring, a pendant and a ring, – are very few as the elements associated to metallurgical activity. In this case we have: one casting cone, one crucible fragment with the inside surface vitreous and with metal adherences and, finally, two metal nodules. From this collection is possible, thus, to prove the existence of metallurgical practices in this settlement, being present elements that witness several episodes of that activity such: as reduction (crucible and metal nodules) or fusion and casts filling (casting cone). The analysis carried out allowed determining that the crucible must have been used in working gold alloys, while the remaining objects appear connected to bronze binary alloys metallurgy, with few variable tin contents and a very reduced percentage of impurities (VALÉRIO et al., 2013: 612).

Ended the intervention at one of the defensive system areas, the excavation works went on within another project “*The Late Bronze Age Settlement of Outeiro do Circo (Beja)*”. It was then possible for the first time to undertake geophysical survey on the settlement, thanks to the

cooperation with the Geophysics Centre of Évora. Two areas were chosen for evaluation covering the defensive system, to increase the available information on it. It was also studied another area inside the settlement near the highest point, with the purpose to define new places to implement new archaeological surveys. Complementary works were also carried out in several areas of the defensive system ramp, in order to substantiate the prolongation of the baked clay ramp, identified by excavation in the survey 1 and in a contiguous area. In this manner, and regarding the surrounding area of the survey 1, was intended also, to validate with geophysical works, the information obtained through archaeological survey and aerial photography analysis (SERRA et al., 2015: 173; OLIVEIRA et al., 2014: 39-40).

Following the geophysical survey that identified several abnormalities within the settlement area, namely two ellipsoidal shaped spots that might suit to habitational type structures, were made two archaeological surveying excavations. In one of these surveys, number 4, was not found preserved archaeological contexts, although many ceramic fragments were gathered. Now in the survey 3, whose excavation will only be concluded in 2015, were identified two cobblestones of circular trend shape, which however, had some damages caused by mechanized tillage. Up to the moment was only possible to dig partially one of those contexts. After removing several layers of stones, appeared a structure dig in the geologic substrate, with a maximum diameter of about 3,5 m, lessening as it goes deeper. From one of the fillings was gather, partially broken, a stony block with “cup marks” (SERRA et al., 2015: 173).

3. Public awareness on archaeological issues and Heritage Education in Outeiro do Circo Project

The Outeiro do Circo project was thought to be much more than an archaeological excavation, performed in summer by a series of individuals coming from an university environment that finishing their work, went back to their places of origin taking with them the researches outcomes very well packed in duly labelled bags. Beyond the site and surrounding territory archaeological research, the Outeiro do Circo project was conceived also with the aim of making public the archaeological heritage, incorporating for it some basic principles, such as: the need of having a strong and of long time presence near the local communities, and, the adoption of methodologies capable of maximize, at research level, the knowledge held by the inhabitants about their region. This way, the basic structure of the project stood on a triangular scheme, in which vertices were placed the mentioned scientific component, the heritage and, at last, a third which, initially was named as “public/social”. The development achieved by the actions carried out under the “public/social” aspect, as the interest shown by the community and local institutions, forced the creation of a programme to make public the archaeological research developed in Outeiro do Circo, where the heritage education has a relevant part. Truly with time and, due to certain constraints, each of those components ended up having different rhythms of evolution, achieving, also, differentiate objectives. Within the exposed triad, the heritage component is that which has been more difficult to bring from paper into reality, for reasons that do not fit, at all, in the aim of this work. On the other two remaining components, is possible to see the developed work, not only from this text content and its bibliography, but also through carried out and planned activities, and above all from the project’s presence on internet and social media.

The triangular structure of the Outeiro do Circo project aimed to have each of its components in truly intercommunication with each other. However, as happens in all projects, also in this case was necessary to make changes accordingly with the constraints appeared during the works development. More specifically, we are referring to the development with origin in the

activities devoted to raise public awareness in archaeological issues, and to the great interest they arouse, becoming imperative the presence of a project specifically oriented to that perspective. This project appeared not only to answer the numerous problems that “casual management” entailed in planning of activities, but also to fulfil the lack of a planned and systematized communication strategy. On the other hand, there were some situations that could condition the project relation with the public, such as the difficulties in accessing the site, or the lack of archaeological structures preserved and prepared to public fruition. The only structures present in Outeiro do Circo belong to its defensive system and remain hidden under a thick drop of stones, which, by its turn, is concealed by a lush thicket growing under some sylvan trees. To resolve these problems and use the advantages of the place – namely its excellent visibility and some specifications of the resident flora, was made a narrative for the site, based not only in the assumptions of the landscape archaeology, but also in the importance of the archaeologist work to unveil the landscapes shapes that remain fossilized in the territory. In fact, the landscape is a cultural value resulting from the joining action of human beings and nature in a given geographical area, has an intrinsically historicity possible of being apprehended through an interdisciplinary studies programme, in which archaeological research plays, without doubt, an important role (JORGE, 2000: 97).

The narrative used in the several heritage education activities is supported in didactical strategies and resources, made according with the capabilities and constraints of the research project, and the archaeological site main features and its surrounding territory. These aspects were approached and developed in a first publication (PORFÍRIO, SERRA, 2012), in which were described the main public awareness of archaeology and heritage education activities done from 2008 to 2010, and were also presented some theoretical and methodological assumptions underlying the “public/social” component of the Outeiro do Circo project.

Although the several activities of public awareness of archaeology and heritage education that, since then, have been developed keep in general the same model, based mainly in several types of public presentations (such as lectures and conferences, for example), in exhibitions, articles and press releases, or yet guided visits (PORFÍRIO, SERRA, 2012). These activities have, however, suffered some adaptations, according the accumulated experience, the results obtained and the expansion of knowledge over these themes. On the other hand, new actions were developed, as for example events concerning experimental archaeology, or hiking that, although passing through Outeiro do Circo, have the main purpose of physically travel along the geographical area of this settlement territory.

Figure 3. Guided tour to Outeiro do Circo on World Tourism Day. **Source:** Author.

Regarding the first set of activities, that largely had already been redrawn in the previously mentioned work (PORFÍRIO, SERRA, 2012), the adaptations did not alter the main feature of those events, that is, are actions based, essential, in the word’s power of information, either through orality, either through its written form. In these cases the communication process is defined, mainly, by the active role of an educative mediator (ANTAS, 2013: 316). This way, the developments are mostly related with the use of new strategies and didactical resources supporting the communication, widening these activities to new publics, but also with the intensification of networking with various local entities and institutions and, at last, with the inclusion of the project activities in institutional events of national essence.

The use of didactic resources aims to counterbalance the weight of the oral communication in most of the activities of public awareness of archaeology developed. The adopted solutions are the creation of archaeological replicas, for display in exhibitions or public communications, but also to choose some archaeological objects representative of the entire asset gather in the Outeiro do Circo excavations. In the last case, the selection, made by artefacts and ecofacts,

turned out to be an authentic “*visitor kit*”, aimed to accompany the oral exhibition during the guide tours to the settlement, that, so far, was only supported by images presentation.

Figure 4. Usage of a replica of a cup type Santa Vitória in a public presentation carried out in that locality in the International Day for Monuments and Sites (2015). **Source:** Author.

The resource to these didactic elements tries to take advantage of what might be called as the archaeological object “*aura*”¹, exploring the emotional dimension underlying the direct involvement with past remains (MOSHENSKA; DHANJAL, 2011: 3). Features, that in large measure are responsible for the good educative results obtained with these type of strategy, fitting on what British call “*hands on education*” (MERRIMAN, 2004: 93; UCKO, 2002: xxi; ZIMMERMAN et. al, 2002: 364). It must be stated that this kind of action is not a pure and simple return to what was called the archaeological object “*fetishism*”. On the contrary, the function of the “*visitor kit*” is, above all, demystify some notions quite entrenched on the common sense, such as that archaeologists seek exclusively for fossils, dinosaur eggs, treasures and other objects of uncommon or exceptional features. Contrariwise, our perspective disclose archaeology as a science that studies mainly the “*common*”, understood as the daily life of those communities that lived in a time of which any written testimonies were left.

Figure 5. The use of the “*visitor kit*” during one guided tour to Outeiro do Circo. **Source:** Author.

The use of replicas and archaeological objects, although requiring some careful in its display and manipulation, even facing a small dimension group, equally permits to avoid long descriptions full of technical terms (what happened frequently in our case, for example, always that we tried to speak of ceramic of burnished decorations), once the direct contact with the object, further being more sensorial stimulating, gives the visitor a more active role in the activity (MERRIMAN, 2004a: 101). In order to manipulate, feel or describe an object no archaeological knowledge is necessary. On the contrary, it is often frequent the participants to highlight in the object, details and features different from the ones valued by archaeologists. The object transforms, thus, in a dialogue facilitator, opening doors to the raise of problems and to approach pure technical questions (How was it done? Why? Whom by? What purpose? What function? etc. ...), or even more complex themes, as those of socio-economical nature or of ideological context.

Although the use of experimental archaeology might be seen as one more activity in the search of new didactical resources, the trued is that, for our project, its origin lies in specific questions raised by the archaeological research developed in Outeiro do Circo , specifically, in the questions placed by the ceramics studies. In this case is of highlight the collaboration of Ana Bica Osório that, in the course of its doctoral thesis (OSÓRIO, 2013), has researched the burnished decorated ceramics from several Bronze Age settlements, including Outeiro do Circo. Also in this field is of mention the master thesis of Sofia Silva (2013), in which a deeper approach to the ceramic production of Outeiro do Circo was made, namely the fragments gathered in some layers of the survey within the settlement defensive system.

The experimental archaeology activities appeared; thus, from the need of better understand some of the Outeiro do Circo ceramics features, relating it with the several phases of its operatory chain. Two main events were made, that served as basis for the following achievements: “*FaCta (fogo [fire], água [water], Cerâmica [Ceramics], terra [earth] e ar [and air])*” that took place in Mombeja in April 2013, having as target the population of Beja municipality, and later, “*You do, I break...together we stick. Contributions of ethnography and experimental archaeology in ceramics interpretation*” (loosely translated). This last initiative was based on a project from Ana Bica Osório, financially supported by the Archaeological

Association of Algarve, and implemented in the Archaeology Institute from University of Coimbra with the collaboration of the Archaeology course students (OSÓRIO, 2013: 306).

Figure 6. Activity Poster: "You do, I break...together we stick. Contributions of ethnography and experimental archaeology in ceramics interpretation". **Source:** Author.

With "*faCta*" the idea, essentially, was to explore the potential of the Outeiro do Circo clays for ceramics production, so as, to compare the technical aspects of modelling and cooking the objects produced by participants, with the Bronze Age ceramics. In the second case, new methods of measuring the cooking temperatures were tested, introduced new practices and tested by comparison clays from different sources (OSÓRIO, 2013: 306).

Figure 7. Activity Poster: "*FaCta (fire, water, Ceramics, earth and air)*". **Source:** Author.

Through this text we tried (so far) to avoid, deliberately, the use of the expression "broad public", wherever possible resorting to synonyms or equivalent words. And with it to avoid a question, that of older and debated has become a commonplace, that is, of the lack of what is normally called "*general public*". On the contrary, what the different approaches to the phenomena of reception in the cultural sector have highlighted was the presence, not of one, but of several publics (AAVV, 2004; MERRIMAN, 2004: 2). One of the practical consequences of this question to the Outeiro do Circo Project relates with the, obvious, fact that each activity must be prepared concerning the different audiences. This can be a relatively simple issue, when the events are for previously selected audiences, or having place in quite specific contexts, as for example the initiatives with students, or in schools. Or still the case of the Bronze Age besiegement course, carried out in Mombeja, for the Portuguese army members. In contrast, the activities for the local and regional communities achieve quite diverse social sectors, concerning its involvement in the activity, but also its age group, cultural and academic background, economical income level and, this just for quoting some of the most upcoming indicators. So, it is possible in the same activity to have participants that, for example, understand concepts as historical or geological periods, as elements, for whom these questions are completely unknown. And, as it's known, one of the basic principles of the communication assumes that both, the emitter as the receiver, share among them a minimum set of concepts and conventions.

How to communicate effectively in such contexts is, however, a problem for which does not exist, nor do we have, an answer prepared *a priori*. Nonetheless, during the preparation of each activity we adopt some principles that might, so we hope, contribute to improve the quality of communication. Thus, whenever possible we try to avoid one-way communication – archaeologist – receptor/audience, – fomenting and favouring the communication feedback. Although, unidirectional communication still prevails, so it is important to preview a long period for debate, or a questions and answers session. Despite trying to foster an informal atmosphere for dialogue, will always be participants that feel excluded from the themes approached, being in these cases necessary to use other strategies as a more personal approach, that being more effective is not feasible on a large scale. Finally, must be valued the critical assessments, aiming to see if the purpose of the activity and of the communication were achieved, acknowledging if the message transmitted matches somehow the one intended to convey. The quality of the diagnosis highly improves if the critical assessment is made by an element outside of the project issues. From this diagnosis, is possible to identify the deviations to the aims of the communication, to isolate the details that need to be modified and, work towards its correction, observing the elementary principle that all errors contain itself a pedagogical value.

Internet and mainly the social networking websites are means of communication that, beyond being relatively inexpensive and expeditious, enables a wide territorial range, having, perhaps

as main barrier only the language. However, the use of this technological media imply always the knowledge of its limitations (McDAVID, 2004: 199), being necessary to pay attention that, despite its importance for the information and knowledge democratization, the internet and associated tools, are also factors of exclusion of population segments, whose economic power and knowledge domain does not allow the use or even access to the communication networks² of the digital age.

The Outeiro do Circo Project owns, almost from its beginning, a blog (www.outeirodocirco.blogspot.com) and a Facebook page, two of the main forms to communicate in internet, with some messages published in *Archport* (the oldest online forum of Portuguese archaeology). The use of these platforms has been improved over time, thanks to tools as Google Analytics, or others, that provide diversified statistics about websites visits. Allowing also, performing a relatively extensive characterization not only of the users' profile but also of their interaction with the available contents. Crossing this data with the experience obtained since 2008 (blog start date), was possible to improve the communication strategy in this domain, for example, through defining the hours and days of the week more suitable to disclose a certain publication. More recently, and, within a curricular trainee of a student, João Chinita, from the Arts and Multimedia course from the Superior Scholl for Education of the Polytechnic Institute of Beja, was created a website for the Outeiro do Circo Project (www.outeirodocirco.tk). During this process were also made some illustrations to disclose, didactically, some daily life aspects of the communities that have occupied the settlement during the Late Bronze Age.

The inclusion of Outeiro do Circo and its probable geographical territory on the path of several hiking itineraries, is another example of one of the main features of the heritage educational project we develop, this is, we aim that archaeology and archaeological research are, not only seen, but also understood as another local potential, along with handcraft, gastronomy or traditional architecture, in short, and using one of the buzzwords currently in vogue, of all that constitutes the tangible and intangible cultural heritage of a region. In the intangible heritage, beyond the "*cante alentejano*" (Alentejo's "traditional two-part singing performed by amateur choral groups", according with UNESCO's explanation), which recently received wide media attention because of its classification by UNESCO as intangible cultural heritage of humanity, also were considered other local values, emphasizing especially the poetry of popular nature or ethnobotany. The use of these elements allows to establish bridges with local community, also enabling to gather, through audio and video support, a set of information that although numerous and dispersal, is sometimes of great added value to the knowledge of the under study territory. In this aspect we may refer to the listing of springs, wells and others water resources in the Outeiro do Circo surrounding area, some of them related with legends and popular stories, but also the record of ethnobotanical data, being part of this knowledge already studied (CARVALHO, 2006).

Figure 8. Visit from the Group of Friends of the National Museum of Archaeology. **Source:** Author.

In the case is of note, the location in the vicinity of Outeiro do Circo of the biological micro-reserve of Colmeais, owned by Quercus – National Association for the Preservation of Nature. This space houses and protects holmoak, traditional olive groves and wet meadow areas, being unquestionable important, given the great and constant transformation of the surrounding landscape nowadays, in consequence of the development of irrigated agriculture related with Alqueva project.

Through local hiking's organization is also possible to launch contact points with local geology and natural heritage, which is very rich at flora and faunal level, and widely unknown of the local communities. In this sense, is extremely important the specialists' participation from

diverse scientific areas such as biology or geology, for example, what turns this walks into free classes, of truly multidisciplinary character, placing them as authentic learning moments in non-formal environment. To achieve these goals is essential the work developed with several local entities, from higher education schools as Polytechnic Institute of Beja, local associations, as Badajan – Association for Development of Beringel or Sports and Cultural Group of Mombeja, including mandatorily the Municipality of Beja and regional parishes. Over time and after organizing several activities, were firmly binding institutional relationships, from which have resulted not only an increase in quality of disclosure of the project's actions, as the inclusion of these in regional and national range events, as for example the European Heritage Days, Tourism National Day or the International Day for Monuments and Sites.

The Outeiro do Circo project has limited human and financial resources, being this a decisive factor when to determine a communication strategy, furthermore when was intended that this, despite the mentioned limitations, would reflect not only the project main goals, as also all the archaeological research project, either from fieldwork, either from laboratory. In this way, was also conceived a communication policy privileging the local and regional dimension, although not neglecting entirely the national and international dimension.

The relationship of archaeologists with the media is not always peaceful and, many of the mistakes are due to the lack of knowledge on our professional class about the journalists' methods and rhythms of work. It is very important to assess if what we want to disclose through the media has, or not, news material and, if so, what is its scope. Local or regional? National? On the other hand is also important to account for the differences between the several media, because each one implies adjustments at text and information to be disclosed level. The elaboration of a press release either for radio, either for newspapers must respect, at least, the basic and simple rules of a news text which may be consulted in any communication manual, even a basic and succinct one. Compliance with these standards contributes greatly to avoid bad communication situations where the main harmed ends up, invariably, being the message content (GRANADO; MALHEIROS, 2001: 31).

In the project early years was difficult to have the press releases accepted by the journalistic community, over time, with the project evolution, by organizing a portfolio of contacts and the support of the Municipality of Beja press office, the project impact on media grew. At a point that nowadays are the local newspapers and radios journalists, whom select, normally from the blog, the issues they consider to have value as news.

4. For Closing

The toponym "Outeiro do Circo" is, by itself, an evidence of several interpretations coexistence on the archaeological heritage, coming from various cultural levels and that most of the times are not likely to meet. Despite the name to be used frequently in the archaeological bibliography and already appear in the 1758 Parishes Memories (AZEVEDO, 1896: 307; 1897: 220; 1900: 299), seems that, over time, stopped being used. With the first archaeological works in the settlement, we observed, surprised, that the toponym was not immediately referenced to the place by the Mombeja inhabitants and, even of some from Beringel. It was necessary to define the location of the wanted elevation, giving as reference point "Monte do Circo". We stated that the site was known locally as the "Walls" (3), explained by the difficulties felt by the agricultural machines when ploughing certain areas with buried structures. Thus, we have two names for the same site, something that not being properly unprecedented reflects clearly the lack of communication among two different social components, namely those dedicated to scientific research and the local communities. In such

way that, if it was not for the resistance of the archaeological structures to ploughs, the regional population would end up by losing completely the Outeiro do Circo memory as archaeological site, for even the legends gather in the Parishes Memories already are forgotten.

One of the project's first actions was the restatement, in the local community, of the historical and heritage added asset of Outeiro do Circo settlement, using for such, the attention, that over time, the national and international scientific community has given to the site and displayed in numerous bibliographic references (PORFÍRIO, SERRA, 2012: 880). Although this is an argument under the positivist notion of science, the project of heritage education and public awareness of archaeology of Outeiro do Circo was conceived to, somehow, try to obtain a balance between the role of the archaeologist(s)/researcher(s) and of the participants, this is, to grant a more active role of the latter's, without completely deny the main role of the firsts.

Figure 9. Visit to excavations from the ATL of Santa Vitória, including the participation of young people and childrens in the archaeological work. **Source:** Author.

This posture actually means an intermediate position between two models for the transmission of scientific knowledge, as presented by Nick Merriman (2004: 5-6), called "deficit model" and "multiple perspective model". The first model is within a scientific knowledge disclosure movement, moved by the fact of a society more familiar to science be, not only a force of work with more economic potential, as also a set of citizens capable of taking democratically informed decisions (MERRIMAN, 2004: 5). As for the second model, values essentially the role of the individual as active part of the knowledge acquisition process and, in that argument sequence, argues the science authoritarian role. The fact is that, in its final consequences, this model stays to close of the absolute relativism, what might also mean the destruction of archaeology's credibility as science (MERRIMAN, 2004: 7). However, and without subscribing fully the constructivist position at interpretation level, is undeniable that within our interaction with the world we are building, deconstructing and rebuilding much of our knowledge, thus as many of our feelings. In this process clearly marked by social interaction, the individual's experience intervenes, direct or indirectly, by selecting those elements that considers relevant according the previous experience and the subject ethical values (MERRIMAN, 2004: 134).

In this manner, it seems to be relatively clear that the participants in the various activities devoted to raise the public awareness of archaeological research developed in Outeiro do Circo will reserve for themselves an active part in drawing up their own interpretations and, this will happen regardless of the more or less imposing or authoritarian position of the researcher/pedagogue. From this perspective assumes special importance an effective communication strategy, because, disclose is in large measure communicate. Although the process of communication may seem like something innate or spontaneously acquired during social interaction, the reality shows the opposite, a good communication requires a learning process and the acquisition of a series of knowledge. For this, the communication strategy of the Outeiro do Circo Project is a big and constant challenge, demanding a permanent re-evaluation based mainly on the critical feedback given by the participants in the project's activities.

Although we always have tried to avoid a specific name to this Outeiro do Circo Project component, either because it does not fit accurately in the numerous terms and definitions, either for the translation of these latter to Portuguese language do not adjust to the national context, as the example of "Public Archaeology", that brings ambiguous senses not immediately perceptible by all parts, namely by those not aware of these issues. It was for this

reason that in a first article dedicated to the theme, our option was to use the expression «project of “social” archaeology» (PORFÍRIO; SERRA, 2012), being the word with quotation marks, the symbol of the discomfort felt in the search for the appropriate name. We found the proper sense in the concept of “heritage education”, once having some tradition in our country (see for example, DUARTE, 1994) and abroad, especially in Brazil, is a concept that fits perfectly in the broad notions of cultural heritage currently in vogue and that were at the base of the scientific knowledge disclosure process carried out in Outeiro do Circo project. In this way our work is largely inspired on a note from Nick Merriman (1989: 23): *“(…) it’s only by education that archaeologist can possibly hope to stimulate interest in the subject and care for the archaeological heritage, and it is only by getting out and doing it ourselves that this can be achieved.”* (MERRIMAN, 1989: 23).

The definition needs, nevertheless, some comments, in first place, we speak of education in a non-institutional context, non-formal, but although education, once this is a broader process including all society, including family, the institutions, the media, thus as other members among which are archaeologists. The latter cannot apart from the responsibility to contribute for the construction of cultural and heritage values within their society. And if the late affirmation can be considered as granted, the way as archaeologists contribute to the definition of cultural heritage of a particular community, this, is in itself an issue under discussion, worthy of other initiatives such as the one that took place in November 18, 2014 at the Museum of Prehistoric Art in Mação.

NOTES

(1) The use of this term is here done, following a work by Nick Merriman (2004: 101), in a sense very near that used by Walter Benjamin to name the unique characters, authentic, defining an original art work, when compared with the reproductions of that same art work carried out through different technical processes.

(2) This was in times one of the great Mombaja problems where access to mobile network was quite deficient and restricted to certain areas of the village, reason for one television reportage, and after complains by population to RTP’s journalists when they held a televised work on Outeiro do Circo in August 2010 (PORFÍRIO, SERRA, 2012: 886). By coincidence or perhaps not, this question was solved short afterwards.

(3) Beyond the two quoted toponyms, it might also be added that in the Military Charter of Portugal, scale 1:25.000, sheet nº 520, the elevation where is the Outeiro do Circo has the name of “Cabeços da Corte Garrana”, a toponym nowadays also not known by the local communities. Also of mention, is that the toponym “Walls” appears in the Mombaja parish cadastral charts at the Outeiro do Circo highest point.

English Language Version: Ana Graça (anagraca@ipt.pt)

UMA REFLEXÃO SOBRE DIVULGAÇÃO DA ARQUEOLOGIA A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA EM MEIO EMPRESARIAL

Miguel Serra

Palimpsesto, Estudo e Preservação do Património Cultural, Lda.

Av^a Aquilino Ribeiro, Prédio Mário Torres, 1^o Dt^a

3650-119 Vila Nova de Paiva, Portugal

miguelserra@palimpsesto.pt

Uma Reflexão sobre Divulgação da Arqueologia a partir de uma Experiência em Meio Empresarial

Miguel Serra

Historial do artigo:

Recebido a 12 de maio de 2015

Revisto a 26 de junho de 2015

Aceite a 06 de julho de 2015

RESUMO

A realização de um trabalho de arqueologia de salvaguarda em meio urbano ocorrido na cidade de Beja entre 2006 e 2007 serve de mote para uma reflexão sobre formas de divulgação da arqueologia em meio empresarial.

Em muitas ocasiões este tipo de enquadramento institucional não proporciona condições ideais para a divulgação dos resultados obtidos no decurso dos trabalhos arqueológicos, apesar da forte visibilidade e exposição pública inerente à realização de intervenções arqueológicas em meio urbano e sobretudo em espaços públicos muito frequentados como sucedeu com o exemplo selecionado.

O caso apresentado é marcado por uma clara conjugação de interesses entre os vários intervenientes, que proporcionou uma forte componente de divulgação ao público através de várias atividades quer no decurso dos trabalhos, quer após o seu fim, prolongando o seu impacto no tempo.

Pretende-se demonstrar com este exemplo que a sensibilização dos vários agentes envolvidos neste tipo de intervenções para as questões da divulgação do património arqueológico podem ser alcançadas mesmo sem uma planificação prévia, desde que exista um assumir da responsabilidade do arqueólogo na capacidade e obrigação de identificar as condições objetivas necessárias à construção de uma Arqueologia Pública.

Palavras-chave: Divulgação, Comunicação, Arqueologia de Salvaguarda, Arqueologia Pública, Empresas de Arqueologia

1. Introdução

A divulgação do património arqueológico no âmbito de intervenções de salvaguarda nem sempre se afigura como uma tarefa fácil devido a uma série de constrangimentos próprios deste tipo de trabalhos.

Escolhemos como exemplo um trabalho por nós realizado em meio urbano por ter sido possível nesse contexto criar um programa de divulgação e de partilha do conhecimento produzido.

A integração da componente de arqueologia em âmbito de obras, quer públicas quer privadas, retira margem de manobra e por vezes independência que podem configurar situações de clara restrição em termos de divulgação do conhecimento. No entanto importa identificar as desvantagens e vantagens deste enquadramento para tentar delinear estratégias comunicativas que permitam otimizar o grande impacto que caracteriza muitas vezes estas intervenções.

Desde logo, no campo das desvantagens, e baseados meramente na nossa experiência pessoal de vinte anos de trabalhos em meio urbano quer em contexto de investigação quer sobretudo de salvaguarda, surgem-nos muitas vezes as limitações à comunicação com o público impostas pelos próprios donos de obra pelo receio que têm de eventuais interferências nos projetos por parte de agentes exteriores. Os impactos negativos causados junto da população local sempre que existem obras de certa envergadura em meio urbano, nomeadamente nos centros históricos, é um outro efeito que pode criar óbvias dificuldades à divulgação. O facto destas intervenções arqueológicas decorrerem no meio de grandes pressões por parte dos promotores que por sua vez são também pressionados pelos poderes políticos e pelas populações, leva a que tenha de existir uma grande rapidez de execução que nem sempre permite uma conciliação pacífica com a disponibilidade de tempo necessária para dedicar a atividades divulgativas. Nestes trabalhos aplica-se exaustivamente o princípio da conservação pelo registo o que também contribui para a realização de intervenções pautadas pelo cumprimento rigoroso de prazos muitas vezes desajustados do tipo de contextos a intervir que apenas são minimizados em áreas muito reduzidas em muitas vezes insuficientes para a compreensão dos vestígios detetados (1).

Tradicionalmente também constatamos que a maioria dos promotores não demonstra sensibilidade para a especificidade que caracteriza as intervenções arqueológicas, sobretudo por desconhecimento e falta de experiência com esta realidade. Este tipo de situações leva na maior parte dos casos a que haja uma deficiente articulação entre os vários envolvidos que pode atingir consequências danosas para a proteção do património arqueológico. Do mesmo modo assiste-se frequentemente a uma falta de disponibilidade orçamental, para além das mínimas obrigações legais, o que leva a escasso investimento em ações de divulgação por parte de quem contrata os serviços de arqueologia.

Mas nem só do exterior surgem as desvantagens. As próprias equipas de arqueologia têm muitas vezes responsabilidades por terem uma fraca estratégia de comunicação (com o público e com os próprios promotores), ou nem sequer a terem! Este exemplo pode ser ainda mais agravado quando as equipas de arqueologia possuem um deficiente conhecimento das realidades e dinâmicas locais, situação relativamente frequente devido a uma cada vez maior repartição geográfica do trabalho que faz com que muitos profissionais de desloquem em intervenções por todo o território nacional e com grande frequência sem muitas vezes terem tempo de conhecer aprofundadamente os locais onde vão intervir.

No entanto também identificamos algumas situações de vantagem que podem ser utilizadas para incentivar a criação de estratégias de comunicação.

Em primeiro lugar há que ter em conta a grande visibilidade inerente a muitas destas intervenções urbanas e a possibilidade de por vezes ser proporcionado um contacto direto e permanente com o público ao longo dos trabalhos. A multiplicidade de intervenções que podem ocorrer por exemplo no decurso de um acompanhamento de obra em centro histórico

(pela grande quantidade de vestígios que podem surgir e que terão de ser intervencionados) gera uma capacidade de recolha de informação muito variada que facilmente pode ser transformada em discursos atrativos a vários públicos que regra geral revelam um certo fascínio e curiosidade pelas ruínas escondidas sob os arruamentos das cidades que habitamos (LEMOS, 1999: 96).

Como aspetos positivos também reconhecemos uma cada vez maior valorização social da arqueologia (apesar de julgarmos que não atingiu níveis satisfatórios face à quantidade de trabalhos e investimentos realizados, concordando com a ideia de uma certa regressão na visibilidade da arqueologia [SILVA, 2008: 17]) e também uma maior responsabilidade social de alguns promotores sobretudo quando se trata de entidades com grande peso social e uma imagem corporativa positiva.

Por fim, devemos acrescentar que a profissionalização da arqueologia, que assim deixou de ser uma atividade sazonal apenas concretizada em âmbito académico ou de investigação, levou à criação de um vasto corpo de arqueólogos com experiências técnicas e científicas muito variadas que proporcionam uma grande capacidade de adequação a realidades diferentes.

2. Arqueologia de Salvaguarda e Arqueologia Pública

A Arqueologia urbana em Portugal é matéria de desenvolvimento relativamente recente pois só nos anos 80 do século passado se estendeu a diversas cidades depois de algumas experiências anteriores algo pontuais (LEMOS, 1999: 93). Mas seria a partir de finais da década de 90 e no início do século XXI que se registaria um crescimento exponencial motivado por inúmeros projetos de reabilitação urbana e de renovação de infraestruturas coincidente com a criação de uma tutela legal para a arqueologia que nunca compreendeu a especificidade da arqueologia urbana permitindo que esta fosse “(...) engolida pela Arqueologia de Salvamento” (LEMOS, 2006: 16).

A cidade de Beja não é exceção a esta prática generalizada uma vez que não se pode falar da existência de um projeto sistemático de estudo urbano no sentido em que não se criaram as condições para estabelecer uma equipa permanente com capacidade de atuação ao nível do planeamento e realização das intervenções arqueológicas. Existem no entanto exemplos de continuidade no estudo de Beja (ver por exemplo o projeto “Arqueologia das Cidades de Beja” em LOPES, 2010 para além dos trabalhos antigos regulares que Abel Viana realizou na cidade [PASSOS, 1986]), mas a maioria das intervenções são de natureza fragmentada e decorrentes de obras públicas e privadas cujos promotores contratam prestadores de serviços de arqueologia para a sua execução, não existindo por exemplo um gabinete local que faça a articulação entre os múltiplos intervenientes e que atue ao nível de um projeto urbano com objetivos claros (2).

Deste modo, a maioria das intervenções arqueológicas em Beja integram-se na chamada Arqueologia de Salvaguarda e são realizadas por empresas de arqueologia ou arqueólogos a título individual, generalizando-se a prática dos acompanhamentos de obras. Este tipo de atuação em arqueologia exige uma adequada preparação técnico-científica do arqueólogo responsável, para além de experiência e capacidade decisória para se poder assegurar a monitorização da execução de um projeto com o mínimo prejuízo no seu desenvolvimento mas garantindo a capacidade de atuação das tarefas de arqueologia sempre que necessário (SILVA, 2005: 467). Neste âmbito privilegia-se a necessidade do arqueólogo centrar a sua atenção no rigor metodológico e deontológico pois que os contextos alvo de processo de

minimização encontram-se em vias de destruição definitiva o que impede o acesso posterior ao terreno para novas averiguações (SARRAZOLA, 2000: 54).

Estes fatores contribuem para que as ações relacionadas com a divulgação do conhecimento surjam como interesse marginal ou secundário com reflexos também ao nível da escassa produção de conhecimento resultante de trabalhos de arqueologia de salvaguarda (VALERA, 2007).

Mas também dentro da própria arqueologia existem barreiras que condicionam a forma como se criam discursos dirigidos ao público em geral por esta enfermar de uma tradicional dificuldade em comunicar, mantendo uma linguagem demasiado técnica e especializada, aliada à insuficiente formação de muitos arqueólogos que trabalham em âmbito empresarial o que cria limites à sua capacidade de comunicar com o exterior (VALERA, 2008b: 16).

A necessidade de comunicar, aumentando o raio de ação da arqueologia, parece não ser ainda uma preocupação generalizada na maior parte dos arqueólogos ou das entidades que hoje desenvolvem a maioria das intervenções em arqueologia.

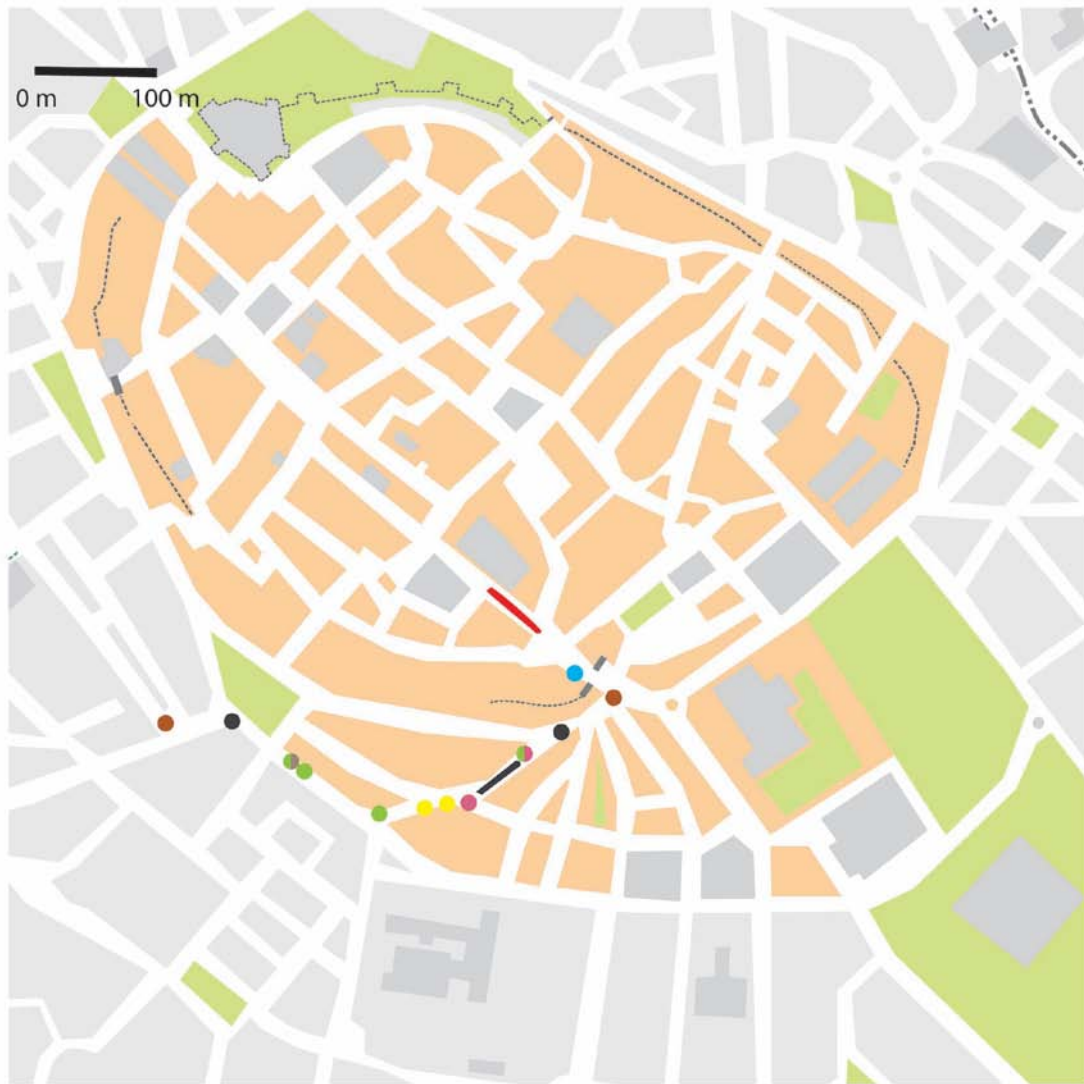
3. Algumas Notas Prévias

Os trabalhos arqueológicos que servem para ilustrar o tema proposto foram desenvolvidos pela empresa de arqueologia Palimpsesto, Lda. na cidade de Beja, tendo como promotor a empresa municipal EMAS, EEM.

Apesar do objetivo deste texto não se centrar nos dados arqueográficos, impõe-se uma breve explicação sobre o tipo de trabalho realizado e sobre os principais dados obtidos para uma melhor compreensão dos impactos criados e de algumas limitações sofridas em termos da divulgação pública.

Estes trabalhos consistiram na realização de um acompanhamento arqueológico em meio urbano integrado num projeto de renovação de infraestruturas de abastecimento de água que decorreram entre Outubro de 2006 e Março de 2007 sob a direção científica do signatário. Ao longo dos trabalhos, e à medida que foram sendo detetados diversos vestígios arqueológicos, houve necessidade de se proceder à realização de sondagens arqueológicas de avaliação de forma pontual para salvaguarda e caracterização das realidades identificadas.

A obra implicou a abertura de valas em várias artérias localizadas na parte sul da cidade de Beja, abarcando zonas intra muralhas e outras no exterior da cerca medieval.



- | | | | |
|--|--|--|--|
| ● Cloaca | ● Poço | ● Lixeira Época Moderna | ● Infra-estruturas de Época Moderna/Contemporânea |
| ● Silo | ● Enterramentos Islâmicos | ● Sepultura Romana | ● Piso romano |

Figura 1. Cidade de Beja com localização das principais ocorrências. Fonte: O Autor.



Figura 2. Abertura de valas na Rua de Mértola. Fonte: O Autor.

As áreas intervencionadas mais sensíveis em termos arqueológicos correspondiam à Rua Conde da Boavista, situada no interior do perímetro muralhado, onde se regista a presença do Convento de Nossa Senhora da Conceição, atual Museu Regional Rainha Dona Leonor, e a Rua de Mértola em conjunto com a Rua das Portas de Mértola, que para além de ostentar duas torres medievais, registava ainda a possível existência de uma necrópole islâmica (TORRES, MACIAS, 1998: 146 e 149; MACIAS, 2005: 141). Fora as áreas assinaladas não se registavam informações relevantes sobre eventuais vestígios arqueológicos na zona do projeto, apesar da

realização de alguns trabalhos de arqueologia preventiva onde não se assinalaram dados relevantes (SERRA et al., 2007: 701).

No decurso dos trabalhos confirmar-se-ia a existência da necrópole islâmica, através do aparecimento de dois núcleos com inumações na Rua de Mértola e um outro na Rua Gomes Palma, registando-se um total de 19 enterramentos distribuídos por uma extensão de 225 metros (SERRA, 2009: 650; SERRA, 2012: 235), que foram datados do final do século X e inícios do século XI (SERRA, 2012: 241). Outros elementos dignos de relevo que foram detetados nos trabalhos de acompanhamento arqueológico referem-se ao aparecimento de um troço, com cerca de 40 metros de extensão, do sistema de *cloacas* romanas de *Pax Iulia*, localizado na Rua Conde da Boavista e uma inumação detetada na Rua Gomes Palma, datada do século III e com características algo peculiares (SERRA, 2010: 1359, 1360), uma vez que o indivíduo detetado encontrava-se deposto no que se pode designar por posição “Flor de Lótus”, para a qual não se conhecem paralelos até ao momento.



Figura 3. Troço de *cloaca* na Rua Conde da Boavista. **Fonte:** O Autor.



Figura 4. Enterramento romano na Rua Gomes Palma. Fonte: O Autor.

Para além destes resultados foi ainda detetado um conjunto de outros vestígios de menor importância como algumas infraestruturas de época moderna relacionadas com o abastecimento de água, recolha de águas pluviais e sistemas de saneamento, na Rua Frei Amador Arrais e Rua de Mértola, o bocal de um poço também de época moderna na Rua das Portas de Mértola, duas lixeiras do mesmo período, uma na Rua de Mértola e outra de maiores dimensões na Rua Rainha Dona Amélia, dois silos com materiais de época medieval e moderna na Rua de Mértola e dois pisos de *opus signinum* em duas localizações distintas na Rua de Mértola (SERRA, 2010, mapa 2).

O conjunto de informações obtidas revela que a área intervencionada, apesar de maioritariamente corresponder a uma zona periférica da cidade de Beja, possui uma forte dinâmica ocupacional pelo menos desde o período romano até à atualidade (SERRA, 2012: 236).

Mas nem só a sensibilidade arqueológica destes locais poderia condicionar a obra a realizar, uma vez que haveria de ter em conta “outras sensibilidades” ao longo dos trabalhos.

Referimo-nos em concreto às vivências atuais dos espaços intervencionados, pois que o tipo de utilização que lhes é dado poderia criar fortes constrangimentos à normal prossecução quer da obra quer dos próprios trabalhos arqueológicos o que exigia uma certa atenção por parte dos responsáveis do projeto em termos de contacto com os utilizadores destes espaços públicos.

As principais valências das áreas intervencionadas centravam-se na utilização da Rua Gomes Palma como uma das principais vias de comunicação automóvel na envolvente do centro histórico, o que desde logo implicaria condicionantes de trânsito no decorrer dos trabalhos de

abertura de valas; a existência de alguns equipamentos de serviços regularmente utilizados na Rua Conde da Boavista, com realce para a própria sede da empresa promotora; e sobretudo a área pedonal da Rua de Mértola que constitui em conjunto com a Rua Capitão João Francisco de Sousa, esta não intervencionada durante o presente projeto, uma zona comercial de tradição antiga com um vasto conjunto de pequenos estabelecimentos, constituindo-se como um lugar muito frequentado pelos bejenses sobretudo em atividades de lazer.

Esta zona, mesmo que possamos considerá-la como marginal em relação ao centro da cidade, possui certas potencialidades geográficas e uma dinâmica proporcionada pela atividade comercial aí implantada que promovem uma crescente centralidade que tornaram esta zona num novo centro, a Baixa Comercial da cidade (SANTA RITA, OLIVEIRA, 1984: 134).

Por estes motivos será fácil percebermos como a realização de uma obra desta natureza, bem como dos trabalhos arqueológicos associados, iria implicar uma quebra na normalidade vivencial destas zonas, criando impactos negativos e situações de desconforto aos seus frequentadores, o que desde logo impunha também a necessidade de uma ação informativa eficaz e constante por parte dos responsáveis das várias especialidades envolvidas no projeto evitando ou minimizando as tensões inevitáveis pela “intrusão” gerada.

O promotor do projeto, consciente das preocupações criadas em torno da especificidade dos espaços em apreço, envolveu os diversos intervenientes numa lógica de parceria e não como meros executantes distanciados da realidade local.

Foi nesse contexto que a intervenção arqueológica pôde assumir um papel ativo de verdadeira gestão da intervenção associada a uma forte componente divulgativa ao público, não estruturada previamente como se deveria exigir em trabalhos desta natureza, mas decorrente da própria evolução das ações de trabalho e dos seus impactos.

Neste sentido o exemplo de apresentamos refere-se a um programa de divulgação da arqueologia em contexto de obra, surgido da própria necessidade do projeto ao longo da sua execução e não como resultado de uma estratégia definida *a priori*.

4. Uma Experiência em Meio Empresarial

Os trabalhos de abertura de valas deste projeto tiveram início na Rua de Mértola, já referida como uma das zonas de intervenção mais sensíveis sob diversos prismas.

As primeiras ações ficaram desde logo marcadas por reações negativas dos transeuntes devido às restrições criadas na normal circulação nesta zona, para além de vários outros aspetos negativos indissociáveis em obras deste tipo (ruído, sujidade, segurança), que alteravam profundamente a normal vivência deste lugar.

No entanto a presença da arqueologia em obra nesta primeira fazer acabou por se revelar bastante discreta uma vez que foram poucos os resultados obtidos e facilmente minimizados sem provocar graves alterações ao ritmo da empreitada.

Esta situação iria alterar-se a partir de dia 15 de Novembro de 2006 após o aparecimento dos primeiros vestígios arqueológicos que obrigaram a novas medidas de minimização, nomeadamente através da execução de uma área de escavação para resgate e caracterização de diversos elementos como estruturas de época romana em *opus signinum* e sete enterramentos humanos que se viria a comprovar serem de época islâmica (SERRA, 2012: 236).

Esta primeira intervenção de escavação arqueológica gerou natural curiosidade entre a população local sobretudo nos mais habituados a frequentar a zona das Portas de Mértola, quer pela sua visibilidade, uma vez que os vestígios eram facilmente observáveis, quer pela sua própria natureza, pois a “morte visível” é sempre tema de interesse pela sua raridade.

O próprio trabalho desenvolvido pela equipa de arqueologia decorria à vista sem qualquer barreira física o que implicava também um contacto muito próximo e direto com a população.

A primeira grande preocupação dos comerciantes e residentes centrava-se naturalmente numa possível paragem da obra motivada pelos achados arqueológicos e assim tornou-se urgente desmitificar algumas ideias à volta dessa apreensão junto dos interessados.

A comunicação ao promotor do novo enquadramento em termos de intervenção arqueológica gerado pela necessidade de se proceder as escavações surgiu como oportunidade para formular uma primeira proposta de comunicação ao público de modo a explicar a importância dos achados e a necessidade do seu estudo bem como passar algumas informações de ordem mais prática sobre a duração dos trabalhos e a forma como seriam realizados evitando ou minimizando algumas das inquietações manifestadas.

Há que referir a postura assumida desde logo pelos responsáveis do EMAS, quer através da rápida aceitação da proposta de estratégia de comunicação quer pelo envolvimento diretamente assumido através da disponibilização dos seus próprios canais de comunicação. Mas a ação do promotor não se ficaria por estes aspetos uma vez que foi por eles solicitado também uma maior responsabilidade da equipa de arqueologia, quer através da prestação de informações ao público sobre os trabalhos arqueológicos em curso, quer incluindo uma constante partilha de informação aos agentes locais (estabelecimentos comerciais e residentes).

Deste modo pôde a equipa de arqueologia funcionar como parceiro do projeto de execução e como extensão do próprio dono de obra no terreno o que permitia uma maior agilidade e rapidez nas ações de divulgação.

A estratégia criada com este primeiro impacto provocado pela necessidade de realizar sondagens arqueológicas foi devidamente estruturado para poder ser implementado imediatamente face a novas ocorrências tal como se veio a confirmar.

A estratégia de comunicação ao público assentava nos seguintes pontos e objetivos:

4.1. Contacto direto

4.1.1. Prestação de informações, sobre a natureza e justificação dos trabalhos arqueológicos em curso, ao público em geral por parte da equipa de arqueologia como forma de reconhecimento social da arqueologia e sensibilização patrimonial;

4.1.2. Abordagem direta aos agentes locais (comerciantes e residentes) sobre prazos de execução, tipo de trabalhos a realizar e importância das ações em curso com o intuito de reduzir os impactos negativos junto dos principais afetados;

4.2. Contacto indireto

4.2.1. Lançamento de notas de imprensa por parte do promotor de modo a cativar o interesse dos *media* para a importância dos vestígios arqueológicos surgidos e a utilidade que este tipo de obras podem ter no aumento do conhecimento científico;

4.2.1. Redação de notas informativas nos meios próprios do promotor (página *web* e boletim impresso) a serem elaborados pela equipa de arqueologia, cumprindo assim a missão de prestar informações aos munícipes de acordo com a própria responsabilidade corporativa do EMAS (SERRA, 2007).

Na estratégia de comunicação ao público não foram contempladas algumas ações, que poderiam gerar impactos positivos significativos, como as visitas guiadas ou a colocação de painéis informativos nos locais em fase de intervenção porque estes eram quase sempre de curta duração, não ultrapassando os 5 a 7 dias por cada área de sondagem arqueológica. Contudo, no caso das visitas guiadas, sempre que tal foi solicitado houve total disponibilidade dos responsáveis científicos, com a devida autorização do EMAS, para a realização de tais ações que decorreram sempre de forma algo pontual evitando perturbações ao normal funcionamento dos trabalhos arqueológicos.



Figura 5. Visita de alunos do ensino secundário. Enterramentos islâmicos na Rua de Mértola. Fonte: O Autor.

De igual modo não se sentiu a necessidade de criar um gabinete de informação específico para este nível de atuação tendo a conta a pequena dimensão da equipa de arqueologia atuante no terreno, preferindo-se a articulação entre o responsável científico da intervenção arqueológica e a administração do EMAS ou a fiscalização por esta designada que por sua vez articulavam internamente com o Gabinete de Tecnologias da Informação e Comunicação do EMAS.

Sem pretendermos fazer uma descrição exaustiva do funcionamento desta estratégia ao longo das principais descobertas surgidas no decorrer do acompanhamento arqueológico e das várias atividades desenvolvidas podemos antes resumir os seus impactos positivos na empatia gerada com a população local que, para além das manifestações de curiosidade e algum espanto pelos vestígios arqueológicos, proporcionou também alguma reciprocidade através das informações que nos foram prestadas de outras ocorrências similares na envolvente da área intervencionada ocorridas em obras que não tiveram a componente de arqueologia enquadrada, muitas vezes realizadas há várias décadas atrás.

Uma preocupação recorrente centrava-se no destino a dar aos vestígios arqueológicos exumados uma vez que havia entre muitos populares a ideia fortemente estabelecida de que estes seriam levados para outra localidade e nunca mais seriam devolvidos ao seu local de origem, espoliando assim a cidade de um importante recurso patrimonial. Esta ideia também seria prontamente desmitificada pois foi proposta a realização de uma exposição sobre os principais resultados da intervenção arqueológica da qual falaremos mais adiante.

A importância científica dos resultados obtidos e a sua divulgação em diversos meios de comunicação (jornais, rádios e televisão) quer locais quer nacionais, deram um forte contributo para o aumento da importância atribuída localmente aos achados, o que se concretizou através da solicitação de várias visitas guiadas durante as escavações, sobretudo por parte do público escolar, mas também do próprio poder político local com um envolvimento muito direto do executivo municipal, que daria frutos no apoio a ações de divulgação posteriores. Naturalmente esta maior exposição nos *media* também contribuiu para um aumento do número de populares que visitavam propositadamente as escavações em curso chegando mesmo a algumas centenas nas áreas pedonais intervencionadas por aí ser mais fácil a circulação de pessoas e o contacto direto com os membros da equipa de arqueologia.

Um outro aspeto que consideramos extremamente positivo no decorrer destas ações foi a reação de grande parte dos comerciantes locais, que se consideravam como os mais fortemente afetados pelas restrições e dificuldades de acesso aos seus estabelecimentos proporcionada pelas obras, uma vez que foi possível manter um constante fluxo de informação sobre os prazos de execução e a natureza dos trabalhos realizados, através da articulação com a Associação Comercial do Distrito de Beja, permitindo assim que estes agentes locais gerissem e minimizassem os impactos negativos provocados pela obra.

Para além das ações ocorridas durante a execução do projeto houve ainda lugar a outras atividades de divulgação, apenas possíveis pelo forte interesse gerado na comunidade local o que facilitou a continuação do envolvimento da empresa promotora.

Refira-se que as ações relacionadas com a divulgação pública durante a fase de obra não significaram qualquer custo adicional para o promotor em relação ao contratualizado com a empresa Palimpsesto para a execução dos trabalhos arqueológicos, mas a realização de outras iniciativas futuras necessitou de um planeamento atempado integrando uma componente financeira própria.

Assim, logo após a finalização dos trabalhos de campo foi apresentada ao EMAS uma planificação de ações futuras a realizar, focada primordialmente na conceção e realização de uma exposição dedicada aos principais resultados obtidos com a intervenção arqueológica e a sua importância para o aumento do conhecimento científico sobre a cidade de Beja.

Esta proposta surgiu após uma avaliação para identificar formas de potenciar os resultados obtidos, procurando-se os principais pontos de interesse surgidos no decorrer dos trabalhos

mas também os pontos fracos ou os aspetos de menor significância de modo a definir os melhores meios de divulgação futura a conceber e efetuar a seleção dos dados merecedores de maior relevância.

Começando pelos pontos fracos identificados, destaca-se imediatamente o facto de não terem permanecido vestígios arqueológicos *in situ*, após a realização da obra, que pudessem ser valorizados para usufruto público. Uma outra limitação à divulgação decorria da escassez de estruturas arqueológicas descobertas ou outros vestígios que se revestissem de alguma monumentalidade. Também ao nível dos materiais arqueológicos recolhidos não se registava a presença de peças de grande relevância patrimonial e o conjunto em si era também pouco expressivo numericamente. O último ponto fraco analisado referia-se ao pouco reconhecimento na história da cidade de Beja e inexistência de memória coletiva acerca dos principais vestígios detetados, ou seja a necrópole islâmica até então desconhecida. Mas este ponto haveria de se tornar num dos aspetos chave a valorizar em qualquer iniciativa futura de divulgação devido à importância científica da sua descoberta para a própria história da cidade. Os outros elementos merecedores de destaque centravam-se na grande curiosidade fomentada em torno de alguns dados que podemos considerar como “insólitos” ou “únicos” como foi o caso da já referida sepultura romana com o inumado deposto numa posição pouco usual e que na altura da sua escavação gerou um sem número de propostas interpretativas por parte de populares e especialistas. O aparecimento de estruturas romanas, como um troço da *cloaca*, surgiam naturalmente como aspetos a valorizar, pela facilidade que o público tinha em rever-se nestes elementos, quer por se integrarem no período romano que é bastante mais reconhecido na história passada de Beja e no imaginário popular, quer por se tratar de estruturas com uma certa modernidade às quais se identificava imediatamente a função. Por último considerou-se que o próprio trabalho arqueológico em si também devia ser alvo de destaque em termos de valorização, devido à imagem positiva que deixou e à forte visibilidade e exposição sentidas no decurso dos trabalhos no terreno.

Foi assim concebida uma proposta expositiva que poderia ser ainda mais valorizada caso fosse possível aumentar o conhecimento produzido com a realização de trabalhos de investigação complementares, como a realização de um estudo de análise antropológica da população exumada nas áreas sepulcrais, integrando também a realização de datações por radiocarbono a alguns destes indivíduos.

Tal proposta foi aceite pelo EMAS o que gerou um caso raro de apoio financeiro à investigação sobre os dados produzidos no decurso de uma intervenção arqueológica de minimização por parte do próprio promotor e que contribuiu de forma decisiva para enriquecer os conteúdos da exposição a conceber.

A exposição inaugurada em Setembro de 2009 com o título “A Arqueologia na Rede de Água de Beja” foi instalada no Núcleo Museológico da Rua do Sembrano e aí permaneceu durante cerca de dois anos.



Figura 6. Vista geral da exposição temporária “A Arqueologia na Rede de Água de Beja”. Núcleo Museológico da Rua do Sembrano. Fonte: O Autor.



Figura 7. Pormenor de expositor (enterramento islâmico). Fonte: O Autor.

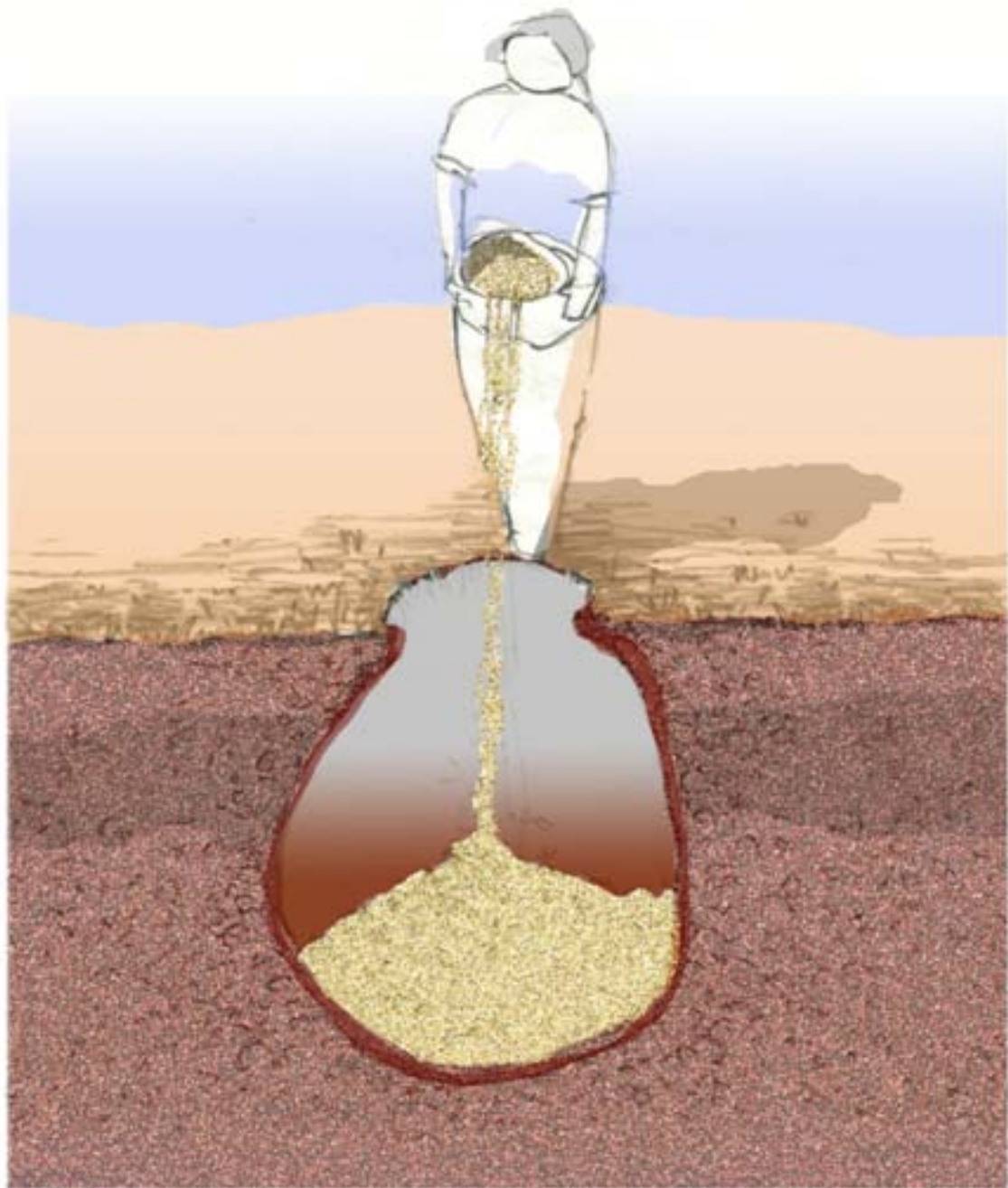


Figura 8. Pormenor de ilustração de painel expositivo (silo). Autor: José Luís Madeira.



Figura 9. Pormenor de ilustração de painel expositivo (cloaca). Autor: José Luís Madeira.

O impacto inicial desta exposição também pode ser considerado muito positivo por vários fatores cumprindo o propósito de proporcionar retorno à comunidade do conhecimento científico obtido e contribuir para uma aproximação entre os cidadãos e a história da cidade que habitam (LEMOS, 1999: 96). Em primeiro lugar por ter sido escolhido um espaço nobre como o novo museu de sítio da Rua do Sembrano para a acolher como primeira exposição temporária deste espaço e por a sua inauguração ter coincidido com a própria inauguração do espaço museológico o que contribuiu grandemente para uma maior difusão e alcance em termos de público. Um outro aspeto que também proporcionou maior visibilidade à exposição durante a inauguração foi por esta ter ocorrido em contexto de campanha autárquica o que possibilitou uma grande presença de público e uma maior atenção por parte da comunicação social.



Figura 10. Aspeto geral da inauguração do Núcleo Museológico da Rua do Sembrano. Fonte: O Autor.

Naturalmente que estes são aspetos não programáveis, mas aos quais não podíamos deixar de aludir para justificar a importância que foi dada a uma exposição temporária sobre trabalhos arqueológicos em contexto de obra muitas vezes vistos com desconfiança e marginalidade quando se trata de dar ênfase quer em contexto de investigação, quer de divulgação generalista.

Sobre a exposição em si basta dizer que para além dos destaques principais em termos arqueológicos também se integrou um painel explicativo sobre o próprio projeto, executado por técnicos do EMAS, o que serve para demonstrar o grau de compromisso e colaboração assumido pelos vários intervenientes.

5. Caminhos de Futuro

O exemplo utilizado neste trabalho decorre da experiência pessoal do autor e não pretende de modo algum constituir-se como modelo de práticas de divulgação da arqueologia, o que seria seguramente arrogância se tivermos em linha de conta as múltiplas experiências diversificadas de casos de sucesso por parte de muitos outros colegas integrados em atuações do mesmo tipo.

Pretendemos apenas demonstrar que a capacidade para promover ações de divulgação no decurso de trabalhos de arqueologia preventiva, não só em meio urbano, pode em muitos casos depender da própria motivação do arqueólogo que se encontra a executar os trabalhos ou dos responsáveis pela entidade em que este desenvolva essas tarefas. Sem esta motivação não será possível sensibilizar as entidades que promovem e financiam as intervenções onde se desenvolvem estes trabalhos arqueológicos e que muitas vezes não estão previamente disponíveis para apoiar ações deste tipo, mais por desconhecimento das suas potencialidades do que por qualquer outra razão menos clara. Uma forte carga motivacional em quem

desempenha essas tarefas pode ainda ser decisiva para ultrapassar eventuais dificuldades sentidas ao nível da capacidade de comunicação que parece escassear na arqueologia.

A generalização de trabalhos de arqueologia preventiva em Portugal não teve em nosso entender o necessário alcance em termos de um maior reconhecimento social da arqueologia, tal como não o teve em termos de contributos ao nível da publicação de resultados. Naturalmente que esta apreciação peca por ser demasiado generalista e não se deve negar o papel importantíssimo que a arqueologia preventiva tem dado para o aumento do conhecimento em todo o território nacional, mas é notório que existe um claro desfasamento entre a grande quantidade de trabalhos realizados e a fraca expressão ao nível das publicações produzidas e naturalmente também da capacidade de criar e transmitir o conhecimento produzido ao público em geral.

Reconhecemos que o exemplo que ilustra este trabalho não se consegue repercutir em muitos outros casos semelhantes pelos fatores específicos a que aludimos ao longo do texto. Mas por outro lado também será verdade que a opção fácil seria nada fazer face às ocorrências registadas e limitarmo-nos a cumprir os trabalhos contratualizados sem desenvolver esforços na sua divulgação.

Para terminar, podemos dizer de modo afirmativo que o tipo de atuação aqui demonstrado tende a ser o exemplo que pretendemos em outros trabalhos da mesma natureza e que desde esta aprendizagem, houve muitos outros casos positivos a registar, mas também alguns negativos que infelizmente se mantêm e que é necessário combater com maior capacidade de sensibilização.

A criação de condições para uma verdadeira Arqueologia Pública ou um programa de Educação Patrimonial em arqueologia deveriam assumir um papel tão relevante como aquele que é atribuído aos aspetos técnico-metodológicos ou científicos.

Afinal, desde que a arqueologia passou a integrar o quotidiano de todos os cidadãos, tornou-se tarefa imprescindível saber expor e comunicar nesta área do saber (ENCARNAÇÃO, 2005: 451, 452).

NOTAS

(1) Para uma melhor compreensão das implicações da minimização em arqueologia recomenda-se a leitura da discussão em VALERA, 2008a.

(2) O Gabinete de Arqueologia do Município de Beja que existiu em Beja entre 1998 e 2010 teve diversas funções e propôs um modelo de atuação diversificado na gestão do património arqueológico da cidade e do concelho, mas não teve entre as suas tarefas o estudo sistemático de Beja. Para mais informações ver RICARDO, 2011.

BIBLIOGRAFIA

ENCARNAÇÃO, J. - Expor e comunicar em História e em Arqueologia. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra. 37, 2005, p. 451-459.

LEMOS, F. S. - Arqueologia Urbana. O Estado da Nação no fim do século XX, **Al-madan**, Almada. 8, 2ª série, 1999, p. 93-96.

- LEMOS, F. S. - A Lei e a Arqueologia Urbana, **Praxis Archaeologica**, APA. 1, 2006, p. 15-21.
- LOPES, M. C.- Arqueologia das Cidades de Beja, **Conímbriga**, Coimbra. 49, 2010, p. 69-86.
- MACIAS, S. - **Mértola. O último porto do Mediterrâneo**. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, vol. 1, 2005.
- PASSOS, J. M. - Abel Viana. A sua importância para a história urbana de Beja, **Arquivo de Beja**. Beja, III, 2ª série, 1986, p. 9-11.
- RICARDO, I. - Novas perspectivas para uma política de salvaguarda do património arqueológico: o caso de Beja. In ALMEIDA, M. J.; CARVALHO, A. (eds) - **Actas do Encontro Arqueologia e Autarquias**, Cascais: Câmara Municipal de Cascais e Associação Profissional dos Arqueólogos, 2011, p. 201-213.
- SARRAZOLA, A. - Arqueologia e acompanhamento de obras. Um equilíbrio em construção, **Era Arqueologia**, Lisboa, 2, 2000, p. 52-67.
- SANTA RITA, J.; OLIVEIRA, A. - Algumas notas a propósito da obra da Rua Capitão João Francisco de Sousa, **Arquivo de Beja**, Beja, 1, 2ª série, 1984, p. 133-144.
- SERRA, M. - Remodelação da Rede Pública de Distribuição de Água de Beja – Descobertas Arqueológicas, **A Gota – Boletim Informativo**, Beja, Edição 2, Março 2007.
- SERRA, M. - Necrópole islâmica de Beja. Notícia preliminar da sua identificação, **Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve**, Silves: XELB. 9, vol. 2, 2009, p. 677-684.
- SERRA, M. - Arqueologia urbana em Beja. Intervenção de salvaguarda na rede de abastecimento de água, MACÍAS, J. (ed), **Actas del IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular**, Huelva: Universidad de Huelva, 2010, p. 1358-1373.
- SERRA, M. - Análise arqueológica e antropológica da necrópole islâmica de Beja, **Arqueologia Medieval**, Porto, 12, 2012, 235-245.
- SERRA, M.; PORFÍRIO, E.; MARQUES, J. N.; BARBOSA, R.; VALINHO, A. - Balanço das actividades da Palimpsesto, Lda. No Baixo Alentejo, **Actas do III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular**, Aljustrel: VIPASCA. 2, 2ª Série, 2007, p. 698-702.
- SILVA, A. M. - A Arqueologia passou de moda? **Al-madan**, Almada, 16, 2ª série, 2008, p. 17-19.
- SILVA, A. M. - O acompanhamento arqueológico de obras: uma intervenção muito própria, **Revista Portuguesa de Arqueologia**, Lisboa, Vol. 8, número 1, 2005, p. 459-469.
- TORRES, C.; MACIAS, S. - **O Legado Islâmico em Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- VALERA, A. C. - Minimizar em Arqueologia: um novo rumo? **Al-madan**, Almada, 16, 2ª série, 2008a, p. 59-64.
- VALERA, A. C. - A Divulgação do Conhecimento em Arqueologia: reflexões em torno de fundamentos e experiências, **Praxis Archaeologica**, APA. 3, 2008b, p. 9-23.
- VALERA, A. C. - Arqueologia Empresarial e Produção de Conhecimento, **Al-madan**, Almada, 15, 2ª série, 2007, p. 75-82.

A Reflection on the Dissemination of Archaeology based on an Experience in the Business Environment

Miguel Serra

ABSTRACT

An urban archaeological intervention carried out between 2006 and 2007 in the city of Beja (Portugal) is the basis for reflection on the forms of dissemination of archaeology in the business environment.

This type of institutional framework does not often provide ideal conditions for the dissemination of archaeological results, despite strong public visibility and exposure inherent to archaeological excavations in urban areas and particularly in popular public locations, as is the case with this example.

The present case is characterized by a clear conjunction of interests between the various actors, which provided strong public dissemination through several activities both during the work and after its completion, thus extending its impact in time.

This example is intended to demonstrate that sensitization of the various actors involved in this type of interventions to issues related with the dissemination of archaeological heritage may be achieved even without prior planning, as long as the archaeologist takes responsibility for identifying the objective conditions required for the construction of a public archaeology.

Key-words: Dissemination; Communication; Preventive Archaeology; Public Archaeology, Archaeology Firms.

1. Introduction

The dissemination of archaeological heritage in the context of preventive interventions is not always an easy task due to the constraints inherent to this type of work.

As an example we chose an intervention carried out within an urban area because, in this context, it was possible to create a programme to disseminate and share the results.

The integration of the archaeology component in both public and private engineering works leaves little room for manoeuvre and even autonomy and may cause a clear restriction in terms of knowledge dissemination. However, it is important to identify the advantages and drawbacks of this integration to develop communication strategies that help optimize the adverse impact these interventions may cause.

Therefore, as far as the drawbacks are concerned, and based merely on our personal twenty-year work experience in urban areas, either for research or heritage preservation purposes, we often encounter communication constraints imposed by the contractors themselves for fear of interference in the projects by external actors. Negative impacts on the local population of large-scale urban public works, particularly in the historic heart of the city, is another factor that may create barriers to dissemination. The great pressures from the promoters (who are themselves urged by political powers and populations) on archaeological interventions lead to the need for great speed of execution, which does not always allow an easy reconciliation with the time available for dissemination activities. These interventions are based on the principle of in-situ record keeping and strict respect for deadlines, often inadequate to the contexts in question, which are only mitigated in very small areas and are sometimes insufficient for a full understanding of the remains recovered. (1)

Traditionally, we also found that most promoters do not appear to be aware of the specificity of archaeological interventions mainly out of ignorance or lack of experience with this kind of reality. In most cases, such a situation leads to weak links between the various actors, which may be detrimental to the protection of archaeological heritage. Likewise there is often a lack of financial resources, in addition to the minimal legal requirements, which leads to scarce investment on dissemination activities by contractors.

But drawbacks do not only come from outside. The archaeology teams themselves are often to blame for poor, or even none, communication strategy (with the public and with the promoters themselves)! This can get worse if archaeology teams have little knowledge of local realities and dynamics - a relatively frequent situation due to an increasingly higher geographical distribution of employment which causes archaeological staff to move across the country without having time to get acquainted with the locations in which they are to be working.

However, we also identified some positive situations that can be used to encourage the creation of communication strategies.

First of all it is necessary to take into account the high visibility inherent in many of these urban interventions and the possibility of being provided direct and permanent contact with the public throughout the works. The wide range of interventions that can occur for example during the monitoring of an intervention work in a historic centre (due to the large amount of remains that may arise and will have to be dealt with) generates a very varied information-gathering capacity which can easily be transformed into attractive information to a wide range of audiences who show a certain fascination and curiosity for secret ruins buried beneath the streets of their cities (LEMOS, 1999: 96).

As positive aspects we also recognize the greater and greater social significance of archaeology (although we believe that it did not reach satisfactory levels considering the amount of investments and works carried out; there was even a certain regression in the visibility of archaeology [SILVA, 2008: 17]) and also greater social responsibility on the part of some promoters, mainly in what concerns entities with significant social importance and a positive corporate image.

Finally, we must add that the professionalization of archaeology (which turned it into more than a seasonal activity only materialized in academic or research contexts) led to the creation of huge teams of archaeologists with varied technical and scientific expertise capable of adapting to different contexts and realities.

2. Preventive and Public Archaeology

Urban archaeology in Portugal is a relatively recent subject because only in the 80s of the last century has it developed in some locations after a number of sporadic experiences (LEMOS, 1999: 93). But it was from the late 90s and early twenty-first century that an exponential growth driven by the numerous urban regeneration projects has been observed that coincided with the creation of a jurisdictional body for archaeology which did not realize the uniqueness of urban archaeology allowing it to be "...swallowed up by Salvaging Archaeology" (LEMOS, 2006: 16).

Beja is no exception to this widespread practice, since one cannot speak of the existence of a systematic project or study of the urban fabric with the aim of creating a permanent team to plan and develop archaeological activities. There are however examples of continuity in the study of Beja (see for example the project "Arqueologia das Cidades de Beja" (Archaeology of Beja Cities) in LOPES, 2010 in addition to regular old works that Abel Viana carried out in the city [PASSOS, 1986]), but most interventions are sporadic and arise from public and private works with contracted archaeology services and there is no local office to coordinate the various actors within the framework of a clearly-defined urban project. (2)

Thus, most archaeological excavations in Beja fall within the so-called Preventive Archaeology and are undertaken by archaeology firms or independent archaeologists, with the monitoring of archaeological works becoming standard practice. Such procedure in archaeology requires that the archaeologist in charge has appropriate technical and scientific skills as well as experience and decision-making ability to effectively implement the project ensuring the performance of archaeological tasks as required (SILVA, 2005: 467). In this context, we emphasize the need for archaeologists to focus their attention on the methodological and ethical rigor as the contexts subject to the minimization process are about to be destroyed forever, thus hindering posterior access to the site for further investigations (Sarrazola 2000:54).

These factors contribute to the fact that activities related with the dissemination of knowledge are considered as of secondary interest translating into scarce production of expertise as a result of preventive archaeology procedures (VALERA, 2007).

But also within archaeology itself there are barriers that affect the forms of communication with the general public. Archaeology suffers from a traditional difficulty to communicate; it uses a too technical, complex language in addition to the insufficient training of many archaeologists working in enterprises, which limits the ability to communicate with the outside world (VALERA, 2008b: 16).

The need to communicate and to increase the sphere of action of archaeology does not appear to be a general concern among archaeologists or archaeological service providers.

3. Some preliminary Notes

The archaeological interventions used to illustrate the topic under discussion were carried out in Beja by the archaeological firm Palimpsesto, Lda. with the municipal enterprise EMAS, EEM as the promoter.

Although the main focus of this paper is not archaeographical data, a brief explanation about the type of work carried out and the results obtained should be provided for a better understanding of the impacts and constraints on public dissemination.

These interventions consisted in the archaeological monitoring of an intervention in urban context carried out as part of a project for the renewal of the water-delivery infrastructure held between October 2006 and March 2007 under the direction of the author. Over the course of the work, and when archaeological remains were found, there was the need to carry out archaeological investigations to protect and characterize those already identified.

The work involved trenching in several streets located in the southern part of the city including areas inside and outside the mediaeval walls.

Figure 1. The city of Beja with locations of major findings. **Source:** The Author.

Figure 2. Trenching in Mértola Street. **Source:** The Author.

The most critical areas in archaeological terms were in Conde da Boavista street, inside the walled perimeter, including the Convent of Nossa Senhora da Conceição (current Queen Leonor Regional Museum) and Mértola and Portas de Mértola streets, which held two mediaeval towers and a probable Islamic necropolis (TORRES and MACIAS, 1998: 146 e 149; MACIAS, 2005: 141). Besides the above mentioned areas, no relevant information has been reported on any archaeological remains in the project area, despite some preventive works carried out (SERRA et al., 2007: 701).

The archaeological works confirmed the existence of an Islamic necropolis unveiling two sets of inhumations, one in Mértola street and another in Gomes Palma street totalling 19 burials extended across an area of 225 metres (SERRA, 2009: 650; SERRA, 2012: 235) dating back from the late 10th century/early 11th century (SERRA, 2012: 241). Another element found in the archaeological works that is worth noting is a section of the Roman cloacas system of Pax Julia located in the Conde da Boavista street and an inhumation identified in Gomes Palma street dated from the 3th century with somewhat peculiar features (SERRA, 2010: 1359, 1360): the individual was found in the so-called "lotus position", of which no parallel is known to date.

Figure 3. Section of Roman *cloaca* in Conde da Boavista street. **Source:** The Author.

Figure 4. Roman burial in Gomes Palma street. **Source:** The Author.

In addition to this, a number of other remains of lesser importance have been found such as some modern infrastructures relating to water supply, rainwater harvesting and sewage systems in Frei Amador Arrais and Mértola streets, the mouth of a modern **age** well in Portas de Mértola street, two dumps from the same period, one in Mértola Street and another of larger dimensions in Rainha Amelia Street, two silos with medieval and modern age materials in Mértola Street and two floors of *opus signinum* in two different locations in Mértola Street (SERRA, 2010, Map 2).

The information obtained reveals that, although mostly located in the outskirts of the city, the area excavated shows a strong occupational dynamics at least from the Roman period to the present time (SERRA, 2012: 236).

But not only the archaeological sensitivity of these sites could constrain the intervention as it would take "other sensitivities" into account in the course of work.

Specifically, these include current fruition of the areas under investigation, as the usage made of them could bring strong constraints both to the normal progress of the construction works

and archaeological interventions, which would require a certain attention by the project officials in terms of contact with the users of these public spaces.

The major constraints of the area under intervention were the fact that Gomes Palma street is one of the main traffic arteries of downtown, which would involve traffic adjustments during trenching works; the presence of some busy services in the Conde da Boavista Street, especially the seat of the promoting firm; and above all the pedestrian area of Mértola Street that is, along with the Capitão João Francisco de Sousa Street (this one not included in the present project), a traditional commercial location very sought after by the local residents for leisure.

This area, even though it can be considered peripheral to the city centre, has certain geographic capabilities and a dynamics driven by its commercial activity that fostered growing centrality converting it into the new downtown of the city (SANTA RITA, OLIVEIRA, 1984: 134).

For these reasons, it is easy to understand that such an intervention, and inherent archaeological works, would break the daily routine of these areas, creating negative impacts and unpleasant situations for regular users. This would also require the need for effective and constant information by the project officials in order to prevent or minimize the inevitable tensions caused by this "intrusion".

Aware of the concerns raised due to the specificity of the areas in question, the promoter of the project involved the various actors, not just as mere performers detached from the local reality, but rather as partners.

It was in this context that it was possible for the archaeological team to take an active role in the management of the works and in public dissemination, not based on previous planning as it would be appropriate in this type of interventions, but according to the progress of the works and its impacts.

Therefore, the present example refers to a programme for the dissemination of archaeological findings in the course of the engineering works as a result of ongoing needs and not of a previous strategy.

4. An experience in the Business Environment

Trenching works began in Mértola street, already mentioned as one of the most critical areas of intervention at various levels.

The first activities were immediately marked by negative reactions of the passers-by due to restrictions to normal traffic flow in this area, in addition to other negative aspects inherent to such works (noise, dirt, security) affecting day-to-day life in this area significantly.

However, the presence of the archaeological team in this first stage was rather inconspicuous as the results obtained were poor and easily minimized without significant detriment to the progress of the works.

This situation changed from November 15, 2006, date when the first archaeological remains were found. This required the implementation of new mitigation measures including the creation of an area for the recovery and recording of the findings, i.e. Roman *opus signinum* structures and seven human burials, which were identified as being from the Islamic period (SERRA, 2012: 236).

This first excavation arouse natural curiosity among the local population especially the *habitués* of the area of Portas de Mértola, either for its visibility (as remains were easily observable) or due to its very nature, since "visible death" is always a topic of interest for its rarity.

The archaeological team worked at sight, i.e. without any physical barrier, which implied close contact with the population.

The first major concern of local traders and residents focused obviously on a possible interruption of the works by virtue of the archaeological findings and, therefore, it became crucial to demystify some of the population's perceptions in this respect.

The communication to the promoter of the new archaeological strategy resulting from the need to conduct excavations, was an opportunity to prepare an initial communication proposal including issues such as the significance of the findings and the need to study them and some practical details on the duration and nature of the works, thus preventing or reducing some of the population's concerns.

The responsiveness of the EMAS officials, both by promptly accepting the communication strategy proposal and providing help through their own channels of communication, should also be mentioned here. But the promoter's responsiveness did not end here. They also placed greater responsibility on the archaeology team such as to inform the general public and share regular information with the local stakeholders such as businesses, traders and residents on the archaeological works in course.

Thus the archaeology team could act as a partner in the project plan and as a sort of representative in situ of the contractor himself, which enabled to streamline the dissemination activities.

The strategy created as a follow-up to this first impact caused by the need to conduct archaeological investigations was structured so as to rapidly respond in the case of new findings, as would later be confirmed.

The public communication strategy was based on the following points and goals:

4.1. Direct contact

4.1.1. Providing information to the general public on the nature and purpose of the archaeological works in course as a way of gaining social recognition for archaeology and raise awareness of the significance of cultural heritage.

4.1.2. Direct communication to local stakeholders (businesses and residents) about lead times, type of work and the significance of ongoing activities in order to reduce the negative impacts among the people affected;

4.2. Indirect contact

4.2.1. Press releases by the promoter in order to call the attention of the media to the importance of the findings and the utility of this type of works to increase scientific expertise;

4.2.2. Informative notes released through the promoter's own communication media (web page and printed newsletter) to be prepared by the archaeological team, thus accomplishing the mission of informing the citizens in accordance with EMAS's own corporate responsibility (SERRA, 2007).

In the public communication strategy, no account has been taken of some actions that could create positive impacts such as guided tours or info-panels in areas subject to intervention because of the short duration of each archaeological intervention (not more than 5 to 7 seven days). However, in the case of guided tours, where they were requested the scientific responsables showed complete willingness, with the permission of EMAS, to carry out the activities which have always been conducted on time and have never disturbed the normal operation of the archaeological works.

Figure 5. Visit of secondary school students. Islamic burials on Mértola Street. **Source:** The Author.

Considering the small size of the archaeological team on **the terrain**, there was also no need to create a specific information office, opting for direct contact between the scientific team and EMAS administration or the appointed inspection team, who communicated directly with the ICT Office of EMAS.

Without wishing to provide an exhaustive description of how this strategy worked during the whole archaeological intervention and the various activities carried out, we give a brief overview of the positive impacts on the population and the empathy created with the local residents. Despite the curiosity and surprise caused by the archaeological remains, there was a reciprocity between the team and the residents because they provided information of similar findings in the surroundings of the area subject to intervention, which had not been archaeologically investigated, most of them many decades before.

A recurring concern was the treatment of the recovered archaeological remains because many locals strongly believed that they would be removed to another location and would never return to their place of origin, thus depriving the city from an important heritage asset. This idea would also be readily demystified with the proposal to carry out an exhibition on the main results of the archaeological intervention, to which we will refer later.

The scientific importance of the results and their dissemination in various media (newspapers, radio and television) both national and **local**, made a strong contribution to the increased importance attached locally to the findings, which translated into the request of several guided tours during the excavations, especially by schools, but also from local authorities such as the city council, who would give direct support to posterior dissemination actions. Of course this greater exposure in the media has also contributed to an increase in the number of residents visiting ongoing excavations, even reaching a few hundred people in pedestrian areas where circulation and direct contact with the archaeology team was facilitated.

Another aspect considered quite positive throughout the intervention was the reaction from most local traders and business-owners, who were the most affected by access restrictions to shops and businesses. Keeping them informed about lead-times and the nature of works with the help of the local trade association, contributed to minimize the negative impacts of the works in this area.

In addition to those carried out during the intervention, other dissemination activities have been undertaken that have only been possible because of the impact they had on local community, which facilitated the ongoing involvement of the contracting firm.

It should be noted that activities related to public disclosure during the construction phase did not involve any additional cost to the initial cost agreed with the firm Palimpsesto to execute the archaeological works, but some further initiatives required anticipated planning and own financial resources.

So shortly after the completion of the field work a plan for future activities was submitted to EMAS that included the preparation and installation of an exhibition dedicated to the main results of the archaeological intervention and its importance to expand the expertise about the city.

This proposal came after an assessment to identify forms of enhancing the results, looking for the strengths and the weaknesses or aspects of lesser relevance arisen during the intervention, in order to determine the best means for future dissemination and select the relevant data.

As to the weaknesses identified, we should highlight the fact that, after completion of works, no archaeological remains have been kept in situ for future enjoyment by the public. Another limitation on disclosure stemmed from the lack of archaeological structures or other remains with monumental character. Also at the level of the archaeological material recovered, no objects with heritage relevance were found and the set itself was also quite modest in terms of size. The last weakness analyzed referred to the little recognition of the remains identified, i.e. the Islamic necropolis hitherto unknown, in the history and the collective memory of the city. But this point would become one of the key aspects to value in any future dissemination activities due to the scientific importance of the findings for the history of the city. The other elements worth mentioning focus on the great curiosity around some data that can be considered as "unusual" or "unique", as was the case with the abovementioned Roman grave where the human remains have been found in an unusual position, arising a multitude of interpretative proposals from locals and experts. The finding of Roman structures, such as a section of the *cloaca*, were of course positive aspects because the public identified themselves with them, either because they belonged to the Roman period, which is readily recognized as part of the history of the city, or they were more recent structures which were easily related with a function. Finally, the archaeological work itself should be valued because of the positive image it left and the strong visibility and exposure felt in the course of the field work.

An exhibition proposal was thus drawn up, which could have been enhanced if it were possible to increase the expertise by means of complementary research works, such as an anthropological analysis of the remains found in the graves as well as radiocarbon dating on some of these individuals.

This proposal was accepted by the EMAS which has generated a rare case of financial support by the promoter itself to research on data produced during the course of an archaeological intervention and decisively contributed to enrich the information on display.

Opened in September 2009 with the title "A Arqueologia na Rede de Água de Beja" (Archaeology in the water supply system of Beja), the exhibition was installed in the Museum Centre of Sembrano Street and remained there for about two years.

Figure 6. General view of the temporary exhibition "A Arqueologia na Rede de Água de Beja". Museum Centre at Sembrano street. **Source:** The Author.

Figure 7. Detail of exhibition stand (Islamic burial). **Source:** The Author.

Figure 8. Detail of illustration in exhibition panel (silo). **Author:** José Luís Madeira.

Figure 9. Detail of illustration in exhibition panel (cloaca). **Author:** José Luís Madeira.

The initial impact of this exhibition can also be considered very positive for several motives and achieved the purposes of returning the scientific knowledge produced to the local community and contributing to the rapprochement between local citizens and the history of their city (LEMOS, 1999: 96). First, for the choice of a noble space such as the new museum in Sembrano street to host the first temporary exhibition and second because the exhibition's opening day coincided with the official opening of the museum which contributed to greater dissemination and promotion. Another aspect that provided greater visibility to the exhibition was its having been inaugurated during the municipal election campaign which brought a larger influx of visitors and greater attention by the media.

Figure 10. General aspect of the inauguration of the Museum Centre at Sembrano street. **Source:** The Author.

These are of course not programmable aspects but we cannot help but mentioning them to explain the importance paid to a temporary exhibition on archaeological work in situ, often viewed with suspicion when it comes to research or general dissemination.

About the exhibition itself we must say that, in addition to the core aspects in archaeological terms, an explanatory panel on the project itself prepared by EMAS technicians was also included, which shows the degree of commitment and collaboration of the various actors.

5. Future Paths

The example used in this work stems from the author's personal experience and is not intended to be a model for the dissemination of archaeology practices, which would surely be pretentious considering the various successful cases by many other colleagues involved in similar interventions.

Our aim is only to show that the ability to promote dissemination activities during preventive archaeology works, not only in urban environment, may often depend on the motivation of the archaeologist in charge or the officials of the promoting body. Without this motivation, raising awareness of the promoters of the archaeological interventions will be impossible because they are often unwilling to support such activities, mostly out of ignorance rather than some other unclear motive. A strong motivational charge on who performs these tasks can be decisive to overcome any difficulties in terms of communication skills that seems to lack in archaeology.

The generalization of preventive archaeology in Portugal did not have, in our opinion, the necessary impact in terms of social recognition of archaeology nor in terms of the publication of archaeological results. Of course this judgement falls down for being too generalist and one cannot deny the significance of preventive archaeology to enhance knowledge in the country but it is clear that there is a notorious gap between the large amount of works carried out and the small number of publications produced, i.e. the poor capacity of communication with the general public.

We recognize that the example used in this paper cannot be applied to many other similar cases due to the individual factors mentioned above. But on the other hand we recognize that the easiest option would be to do nothing about the material recovered and go no further than carry out the agreed works without trying to disseminate the results.

In conclusion, we can say that the procedures and practices used in this intervention are a good example that should be followed in other similar works. There were of course some negative aspects that should be combated by increasing awareness raising.

The creation of conditions for a real Public Archaeology or a heritage education program in archaeology should play a role as relevant as that which is assigned to methodological or scientific and technical aspects.

After all, ever since archaeology has become part of citizen's daily lives, displaying and communicating in this area of knowledge became crucial (ENCARNAÇÃO, 2005: 451-452).

NOTES

(1) For a better understanding of the implications of mitigation in archaeology it is recommended that you read the discussion in VALERA, 2008a.

(2) The Archaeology Office of the Municipality of Beja, which operated between 1998 and 2010, had different functions and proposed a model for the management of the municipality's archaeological heritage, but was not responsible for undertaking the systematic study of Beja's urban fabric. For further information see RICARDO, 2011.

A ARQUEOLOGIA URBANA E O PATRIMÓNIO DA CIDADE DE COIMBRA

Cátia Saque Delicado

Licenciada em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Mestranda em Arqueologia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, 1600-214, Lisboa, Portugal
cv1@campus.ul.pt

Nuno Monteiro

Licenciado em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Mestrando em Arqueologia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, 1600-214, Lisboa, Portugal
nunomonteiro@campus.ul.pt

Ana Beatriz Santos

Licenciada em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Mestranda em Arqueologia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, 1600-214, Lisboa, Portugal
absantos5986@gmail.com

Filipa Santos

Licenciada em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Mestranda em Arqueologia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, 1600-214, Lisboa, Portugal
filipa.ar.santos@hotmail.com

A Arqueologia Urbana e o Património da Cidade de Coimbra

Cátia Saque Delicado

Nuno Monteiro

Ana Beatriz Santos

Filipa Santos

Historial do artigo:

Recebido a 30 de abril de 2015

Revisto a 00 de mês de 2015

Aceite a 07 de julho de 2015

RESUMO

A arqueologia urbana é uma disciplina com presença crescente no panorama arqueológico. O seu desenvolvimento permitiu alargar exponencialmente o estudo da evolução das cidades, fruto das alterações ininterruptas ao edificado, que acompanharam as necessidades do crescimento populacional e das transformações sociais e económicas próprias de uma cidade, e que ficaram de forma indelével marcadas na malha urbana.

A investigação que aqui se apresenta teve por base o estudo da prática arqueológica na cidade de Coimbra. Reuniu-se informação resultante da análise de dados obtidos no IGESPAR/DGPC, dos dados estatísticos proporcionados por 100 inquéritos de opinião realizados no Centro Histórico de Coimbra e da recolha de testemunhos de entidades directamente ligadas ao trabalho com o património e à prática arqueológica em Coimbra.

Através da observação e interpretação dos dados recolhidos, foi possível constatar a evolução das intervenções arqueológicas ao longo de mais de 20 anos, bem como verificar vários projectos de reabilitação de monumentos classificados e não classificados. O cruzamento destes dados com os resultados dos inquéritos permitiu relacionar a prática da disciplina com a sua divulgação e sugerir alguns sinais quanto à capacidade de comunicação do património arqueológico e edificado da cidade de Coimbra, cujo Centro Histórico e Alta, estão actualmente inscritos na lista de Património da Humanidade da UNESCO.

Palavras-chave: Arqueologia Urbana; Coimbra; Património, Estatística.

1. Introdução

A cidade de Coimbra é uma das dezoito capitais de distrito de Portugal, situada na Beira Litoral, mais concretamente na zona do Baixo Mondego. O Centro Histórico (integra as freguesias de Santa Cruz, São Bartolomeu, Almedina e Sé Nova) situa-se num topo alongado onde se ergueu a Universidade de Coimbra, prolongando-se pela vertente em direcção ao Mondego. No âmbito da elaboração do projecto de candidatura a Património Mundial da Humanidade, o Centro Histórico da cidade sofreu inúmeras intervenções de âmbito arqueológico, possibilitando o desenvolvimento da arqueologia urbana em Coimbra.

Sendo o Centro Histórico da cidade o espaço que mais intervenções arqueológicas sofrera no âmbito de vários projectos de requalificação e valorização urbana, tendo como intuito o projecto de candidatura a Património Mundial da Humanidade da UNESCO, aqui se desenvolveu grande parte da arqueologia urbana da cidade. Ao abrigo do Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD), a Câmara Municipal de Coimbra utilizou este Programa, desde 2002, para reabilitação de dezenas de edifícios na chamada “Alta” de Coimbra, na zona envolvente da Universidade (www.plh.cm-coimbra.pt) [consultado em 22 de março de 2015]. Porém, dada a importância que projecto de salvaguarda, investigação e musealização das Ruínas do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha adquiriu e face à sua relação directa com o Centro Histórico decidiu-se inserir a freguesia de Santa Clara neste estudo.

Coimbra possui uma longa diacronia de ocupação, sendo ocupada ininterruptamente desde a Idade do Ferro até à actualidade, como indicam os vários estudos nomeadamente de António Nogueira Gonçalves, Vergílio Correia, Jorge de Alarcão, Vasco Mantas, Walter Rossa ou Rui Lobo. Demonstrando uma sobreposição de estruturas de diferentes períodos cronológicos. Por conseguinte, foi esta diacronia amplamente demonstrada, que valeu a sua inscrição na lista da UNESCO, onde se destacaram três critérios, o II, IV e o VI (Universidade de Coimbra: 2003-2013: 11, vol. 6).

No âmbito de um estudo realizado sobre a evolução das práticas arqueológicas e da preservação dos bens patrimoniais (entregue a 07/04/2014), que partiu do seminário de Arqueologia das Cidades, do Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa decidiu-se divulgar os trabalhos desenvolvidos pelo grupo de trabalho criado para o estudo da arqueologia urbana e património edificado da cidade de Coimbra. Tendo em conta o descrito acima, a cidade de Coimbra trata-se de um caso excepcional no contexto da arqueologia urbana. O estudo incide sobre a área definida como Centro Histórico e a freguesia de Santa Clara. Esta freguesia inclui-se no Plano Polis, no âmbito de requalificação urbana, tendo por objectivo o melhoramento da margem direita do rio Mondego. Dada a importância que este projecto adquiriu e face à sua relação directa com o Centro Histórico decidiu-se inseri-la no presente estudo.

Todavia, para conseguirmos elaborar um estudo exaustivo da cidade e de todas as intervenções realizadas procurámos contactar com entidades que estivessem directamente relacionadas com a prática arqueológica em Coimbra – nos diversos domínios – conservação, intervenção arqueológica, regulamentação e gestão dessa prática e seus resultados, investigação e divulgação. Considerámos ainda procurar conhecer qual é a interpretação que as pessoas em Coimbra fazem sobre o património da cidade.

As entidades entrevistadas foram: o Museu Municipal de Coimbra, Museu Nacional Machado de Castro, o Gabinete para o Centro Histórico de Coimbra e o Direcção-Geral da Cultura do Centro.

2. A Investigação Arqueológica

Apesar de em 2013 a reforma administrativa resultante da união de freguesias já estar em vigor, a análise estatística das actividades realizadas, presente neste artigo, não contempla essa união, sendo deste modo, efectuada a sua leitura com maior rigor, já que os valores aqui observados se enquadram no período entre 1986 e 2013.

Desde 1989 até 1999, são raras as actividades em quase todas as freguesias (no máximo 2 intervenções por freguesia). Existe um destaque notório das freguesias de Almedina e Sé Nova em relação às restantes, no que respeita à actividade arqueológica no Centro Histórico de Coimbra. (vd. **Figura 1.**)

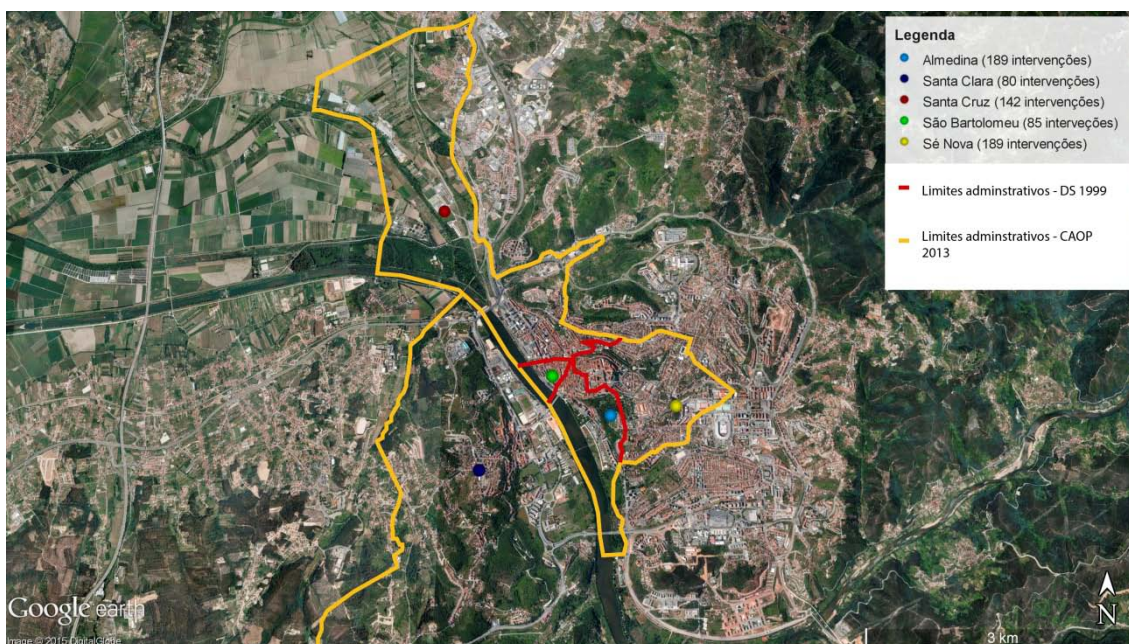


Figura 1. Número total de intervenções realizadas por freguesia. **Fonte:** Google Earth com alterações dos Autores.

A opção de incluir a freguesia de Santa Clara nesta análise, apesar de não fazer parte do referido Centro Histórico, passa pela sua importância histórica e arqueológica, constituindo um ponto de comparação dos vários estádios da arqueologia dentro do mesmo concelho. A elaboração dos gráficos presentes neste capítulo, excepto o das publicações, só foi possível através dos dados fornecidos pela Doutora Jacinta Bugalhão. Relativamente à análise estatística das publicações, para a sua elaboração, foi feita uma pesquisa recorrendo a meios de apoio como o Endovélico, bibliobase, publicações do Museu Nacional de Arqueologia e publicações da Universidade de Coimbra, entre outras publicações, onde foram observados todos os artigos, fossem arqueológicos ou patrimoniais acerca das cinco freguesias aqui abordadas. (vd. **Gráfico 1.**)

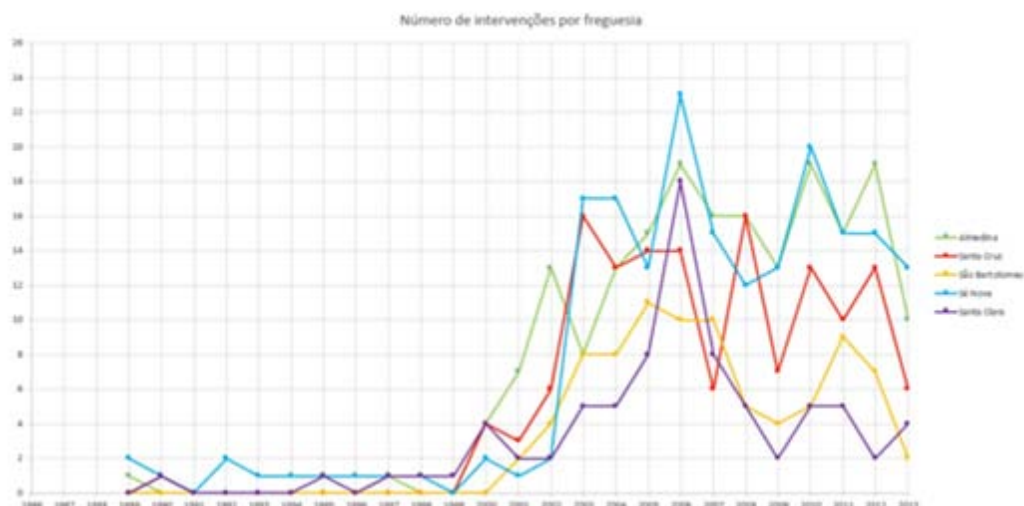


Gráfico 1. Número de intervenções realizadas por freguesia entre os anos de 1986 e 2013. **Fonte:** Gráfico dos Autores.

De acordo com o gráfico 1, é possível observar duas fases distintas para a actividade arqueológica. Este aumento do número de intervenções arqueológicas deverá explicar-se em muito pelo aproveitamento dos fundos comunitários provenientes da União Europeia para a reabilitação dos edifícios e investigação arqueológica no Centro Histórico de Coimbra, com propósito da candidatura à UNESCO, onde um dos critérios é justamente a apresentação de património histórico e arqueológico de elevado valor e potencial. Este valor é mantido relativamente contínuo, embora com uma tendência decrescente a partir de 2006 até ao ano de 2013. Contudo, embora não tenham sido mantidos os níveis atingidos em 2006, os valores não parecem regredir ao ritmo da primeira fase, entre 1986 e 1999, onde apesar de tudo as freguesias da Sé Nova e Santa Clara tinham mais actividade que as restantes. (vd. Gráfico 2.) e (vd. Gráfico 3.)

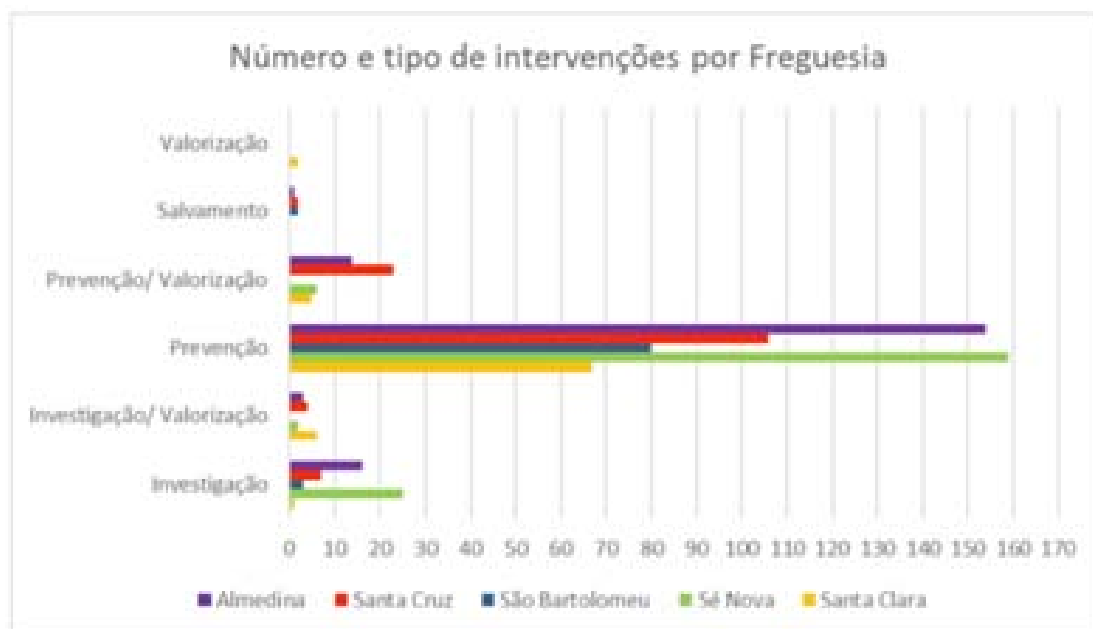


Gráfico 2. Número e tipo de intervenções realizadas por freguesia, entre 1986 e 2013. **Fonte:** Gráfico dos Autores.

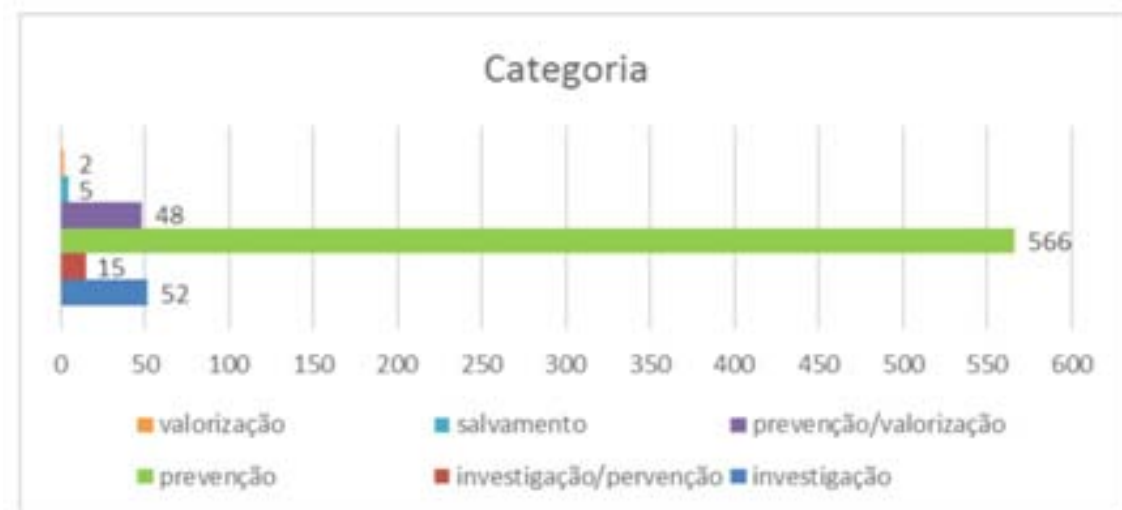


Gráfico 3. Número total de cada categoria de intervenção realizadas no conjunto das freguesias. Fonte: Gráfico dos Autores.

A arqueologia preventiva assume um papel de destaque no que refere à arqueologia urbana. Já em Lisboa (BUGALHÃO, 2008: 221; ARAÚJO et al, 2013: 100) entre 1995 e 2011, e Santarém em 2013 (OLAIO et al, 2015: 84) os valores referentes ao acompanhamento de tipo preventivo são os que mais se destacam. (vd. Gráfico 4.)



Gráfico 4. Evolução do tipo de intervenções entre 1989 e 2013. Fonte: Gráfico dos Autores.

Os trabalhos de investigação são a segunda categoria mais elevada em Coimbra, seguindo-se a prevenção/valorização. Os trabalhos de investigação, com maior expressão na freguesia da Sé Nova, aparecem associados às escavações do criptopórtico do Museu Machado Castro e ampliações nas instalações do museu, aos trabalhos arqueológicos no Colégio da Trindade, Avenida Sá da Bandeira, Rua Pedro Monteiro e Largo de São Salvador. Em Almedina, associam-se às intervenções no Pátio da Universidade, Arco de Almedina, Jardim Botânico, Sé Velha e Laboratório Chimico. As cidades de Lisboa e Santarém apresentam um cenário de Investigação/Valorização sem grande expressão, apenas com um ou dois casos no máximo (ARAÚJO et al, 2013: 100; OLAIO et al, 2015: 84), sendo também este um ponto em comum com Coimbra, que apresenta no máximo quatro casos, com pico em 2011.

Trabalhos de prevenção e valorização apresentam valores significativamente mais elevados do que a ação única de valorização. De um modo geral, não é um acontecimento isolado, também para a cidade de Lisboa estão registados apenas dois casos deste género. Em

Coimbra, é sem dúvida a categoria com menos expressão, sem qualquer manifesto no Centro Histórico de Coimbra, apenas na freguesia de Santa Clara.

De acordo com o capítulo IV do PDM de Coimbra, podemos aferir a importância que é dada ao Centro Histórico. Considerada uma área de alto valor histórico e ambiental, deverá dessa forma ser conservada, recuperada e valorizada. Como espaço de alto valor concelhio, onde as intervenções são extremamente regulamentadas, tanto quanto possível, em termos de topografia, de conservação, restauração e remodelação dos edifícios, sendo proibida a sua demolição total, quando estes são de valor histórico ou arquitectónico, salvo determinadas excepções.

No PDM, ainda se prevê que a área do Centro Histórico deva ser objecto de plano de pormenor de salvaguarda do património. Face ao concelho de Coimbra, penas neste espaço surge a referência ao valor arqueológico das áreas (vd. **Gráfico 5.**).



Gráfico 5. Número de arqueólogos responsáveis pelas intervenções realizadas entre os anos de 1986 e 2013. **Fonte:** Gráfico dos Autores.

O panorama de acção dos arqueólogos é semelhante ao das actividades arqueológicas, sendo possível determinar igualmente duas fases, cujo momento de mudança é também o ano de 2000. Dá-se por completo uma alteração dos valores. Se em 1999 havia apenas um arqueólogo responsável, em 2000, este número sobe até aos dezasseis responsáveis. Entre 2001 e 2002, o crescimento continua, avançando até aos trinta e seis responsáveis a actuar em diferentes pontos da cidade, sofrendo uma ligeira quebra de 2002 para 2003. Novamente, entre 2003 e 2007, assiste-se a um aumento continuado do número de arqueólogos em actividade na cidade, fazendo corresponder o pico máximo de trabalhadores na área a 2007. O ano de maior actividade arqueológica corresponde ao ano de 2006, podendo isto significar, que em 2007, apesar de existirem significativamente menos trabalhos, o número de arqueólogos pudesse ser superior em cada local em actividade. Após 2007, assiste-se a uma descida do número de responsáveis, apesar de parecer ser uma ocorrência pontual, com novo aumento em 2010. A queda assistida entre 2010 e 2013, é justificada pela conclusão do Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas, que tinha vindo a ser utilizado pela Câmara Municipal de Coimbra desde 2002, cujo programa terminara em Dezembro de 2013 e as candidaturas

admitidas teriam de ter as obras concluídas findo este prazo (www.plh.cm-coimbra.pt, consultado em 22/03/2015) (vd. Gráfico 6.).



Gráfico 6. Número de Publicações feitas sobre o Centro Histórico e Santa Clara-a-Velha, entre 1986 e 2013. Fonte: Gráfico dos Autores.

No que respeita às publicações, sabe-se que nem toda a escavação arqueológica origina uma publicação. Ainda assim, muitas são as publicações que derivam de estudos universitários, ou realizados pela Universidade. Grande parte das mesmas resultam das escavações no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, criptopórtico de *Aeminium* e dos diversos trabalhos assistidos pela Universidade. Associadas à candidatura da Unesco, surgem também algumas publicações monográficas e guias/roteiros turísticos, apesar de serem em número reduzido. É observável que o número de publicações por ano não ultrapassa as dez, em 2005. Se tivermos em conta os números relativos às intervenções arqueológicas, verificamos que as publicações ficam-se por valores muito inferiores. O ano de 2006 corresponde ao ano de mais intervenções, mas é o ano de 2005 que apresenta maior quantidade de publicações. Só em 2005, saíram cinco artigos na revista *Património. Estudos.*, sendo três referentes à valorização de Santa Clara-a-Velha, e dois sobre a Sé Velha. Um segundo pico volta a ser atingido no ano de 2011, onde três dos artigos voltam a focar aspectos de musealização e valorização de Santa Clara-a-Velha. Numa análise global de 1986 a 2013, existem sete publicações sobre o Fórum de *Aeminium*, e treze sobre Santa Clara. Para esta análise, consultamos, para além do Endovélico e da bibliobase, revistas de cariz essencialmente arqueológico e patrimonial, tais como a *Revista Portuguesa de Arqueologia, Património e Estudos, Almadan, Conimbriga, Arqueologia e História, Bracara Augusta* e *Studia Lusitana*, com o objectivo de traçar um padrão cronológico de publicações.

3. Divulgação arqueológica e patrimonial: a opinião do público

Os objectivos do nosso trabalho visavam o estudo da prática arqueológica na cidade de Coimbra nas suas diversas vertentes. Assim, realizada a análise da evolução das intervenções e investigação arqueológicas entre 1986 e 2013, procurámos analisar a percepção que fica, na população, dessa actividade. Definimos um inquérito composto por 24 questões de resposta fechada, através das quais se caracterizava genericamente o inquirido, se procurava saber o que conhecia sobre a riqueza histórica da cidade de Coimbra e por fim se pedia uma abordagem crítica sobre o património histórico visitável da cidade. Três questões eram

específicas para turistas. Este questionário foi preenchido por uma amostra de 100 pessoas, inquiridas no Centro Histórico da cidade de Coimbra e na antiga Freguesia de Santa Clara, como explanado anteriormente, entre os dias 18 e 19 de Março de 2014.

Os inquiridos foram realizados a 51 indivíduos do género masculino e 49 do feminino. No gráfico 7 apresenta-se a dispersão por grupos etários, seguindo aqueles definidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Dos 100 inquiridos, 88 são portugueses, mas, do total, apenas 73 residem no concelho de Coimbra. Os estudantes constituem 52% dos inquiridos, o que deve manifestar a realidade particular da cidade, definida pelo impacte da Universidade de Coimbra, bem como de outras instituições do ensino superior daquela cidade. Segundo dados do INE no Centro Histórico encontra-se uma população etariamente bipolarizada, com elevada proporção de jovens (até aos 25 anos), seguida, quantitativamente, pela população idosa (com mais de 65). Os estudantes foram considerados residentes, ainda que temporários, unicamente nos casos em que habitavam a cidade há mais de um ano (vd. Gráfico 7.).



Gráfico 7. Faixas etárias dos inquiridos. Fonte: Gráfico dos Autores.

Num primeiro momento, os inquiridos responderam sobre quais julgavam ser os principais períodos históricos pelos quais Coimbra era reconhecida. A esta pergunta, 52% dos inquiridos seleccionaram o Período Medieval e 28% o Período Romano. Ninguém considerou a Pré-história como um momento relevante e apenas 1% responderam “Idade do Ferro”. O Período Moderno foi valorizado por 11% da amostra enquanto 8% assumiu não ter conhecimento para responder. Os resultados obtidos complementam-se com os das duas questões seguintes (vd. Gráfico 8.).

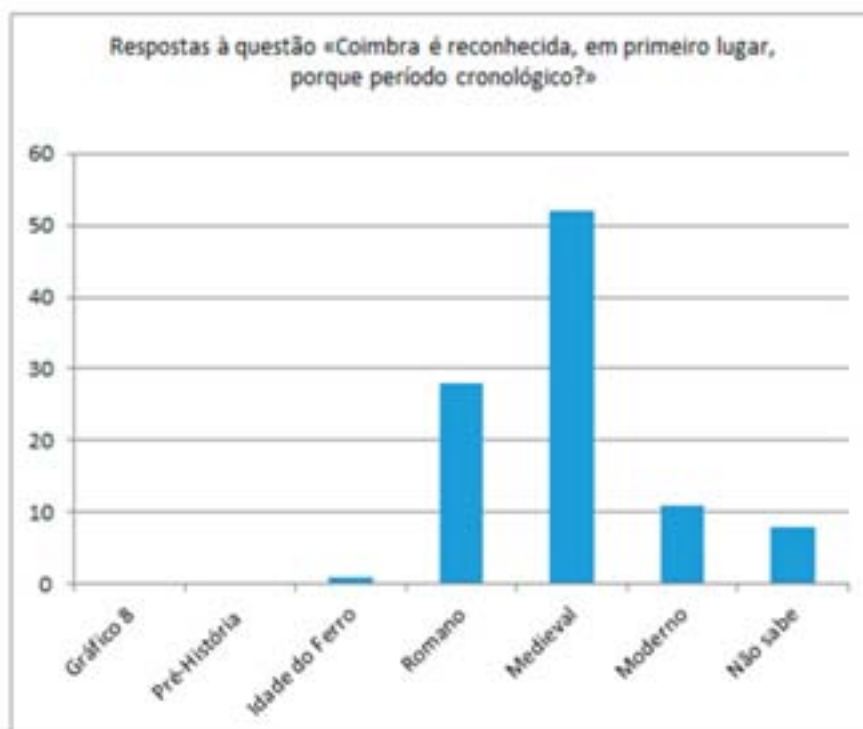


Gráfico 8. Respostas à questão «Coimbra é reconhecida, em primeiro lugar, porque período cronológico?». **Fonte:** Gráfico dos Autores.

Tome-se em consideração aquilo que os inquiridos conhecem (**vd. Gráfico 9.**): 83 pessoas, das 100 inquiridas, visitou a Universidade (estão aqui aglutinados os diversos espaços compõem a Universidade), enquanto 62 pessoas conhecem o Museu Machado de Castro. Estes dois espaços são os mais visitados e por isso admitimos que, pelo menos no que ao Centro Histórico diz respeito, poderão ser os mais representativos para criar na mente do público uma imagem sobre a cidade de Coimbra. Se tivermos em conta que o primeiro tem origem medieval e o segundo uma forte componente da época romana pode fazer-se corresponder aos elevados valores apresentados para os dois períodos históricos na questão anterior. Esta análise continua válida se se tomar em consideração a ligação do Período Moderno à Universidade, uma vez que este foi reconhecido como o terceiro mais significativo para a história da cidade. De origem medieval são ainda o Núcleo da Cidade Muralhada, o Mosteiro de Santa Cruz, ambos com mais de 40 visitas. Fora do Centro Histórico, o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, medieval apresenta um número de visitas que consideramos poder estar desvalorizado por não estar sugerido directamente na questão (**vd. Gráfico 9.**).

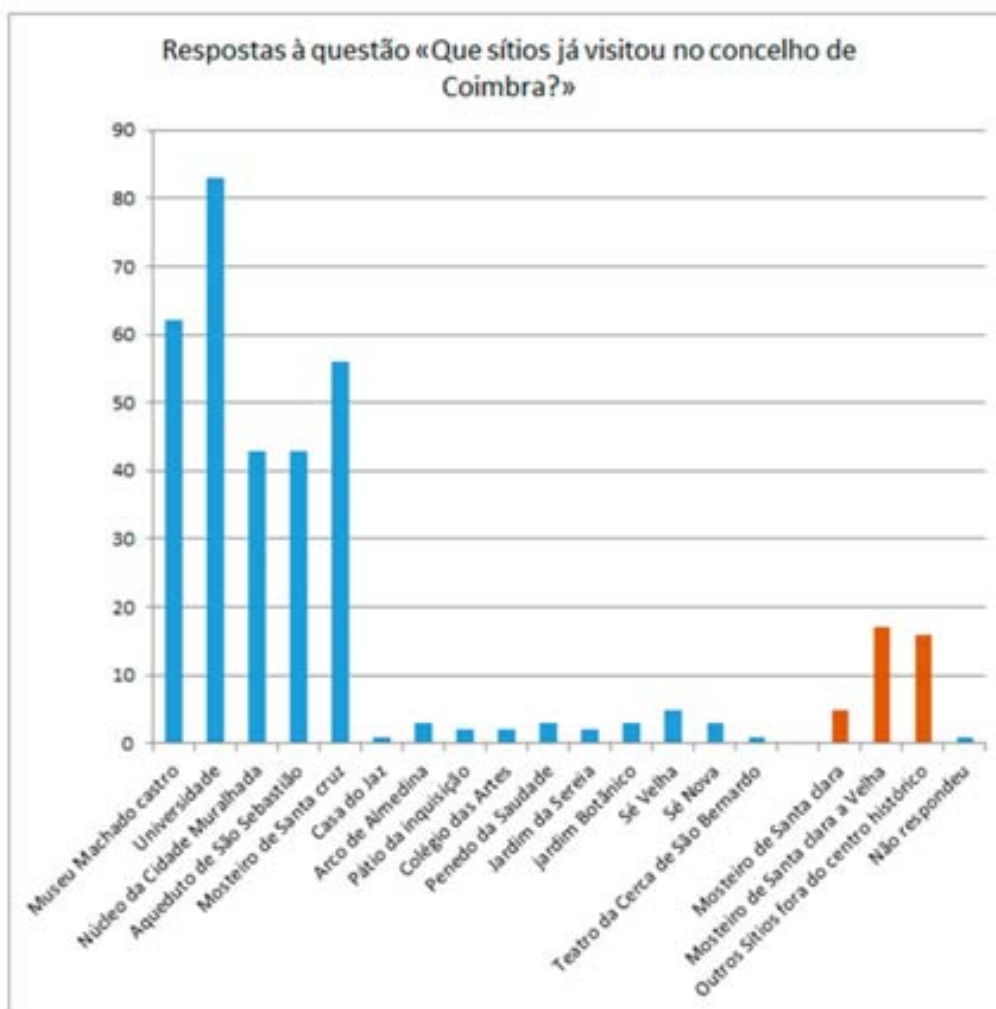


Gráfico 9. Respostas à questão «Que sítios já visitou no concelho de Coimbra?». Fonte: Gráfico dos Autores.

O Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, fora do Centro Histórico e o Aqueduto de São Sebastião são de origem Moderna, contribuindo também para o reconhecimento deste período na cidade. Os restantes espaços, como se pode observar no gráfico, apresentam valores de visita muito mais baixos.

Acrescente-se à análise os resultados sobre o interesse pessoal dos inquiridos face aos diversos períodos históricos e conteúdos gerais que abrangem. A maioria (31%) demonstrou preferência pelas temáticas do Período Medieval. Em número próximo (28%) destaca-se a opção pelo Período Romano, seguido pela Época Moderna (15% dos inquiridos). A Pré-História foi eleita por 8% dos inquiridos e a Idade do Ferro somente por 2%. Apresentamos, no entanto, para reflexão, o facto de 16% das pessoas (valor mais alto que o referente à Época Moderna) não ter sabido qual dos períodos mais interesse lhe despertava.

Uma vez realizadas estas observações, procurou saber-se quais os meios com mais impacto na comunicação do património visitável em Coimbra. Nesta questão, o inquirido seleccionava todos os meios que lhe haviam transmitido a informação necessária para a visita aos sítios. O meio de divulgação que mais mostrou ter impacto na amostra estudada foi a internet. Das 40 pessoas que afirmaram ter acesso à informação dos sítios pela internet, 12 tiraram partido da disponível no Site da Câmara Municipal de Coimbra. Observando o gráfico entende-se também o relevo da informação oral, com 35 pessoas a beneficiarem da mesma para a visita aos sítios. Do total da amostra de inquiridos, 28 assumiram que conhecem muitos dos sítios por serem

residentes, sem nenhum meio de comunicação específico o justificar. Os restantes meios de divulgação dos sítios foram indicados por menos de 15 pessoas, como é perceptível na análise. Esta realidade resultará no facto de 44% da amostra considerar que o património local está bem divulgado, mas 37% apresentar uma classificação intermédia ou razoável (vd. **Gráfico 10.**).

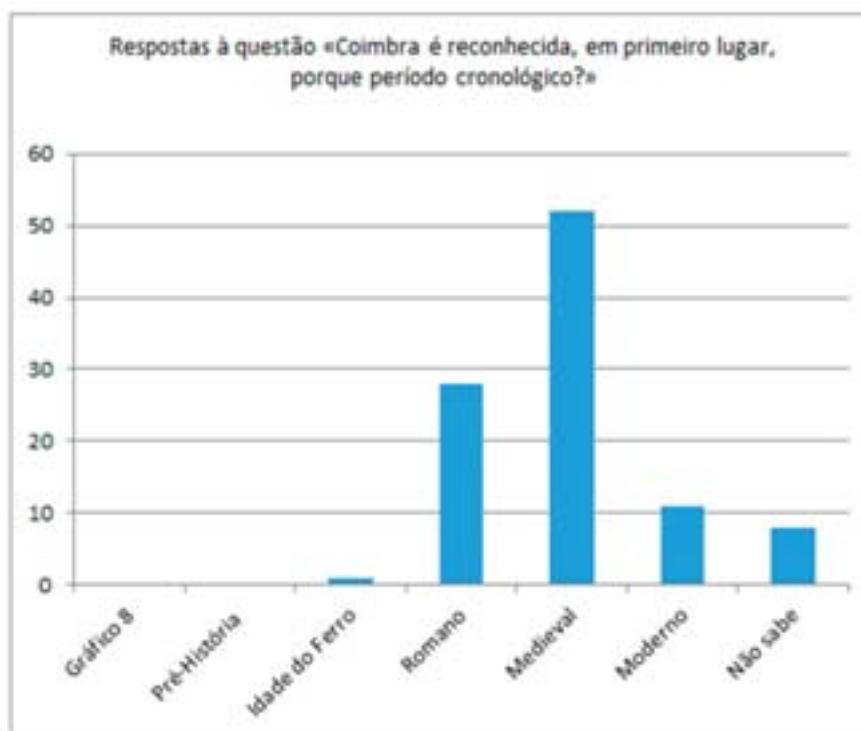


Gráfico 10. Respostas à questão «Como obteve conhecimento dos sítios que visitou?» **Fonte:** Gráfico dos Autores.

De seguida, solicitou-se aos inquiridos que analisassem o património que visitaram ao nível da divulgação que existe e do serviço que é prestado naqueles que estão preparados para a visita do público.

Quando questionados sobre a qualidade da sinalização, 38% considera que a realidade existente é positiva, mas 39% dos inquiridos avalia como meramente razoável ou intermédia. Estes resultados surgem igualmente espelhados quando se questiona sobre o que fazer para melhorar: a maioria (67 pessoas) aponta como principal necessidade a melhoria da qualidade da sinalética para a valorização do património visitável.

Ao mesmo tempo, 75% dos inquiridos assumiu nunca ter participado em nenhum evento relacionado com arqueologia, história e património organizado pelo município ou entidades locais (vd. **Gráfico 11.**).

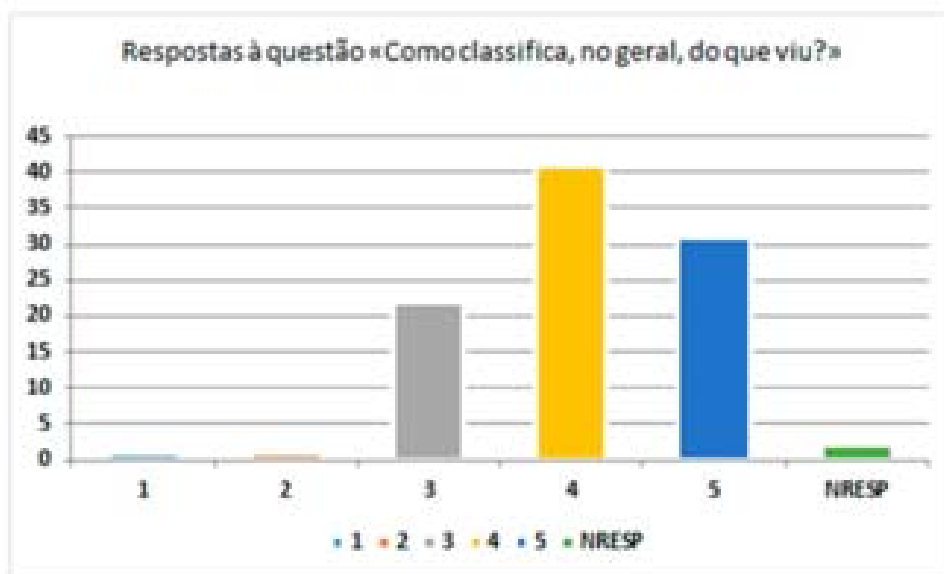


Gráfico 11. Respostas à questão «Como classifica, no geral, do que viu?». Fonte: Gráfico dos Autores.

Por fim, procurou-se entender afinal o que pensa o público do serviço disponível nos sítios histórico-arqueológicos que visita. Os resultados apontam para que: a grande maioria (72% dos inquiridos) avalia toda a oferta de visita aos sítios como Bom e Muito Bom. Quando confrontados com questões de maior pormenor os resultados tendem a oscilar um pouco e centrar-se antes nas qualificações de Bom e Razoável: ao nível das exposições patentes nos diferentes sítios (*“exposição”* no sentido das diversas formas segundo as quais os sítios estão apresentados ao público, considerando-se mesmo os que não apresentam uma exposição, *stricto sensu*), 36% avalia-as como Bem conseguidas, enquanto 20% assumiu considerá-las Razoáveis e 19% Muito Bem conseguidas. Os restantes não responderam. Nas diversas exposições consideradas, 44% consideraram como Boa a qualidade da informação disponível, 25% como Razoável, 15% como Muito Boa e apenas 5% considera que essa informação é de má qualidade.

No momento de questionar sobre a noção que o público tem acerca do grau de conservação dos sítios, compreende-se que 33% considera que estão Bem conservados, enquanto 32% julga que estão num nível Razoável de conservação.

Por fim, quando se procurou saber como era considerada a relação preço/qualidade, concluiu-se que, neste caso, 21% considera essa relação Má e outros 21% considera-a razoável (vd. Gráfico 12.).

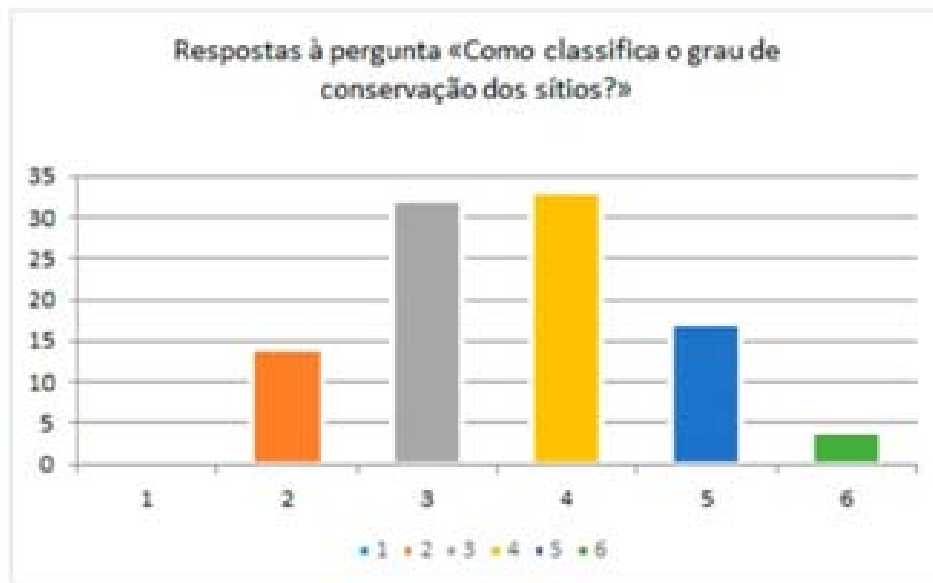


Gráfico 12. Respostas à pergunta «Como classifica o grau de conservação dos sítios?» **Fonte:** Gráfico dos Autores.

Consideramos essencial uma ressalva. Este trabalho salientou um certo desfasamento entre a percepção dos arqueólogos – os redactores do inquérito – e a população em geral sobre a realidade histórico-arqueológica dos sítios. Desde logo algumas questões em que pedimos aos inquiridos que seleccionassem os períodos históricos que mais os interessavam, por um lado, e que mais reconheciam na cidade, por outro. Para tal apresentámos o Período Medieval dividido em três momentos cronologicamente distintos que o público não especializado não reconheceu. Por isso, na apresentação dos dados optámos por aglutiná-los num único parâmetro. Julgamos importante assumir este desfasamento porque consideramos essencial este tipo de iniciativas para uma aproximação real às expectativas e interesses das pessoas que usufruem do mesmo património que os especialistas estudam (vd. **Figura 2.**).

Inquéritos à População

1. Sexo: M___ F___ Idade: ___
 2. Escolaridade: Primária___ Básica___ Secundária___ Superior___
 3. Morador local___ Turista___ (de onde?_____)
 4. Nacionalidade: _____
 5. Trabalhador___ Estudante___ Desempregado___
 6. Coimbra é conhecida porque período Histórico?
Pré-História___ Idade do Bronze___ Idade do Ferro___ Romano___ Medieval___ Islâmico___
Medieval Cristão___ Moderno___
 7. Que período cronológico o interessa mais:
Pré-História___ Idade do Bronze___ Idade do Ferro___ Romano___ Medieval___ Islâmico___
Medieval Cristão___ Moderno___
 8. Que sítios já visitou no município?
Museu Machado Castro___ Criptopórtico de Aeminium___ Universidade___ Núcleo da Cidade
Muralhada___ Aqueduto de São Sebastião___ Mosteiro de Santa Cruz___ Alcáçova de Coimbra___
Paços da Universidade de Coimbra___ Outros: _____
 9. Como obteve conhecimento desses sítios?
Agência de Viagens___ Roteiros Turísticos___ Panfletos___ Site camarário___ Internet___
Comunicação social local___ Outros: _____
- Questões abaixo responder com base em 1: Péssimo; 2: Mau; 3: Razoável; 4: Bom; 5: Muito Bom
10. O que achou do que viu?
 11. Exposição bem conseguida?
 12. Qualidade da informação?
 13. Sítio bem conservado?
 14. Os funcionários conseguiram esclarecê-lo?
 15. Preço?
-
16. Recomendaria a visita que fez a alguém? Sim___ Não___ Porquê?
 17. Considera que a História do Município e o seu Património arqueológico estão bem divulgados? Sim___ Mais ou menos___ Não___
 18. Os sítios históricos/arqueológicos estão bem sinalizados?
Sim___ Mais ou menos___ Não___
 19. Já participou em algum evento relacionado com arqueologia, história e património organizado pelo município ou entidades locais? Sim___ Não___
 20. O que poderia ser feito para melhorar?
 - Mais sinalética___
 - Painéis de interpretação___
 - Horários___
 - Preços___
 - Panfletos___
 - Jornal local ou do município___
 - Outro tipo de publicidade___ Qual? _____
 - Animação___ De que tipo? _____
 - Eventos___ De que tipo? _____
 - Melhor conservação___
 - Maior assistência aos visitantes___
 - Maior investimento em sítios arqueológicos___
 21. Considera que os achados arqueológicos da área contribuem para o turismo local? Considera que podem ajudar à economia local? Respostas de 1 a 5, sendo 1 o mínimo e 5 o máximo.
 22. Considera que o Património Arqueológico se encontra desprezado/desprotegido a nível local? E nacional? Respostas de 1 a 5, sendo 1 o mínimo e 5 o máximo.
- Para turistas:**
23. Já tinha conhecimento da realidade histórico-arqueológica do município antes de o visitar?
 24. As suas expectativas foram satisfeitas?
 - 24.1. Se não, o que gostaria de ter visto e não viu?

4. Considerações Finais

Os dados apresentados e analisados relativos às intervenções e recolha de opinião pública, foram sempre enunciados tendo por base a divisão administrativa anterior a 2013, uma vez que grande parte dos dados das intervenções arqueológicas surgem anteriormente à reforma administrativa do concelho de Coimbra.

Verifica-se assim que as antigas freguesias da Almedina e Sé Nova são as que mais se destacam em número de intervenções arqueológicas. Os estudos crescentes em torno da evolução da cidade de Coimbra permitem caracterizar a antiga freguesia de Almedina como área da cidade a que corresponde uma ocupação urbana praticamente ininterrupta. No caso da antiga freguesia da Sé Nova, esta trata-se da mais extensa em área no Centro Histórico da cidade, incluindo a Alta da cidade, tal como a Universidade de Coimbra, área onde se fizeram inúmeras intervenções arqueológicas a vários níveis.

No que concerne ao grande investimento feito no Centro Histórico da cidade, que por sua vez conduziu a um aumento significativo das intervenções arqueológicas, este prender-se-á com o PRAUD - Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas, que foi implementado em 2002 e que durou até 2013. Concomitantemente, a implementação deste programa, possibilitou uma grande requalificação/recuperação urbanística do Centro Histórico, potenciando assim um parecer favorável da UNESCO e que mais tarde resultou na inscrição da Universidade, da Alta e da Rua da Sofia na Lista de Património da Humanidade da UNESCO. Este programa – PRAUD, galvanizou uma actividade arqueológica urbana muito intensa, pelo que a grande maioria das intervenções arqueológicas são serem de cariz preventivo, tal como acontece em Lisboa (BUGALHÃO, 2008; ARAÚJO et al., 2013) e Santarém (OLAIO et al., 2015), sendo esta a principal característica da arqueologia praticada em meio urbano.

Os valores relativos aos diversos tipos de intervenções, em Coimbra, não destoam muito dos demonstrados por Jacinta Bugalhão relativamente a Lisboa (BUGALHÃO, 2008). Ainda assim, importa salientar, que os dois casos de valorização de um monumento estão presentes na freguesia de Santa Clara e não no Centro Histórico da cidade, que neste caso é valorizado pela UNESCO, o qual, não abrange Santa Clara-a-Velha.

Demonstra-se também, que o número de responsáveis a exercer trabalhos arqueológicos, acompanha o crescimento e decréscimo dos trabalhos, contudo, não se verificam publicações correspondentes aos trabalhos desenvolvidos durante o período analisado. Contrariamente, observa-se novamente que, Santa Clara, estando fora do Centro Histórico, apresenta o dobro das publicações registadas para o Fórum de *Æminium*. Apesar do Centro Histórico ter uma grande actividade, Santa Clara apresenta um papel indiscutivelmente importante em Coimbra, a nível patrimonial, e a prova acaba por se reflectir a nível dos trabalhos de valorização e número das publicações.

Esta intensa actividade arqueológica não se esgota nas intervenções no subsolo nem mesmo num conjunto de publicações de âmbito científico. A Arqueologia Urbana desenvolve-se num espaço densamente habitado, vivido e fruído. Desta forma, os inquéritos à população permitiram analisar a percepção que fica no público desse labor, assim como dos valores históricos presentes na cidade em que se movimentam. Temos consciência de que, para esse reconhecimento por parte do público, concorrem outras áreas, como o Turismo ou a investigação em História, que não foram contemplados neste trabalho. Contudo cremos poderem ser sugeridas algumas evidências relevantes.

Desde logo, a importância dada pelos inquiridos ao Período Romano nas diferentes questões poderá justificar-se pelas evidências físicas de alguma monumentalidade, em monumentos

bem conservados e fortemente divulgados através do Museu Machado de Castro. O considerável valor que o público reconheceu ao Período Medieval poderá expor a importância da cidade como centro cultural e político do reino português nos séculos XII e XIII, evidentes através da Universidade, do túmulo de D. Afonso Henriques ou do referido Convento de Santa Clara-a-Velha com os seus diversos trabalhos enumerados, por exemplo. Por fim, o relevo para o Período Moderno poderá reflectir a importância que sítios como a Universidade adquirem nessa época e que nesse momento sofrem diversas modificações.

Se as pessoas percebem claramente os fenómenos históricos com maior impacto no urbanismo coimbrês, propomos a simples premissa de que “as pessoas valorizam quando conhecem”.

Agradecimentos

Não poderíamos ter concluído este trabalho sem a colaboração de um conjunto de pessoas, a quem a não podemos deixar de agradecer. À Professora Doutora Ana Margarida Arruda por nos ter proposto e incentivado na realização deste trabalho. À Doutora Jacinta Bugalhão pela cedência de dados, colaboração e ajuda. Ao Doutor Ricardo Costeira da Silva, não só pela disponibilidade e partilha de conhecimento, mas também pelas suas respostas sinceras. Ao Doutor Artur Corte Real e Grupo de Arqueologia do Gabinete do Centro Histórico, assim como ao Museu Municipal de Coimbra, pela disponibilidade no fornecimento de informações essenciais para a consolidação do nosso trabalho. À Professora Doutora Ana Catarina Sousa que nos facultou alguns contactos institucionais e de membros de instituições. A Álvaro Pereira, que se disponibilizou em acompanhar-nos até à cidade de Coimbra, onde nos auxiliou na recolha de opinião pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, C. (1994) - Arqueologia urbana de Lisboa. De uma prática de intervenção ao contributo para o PDM. **Revista Bracara Augusta**. ISSN 0871-0422. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Vol. 45, nº 97 (110), p. 139-149

ARAUJO, J.; CARDOSO, B.; CASTELO, I., MUCCIOLI, G.; REIS, H. e RUELA, S. (2013) - A arqueologia urbana em Lisboa: análise da actividade arqueológica entre 2006 e 2011 e divulgação patrimonial. **Congresso de 150 Anos Associação dos Arqueólogos Portugueses**. ISBN: 978-972-9451-52-2. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 97-102.

BUGALHÃO, J. (2008) – Lisboa e a sua Arqueologia: uma realidade em mudança. **Era Arqueologia**. ISSN 0874-9701. Lisboa: Era Arqueologia, Nº 8, p. 218-230.

BUGALHÃO, J. (2014) - Arqueologia de Lisboa: balanço e perspectivas. **Seminário Lisboa Subterrânea - Trajectos na Arqueologia Lisboeta Contemporânea**, Apresentação realizada a 21 de Maio de 2014 na Sociedade de Geografia de Lisboa.

MANTAS, V. G. (1992) - Notas sobre a estrutura urbana de *Æminium*. **Biblos**. ISSN 0870-4112. Coimbra: Universidade de Coimbra. nº68, p. 487-514.

OLAIO, A., ANGEJA, P., PEREIRA, P., SÁ-NOGUEIRA, G. e TEXUGO, A. (2015) - Actividade arqueológica e divulgação do património em Santarém. **Apontamentos de Arqueologia e Património**. ISSN: 2183-0924. Lisboa. 10. NIA-ERA Arqueologia. p. 83-89.

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL - *PRAUD* - **Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas**. [Consultado em 22 de março de 2015]. Disponível na [www.<URL:http://www.plh.cm-coimbra.pt/programas-de-apoio-a-habitacao/praud-programa-de-recuperacao-de-areas-urbanas-degradadas/>](http://www.plh.cm-coimbra.pt/programas-de-apoio-a-habitacao/praud-programa-de-recuperacao-de-areas-urbanas-degradadas/).

LEGISLAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA. Departamento de Cultura. Gabinete de Arqueologia, Arte e História (2009) – **Património Edificado com Interesse Cultural: Coimbra**. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

IPPAR (1993) - **Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado: Distrito de Coimbra**. Lisboa: IPPAR.

Resolução do Conselho de Ministros nº24/94 de 22 de Abril. Diário da República nº94/94- I Série-B. Câmara Municipal de Coimbra. Coimbra. Regulamento do Plano Director Municipal de Coimbra

UNIVERSIDADE DE COIMBRA, Reitoria (2003 – 2013) – **De Coimbra: Universidade, Alta e Sofia – Candidatura a Património Mundial**. Coimbra. [s.n.]. 8 Vol.

The Urban Archaeology and the Heritage of the City of Coimbra

Cátia Saque Delicado

Nuno Monteiro

Ana Beatriz Santos

Filipa Santos

ABSTRACT

Urban Archaeology is a discipline with a growing presence in the archaeological scenery. Its development has exponentially extended the study of the evolution of cities. This evolution results from uninterrupted changes to the buildings, which accompanied the needs of population growth and their own social and economic transformation, leaving indelible marks on the urban environment.

The research presented here is based on the study of archaeological practice in the city of Coimbra. The Information was draw from the analysis of data obtained in IGESPAR / DGPC, the statistical data provided by 100 opinion surveys conducted in historical center of Coimbra and by collecting testimonies of entities directly associated with the work in heritage and archaeological practice in Coimbra.

Through the observation and interpretation of the data collected, it was possible to verify the evolution of archaeological work over more than 20 years, as well as check several rehabilitation projects of classified and unclassified monuments. The cross-checking of these data with the results of the surveys permitted to connect the practice of the field with its disclosure, and suggested some indicators regarding the communication skills of the archaeological and building heritage of the city of Coimbra, whose historic center and “Alta”, are currently on the “Heritage of Humanity” list of the UNESCO.

Key-words: Urban Archaeology; Coimbra; Heritage; Statistics.

1. Introduction

The city of Coimbra is one of the eighteen district capitals of Portugal, located in Beira Litoral, specifically in the Lower Mondego area. The Historical Centre (with the parishes of Santa Cruz, São Bartolomeu, Almedina and Sé Nova) is located in an elongated top where University of Coimbra was built, extending through the slope towards the Mondego river. In the preparation of the project application for World Heritage Site, the city Historical Centre has had numerous interventions of archaeological nature, enabling the development of urban archaeology in Coimbra.

Being the city Historical Centre the space that more archaeological interventions had under various projects of urban rehabilitation and enhancement, aiming the project application for UNESCO's World Heritage Site, here was developed most of the city's urban archaeology works. Under the Recovery Programme of Urban Degraded Areas (PRAUD), the Coimbra Municipality used this Programme, since 2002, for rehabilitation of dozens of buildings in the named Alta of Coimbra, the University surrounding area (www.plh.cm-coimbra.pt) [Consulted in 22nd March 2015]. However, due to the importance that the project of safeguard, research and musealization of the ruins of Santa Clara-a-Velha Monastery acquired and its direct relation to the Historical Centre was decided to include the Santa Clara's parish in this study.

Coimbra has a long diachronic occupation, being continuously occupied since the Iron Age to the present, as showed by the several researches carried out, namely by António Nogueira Gonçalves, Vergílio Correia, Jorge de Alarcão, Vasco Mantas, Walter Rossa or Rui Lobo. Displaying an overlap of structures from different chronological periods. Therefore, was this highly proved diachrony, which earned its inscription on the UNESCO list, where three criteria stood out, the II, IV and VI (Universidade de Coimbra, 2003-2013: 11, vol. 6).

As part of the study on the evolution of archaeological practice and heritage preservation (delivered on 07/04/2014), derived from the Archaeology of Cities seminar, within the Master in Archaeology of Faculty of Letters was decided to disclose the studies carried out by the study group created for the study of urban archaeology and built heritage of the city of Coimbra. According with the above described, the city of Coimbra is an exceptional case in the context of urban archaeology. The study is focused on the area defined as Historical Centre and Santa Clara parish. This parish is included in the Polis Programme, on the scope of urban rehabilitation, with the aim of improving the Mondego's right margin. Due to the importance acquired by this project and given its direct relationship with the historical centre was decided to insert it within the present study.

However, to be able to implement a thorough study of the city and all the interventions we sought to contact entities directly related with the practice of archaeology in Coimbra – in the various fields – conservation, archaeological intervention, regulation and management and its results, research and disclosure. We also tried to look for the interpretation made by Coimbra's inhabitants about the city's heritage.

The interviewed entities were: Municipal Museum of Coimbra, National Museum Machado de Castro, Office for the Historical Centre of Coimbra and Directorate-General of Culture for the Centre.

2. The Archaeological Research

Although in 2013 the administrative reform of parishes union had been implemented, the statistical analysis of the conducted activities, present in the article, does not include that union, being thus, the interpretation more accurate, once the observed values fall in the period between 1986 and 2013.

Since 1989 until 1999, the activities in almost all the parishes are rare (maximum 2 interventions by parish). There is an obvious highlight of the Almedina and Sé Nova parishes comparatively with the others, in what concerns the archaeological activity in the Historical Centre of Coimbra.

The option of include the parish of Santa Clara in this study, although it is not part of the mentioned Historical Centre, goes for its historical an archaeological relevance, being a comparison point of the several stages of the archaeology inside the same municipality. The charts presented in this chapter, except the references one, were only achieved thanks to the data given by Ph.D. Jacinta Bugalhão. Concerning the elaboration of publications statistical analysis, was made a research with the support of Endovélico database, bibliobase database, publications from the National Museum of Archaeology and publications from the University of Coimbra, among other references, where all the articles concerning heritage or archaeology about these five parishes were examined.

Chart 1. Source: Authors.

According to chart 1, is possible to see two distinct phases for the archaeological activity. This increase in the number of archaeological interventions should be much explained by the use of community funds coming from the European Union for the buildings rehabilitation and archaeological research in the Historical Centre of Coimbra, aiming the candidacy for UNESCO, where one of the criteria is the presence of archaeological and historical heritage of high value and potential. This value is kept more or less continuous, although with a downward tendency from 2006 until 2013. However, although the levels of 2006 had not been maintained, the values do not seem to go back to the first phase rhythm, between 1986 and 1999, where despite all the parishes of Sé Nova and Santa Clara had more activities than the others.

Chart 2. Source: Authors.

Chart 3. Source: Authors.

The safeguard archaeology assumes a featured role in terms of urban archaeology. In Lisbon (BUGALHÃO, 2008: 221; ARAÚJO et al., 2013: 100) between 1995 and 2011, and Santarém (OLAIO et al., 2015: 84) in 2013 the values referring to safeguard type of interventions stand out.

Chart 4. Source: Authors.

The research works are the second highest category in Coimbra, followed by the prevention/valuation. The research works, with higher expression in Sé Nova parish, are linked with the Machado Castro Museum cryptoporticus excavations and expansions in the museum facilities, the archaeological works at College of Trindade, Sá da Bandeira Avenue, Pedro Monteiro Street and São Salvador Square. In Almedina, are associated with the interventions in University Courtyard, Almedina's Arch, Botanical Garden, Sé Velha and Chimico Laboratory. The cities of Lisbon and Santarém present a scenario of Research/Valuation without much expression, only one or two cases at most (ARAÚJO et al., 2013: 100; OLAIO et al., 2015: 84), which is also a common point with Coimbra, which has a maximum of four cases, with a peak in 2011.

The works of prevention and valuation have significantly high values than the single action of valuation. In general, it is not an isolated event, also for the city of Lisbon is recorded only two of this cases. In Coimbra, it is undoubtedly the category with less expression, with no example in Coimbra Historical Centre, just in the parish of Santa Clara.

According to chapter IV from PDM (Municipal Guidance Plan) of Coimbra, we can gauge the importance given to the Historical Centre. Considered an area of high historical and environmental value, it should thus be preserved, recovered and valued. As space of high municipal value, where interventions are highly regulated, as much as possible, in terms of

topography, preservation, rehabilitation and buildings renewal, being forbidden its complete demolition, when they are of historical or architectural value, with some exceptions.

In PDM, it is still contemplated that the Historical Centre area has to be the subject of a detailed plan of heritage safeguard. As for the Coimbra municipality, only in this area are references to the area archaeological values.

Chart 5. Source: Authors.

The perspective of action of archaeologists is similar to the one of the archaeological activities, being also possible to determine two phases, whose moment of change is also the year 2000. There is a complete change in the data. If in 1999 was only one archaeologist in charge, in 2000, the number increases for sixteen responsible archaeologists. Between 2001 and 2002, the growth continues, advancing up to thirty-six leaders to act at different points of the city, suffering a slight decrease from 2002 to 2003. Again, between 2003 and 2007, there is a continuous increase in the number of archaeologists developing activities in the city, achieving the higher number of workers in the area in 2007. The year of greatest archaeological activity was 2006, what might mean, that in 2007, although there were significantly less works, the number of archaeologists in each work place was higher. After 2007, we see a decline of the numbers of responsible, despite appearing to be a one-off event, with a further increase in 2010. The decrease observed between 2010 and 2013, is justified by the end of the Recovery Programme for the Urban Degraded Areas, which had been in use by the Coimbra Municipality since 2002, programme ended in December of 2013 and who's admitted appliances had to have their works finished by this deadline (www.plh.cm-coimbra.pt) [Consulted in 22nd March 2015].

Chart 6. Source: Authors.

Concerning the publications, it is known that not all archaeological excavation yields a publication. Nevertheless, there are many publications due to university studies, or made by the University. Much of them are the result of the excavations in Santa Clara-a-Velha Monastery, Aeminium cryptoporticus and several works monitored by the University. Associated with appliance to UNESCO, also comes some monographic publications and tour guides/itineraries, although few. It is observable that the number of publications per year is not over ten, in 2005. Accounting for the archaeological interventions number, the publications have very lower values. The year of 2006 is the one with more interventions, but is the year of 2005 that has more quantity of publications. Only in 2005, were published five articles in the journal Património. Of these researches, three were from Santa Clara-a-Velha valuation, and two about Sé Velha. A second peak is achieved in the year of 2011, where three of the articles once again focus the aspect of Santa Clara-a-Velha musealization and valuation. On a global analysis from 1986 to 2013, there are seven publications about the Aeminium Forum, and thirteen about Santa Clara. To carry out this analyse, we have accessed, in addition to Endovélico and bibliobase database, journals of heritage and archaeological aims, such as Revista Portuguesa de Arqueologia, Património e Estudos, Almadan, Conimbriga, Arqueologia e História, Bracara Augusta and Studia Lusitana, with the purpose of getting a chronological pattern of publications.

3. Heritage and Archaeological Disclosure: the public's opinion

The aims of our work were the study of the archaeological practice in the city of Coimbra and its various forms. Thus, finished the analysis of the evolution of the archaeological interventions and researches carried out between 1986 and 2013, we sought to analyse the

perception left, in population, from that activity. We defined a survey consisting of 24 structured questions, through which the surveyed was generically characterized, was sought to know what was known about the city of Coimbra historical wealth and at last was asked for a critical review on the cities' visitable historical heritage. Three of the questions were specific for tourists. This survey was complete by a sample of 100 people, carried out in the city of Coimbra Historical Centre and old parish of Santa Clara, as previously explained, between 18 and 19 March 2014.

The surveys were answered by 51 individuals of male gender and 49 females. In the chart 7 is showed the dispersion by age group, following the guidelines of the National Statistics Institute (INE). From the 100 surveyed, 88 are Portuguese, but, of them only 73 are residents in the Coimbra municipality. The students represent 52% of the surveyed, what must display the town particular reality, defined by the University of Coimbra impact, as well as the other institutions of higher education of that city. According to INE data in the Historical Centre is a bipolar population in terms of age, with high proportion of youth (up to 25 years), followed, in quantity, by the elder population (over 65). The students were considered as residents, although temporary, solely in the cases in which the inhabitancy had more than one year.

Chart 7. Source: Authors.

At a first moment, the surveyed answered about what they thought to be the main historical periods for which Coimbra was recognized. To this question, 52% selected the Medieval Period and 28% the Roman Period. No one considered Prehistory as relevant and only 1% answered "Iron Age". The Modern Period was valued by 11% of the samples while 8% assumed not have knowledge to answer. The results obtained are complemented with the ones from the two following questions.

Chart 8. Source: Authors.

Into consideration about what the surveyed know (**vd. Chart 9.**): 83 people, of the 100 surveyed, visited the University (here are collected the diverse spaces comprising the University), while 62 people know the Machado de Castro Museum. These two spaces are the most visited and therefore we admit that, at least in what the Historical Centre is concerned could be the most representative to create in the public mind an image of the city of Coimbra. If we think that one have medieval origin and the other a strong roman period component that may reflect the high values present for the two historical periods in the previous question. This analysis remains valid if having in account the connection of the Modern Period to the University, once this was recognized as the third more relevant for the history of the city. Of Medieval origin are also the Nucleus of the Walled City and the Santa Cruz Monastery, both with more than 40 visits. Outside the Historical Centre, the Santa Clara-a-Velha Monastery, medieval, has a number of visits that we consider undervalued for not being directly suggested in the question.

Chart 9. Source: Authors.

The Santa Clara-a-Nova Monastery, outsider the Historical Centre and the São Sebastião Aqueduct are of Modern origin, also contributing to the recognition of this period in the city. The remaining spaces, has can be seen in the chart, have very lower visiting numbers.

Add up to the analysis the results on the personal interests of the surveyed regarding the several chronological periods and general contents covered. Most (31%) displayed preferences for themes of the Medieval Periods. With close results (28%) is the option for the Roman Period, followed by the Modern Period (15% of the surveyed). The prehistory was elected by 8% of the surveyed and the Iron Age only by 2%. It is displayed, however, for reflection, the

fact of 16% of the people (higher value than the reference to the Modern Period) not having known which period was of most interest.

Once made these observations, was sought to know which media had more impact on disclosing the visitable heritage in Coimbra. In this question, the surveyed selected the media responsible for giving them the necessary information to visit the sites. The media that showed to have higher impact was internet. Of the 40 people claiming to have had access to the information by internet, 12 took advantage of the one available at Coimbra Municipality website. Observing the chart is also understandable the relevance of the oral information, with 35 people benefitting from it to visit the places. From all the surveyed, 28 assumed that knows many of the sites for being resident, without any specific media intervention. The remaining media of disclosure identified were provided by less than 15 people, as visible in the analysis. This reality will result in the fact of 44% of the sample to consider that the local heritage is well disclosed, but 37% to give a medium or reasonable classification.

Chart 10. Source: Authors.

Then, it was asked the surveyed to analyse the visited heritage in terms of its disclosure and services present in those prepared to open to the public.

When asked about the quality of signage, 38% consider the reality positive, but 39% of the surveyed values it merely as reasonable or medium. These results are also mirrored when questioned about what to do to improve: the majority (67 people) points as main need the improving of the signage quality to increase the value of the visitable heritage.

At the same time, 75% of the surveyed assumed never having participated in any event related to archaeology, history and heritage organized by the municipality or local entities.

Chart 11. Source: Authors.

In the end, was sought to understand what does the public think about the services available at the historical-archaeological sites visited. The results show that: the vast majority (72% of the surveyed) evaluates all the offer of visit to the sites as Good or Very Good. When confronted with questions of more detail the results have tendency to fluctuate a bit and shift to values of Good and Reasonable: concerning the different exhibitions displayed at the sites ("exhibitions" in the sense of the different forms as the sites are presented to the public, considering also those without any exhibition, *stricto sensu*), 36% rate them as Well achieved, while 20% thinks them Reasonable and 19% Very Well achieved. The remaining did not answer. In the several exhibitions considered, 44% regarded as Good the quality of the information available 25% as Reasonable, 15% as Very Good and only 5% sees that information has of poor quality.

At the moment of asking about the notion that the public has on the degree of conservation of the sites, is understandable that 33% considers them well preserved, while 32% thinks they are at a level of Reasonable preservation.

Finally, when was looked for on how was considered the price/quality relation, we concluded that, in this case, 21% considers this relationship Bad and other 21% considers it reasonable.

Chart 12. Source: Authors.

We consider essential one caveat. This work highlighted a certain gap between the perception of the archaeologists – the authors of the survey – and the general population about the sites historical-archaeological reality. At once some questions where was asked to the surveyed about the historical period that most interested them, on one hand, and the one that was best

associated with the town, by the other. For such we presented the Medieval Period divided in three moments chronologically distinct which the non-specialised public did not recognize. Therefore, in the data presentation our option was to gather them in one single parameter. We consider important to assume this gap because we think this kind of initiatives is important for a real approach to the expectations and interests of the people that enjoy the same heritage studied by the experts.

Figure 2. Source: Authors.

4. Concluding remarks

The data presented and analysed regarding the interventions and public opinion survey, were always displayed based on the administrative division prior to 2013, once most part of the data from the archaeological interventions appear previously to the administrative reform of the Coimbra municipality.

It is therefore confirmed that the old parishes of Almedina and Sé Nova are those that stand out in number of archaeological interventions. The increasing studies on the evolution of the city of Coimbra allow characterizing the ancient parish of Almedina as the city area with an almost uninterrupted urban occupation. In the case of the old parish of Sé Nova, it is the most extensive in terms of area of the city Historical Centre, including the Top of the city, such as the University of Coimbra, area where were made numerous archaeological interventions at various levels.

Regarding the great investment made in the city Historical Centre, which in turn led to a significant increase in archaeological work, this is related with the PRAUD – Recovery Programme of Urban Degraded Areas, implemented in 2002 and lasted up to 2013. At the same time, the implementation of this programme, made possible a large urban requalification/recovery of the Historical Centre, enhancing an UNESCO favourable references which later resulted in the record of the University, the “Top” and Sofia Street in the UNESCO’s World Heritage List. This programme – PRAUD, stimulated an intensification of urban archaeological activity, so most of the safeguard archaeological interventions are of preventive nature, such as appears in Lisbon (BUGALHÃO, 2008; ARAÚJO et al., 2013) and Santarém (OLAIO et al., 2015), being this the main characteristic of the archaeological practice in urban environment.

The values for the various types of interventions, in Coimbra, do not diverge much from those demonstrated by Jacinta Bugalhão for Lisbon (BUGALHÃO, 2008). Even so, it is worth note that the two cases of valuation of a monument are in the parish of Santa Clara and not in the city Historical Centre, which in this case is not valued by UNESCO, which, does not cover Santa Clara-a-Velha.

It is also showed that the number of archaeologists in charge of archaeological works, accompanies the growth or decrease of works, however, this is not followed by publications of the works developed during the researched period. In contrast, it is observed again that, Santa Clara, being outside the Historical Centre, has the double of publications recorded than the Aeminium Forum. Although the Historical Centre has great activity, Santa Clara presents an indisputably important role in Coimbra, at heritage level, and the proof come reflected at valuation works and number of publications level.

This intense archaeological activity is not limited to the underground interventions or even in a set of publications of scientific scope. The Urban Archaeology is developed in a densely

populated, lively and brought to fruition area. Thus, the population surveys allowed us to analyse the perception that keeps with the public from that labour, as well as of the historical values present in the city where they live. We are aware that, for that acknowledge by the public, other areas also give contributions, such as Tourism or the research in History, that were not aimed in this study. However we believe that we might give some relevant suggestions.

To begin with, the importance given by the surveyed to the Roman period in the different questions might be related to the physical evidences of monumentality, in monuments well preserved and highly disclosed by the Machado de Castro Museum. The considerable value recognized by the public to the Medieval Period can display the importance of the city as cultural and political centre of the Portuguese kingdom in XII and XIII centuries, expressed through the University, the D. Afonso Henriques tomb or the mentioned Santa Clara-a-Velha Monastery with its many jobs listed, for example. Finally, the relief for the Modern Period might reflect the importance that places such as the University acquires in that period and in which faces several modifications.

If people do clearly understand the historical phenomenon with higher impact in Coimbra's urbanism, we propose the simple premise that "people value when they know".

Acknowledgments

This work could not be finished without the support of a group of people, whom we have to thank. To Professor Dr. Ana Margarida Arruda for having proposed and encouraged us to do this work. To Dr. Jacinta Bugalhão (PhD) for the data access, collaboration and help. To Dr. Ricardo Costeira da Silva (PhD), not only for the availability and share of knowledge, but also for the honest answers. To Dr. Artur Corte Real (PhD), and the Group of Archaeology of the Office for the Historical Centre, as well as the Coimbra Municipal Museum, by the availability in providing information crucial to the consolidation of our work. To Professor Dr. Ana Catarina Sousa (PhD) that gave us some institutional and member contacts. To Álvaro Pereira that has made available to go with us to Coimbra, and help in the survey of the public opinion.

English Language Version: Ana Graça (anagrace@ipt.pt)

Reviewed English Version: Fátima Paiva (fatimapaiva@ipt.pt)

PADRONIZAÇÃO JURÍDICA DA ARQUEOLOGIA

**O PATRIMÔNIO CULTURAL COMO O QUARTO PILAR DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ABORDAGEM
SOBRE OS ESTUDOS DE ARQUEOLOGIA PREVENTIVA
DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO LICENCIAMENTO
AMBIENTAL**

Alessandra Spitz Guedes Alcoforado Lourenço

Informação acerca Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Setor de
Arqueologia/Iphan/PR
Curitiba, Paraná, Brasil
alespitz@hotmail.com

O Patrimônio Cultural como o Quarto Pilar do Desenvolvimento Sustentável: Uma Abordagem sobre os Estudos de Arqueologia Preventiva Desenvolvidos no Âmbito do Licenciamento Ambiental

Alessandra Spitz Guedes Alcoforado Lourenço

Historial do artigo:

Recebido a 15 de junho de 2015

Revisto a 02 de julho de 2015

Aceite a 20 de julho de 2015

RESUMO

A legislação de proteção ao meio ambiente, instituída a menos de três décadas no Brasil, condicionou a realização de estudos de Arqueologia Preventiva, mesmo sendo posterior a de proteção dos sítios arqueológicos. A simplificação de exigências por parte dos órgãos ambientais, conforme o grau de interferência e degradação dos diversos tipos de obras e atividades, “isentou” vários projetos de contemplar e consecutivamente prevenir danos ao patrimônio arqueológico.

A Cultura é considerada hoje como um componente fundamental para o desenvolvimento sustentável, sendo que o patrimônio arqueológico, por ser um recurso extremamente frágil e finito deve receber maior atenção nos programas de Licenciamento Ambiental para garantir a manutenção desses bens para o futuro.

As recentes publicações da Portaria Interministerial nº 60/2015 (25/3/215) e da Instrução Normativa nº 1/2015 (26/3/2015), muito questionadas no âmbito do Iphan, da comunidade científica e do Ministério Público Federal – MPF alteram sobremaneira os procedimentos de Arqueologia a serem observados por obras e atividades no Licenciamento Ambiental. Seu conteúdo também faz menção a apenas os bens “reconhecidos” como patrimônio cultural pelo poder público, o que pode ocasionar impactos às práticas culturais das comunidades atingidas pela implantação de empreendimentos.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Licenciamento Ambiental; Desenvolvimento Sustentável.

“O Nilo, que há milênios leva a terra fértil aos egípcios e que deu ao Egito condições de se transformar na potência mais brilhante da Antiguidade, está fraquejando. Além de ter sido transformado num verdadeiro coletor de esgotos, de dez anos para cá começou a levar cada vez menos água para o Egito. Na grande barragem de Assuã, o nível da água caiu 9m; o Egito consome mais água do que recebe.”
(DREYER-EIMBCKE, 1992: 202-203)

1. O que já perdemos e o que não vamos nem conhecer: a difícil tarefa da preservação

Há menos de três décadas que estudos de impacto ambiental são realizados no Brasil e o resultado disto é a falta de unidade e a efetivação dos mesmos para todos os empreendimentos potencialmente causadores de danos lesivos ao meio ambiente.

Moreira descreve que *“(...) até 1986, um número considerável de projetos dependentes de financiamento externo foi objeto de AIA.”* (Avaliação de Impacto Ambiental), embora estes estudos não tenham sido submetidos aos órgãos de controle ambiental. *“Difícilmente suas conclusões serviram para prevenir impactos adversos, nem foram usadas na tomada de decisão e implementação de projetos.”* (MOREIRA, 1992: 1).

Esse descompasso pode ser atribuído à ausência de legislação específica de controle ambiental que somente começa a ser estabelecida em meados dos anos 1980.

De acordo com Moreira, a Lei nº 6.803 de julho de 1980 (Lei de Zoneamento Industrial nas áreas críticas de poluição) foi a primeira registrada no país, em razão da manifestação da Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente, fundada em 1979 na cidade de Piracicaba/SP. Contudo, a exigência de AIA foi mencionada de forma indireta na Lei 6.938/81 (Lei de Política Nacional de Meio Ambiente) e explicitada somente com a publicação do Decreto nº 88.351/83, que regulamentou a referida lei (MOREIRA, 1992: 1-2).

O decreto estabeleceu que os estudos de impacto ambiental deveriam atender aos critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) que em 1986, por meio da Resolução 001/86 (1) determinou quais obras ou atividades deveriam elaborar o EIA/RIMA (2).

É na resolução 001/86 do Conama, no Art. 6º, alínea C, referente ao meio sócio-econômico que o diagnóstico do patrimônio arqueológico passa a fazer parte do rol de exigências nos estudos de impacto ambiental, embora a lei federal de proteção aos monumentos arqueológicos e pré-históricos, a Lei nº 3.924/61, seja anterior às específicas de proteção ao meio ambiente.

Nesse ponto chegamos ao primeiro problema sobre o tema deste artigo. Poucos foram os estudos arqueológicos realizados antes da Resolução Conama nº 001/86, como se esse fosse fundamentalmente o marco da exigência para os estudos de Arqueologia. É importante esclarecer que a Lei nº 3.924/61 já proibia o aproveitamento econômico das jazidas arqueológicas para quaisquer finalidades, o que em outras palavras, significa que toda interferência nos subsolos (que pertencem à União) podem causar destruição e/ou mutilação de sítios arqueológicos presentes no substrato pedológico.

Além disso, conforme aponta Rabello, *“(...) no caso específico das jazidas arqueológicas, a proteção se dá ex vi legis, isto é, imediatamente, por força da lei e, por tal motivo prescinde de*

processo e ato administrativo, pois seus efeitos decorrem da vigência da lei.” (RABELLO, 2009: 20).

E reforça que, *“(...) a preservação das jazidas arqueológicas e pré-históricas, considerada sob o ponto de vista científico, visa também controlar a exploração sistemática desse bem cultural (...).” (RABELLO, 2009: 20).*

Contemporâneos à lei de 1961 foram os estudos arqueológicos pioneiros realizados na área da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que nasceram muito mais da iniciativa dos pesquisadores na época, do que da observância à lei de Arqueologia.

Um outro problema observado é que a Resolução nº 001/86 do Conama, “seleciona” algumas obras e atividades que têm necessidade do Estudo de Impacto Ambiental, o que não necessariamente corresponde aos locais de implantação dos sítios na paisagem. Exemplificando, se uma linha de transmissão com potência de 69kV é isenta da necessidade de elaboração de estudos, por ser considerada pouco impactante em termos ambientais, para a Arqueologia, ela causará os mesmos danos, se porventura houver um sítio arqueológico em alguma das praças escolhidas para a instalação de suas estruturas metálicas.

Esse (des)entendimento tem sido frequente por parte dos técnicos que atuam nos órgãos ambientais estaduais, como também pelos empreendedores. Na medida em que novos critérios para os estudos ambientais foram sendo estabelecidos, classificando os empreendimentos pelo grau de interferência e degradação ao meio ambiente, houve uma simplificação das exigências, através da criação de novos instrumentos, tais como: RAS (Relatório Ambiental Simplificado), EAS (Estudo Ambiental Simplificado), entre outros que – a nosso ver -, “eximem” vários projetos de contemplar e consecutivamente prevenir danos ao patrimônio arqueológico.

É muito comum as empresas alegarem que não houve exigência por parte da agência ambiental estadual, mediante justificativa (as licenças prévia, de instalação e de operação emitidas). A explicação sempre recai na dispensa de elaboração do denominado EIA-RIMA - contido na Resolução Conama nº 01/86 -, corroborada pela interpretação errônea da Portaria Iphan nº 230/2002, cujo teor será abordado mais adiante.

O patrimônio arqueológico é um recurso finito, não renovável e a natureza de seus impactos é negativa, direta, imediata e irreversível, como costuma conter nas matrizes apresentadas nos estudos ambientais.

Não obstante, a proteção do patrimônio arqueológico está contemplada na Constituição Federal do Brasil (1988), no Código Penal Brasileiro, na Lei de Crimes Ambientais, além de outros instrumentos de proteção jurídica e convenções internacionais promovidas pela UNESCO, que têm por objetivo manter a integridade dos registros arqueológicos para usufruto no futuro, ou seja, garantir a sustentabilidade do patrimônio arqueológico.

2. Patrimônio arqueológico como quarto pilar do desenvolvimento sustentável

De acordo com o IBGE (3), o desenvolvimento sustentável corresponde a *“(...) um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro (...) é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.” (IBGE, 2002).*

Sob este enfoque já podemos presumir que, sendo o patrimônio arqueológico um recurso extremamente frágil, somente conjugando esforços, estabelecendo estratégias de gestão em todos os âmbitos da esfera pública e segmentos da esfera privada (incluindo os arqueólogos) é que podemos garantir a manutenção desses bens para o futuro, uma vez que, por estarem “enterrados”, não existe a possibilidade de inferir sobre sua quantificação.

A questão dos acervos gerados pelas ações de salvamento arqueológico também deve ser enfatizada nas políticas públicas de preservação do patrimônio cultural. Poucas são as coleções arqueológicas que recebem tratamento adequado e devidas análises; e a maioria das instituições de guarda de acervos arqueológicos não dispõe sequer de locais apropriados para acondicionamento desses materiais.

Reforçando essas ideias, encontramos em Silva que *“Todos têm o direito de conhecer, assimilar e usufruir esse patrimônio, e de saber, também, que junto com os benefícios advindos das grandes obras públicas (tais como eletricidade, as facilidades de comunicação entre cidades), o acesso a esses direitos deve ser reivindicado. Quilowatts e quilometragens de asfalto não podem ser conseguidos às custas da destruição do patrimônio arqueológico brasileiro, patrimônio esse frágil e não renovável. Destruído sob a alegação de melhoria da vida cotidiana das populações, por ironia, a maioria da coletividade brasileira sequer teve a oportunidade de saber o que tinha por patrimônio. Privar a sociedade do conhecimento desse patrimônio e de sua dimensão social e não lhe permitir a chance de escolha são ações inconstitucionais e contrárias à ideia de cidadania.”* (SILVA, 2009: 71-72).

Na recente reunião de Altas Autoridades Sul-Americanas sobre Cultura e Sustentabilidade (da qual o Brasil faz parte), realizada na cidade de São Paulo, em 15/04/2012, com base no documento *“O Poder da Cultura para o desenvolvimento”*- que considera a cultura como componente fundamental para o desenvolvimento sustentável-, seus membros acordaram em requerer às autoridades negociadoras da Conferência Nacional das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável, que incluam *“(...) a cultura como quarto pilar do desenvolvimento sustentável, reconhecendo-a como dimensão articuladora e geradora de equilíbrio entre os três pilares até o momento reconhecidos: o econômico, o social e o ambiental. (...)”* (4).

Pode-se justificar essa ‘merecida posição’ nas palavras de Berdoulay, quando o autor afirma que *“(...) a cultura não é somente uma questão de herança do passado nem é feita da experiência presente; ela corresponde, talvez, antes de tudo, a uma projeção do futuro.”* (BERDOULAY, 2012: 122).

Não proporcionando o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas anteriormente à destruição dos solos, estamos privando as gerações futuras de conhecer e usufruir desse importante patrimônio e, do mesmo modo, os pesquisadores de produzir conhecimento, como de aplicar novas tecnologias que certamente surgirão, mais eficazes para o tratamento de bens culturais dessa natureza.

Ainda no autor francês, encontramos que: *“(...) de um ponto de vista geográfico, o patrimônio tem uma localização ou inscrição espacial, mesmo no caso do patrimônio dito ‘imaterial’. Nesse sentido, ele corresponde à expressão do trabalho de memória que fazem as sociedades.”* (BERDOULAY, 2012: 122).

Desta premissa, podemos desenvolver dois pontos muito importantes. O primeiro, que o patrimônio arqueológico está inserido em um determinado espaço que na iminência de ser impactado, deve ter o meio ambiente pesquisado, observadas as medidas mitigadoras possíveis e, principalmente que nesse meio, bens de natureza arqueológica podem estar

presentes, sendo que a melhor alternativa é conservá-los in situ. Na impossibilidade da preservação, deve-se atender a legislação federal vigente e às normatizações do órgão responsável pela sua tutela, o Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O segundo refere-se aos bens de natureza imaterial – quase nunca considerados nos processos de licenciamento ambiental – que por vezes, estão intrinsecamente relacionados com o patrimônio arqueológico presente nas comunidades tradicionais remanescentes.

Não podemos ficar alheios às transformações bruscas que ocorrem no seio das populações que habitam nas áreas de influência dos grandes empreendimentos, como hidrelétricos, por exemplo, que além de serem deslocadas de seus locais de origem, também são expropriadas de suas referências culturais.

Bastos, na obra *“Uma Arqueologia dos desaparecidos: identidades vulneráveis e memórias partidas”* alerta para o fato de que *“A emancipação dos povos não deve ser prisioneira dos intelectuais, professores, cientistas, políticos ou chefes de Estado, ela é em si a formação dos valores de um povo, de uma comunidade que, dispondo dos instrumentos para alcançar o conhecimento, escolherá suas memórias, seu patrimônio, seu esquecimento.”* (BASTOS, 2010: 56).

No entanto, recentemente foram publicadas a Portaria Interministerial nº 60/2015 (5) e a Instrução Normativa nº 1/2015 (6) que alteram profundamente os procedimentos a serem adotados nos projetos de desenvolvimento, nas quais os bens culturais das comunidades não são levados em consideração.

A Portaria nº 230/2002 (7) que compatibilizava os estudos arqueológicos (diagnóstico, prospecção e resgate) durante as respectivas fases do licenciamento ambiental (LP, LI e LO) (8) junto aos órgãos ambientais, foi revogada.

As novas normativas exigem apenas a avaliação de bens tombados (8), valorados (9) e (10) registrados em âmbito federal e avaliação de impacto aos bens arqueológicos, excluindo diferentes tipos de obras e atividades, que anteriormente eram contempladas por estudos e que revelaram bens culturais de natureza arqueológica nas suas áreas de influência, mesmo quando urbanizadas.

Essas hoje são classificadas em níveis diferentes de intervenções nos solos e subsolos, sendo que em alguns casos nenhum procedimento se aplica, e em outros, como as linhas de transmissão com menor potência (69kV e 138kV), gasodutos, duplicação e melhorias de estradas, a única exigência é a de que o empreendedor apresente um Termo de Compromisso, responsabilizando-se em comunicar ao Iphan sobre a existência de achados arqueológicos durante as obras de engenharia.

Ora, nos mais de 50 anos de vigência da Lei nº 3.924/61 foram raros os casos de preocupação com o patrimônio arqueológico brasileiro, conforme já mencionado no início do texto. Além disso, os profissionais – isso se estende as mais diversas equipes multidisciplinares envolvidas nos processos de licenciamento ambiental-, são pressionados a liberar as áreas o mais rápido possível, para atender às necessidades do empreendimento.

Há ainda os que fazem pouco caso do patrimônio arqueológico, relegando-os sempre a um segundo plano, afirmando que os sítios já foram muito impactados ou denominando os artefatos de ‘pedras e cacos’.

Caldarelli entende o salvamento como *“(...) um mal necessário, ao qual se deve recorrer unicamente na ausência de qualquer outra opção que salvaguarde o bem. Nesse sentido,*

estudar cientificamente o sítio e procurar produzir conhecimento científico sobre ele é o resta ao arqueólogo para compensar a destruição do bem com a incorporação do conhecimento produzido (com todos os vieses que isso implica) à memória nacional.” (CALDARELLI, 2007: 154).

Ainda para a mesma autora, “(...) a pesquisa arqueológica atuaria como mera medida mitigatória (que não reverteria o impacto negativo da destruição do bem, mas apenas atenuaria alguns de seus efeitos).” E que as ações educativas e de divulgação do conhecimento científico produzido atuariam como medidas compensatórias legítimas pelo prejuízo causado aos bens que pertencem a todos os brasileiros (CALDARELLI, 2007: 154).

De fato as ações educativas e de produção científica, obrigatórias perante a legislação federal brasileira, constituem-se em medidas compensatórias pela destruição de sítios arqueológicos, mas os acervos gerados nas pesquisas de salvamento arqueológico é que devem merecer maior atenção principalmente, pelo fato que depois que a escavação arqueológica é realizada, o que restou do sítio arqueológico é o registro material, representado por artefatos de diferentes naturezas (lítico, cerâmico, osteológico, biológico) que precisam ser conservados antes, durante e após a retirada de seu contexto original.

As medidas para guarda das coleções arqueológicas, dificilmente são cumpridas nos projetos de licenciamento ambiental e o legado arqueológico com raras exceções recebe alguma forma de proteção.

Para as arqueólogas do Museu Nacional do Rio de Janeiro, a ênfase dada aos sítios arqueológicos ameaçados de desaparecimento é justificável. “Contudo, ela acabou por deixar à sombra uma outra forma de destruição, silenciosa, pouco visível, porém igualmente implacável: aquela produzida pelas más condições de conservação de coleções depositadas em museus, em instituições de pesquisa ou simplesmente de guarda de materiais arqueológicos.” (LIMA, RABELLO, 2009: 245).

Portanto, a preservação do patrimônio cultural arqueológico, sobretudo dos acervos oriundos de pesquisa de salvamento arqueológico para a implantação de empreendimentos deve ter continuidade após sua guarda definitiva. Isso implica não só na conservação das coleções e na adequação dos locais de guarda, como também em tornar esse patrimônio visível, cada vez mais acessível, para que a conscientização de sua importância torne-se a maior aliada na difícil tarefa da preservação. Constitucionalmente falando, a União, os Estados, Municípios, assim como toda a população brasileira tem a responsabilidade de proteger os sítios arqueológicos.

No Brasil, infelizmente, a presença de sítios arqueológicos nunca foi impedimento para a realização de obras de qualquer natureza. O que resta é lutar para que as pesquisas de Arqueologia desenvolvidas no âmbito do licenciamento ambiental sejam realizadas com o objetivo de produzir o maior número de informações possíveis durante os trabalhos de campo, nas análises laboratoriais, e que nas instituições de guarda e pesquisa cumpram primordialmente sua função social.

Os egípcios não souberam proteger o Nilo da degradação ambiental. No entanto, durante a construção da barragem de Assuã, entre 1963 a 1968, engenheiros e arqueólogos demoraram cerca de 5 anos para desmontar e transportar o complexo de Abu Simbel, entre outros templos, para um local mais alto, a salvo da inundação.

Devia nos servir de exemplo. Não é porque não temos pirâmides, que as construções pré-históricas brasileiras não são monumentais. Os sambaquis são a prova disso. Ainda possuímos um patrimônio riquíssimo a ser explorado e, principalmente valorizado e difundido.

NOTAS

- (1) Resolução Conama nº 001, 23 de janeiro de 1986, do Conselho Nacional do Meio Ambiente.
- (2) Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impactos ao Meio Ambiente, que deve ser disponibilizado à população em linguagem clara e acessível.
- (3) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- (4) Declaração de São Paulo sobre Cultura e sustentabilidade, firmada em 14 de abril de 2012.
- (5) Portaria Interministerial nº 60/2015 de 24 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.
- (6) Instrução Normativa nº 1 de 25 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe.
- (7) Portaria Iphan nº 230 de 17 de dezembro de 2002.
- (8) Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação.
- (9) Conforme o Decreto-Lei nº 25/1937 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
- (10) Correspondem aos bens da extinta RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A.).
- (11) Conforme o Decreto nº 3.551/2000 que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro. A relação dos bens tombados, valorados e registrados está disponível no sítio eletrônico do Iphan. (www.iphan.gov.br)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, Rossano Lopes, TEIXEIRA, Adriana - **Normas e gerenciamento do patrimônio arqueológico**. São Paulo: IPHAN, 2ª ed., 2008, 256 p.
- BASTOS, Rossano Lopes - **Uma arqueologia dos desaparecidos: identidades vulneráveis e memórias partidas**, São Paulo: Superintendência do Iphan em São Paulo, 2010.
- BERDOULAY, Vincent - **Espaço e cultura**. CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C. ; CORRÊA, R.L. (eds.). Olhares geográficos. Modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 101-131.
- CALDARELLI, Solange Bezerra - Pesquisa arqueológica em projetos de infra-estrutura. A opção pela preservação. LIMA, Tania Andrade. (ed) Patrimônio arqueológico: o desafio da preservação. **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 33. Brasília: Iphan, 2007.
- DREYER-EIMBCKE, Oswald - **O descobrimento da Terra: história e histórias da aventura cartográfica**. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1992.

IBGE - **Indicadores de desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: 2002.

LIMA, Tania Andrade; RABELLO, Angela Maria Camardella - Coleções arqueológicas em perigo. O caso do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, In LIMA, Tania Andrade(ed) Patrimônio arqueológico: o desafio da preservação. **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 33. Brasília: Iphan, 2007.

MOREIRA, Iara Verocal Dias - Avaliação de impactos ambientais no Brasil: antecedentes, situação atual e perspectivas futuras, **Avaliação dos impactos ambientais no Brasil. Revista MAIA**, 1ª ed.,abr/1992 – PIAB.

RABELLO, Sonia - **O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

SILVA, Regina Coeli Pinheiro da - Os desafios da proteção legal. Uma arqueologia da Lei nº 3.924/61, In LIMA, Tania Andrade (ed) Patrimônio arqueológico: o desafio da preservação. **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.33, Brasília: Iphan, 2007.

Cultural heritage as the fourth pillar to sustainable development: an approach on the preventive archaeology studies developed under the environmental licensing

Alessandra Spitz Guedes Alcoforado Lourenço

ABSTRACT

The legislation for environmental protection, elaborated less than three decades ago, has conditioned the practice of preventive archaeology studies, even being later than the one of archaeological sites protection. Simplification of demands from environmental agencies, accordingly with the different degrees of interference and degradation from the diverse types of works and activities, “exempted” several projects of taking into account and consequential prevent damages over the archaeological heritage.

Culture is nowadays considered a fundamental request for sustainable development, being the archaeological heritage, for being an extremely fragile and finite resource that should have major attention in the environmental licensing programs to ensure the maintenance of those assets to the future.

The recent publications from the Interministerial Ordinance nº 60/2015 (25/3/2015) and the Normative Instruction nº 1/2015 (26/3/2015), much questioned within the IPHAN, the scientific community and the Federal Public Ministry – MPF over changes the archaeology procedures to have into account by works and activities within environmental licensing. Its content also merely mentions the assets “acknowledged” as cultural heritage by the public executive, what might cause impact to cultural practices of the communities affected by infrastructures implementation.

Key-words: Cultural heritage; Environmental licensing; Sustainable development.

“The Nile, which for millennia leads the fertile land to the Egyptians and gave Egypt the conditions to become the brightest potency from Antiquity, is faltering. Besides has been turned into a real sewer collector, ten years now has brought less and less water to Egypt. In the great Aswan dam, the level of water dropped 9 m; Egypt consumes more water that it receives.”

(DREYER-EIMBCKE, 1992: 202-203)

1. What have we lost and what we will not even know: the difficult task of preserving

For less than three decades that environmental impact studies are carried out in Brazil and the result is the lack of bond and its concretization for all the infrastructures potentially causing harms to environment.

Moreira describes that *“until 1986, a considerable number of projects depending upon external funds was subject to AIA”* (Environmental Impact Assessment), although these studies were not submitted to environmental oversees organisms. *“Hardly their conclusions served for preventing negative impacts, or were used in decision making and implementation of projects.”* (MOREIRA, 1992: 1).

This mismatch can be assigned to the lack of specific legislation of environmental control which only starts to be created in mid-1980s.

According to Moreira, the Law nº 6.803 of July 1980 (Law of Industrial Zoning in the critically polluted areas) was the first made in the country, given the manifestation of the Brazilian Society for Environmental Rights, founded in 1979 in Piracicaba/SP city. However, the demand for Environmental Impact Assessment was mentioned indirectly in Law 6.938/81 (Law of Environment National Policy) and clarified only with the publication of the Decree nº 88.351/83, regulating that law (MOREIRA, 1992: 1-2).

The decree established that the environmental impact studies should meet the criteria established by the National Council for Environment (Conama) that in 1986, through the Resolution 001/8 (1) has determined which works or activities should prepare the Environmental Impact Studies – EIA/RIM (2).

It is in resolution 001/86 by Conama, in Art. 6º, paragraph C, referring to social-economic means that the archaeological heritage diagnoses starts to be part of the demands within the environmental impact studies, although the federal law of archaeological and prehistorical monuments protection, the Law nº 3.924/61, is previous to the ones specifically for the environment protection.

At that point we come across this article issue’s first problem. Few were the archaeological studies made before the Conama Resolution nº 001/86, as if this was fundamentally the first step for demanding archaeological studies. It is important to highlight that Law nº 3.924/61 already forbidden the economic use of archaeological sites for whatsoever purpose, in other words, means that all interference in subsoil (of the Federation) might cause destruction and/or damages on archaeological sites lying underground.

Besides, as stated by Rabello, *“in the archaeological sites specific situation, the protection given is ex vi legis, that is, immediately, by force of law and, therefore dispenses the process and the administrative action, because it derives directly from the law.”* (RABELLO, 2009: 20).

And he reinforces that, *“(…) the preservation of archaeological and prehistorical sites, considered under the scientific point of view, aims also to control the systematic exploitation of this cultural asset.”* (RABELLO, 2009: 20).

Contemporary to 1961’s Law were the archaeological pioneer studies carried out in the Itaipu Hydroelectric Dam, born much more from the at that time researchers initiative, than from the respect for archaeology law.

Another problem observed is that Resolution nº 001/86 by Conama, “selects” some works and activities that have the need of Environmental Impact Studies, what does not necessarily match with the sites location in landscape. For example, if a transmission line of 69kW power is exempt of the studies, because considered of less impact in environmental terms, for archaeology, it will cause the same damages, if happens to be an archaeological site in the place chosen for the metallic structures installation.

This (mis)understanding has been frequent on the part of technicians acting within the federal state environmental organisms, as also by entrepreneurs. As new criteria for environmental studies have been established, classifying the infrastructures by its degree of interference and damage on environment, there was a simplification of requirements, through the creation of new instruments, such as: RAS (Simplified Environmental Report), EAS (Simplified Environmental Study), among others that – in our point of view -, “exempt” several projects of having and consequently to prevent damages on archaeological heritage.

It is very common the companies to allege the lack of demanding from the state’s environmental agency, through justification (the preliminary, installation and operating licences issued). The explanation always falls on the discharge of make the so called EIA-RIMA – contained in Conama Resolution nº 01/86 –, supported by the misinterpretation in the IPHAN Ordinance nº 230/2002, which content will be discussed later.

The archaeological heritage is a finite resource, non-renewable and the nature of its impacts is negative, direct, immediate and irreversible, as usually stated in the matrices presented in the environmental studies.

Nevertheless, the archaeological heritage protection is contained in the Federal Constitution of Brazil (1988), the Brazilian Penal Code, the Environmental Crimes Law, apart from other legal instruments of protection and international conventions promoted by UNESCO, which aims to keep the archaeological registers integrity for future use, that is, to assure the sustainability of the archaeological heritage.

2. Archaeological heritage as the fourth pillar of sustainable development

According with IBGE (3), the sustainable development is “(...) a process of transformation in which the resources exploitation, the investments guidelines, the technological development orientation and the institutional change are in harmony and reinforce the present and future potential. (...) is the one attending present needs without compromising the possibility of future generations to attend their own.” (IBGE, 2002).

Under this light we may assume that, being the archaeological heritage a very fragile resource, only by joining efforts, establishing management strategies in all the public domain and some of the private (including archaeologists) we may ensure the maintenance of those assets for the future, once that, for being “buried”, there is not the possibility of inferring its quantity.

The issue of the archives created by the archaeological safeguard actions also must be emphasized in the public policies of cultural heritage safeguard. Few are the archaeological collections that receive proper treatment and appropriate analysis, and most of the institutions keeping archaeological collections do not even have appropriate places for guarding the materials.

Reinforcing those ideas, we find in Silva that: “Everyone has the right to know, assimilate and use that heritage, and know, also, that along with the benefits of the big public works (such as

electricity, easiness of access between cities), the access to those rights must be claimed. Kilowatts and asphalt mileage cannot be achieved at the expenses of the Brazilian archaeological heritage destruction, fragile and non-renewable heritage. Destroyed under the claim of increase the population daily life quality, ironically, most of the Brazilian community never even had the chance of knowing what heritage had. Deprive society from the knowledge of this heritage and its social dimension and from the chance to choose are unconstitutional actions and against citizenship.” (SILVA, 2009: 71-72).

In the recent meeting of the South American High Authorities for Culture and Sustainability (of which Brazil is part of), held in São Paulo, on 15/04/2012, based on the document *“The power of Culture for development”* – that considers culture as fundamental component for the sustainable development -, its members agreed to require from the negotiation authorities of the United Nations National Conference about sustainable development, to include *“(…) the culture as the fourth pillar of sustainable development, acknowledging it as an articulator dimension and balance creator between the three pillars recognized up to the moment: the economic, the social and the environmental.”* (4).

We might justify that “earned position” in the words of BERDOULAY, when the author claims that *“(…) culture is not just a matter of inheritance from the past nor is made of present experience, it corresponds, perhaps, above all, to a projection of the future.”* (BERDOULAY, 2012: 122).

Not allowing the development of archaeological surveys previously to the subsoil destruction, we are preventing future generations to know and use that important heritage and, the same way, the researchers of producing knowledge, as of applying new technologies that certainly will appear, more effective to deal with that kind of cultural assets.

Also in the French author, we find that: *“(…) from a geographical point of view, heritage has a location or spatial circumscription, even in the case of the so called ‘intangible’ heritage. In this sense, it corresponds to the expression of the work of memory made by societies.”* (BERDOULAY, 2012: 122).

From this premise, we may develop two very important points. The first, that archaeological heritage is inserted in a given space that in the eminence of being used must have its environment researched, take the mitigating possible measures and, mainly that in that environment, archaeological assets might be present, being the best alternative to keep them *in situ*. When impossible to preserve, must be applied the federal legislation ruling and the normative from the organism in charge, the IPHAN – Institute of the National Historic and Artistic Heritage.

The second refers to the assets of intangible nature – almost never considered in the environmental licensing processes – that sometimes, are closely related with the archaeological heritage present in the remaining traditional communities.

We cannot be oblivious to the sudden changes occurring within the populations inhabiting the big infrastructures influence areas, as hydroelectric, for example, that beyond being displaced from their original places, also are expropriated of their cultural references.

Bastos, in the book *“The Archaeology of the missing: vulnerable identities and broken memories”* alerts for the fact: *“The emancipation of people must not be held prisoner of intellectuals, professors, scientists, politicians or State leaders, it is by itself the formation of a people values, of a community that, having the tools to achieve knowledge, will choose their memories, their heritage, their oblivion.”* (BASTOS, 2010: 56).

However, recently were published the Interministerial Ordinance nº 60/2015 (5) and the Normative Instruction nº 1/2015 (6) changing deeply the procedures to be adopted in the development projects, in which the communities cultural assets are not taken into consideration.

The Ordinance nº 230/2002 (7) that harmonized the archaeological studies (diagnosis, survey and rescue) according with the proper phase of environmental licensing (LP, LI e LO) (8) at environmental agencies, was revoked.

The new laws require only the valuation of assets destroyed (9), classified (10) and listed (11) at federal level and impact assessment for archaeological assets, excluding certain kinds of works and activities, previously covered by the studies and which have revealed archaeological heritage in its influence areas, even when urbanized.

These are now classified at different levels of interventions in soil and subsoil, being that in some cases any procedure is applied, and in others, as the transmission lines of smaller power (69 kW and 138 kW), pipelines, augmentation and improving of roads, the only demand is that the entrepreneur makes a Compromise Agreement, committing in communicate IPHAN the find of archaeological remains during the engineering works.

Now, in the more than 50 years of the Law nº 3.924/61 effectiveness were rare the cases of concern about Brazilian archaeological heritage, as mentioned in the beginning. Moreover, the professionals – from the diverse multidisciplinary teams involved in the environmental licensing -, are pressed to free the areas as soon as possible, to attend the project needs.

There are still those merrymakers of the archaeological heritage, placing them in second plan stating that they had already been too much damaged or calling the artefacts “rocks and shards”.

Caldarelli understands the rescue as: *“(...) one necessary evil, which we have to resource solely in the absence of any other safeguard option. In that sense, scientifically study the site and try to produce scientific knowledge about it is all that lefts to archaeologist to compensate the asset damage by adding the produced knowledge (with all the biases that entails) to the national memory.”* (CALDARELLI, 2007: 154).

Yet for the same author, *“(...) the archaeological research would act as a mere mitigating measure (not reversing the negative impact of the asset destruction, merely reducing some of its effects). And that the education actions and the scientific knowledge produced disclosure would act as legitimate compensation measures for the damage caused to the assets of all the Brazilians.”* (CALDARELLI, 2007: 154).

Indeed the educational and scientific production actions, mandatory towards the Brazilian federal legislation, are compensatory measures for the destruction of archaeological sites, but the collections made through the archaeological rescue researches must deserve more attention mainly, because after the archaeological excavation, what remains of the site is the material record, represented by artefacts of different natures (lithic, ceramic, osteological, biological) that need conservation before, during and after its removal from the original context.

Measures to guard the archaeological collections are hardly accomplished in the environmental licencing projects and the archaeological remains except in some few situations receive any kind of protection.

To the Nation Museum of Rio de Janeiro's archaeologists, the emphasis given to the archaeological sites threatened of disappearance is justifiable. *"However, eventually this question shadowed another form of destruction, silent, less visible, yet likewise relentless: that produced by the bad conditions of conservation of the collections stored in museums, in research institutions or mainly guarding archaeological remains."* (LIMA, RABELLO, 2009: 245).

Therefore, the preservation of archaeological cultural heritage, especially from the collections originated in the archaeological safeguard researches towards the construction of infrastructures must have continuity after its definitive storage. It implies not only the conservation of collections and the adequacy of the storage places, as also to turn that heritage visible, increasingly accessible, in order to use the society's awareness of its importance as a major ally into the difficult task of preserving it. In terms of Constitutional law, the Federation, the States, Municipalities, thus as all the Brazilian population have the responsibility of protecting the archaeological heritage.

In Brazil, unfortunately, the presence of archaeological sites has never been an impediment to make any kind of work. What lefts is to fight to have the archaeological researches developed under the environmental licensing studies done with the purpose of producing the higher number of information possible during the field work, in the laboratorial analysis, and that in the institutions for storage and research their main social function is fulfilled.

The Egyptians were unable of protecting the Nile from environmental degradation. However, during Aswan dam construction, between 1963 and 1968, engineers and archaeologists took about five years to dismount and transport the Abu Simbel complex, among other temples, to a higher place, safe from the flooding.

It should work as an example. Just because we do not have pyramids, that thus not make our heritage less monumental. The shell middens (sambaquis) are a proof of that. We still have a wealthy heritage to be explored and, mainly valued and disclosed.

NOTES

(1) Conama Resolution nº 001, January 23, 1986, from the National Council for Environment.

(2) Environmental Impact Study and its Report of Environmental Impact, which must be made available to the population in clear and accessible language.

(3) Brazilian Institute of Geography and Statistics.

(4) Declaration of São Paulo about Culture and Sustainability, signed on April 14, 2012.

(5) Interministerial Decree nº 60/2015 of March 24, 2015. It establishes administrative procedures to discipline the actions of the organisms and entities of the federal public administration in processes of environmental licensing of competence of the Brazilian Institute for Environment and Renewable Natural Resources – IBAMA.

(6) Normative Instruction nº 1 of March 25, 2015. It establishes administrative procedures to be implemented by the Institute of the National Historic and Artistic Heritage within the environmental licensing processes in which takes part.

(7) IPHAN Ordinance nº 230 of December 17, 2002.

(8) Preliminary License, Installation License and Operating License.

(9) According with the Law-Decree nº 25/1937 which organizes the protection of the national historic and artistic heritage.

(10) They correspond to the assets of the former RFFSA (Federal Railway Network S.A.).

(11) According the Law-Decree nº 3.551/2000 establishing the registration of intangible cultural heritage which constitutes the Brazilian cultural heritage. The list of destroyed, valued and recorded assets is available at IPHAN website (www.iphan.gov.br).

English Language Version: Ana Graça (anagraca@ipt.pt)

DIVERSIDADE NA INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA

O CASO “DO POÇO DOS NEGROS” (LAGOS): DA URGÊNCIA DO BETÃO AO CONHECIMENTO DAS PRÁTICAS ESCLAVAGISTAS NO PORTUGAL MODERNO A PARTIR DE UMA ESCAVAÇÃO DE ARQUEOLOGIA PREVENTIVA

Maria João Neves

Grupo Dryas Octopetala
Rua Aníbal de Lima, 170
3000-030, Coimbra, Portugal
Universidade de Coimbra
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Departamento de Ciências da Vida
CIAS – Centro de Investigação em Antropologia e Saúde
mjoao.neves@dryas.pt

Miguel Almeida

Grupo Dryas Octopetala
3000-030, Coimbra, Portugal
miguel.almeida@dryas.pt

Maria Teresa Ferreira

Universidade de Coimbra
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Departamento de Ciências da Vida
3030-790, Coimbra, Portugal
mtsferreira@yahoo.com

O Caso do “Poço dos Negros” (Lagos): Da Urgência do Betão ao Conhecimento das Práticas Escravagistas no Portugal Moderno a partir de uma Escavação de Arqueologia Preventiva

Maria João Neves

Miguel Almeida

Maria Teresa Ferreira

Historial do artigo:

Recebido a 11 de junho de 2015

Revisto a 30 de junho de 2015

Aceite a 11 de julho de 2015

Este texto não obedece ao acordo ortográfico aprovado em 2015

RESUMO

Estando a presença de escravos africanos abundantemente documentada no registo historiográfico português, a sua representação no registo arqueológico era até 2009 muito pouco significativa. Nesse ano, a construção de um parque de estacionamento no Vale da Gafaria em Lagos, constituiu uma oportunidade inestimável de documentação objectiva da presença de escravos africanos em Portugal.

Com efeito, a identificação de 158 indivíduos (adultos de ambos os sexos e não-adultos) depositados no seio duma lixeira urbana – o Poço dos Negros –, utilizada entre o séc. XV e o séc. XVII, permitiu não só caracterizar o tratamento mortuário dado a estes indivíduos, como também o ambiente socio-económico e as condições e modos de vida a que os cativos estavam sujeitos, favorecendo a compreensão do papel dos escravos no seio da sociedade moderna portuguesa.

Partindo do caso de estudo deste sítio verdadeiramente excepcional, procurar-se-á apresentar uma reflexão crítica acerca da gestão de sítios arqueológicos; da avaliação do seu valor patrimonial durante a execução de projectos de engenharia e da capacidade de explorar os vastos acervos documentais resultantes de operações de Arqueologia Preventiva e de emergência. O salvamento arqueológico deste importante documento histórico resultou num acervo arqueológico e documental com um enorme potencial para a produção de conhecimento acerca da modernidade em Portugal, da História da expansão e do comércio de escravos.

Palavras-chave: Escravos; Lixeira; Bioarqueologia; Geoarqueologia; Portugal.

1. Introdução

Não é de todo infrequente que a Arqueologia e Antropologia documentem práticas violentas contra indivíduos ou grupos humanos. A opressão do outro deixa amiúdes vezes marcas materiais que ajudam a documentar a violência a que determinado grupo humano foi sujeito.

A escavação do Vale da Gafaria em Lagos, motivada pela construção de um parque de estacionamento, veio a constituir um desses exemplos, em que as práticas violentas, de subjugação do outro e da sua redução ao estatuto de mercadoria estão bem ilustradas. Neste sítio foi possível documentar pela primeira vez o tratamento mortuário dado aos escravos africanos capturados e adquiridos nas costas africanas a partir de meados do séc. XV pelos navegantes portugueses (NEVES et al., 2010).

A primazia de Lagos no comércio negreiro encontrava-se bem atestada pelas fontes historiográficas. O relato de Zurara na sua “Crónica dos feitos da Guiné de Gomes Eanes de Zurara” relativo à chegada a Lagos no ano de 1444 de um carregamento com 235 peças chegadas das costas da Mauritânia é particularmente elucidativo acerca da captura e comércio dos cativos africanos (PIMENTEL, 1995; HENRIQUES, 2009).

Desde esta data (e mesmo um pouco antes) até 1512, ano em que D. Manuel I proibiu que aportassem a qualquer porto com excepção de Lisboa, Lagos manteve-se como um centro especialmente activo no comércio de escravos (CALDEIRA, 2013). Sendo a presença escrava bastante significativa tanto nesta cidade, como em todo o reino, não deixa de parecer estranha a quase completa ausência deste grupo social do registo arqueológico nacional. A escavação da lixeira moderna acumulada às portas de Lagos forneceu a oportunidade de documentar de forma directa o tratamento mortuário dado aos primeiros escravos desembarcados em Portugal, bem como testemunhar as condições de vida extremamente difíceis que tiveram, incluindo as práticas de opressão e subjugação a que foram sujeitos.

Neste artigo procurar-se-á apresentar o sítio (desde as intervenções anteriores até aos trabalhos da Dryas) e evidenciar que salvamento arqueológico deste importante documento histórico resultou num acervo arqueológico e documental com um enorme potencial para a produção de conhecimento acerca da modernidade em Portugal, da História da expansão e do comércio de escravos africanos. Paralelamente, pretende-se também realizar uma reflexão crítica acerca da gestão de sítios arqueológicos, da avaliação do seu valor patrimonial durante a execução de projectos de engenharia e da capacidade de explorar os vastos acervos documentais resultantes de operações de Arqueologia Preventiva e de emergência.

2. O Vale da Gafaria: introdução e contextualização do sítio e dos trabalhos executados

A intervenção realizada no Vale da Gafaria (Parque do Anel Verde) em Lagos teve origem na construção de um parque de estacionamento subterrâneo numa área sita fora do centro muralhado moderno. O projecto de engenharia aproveitava uma vasta área devoluta localizada junto à Porta dos Quartos, a escassos metros de um imponente pano de muralha, a chamada Cerca Nova (vd. Figura 1.).

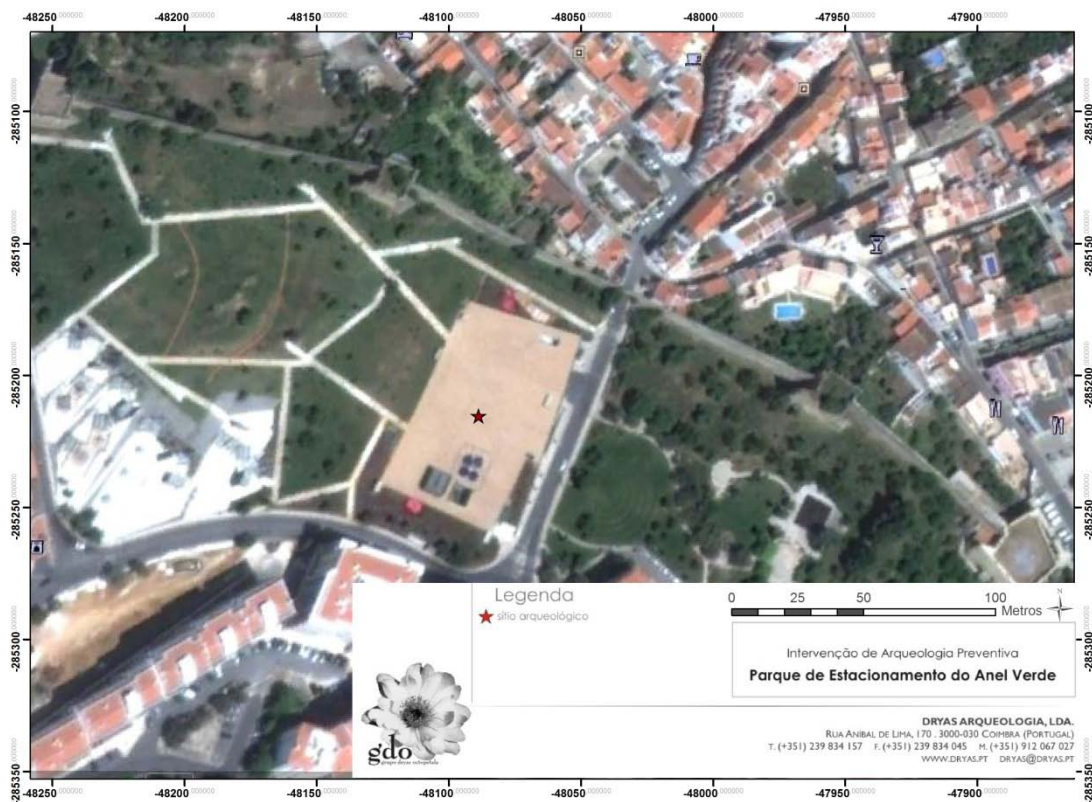


Figura 1. Localização do Parque de Estacionamento do Anel Verde, sito no Vale da Gafaria, na cidade de Lagos e face ao núcleo muralhado moderno da cidade. Fonte: Autores.

Enquadrado numa área cujo relevo é marcado essencialmente pela litologia e estrutura dos terrenos mesocenozóicos aflorantes, o Vale da Gafaria, encontra-se condicionado por uma falha importante que facilitou a própria abertura do vale. Em épocas mais recentes o constante redireccionamento dos cursos de água que atravessam o vale, tanto motivados por factores naturais como antrópicos, a carsificação das rochas de base e a ocorrência de eventos neotectónicos, contribuíram para a formação no sítio do Vale da Gafaria de um quadro complexo a nível geomorfológico e geoarqueológico.

Neste amplo vale aberto cruzado por duas ribeiras – a do Touro e a das Naus, ambas afluentes da Ribeira de Bensafrim que desagua logo depois no mar – afloram importantes depósitos arenosos holocénicos de origem aluvial que sobrejazem à “formação carbonatada de Lagos – Portimão” (ROCHA et al., 1983).

A implementação de diversos projectos de engenharia foi dando a conhecer esta complexidade geomorfológica e geoarqueológica, acrescentando-se também e de forma paulatina dados ao conhecimento das ocupações antrópicas do local, já entrevista em intervenções anteriores, uma realizada no âmbito do Programa Polis (FERREIRA et al., 2008) e outras duas já no âmbito da construção do Parque de Estacionamento do Anel Verde (FILIPE, 2009; SIMÃO, BRAZUNA, 2009).

A primeira intervenção realizada no quadro do programa Polis, saldou-se na identificação de parte da Gafaria de Lagos, de diversos depósitos aluvionares de lixeira urbana, e, de uma inumação dum possível gafo de origem africana (FERREIRA et al., 2008).

Depois, e já no decurso da construção do Parque de Estacionamento do Anel Verde, vieram a ser realizadas duas intervenções (FILIPE, 2009; SIMÃO, BRAZUNA, 2009), uma de sondagens arqueológicas prévias e outra de acompanhamento arqueológico de obra. A primeira destas

intervenções possibilitou a identificação de depósitos aluvionares relacionados com a Ribeira dos Touros, de depósitos de lixeira urbana (aflorados apenas superficialmente) na escavação de 4/5, enterrados na lixeira urbana (FILIPE, 2009). Os vestígios arqueológicos recuperados permitiam então datar a lixeira dos sécs. XVI e XVII, se bem que existissem elementos da cultura material que pudessem recuar até ao séc. XV (FILIPE et al., 2010).

Face aos resultados obtidos foi efectuada uma fase subsequente de acompanhamento arqueológico. Neste acompanhamento ter-se-á realizado primeiro “a remoção mecânica dos depósitos de aterro/nivelamento da actual superfície de circulação de forma a permitir uma melhor delimitação dos contextos arqueológicos preservados, nomeadamente ao nível da área de implantação da zona de lixeira e possível necrópole, de forma a permitir uma futura escavação manual”, tendo sido depois “acompanhados os trabalhos de escavação mecânica nas áreas onde não haviam sido identificados contextos arqueológicos até ao momento, nomeadamente na zona Oeste e Sul da área a afectar” (SIMÃO; BRAZUNA, 2009: 9). Esta acção, realizada já com a obra em funcionamento, resultou na decapagem mecânica de uma vasta área do sítio e na libertação de áreas significativas destinadas ao prosseguimento dos trabalhos de engenharia e circulação de maquinaria pesada.

3. A intervenção da Dryas

Face à necessidade de realizar novos trabalhos, a FuturLagos, S.A, empresa promotora do projecto, decidiu contratar a execução das medidas de minimização de impactes ditadas pela tutela, visando-se de acordo com essas medidas efectuar a “salvaguarda física das estruturas e dos contextos preservados no local” mediante a escavação, desmonte e registo de 56 metros lineares de estruturas murais, a escavação manual de 300 m² da lixeira e o acompanhamento arqueológico de decapagem mecânica da restante superfície (1000 m²), com o objectivo de recuperar o máximo possível de informação arqueológica e estratigráfica que permitisse, numa fase ulterior, a reconstituição da utilização deste espaço.

Estes trabalhos, que vieram a ser redimensionados – ainda que com manutenção da imposição da sua realização ser em parte mecânica –, decorreram em simultâneo com a construção do parque, facto que condicionou não só as condições de trabalho como também a implementação das medidas de minimização de impacto arqueológico.

A intervenção da Dryas resultou na identificação e salvaguarda através do registo arqueológico de um conjunto muito diverso de vestígios arqueológicos, na sua maioria integráveis na época Moderna.

De todos estes vestígios, o reconhecimento de enterramentos humanos de africanos reduzidos à escravidão nos alvares do tráfico negreiro atlântico (séc. XV e XVI) é o achado que merece maior relevo científico e patrimonial, constituindo um marco extremamente relevante para a história da diáspora africana (NEVES et al., 2011). Neste artigo, será contextualizada a intervenção arqueológica que serviu de enquadramento à identificação destes vestígios bem como apresentados os resultados obtidos na sequência deste achado. Serão também referidos os estudos recentes da série esquelética que têm vindo a ser conduzidos por diversos investigadores (COELHO, 2012; FURTADO, 2012; COSTA, 2013; FERREIRA et al., 2013; DIAS et al., 2013; SANTOS et al., 2013; NEVES et al., 2014; MARTINIANO et al., 2014; RUFINO, 2014; WASTERLAIN et al., 2015).

3.1. Condição do terreno aquando do início dos trabalhos Dryas

A topografia do terreno destinado à construção do parque de estacionamento encontrava-se alterada em resultado dos trabalhos de desaterro e escavação realizados no decurso da empreitada. O acesso ao local era realizado através de um portão de obra sito na Estrada da Piedade. A partir deste portão foi aberto um caminho de obra que cruzava a Norte depósitos enegrecidos (relacionados com a lixeira), e, a Sul depósitos arenosos, de tom avermelhado e de origem aluvial. Este caminho desembocava numa extensa área escavada em que afloravam as camadas rochosas de base e que se estendia depois até ao limite de um conjunto de estruturas arqueológicas, sita a Este desta zona.

Tendo feito o respectivo registo fotográfico e descritivo do sítio a intervencionar, pudemos constatar a existência de uma situação patrimonial complexa que incluía como características marcantes a presença de:

3.1.1. um vasto depósito “de lixeira” constituído por uma sequência de sucessivos níveis estratigráficos lenticulares, finos, comportando abundante material arqueológico e quantidades importantes de carvões cuja espessura parecia ser muito variável, parcialmente truncado aquando da abertura do referido caminho de obra; no corte resultante desta acção pudemos então identificar diversos esqueletos humanos em posição de contiguidade anatómica, parcialmente destruídos pelos trabalhos anteriores da obra;

3.1.2. um conjunto muito significativo de estruturas arqueológicas construídas, algumas das quais pareciam corresponder a edifícios representados na cartografia histórica da cidade; parte daqueles edifícios tinha sido afectada pela passagem de maquinaria e por uma escavação mecânica excessiva que tinha inclusivamente afectado a fundação dos edifícios;

3.1.3. vestígios esqueléticos humanos parcialmente afectados em diversos pontos da área a intervencionar e em zonas previamente libertas para a prossecução da obra e onde, por conseguinte, existiam máquinas em laboração.

3.2. Estratégia e métodos de intervenção

O desenho da intervenção a implementar deveria permitir recuperar de forma eficaz a informação preservada na área do Parque de Estacionamento do Anel Verde. Nestas condições, a estratégia de intervenção dos trabalhos de Arqueologia resultou da subordinação a diversos princípios estruturantes de carácter científico / patrimonial.

Em particular, e no que toca aos níveis de lixeira e aos outros depósitos passíveis de conterem restos osteológicos (no que se veio posteriormente a identificar como sendo o cemitério associado à Gafaria), visava-se a recuperação integral desses vestígios, dando-se particular atenção não apenas aos vestígios antropológicos em si, mas também ao seu contexto de proveniência. Visava-se produzir uma documentação descritiva e gráfica exaustiva de todas as informações relativas à contextualização estratigráfica das inumações; às modalidades de inumação representadas neste registo arqueoestratigráfico; e à própria caracterização bioantropológica e paleodemográfica da(s) população(ões) inumada(s).

Por fim visava-se ainda proceder à recuperação parcial dos vestígios incluídos nos depósitos de lixeira, mediante uma estratégia de amostragem selectiva, privilegiando:

3.2.1. o investimento em áreas espaciais e níveis estratigráficos arqueologicamente mais prolixos;

3.2.2. a obtenção de dados para a compreensão dos mecanismos de constituição, da diacronia de utilização e dos processos de alteração tafonómica dos níveis arqueológicos incluídos neste conjunto estratigráfico;

3.2.3. a indagação das relações cronológicas e espaciais deste depósito de lixeira com os restantes corpos sedimentares (nomeadamente aqueles com conteúdo arqueológico) identificados no sítio;

3.2.4. a caracterização da estrutura geológica e dinâmicas geomorfológicas do local, a fim de compreender as condicionantes de natureza geológica e geomorfológica com que se depararam no passado os sucessivos “ocupantes” deste sítio, bem assim como o impacto da actividade antrópica sobre o modelado da paisagem do local.

Acrescia ainda a estes princípios uma imposição circunstancial, a respeitar imperativamente: a necessidade de produzir uma estratégia de intervenção articulável com o calendário dos trabalhos de Engenharia do parque de estacionamento.

Para a área dos edifícios foi definido proceder à caracterização arqueológica e desmonte integral das estruturas identificadas a norte e nordeste da área do parque de estacionamento. Na área da lixeira, a vastidão do registo arqueográfico preservado e a natureza dos depósitos arqueológicos em questão ditou por parte da tutela (vertida em Caderno de Encargos) a opção por uma recolha apenas por amostragem da informação arqueológica disponível. Assim, a estratégia definida para este sector determinou a escavação de 300 m² de lixeira e a conseqüente remoção com meios mecânicos numa área de cerca de 1500 m². Parte dos vestígios identificados, nomeadamente dos esqueletos humanos foram assim identificados no decurso dos trabalhos de escavação mecânica, com evidente prejuízo para a sua contextualização estratigráfica, recuperação da informação associada e própria integridade e condições de preservação do material esquelético.

A escavação foi executada mediante a implementação de um reticulado ortogonal georreferenciado, sendo as estruturas e objectos relevantes sempre registados num sistema de coordenadas cartesianas, com referência expressa do seu contexto estratigráfico. Dada a vastidão do registo arqueográfico preservado, a natureza dos depósitos arqueológicos escavados, e as imposições do Caderno de Encargos, na área da lixeira foi realizada a recolha por amostragem da informação arqueológica disponível, após a remoção mecânica de parte dos depósitos.

Note-se que a nossa intervenção se realizou no seguimento de uma outra acção de arqueologia preventiva (FILIPPE et al., 2010), importando durante fase de trabalhos realizada por nós, completar os indícios bastante desconexos observados nos cortes estratigráficos das sondagens anteriormente realizadas. Interessava sobretudo reunir informações estratigráficas seguras, recolhidas em cortes estratigráficos de dimensões e relação geométrica capazes de proporcionar uma interpretação fiável do desenvolvimento espacial e estratigráfico das diferentes unidades estratigráficas (depósitos sedimentares de génese antrópica e natural, estruturas edificadas, etc.) existentes no sítio, assim como das suas relações de sincronia/diacronia.

Quanto à recuperação dos vestígios antropológicos e informação geoarqueológica associada foi processada de acordo com os princípios da Arqueotematologia (DUDAY, 2006), seguindo-se o protocolo de recuperação de vestígios osteológicos desenvolvido na Dryas (NEVES et al., np).

As distorções tafonómicas a que os enterramentos foram sujeitos, bem como as informações relativas ao perfil biológico dos indivíduos foram por isso observados logo na fase de campo,

produzindo assim uma caracterização preliminar, mas decisiva, tanto das práticas funerárias, como de diversas características (morfológicas, paleopatológicas, etc.) dos próprios inumados. A caracterização do perfil biológico dos indivíduos foi realizada sistematicamente, nomeadamente a estimativa do sexo, da afinidade populacional, da idade à morte e da estatura, recorrendo para tal aos métodos compilados por Buikstra e Ubelaker (1994) e Scheuer e Black (2000). A totalidade das medidas osteométricas foram realizadas tendo por referência os trabalhos de Olivier e Demoulin (1990).

Após a escavação cuidada e registo descritivo e fotográfico ortocorrigido com apoio de pontos topográficos levantados em cada inumação, foi sempre efectuado o levantamento antropológico individualizado de todas as peças osteológicas. Cada uma das peças foi descrita (tipo de osso, lateralidade, estado de conservação, alterações ósseas) e embalada separadamente em sacos etiquetados. Todas as informações recolhidas foram compiladas em “fichas de indivíduo” normalizadas.

3.3. Vestígios arqueológicos coevos: a Gafaria de Lagos

As fontes históricas relacionadas com o local agora ocupado no Vale da Gafaria pelo Parque de Estacionamento do Anel Verde veiculam notícias acerca da instalação do hospital de gafos, e posteriormente, com a construção da Cerca Nova de Lagos.

De acordo com as fontes documentais ter-se-ia aqui implantado uma gafaria (hospital dedicado essencialmente mas não só ao tratamento de doentes de Lepra) num terreno baldio fora do limite urbano da cidade nos finais do séc. XV (PAULA, 1992). Esta área conservou o topónimo resultante da presença de um espaço funcional especializado, conotado com uma enfermidade possuidora de uma carga social negativa muito pronunciada. São diversos os documentos que se referem à Gafaria de Lagos. Notemos o exemplo dum documento da segunda metade do séc. XVIII, atribuído ao Padre João Baptista Coelho, intitulado *Antiguidade da Cidade de Lagos e de suas Igrejas*, que cita o processo de criação da Gafaria de Lagos nos finais do séc. XV, fazendo-se referência ao edifício hospitalar e a uma igreja anexa (CORRÊA, 1994: 283).

A construção da Cerca Nova deve-se ao ritmo da expansão demográfica e urbanística que se verificava na cidade desde a segunda metade do séc. XIII, e que conduziu a que durante o reinado de D. Manuel I se planeasse e iniciasse a construção de uma nova cerca fortificada, a mesma que, com algumas alterações pontuais, ainda se mantém hoje em dia. A nova estrutura de fortificação deveria responder a duas necessidades fundamentais: proteger o aglomerado construído fora da cerca medieval e dotar a estrutura de capacidades técnicas que a adequassem à resistência e ao uso de artilharia pesada. As obras prolongaram-se durante todo o séc. XVI, tendo sido concluídas definitivamente no séc. XVII, segundo se depreende dos relatórios elaborados pelo engenheiro militar napolitano Alessandro Massai nos finais do primeiro quartel deste século (PAULA, 1992).

Durante a escavação da Dryas para além dos vestígios destes edifícios (**vd. Figura 2.**) foi ainda identificada a presença de uma área de necrópole fora da lixeira e possivelmente associada à Gafaria de Lagos. O estudo destes esqueletos revelou que alguns dos indivíduos apresentavam lesões osteológicas compatíveis com diversas condições infecciosas e estigmatizantes com a Lepra, as treponematoses ou a Brucelose (FERREIRA et al., 2013). O estudo genético de cinco destes indivíduos (MARTINIANO et al., 2014) evidenciou por outro lado a presença de indivíduos com afinidades populacionais europeias (N=2) e africanas (N=3). Note-se que um dos indivíduos classificados como africano apresentava lesões compatíveis com Brucelose e o

outro lesões compatíveis com uma treponematose (FERREIRA et al., 2013; MARTINIANO et al., 2014).

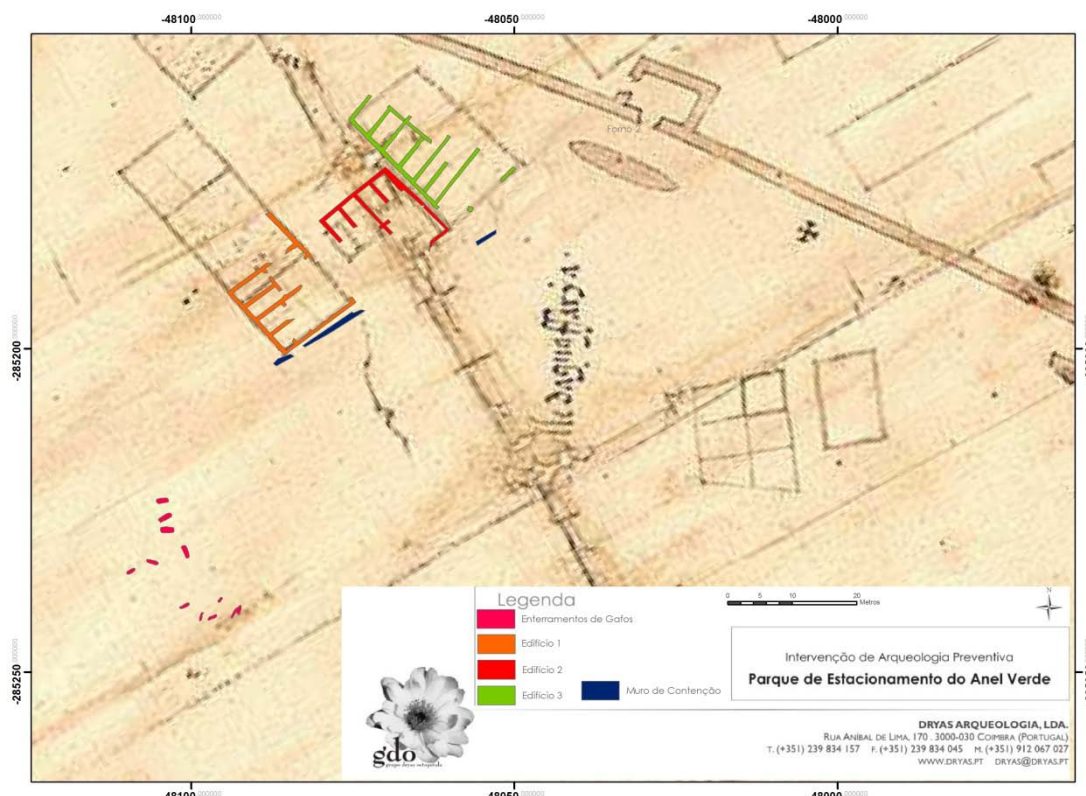


Figura 2. Sobreposição em ambiente SIG da planta representativa do projecto de construção da Cerca Nova dos edifícios da Gafaria de Lagos e das valas de enterramento associadas ao conjunto assistencial hospitalar. Fonte: Autores.

Quanto às demais ocupações identificadas, ou seja as relacionadas com os vestígios anteriores à lixeira identificada, à própria lixeira e à necrópole, as fontes permanecem silenciosas no que respeita às ocupações anteriores do local documentadas arqueologicamente no decurso desta intervenção.

4. Os contextos de inumação e os inumados

4.1. A lixeira moderna de Lagos

A lixeira, é um conjunto estratigráfico que ocupa uma extensa área que compreende uma depressão de origem cársica – o Poço dos Negros –, uma área aplanada e uma área ribeirinha onde se registou uma deposição e erosão dos depósitos sucessiva. Os lixos eram despejados em montículos de dimensões variáveis que se recobriam/justapunham, formando níveis lenticulares que incluíam importantes vestígios orgânicos. A decomposição e dissolução desta matéria orgânica ao longo dos séculos, resultou na preservação maioritária de vestígios faunísticos (mamíferos, peixes e malacofauna), cerâmicos, vítreos e metálicos.

Do ponto de vista estratigráfico a Lixeira foi subdividida em três conjuntos estratigráficos que compreendem a:

4.1.1. ce.L: Lixeira moderna

Localizada sobre as margens das ribeiras das Naus e dos Touros, ocupando o interflúvio daqueles dois cursos de água, corresponde a um conjunto estratigráfico composto por diversas unidades estratigráficas resultantes de sucessivos despejos antrópicos intencionais que constituíram montículos de dimensões variáveis que se recobriam/justapunham. Repetidos níveis, de espessura variável, de carvões e cinzas comprovam a frequente ignição (natural ou provocada) da lixeira, marcando assim sucessivas superfícies do terreno durante a sua acumulação.

4.1.2. ce.Ld: Lixeira deformada na depressão cársica (Poço dos Negros)

No sector Sul da área de distribuição espacial da grande lixeira moderna escavada no antigo interflúvio das Ribeiras das Naus e dos Touros a activação de uma formação cársica de tipo algar, seguramente determinada por fenómenos de neotectónica, determinou a abertura, provavelmente sob a forma de um evento catastrófico, de uma depressão cársica de dimensões significativas (c. 17m de diâmetro), um “boqueirão” que deverá mesmo ter estado na origem da ideia do despejo de detritos urbanos nesta zona. Ulteriormente o despejo dos lixos urbanos ter-se-á estendido à totalidade do interflúvio, determinando a constituição daquela vasta zona de lixeira. A actividade cársica, porém, não cessou no momento de utilização do dito “boqueirão” como zona de despejos urbanos. Assim, para além de uma morfologia e características (de vertente acentuada) dos níveis sedimentares da lixeira depositados no interior deste poceirão, a dita continuação da actividade de sifonamento e sucção dos depósitos em causa provocou a sua subsequente deformação pós-deposicional muito acentuada, hoje facilmente reconhecível na estratificação. No interior desta depressão foi identificada uma sequência pujante de níveis da lixeira que documentam a totalidade da vida útil desta estrutura de despejo de dejectos urbanos. No seio desta zona depressionada, foi identificada uma variação lateral da lixeira, oferecendo os depósitos características mais regulares e pelíticos nos sectores Norte e Oeste e mais arenosos, com mais elementos antrópicos nos sectores Este e Sul, facto que relacionamos de forma preliminar com a modalidade de enchimento do “Boqueirão”, preferencialmente alimentado do lado da cidade de Lagos. A morfologia do limite inferior do ce.Ld está profundamente condicionada pela depressão subjacente e pela sua actividade mesmo após a deposição dos sedimentos de ce.Ld, na medida em que o funcionamento da depressão (nomeadamente a dissolução das camadas de calcário) influenciou o modo de evolução pós-deposicional do preenchimento da lixeira nesta área (**vd. Figura 3.**).



Figura 3. Aspecto dos níveis arqueológicos acumulados no seio da depressão cárstica existente no Vale da Gafaria. Na base é visível um enterramento (indivíduo 169). **Fonte:** Autores.

4.1.3. ce.L' e ce.K: Lixeira remobilizada pela Ribeira dos Touros

O regime de funcionamento e prováveis alterações estavais/ invernais deverão estar na base da remobilização de sedimentos da lixeira ce.L para o leito da Ribeira dos Touros. O processo deverá ser misto, primeiro sob forte influência gravítica, seguramente em época de estio, em que os depósitos próximos da margem se desmantelam progressivamente no sentido da incisão fluvial, dando origem a uma sequência de níveis lenticulares, com elementos grosseiros orientados, identificados como ce.L'. Estes mesmo sedimentos, ou pelo menos a sua fracção mais fina, devem ser num segundo momento retomados já por uma dinâmica de maior participação fluvial, dando origem a depósitos (que identificámos como CE.K) ainda facilmente identificáveis no seio da Ribeira dos Touros (pela sua composição e coloração particularmente escura), mas já sem as mesmas estruturas lenticulares de intercalação marginal com os depósitos de acreção fluvial regular da Ribeira. Esta erosão e acumulação sucessiva dos depósitos da lixeira junto à margem da Ribeira dos Touros veio a provocar o deslocamento para Nordeste do eixo da Ribeira dos Touros.

4.2. Os inumados

Tendo em conta o contexto de inumação, uma das primeiras questões a ser colocada durante a escavação dizia respeito à identidade dum grupo tão vasto de inumados (N=158) cujo estatuto social durante a vida lhes reservou tal destino para a morte: o dos seus corpos serem colocados no seio duma lixeira.

Durante a intervenção da Dryas puderam ser exumados 158 indivíduos representados por esqueletos completos e incompletos, dos quais 49 faleceram antes de atingir a idade adulta. Entre os adultos, o grupo etário mais representado é o dos que sucumbiram com menos de 30

anos (N=46), seguido pelos adultos falecidos entre os 30 e os 40 anos (N=35). Dos 107 adultos que compõem a série, foi possível diagnosticar o sexo em 80 indivíduos: 56 são do sexo feminino e 24 do masculino (WASTERLAIN et al., 2015).

No que respeita à idade dos não adultos, e para aqueles indivíduos em que foi possível estimar a idade à morte (44/57), a classe melhor representada é a dos 12 aos 18 anos (N=11). A série integra não adultos com idades compreendidas entre a classe dos 0-6 meses até aos 21 anos (WASTERLAIN et al., 2015). Costa (2013) analisou os possíveis problemas de crescimento e indicadores de stresse a que estes indivíduos poderiam ter estado sujeitos, tendo concluído que os indivíduos com mais de 15 anos eram aqueles que demonstravam um crescimento mais retardado e um grande desfasamento entre as idades dentária e esquelética. As curvas de crescimento transversais mostravam constantes picos de desaceleração do crescimento nestas idades. A análise dos indicadores de stresse apresentavam no cômputo geral frequências muito elevadas afectando a totalidade das classes etárias consideradas.

A ancestralidade dos indivíduos adultos foi estimada por Coelho (2012) com métodos morfológicos e métricos. Devido às questões de preservação esquelética, apenas em 50 foi possível fazer esta estimativa de forma precisa, tendo todos estes sido classificados como africanos. Ulteriormente, análises genéticas (MARTINIANO et al., 2014) efectuadas em dois indivíduos comprovaram a existência de indivíduos com afinidades populacionais Banto e da África Ocidental (MARTINIANO et al., 2014).

A presença de modificações dentárias foi também avaliada para a série, tendo sido possível analisar 113 indivíduos. Destes 55,8% apresentavam modificações dentárias na dentição anterior. As modificações dentárias, que incluíam a remoção dos ângulos mesiais e distais, de dentes incisivos e/ou caninos, encontram correlato em populações africanas, o que constitui mais um argumento em favor da origem africana dos inumados (WASTERLAIN et al., 2015).

O estudo efectuado por Rufino (2014), evidencia que a presença de modificações dentárias intencionais induziu uma maior susceptibilidade a cáries dentárias, inflamações periapicais e perdas dentárias *ante mortem*. De um modo geral os indivíduos foram afectados por várias patologias orais que podem também estar relacionadas com uma dieta de consistência e abrasividade ligeira a moderada e com a ausência de hábitos de higiene oral capazes de provocar a desorganização da placa bacteriana (RUFINO, 2014).

Do ponto de vista do tratamento mortuário a análise foi encetada pela averiguação do tipo de ambiente em que se decompuseram os cadáveres. Esta caracterização é de assaz importância na medida em que importava saber se os cadáveres teriam sido deixados à superfície na lixeira ou enterrados, foi realizada mediante a observação da posição dos ossos em relação ao volume corporal do cadáver e dos índices de preservação das articulações lábeis (aquelas que cedem mais rapidamente durante a decomposição): a totalidade dos indivíduos passíveis de análise apresenta os ossos dentro do volume corporal e a manutenção das articulações lábeis (mãos, dedos dos pés, etc.). Esta análise traduz assim um quadro em que os corpos dos indivíduos se decompuseram envoltos em sedimento, portanto, enterrados.

Dos 158 esqueletos identificados 49 (31%) apresentavam um pobre índice de preservação. No entanto e genericamente o material encontrava-se em razoável (42%) ou bom estado de preservação (27%) (WASTERLAIN et al., 2015). Contudo, a identificação do modo de deposição dos cadáveres foi nalguns casos dificultada por diversos agentes tafonómicos, nomeadamente devido à acção antrópica. Note-se que a identificação dos inumados durante os trabalhos de decapagem mecânica da lixeira provocou nalguns casos uma afectação (moderada) de alguns dos indivíduos.

A reutilização de um mesmo espaço para proceder a uma nova deposição conduziu por vezes à ablação de depósitos e esqueletos aí enterrados anteriormente. Nota-se assim, que a preferência por determinados locais de inumação conduziu à perturbação de deposições anteriores.

A nível tafonómico importa referir que a evolução pós-deposicional que o sítio sofreu em função das condicionantes geomorfológicas do local – e em concreto à acção dos fenómenos de carsificação que conduzem à abertura de buracos e ao reajustamento dos depósitos sedimentares – produziu perturbações nalguns esqueletos: é o caso do indivíduo 139 cujos ossos dispersos puderam ser recuperados e identificados mediante o reconhecimento de ligações osteológicas de segunda ordem. Noutros casos foram ainda detectadas pequenas deformações a nível da posição dos ossos, indiciadoras de uma pressão lateral produzida pelos sedimentos acumulados acima dos enterramentos, por percolação hídrica ou pela acção de flora e fauna, denunciada pela presença de exoesqueletos de pequenos invertebrados.

Ainda assim foi possível observar que quanto à deposição dos cadáveres parecem ter sido diversas as opções tomadas: decúbito dorsal (51%); em decúbito lateral (36%); decúbito ventral (10%) (vd. **Figura 4.**); e posição fetal (3%). Exceptuando-se a posição ventral – observada apenas em adultos (vd. **Figura 5.**) – os demais tipos de deposição foram observados tanto em indivíduos adultos como em não adultos, pese embora as crianças mais jovens estejam preferencialmente depositadas em decúbito lateral.



Figura 4. Aspecto de um indivíduo depositado em decúbito ventral. O úmero do indivíduo encontra-se ausente devido a uma perturbação coeva da lixeira do indivíduo. **Fonte:** Autores.



Figura 5. Indivíduo depositado em decúbito ventral perturbado aquando da deposição de lixos no boqueirão. Junto a este indivíduo foi encontrado um cabo de um utensílio esculpido em osso onde se encontra representada uma mulher. **Fonte:** Autores.

A nível da posição do crânio, membros superiores e inferiores, deve realçar-se a extrema variabilidade observada. Os membros superiores estavam maioritariamente flectidos (67%), ora sobre o corpo, ora ao lado, ora acima ou por cima do crânio. Metade dos indivíduos apresentava também os membros inferiores flectidos seguindo-se percentualmente os que apresentavam os membros paralelos entre si (31%).

A respeito da orientação dos inumados cumpre destacar que há indivíduos enterrados face à totalidade dos pontos cardeais existentes, sendo a mais frequente a direcção Noroeste-Sudeste (18%).

Nalguns casos, a posição das mãos e dos braços (encontrados em posições difíceis de manter na ausência de algum tipo de constrangimento físico) parece indiciar a presença de indivíduos inumados amarrados. Tomemos como exemplo o caso de um dos indivíduos que, depositado em decúbito ventral, apresentava os membros superiores atrás do tronco, com as mãos juntas e a perna esquerda flectida. Os ossos, tanto das articulações lábeis como das persistentes, mantêm as continuidades articulares, sugerindo que este indivíduo terá sido inumado com as mãos e uma perna amarradas atrás das costas (vd. **Figura 6.**).



Figura 6. Indivíduo depositado em decúbito ventral com os membros superiores atrás do tronco, as mãos juntas e a perna esquerda flectida. Os ossos, tanto das articulações lábeis como das persistentes, mantêm as continuidades articulares, sugerindo que este indivíduo terá sido inumado com as mãos e uma perna amarradas atrás das costas. **Fonte:** Autores.

Todavia, face à presença maioritária de indivíduos pouco “arrumados”, deve-se notar também a presença de outros indivíduos que parecem ter merecido maiores cuidados. Referimo-nos em concreto às inumações em posição fetal, decúbito lateral e algumas em decúbito dorsal, que contêm espólio associado numa percentagem importante (7%) face ao contexto. Entre os

itens identificados destacam-se anéis, colares, moedas e adornos em osso, podendo um mesmo indivíduo apresentar mais do que um item.

Embora os enterramentos sejam na sua larga maioria individuais, registaram-se também casos de inumações duplas. A este respeito merece destaque a deposição dupla de um recém-nascido (cerca de 40 semanas fetais) junto ao braço direito dum esqueleto de sexo feminino. A relação de parentesco entre estes dois indivíduos deve ser confirmada mediante uma análise de DNA. Note-se que os ossos de ambos estão em contacto directo e embalados no mesmo pacote sedimentar, argumentos em favor de uma deposição dupla.

No que respeita a dados cronológicos, note-se que o primeiro resultado radiocrométrico, uma data AMS 2σ de 1420-1480 cal. d.C. (Beta-276508) obtida a partir de fragmentos de costela de um dos primeiros inumados no Boqueirão – o indivíduo 169 –, confirma já a antiguidade da utilização funerária do local, fazendo remontar esta prática aos primeiros momentos do tráfico de escravos documentado nas fontes históricas.

5. Lagos e a diáspora africana

Foram as viagens marítimas portuguesas que a partir do séc. XV despoletaram a diáspora africana moderna. Partindo primeiro de razias e actos de pilhagem que muito agradavam aos nobres portugueses, o tráfico negreiro passou desde cedo a aproveitar um comércio já existente no continente africano (CALDEIRA, 2013).

A historiografia portuguesa documenta pelo menos desde 1441 as incursões nas costas africanas por parte de navegadores algarvios. Os raides atingiam as costas mauritanas saldando-se em proveitos mais ou menos variáveis e na captura de alguns escravos. A partir de 1444, por intermédio do “lançado” João Fernandes (que foi deixado na costa para apreender os hábitos e costumes dos azenegues) foram encetados contactos com Ahude Maimon, chefe local, interessado em comerciar escravos guinéus. O início destas trocas ditou um comércio mais consolidado de escravos africanos. As incursões armadas e os raides não foram de imediato interrompidas, mas a partir desta data lançaram-se as bases para um comércio regular que se estabeleceu doravante (CALDEIRA, 2013).

As vantagens económicas deste tráfico cedo foram entrevistas por mercadores locais e navegantes e comerciantes europeus, que através de mecanismos extremamente violentos impuseram um modo de opressão e exploração do outro extremamente eficaz (HENRIQUES, 2009; CALDEIRA, 2013).

Em Portugal, um dos centros económicos que mais se destacou no comércio negreiro resultante deste movimento foi Lagos, que passou de porto de guerra em meados do séc. XV, a importante entreposto comercial (PIMENTEL, 1995). A primazia de Lagos no comércio negreiro encontra-se de resto bem atestada nas próprias fontes. O relato de Zurara na sua “Crónica dos feitos da Guiné de Gomes Eanes de Zurara” relativo à chegada a Lagos no ano de 1444 de um carregamento com 235 peças chegados das costas da Mauritània é particularmente elucidativo acerca da captura e comércio dos cativos africanos (PIMENTEL, 1995; HENRIQUES, 2009).

Desde esta década e até 1512 Lagos manteve-se como um centro especialmente activo no comércio de escravos.

Ora, sendo o número de cativos africanos bastante significativo tanto nesta cidade, como em todo o reino, não se pode deixar de estranhar a quase completa ausência deste grupo social do registo arqueológico. A escavação da lixeira moderna acumulada às portas de Lagos forneceu a

oportunidade até então inédita de documentar não só o tratamento mortuário dado aos primeiros escravos desembarcados em Portugal, como também de os poder caracterizar do ponto de vista paleobiológico e cultural.

No que respeita ao tratamento mortuário e de acordo com as fontes coevas, os cadáveres eram frequentemente abandonados nas ruas, prática que esteve na origem da intervenção régia de D. Manuel I relatada por Castilho (1893: 56-57) da seguinte forma:

“(...) mesmo depois de morto, ainda que baptizado, o escravo não tinha direito a um enterro cristão. Atiravam-no ao acaso para qualquer monturo, mal o cobrindo de terra, de tal modo que os cães vadios não tardavam a saciar-se com os seus restos. O rei D. Manuel, por carta régia de 13 de Novembro de 1515, confirmou esta situação e tentou ainda remediá-la; não porque o escravo lhe merecesse mais respeito, mas porque se tornava imperioso para o bem-estar dos restantes cidadãos. Para atalhar os efeitos da putrefacção de tantos cadáveres insepultos, o rei ordenou que o melhor seria 'fazer um poço o mais fundo que pudesse ser, no lugar que fosse mais conveniente e de menos inconvenientes, no qual se lançassem os ditos escravos'. Lembrava ainda que para uma mais rápida decomposição e combate aos miasmas pútridos, se deitasse de quando em quando alguma cal virgem nesse boqueirão”.

Como o problema se fazia sentir em várias cidades, foram constituídos um pouco por todo o reino estes “poços de escravos” (SAUNDERS, 1994; HENRIQUES, 2009). O de Lagos, parece assim enquadrar-se num modelo ulteriormente institucionalizado, mas que pode ter origem na antiguidade romana, onde os corpos dos escravos abandonados pelos donos (e de outros indivíduos de baixo estatuto social) eram abandonados em poços ou valas comuns (KYLE, 1998).

Em Lagos as inumações num poço e na lixeira envolvente antecedem o decreto manuelino de 1515, o que reforça ainda mais importância do achado do Vale da Gafaria, que proporcionou uma oportunidade inestimável de documentação objectiva do tratamento mortuário dado aos cativos.

Aqui os escravos foram enterrados quer na depressão central da lixeira, quer no seu rebordo, ou ainda nas zonas aplanadas mais próximas do acesso à cidade. Aparentemente, e ao invés do que relatavam as fontes, a decomposição destes indivíduos ocorreu em espaço fechado. Como a topografia da lixeira se encontrava em constante mutação, mediante a deposição mais ou menos constante de montículos de despejos, é provável que alguns destes indivíduos tivessem sido atirados e depois progressivamente cobertos com lixo.

Tendo em conta o tratamento expedito dado a estes defuntos (CASTILHO, 1893), a opção dos habitantes de Lagos por enterrarem os escravos na lixeira da cidade, onde para mais existia um amplo “boqueirão” de origem natural, parece adequar-se ao quadro mental do reino, onde o valor social dos escravos era muito reduzido, em especial daqueles recém-chegados. A presença na lixeira de indivíduos amarrados ou simplesmente atirados pode coadunar-se com o enterro de escravos ainda não transaccionados e, portanto, não incluídos na sociedade. Contudo, estes enterramentos contrastam com outros mais cuidados. A este título merece destaque o referido enterramento duplo de uma mulher e de um recém-nascido, ou os enterramentos dos indivíduos que chegam a ser inumados com os objectos pessoais, como colares ou anéis.

Se os do primeiro grupo poderão resultar das acções de descarte do Mercado de Escravos de Lagos, os do segundo poderão ter sido inumados no quadro de outros contextos sociais. As fontes referem a formação de confrarias, cuja função era não só fornecer apoio em vida aos irmãos escravos, mas também na hora da morte, mediante um tratamento funerário

adequado (PEREIRA, 2008). Em Lagos, por volta de 1555, será instituída a “Confraria dos Homens Pretos da Senhora do Rosário”, na Igreja de S. Sebastião. *“Um dos seus objectivos (...) era o de conseguir aforrar os seus membros (...). Outra finalidade era a de tratar do enterro dos irmãos pobres e a de socorrer (...) os que tivessem dificuldades.”* (LEAL, 1878).

6. Em conclusão

Dezasseis anos volvidos sobre a publicação do Decreto-Lei n.º 270/99 – Regulamento de Trabalhos Arqueológicos – muitas foram as operações de Arqueologia Preventiva realizadas em Portugal que contribuíram o que se tem apelidado de “revolução empírica” no seio da Arqueologia.

A escavação do Vale da Gafaria, e, apesar de todos os problemas decorrentes da realização duma intervenção arqueológica que decorreu em simultâneo com os trabalhos de engenharia cujo impacto pretendia minimizar, foi um dos casos em que o conhecimento sobre um determinado tópico de interesse global – no caso, a diáspora africana – conheceu um importante desenvolvimento.

Com efeito, para além das informações relativas ao contexto, e portanto relativas ao modo de vida dos habitantes de Lagos, a escavação da lixeira acumulada às portas da cidade de Lagos propiciou uma oportunidade única para a documentação objectiva do tratamento mortuário numa fase bastante inicial da circulação de escravos africanos no Atlântico. Os trabalhos subsequentes de análise da série têm entretanto contribuído para a documentação dos modos de vida e do tratamento violento a que eram sujeitos os cativos nesta época.

Dado o impacto societário da diáspora Africana, a operação arqueológica no Vale da Gafaria possibilitou que a discussão em torno dos resultados arqueológicos obtidos se estendesse para além dos domínios académicos e profissionais da Arqueologia e da Antropologia. A realização de residências artísticas em Lagos pelo Laboratório de Actividades Criativas (<http://www.lac.org.pt/projectos/roots/>) ou a assinatura de um protocolo entre o Comité Português da Rota do Escravo e o Município de Lagos (cuja efectiva materialização será veiculada através da construção do Museu da Escravatura de Lagos) são disso exemplo. Exemplos que importa seguir.

Agradecimentos

A escavação arqueológica do Parque de Estacionamento do Anel Verde / Vale da Gafaria foi custeada pela FuturLagos, S.A., através de um contrato de prestação de serviços firmado com a Dryas Arqueologia, Lda.

Os trabalhos subsequentes de investigação das séries exumadas realizadas pela iDryas enquadram-se no projecto “O Poço dos negros” de Lagos: Contributo para a compreensão do tratamento funerário dos escravos africanos nos sécs. XV e XVI financiado no âmbito do concurso “Projectos de Arqueologia 2010-2012” pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Desde 2009 os investigadores Sofia Wasterlain, Catarina Coelho, Marta Furtado, Alexandra Costa, Ana Isabel Rufino, Hélder Santos, Daniel Santos, Luís Neves, Paulo Dias, Beatriz Sousa, Rui Martiniano, Ron Pinhasi, Ana Maria Silva e Daniel G. Bradley têm contribuído de forma substancial para o avanço dos estudos da série. Sem eles não teria sido possível realizar os trabalhos que até agora foram executados.

A datação de radiocarbono foi financiada pelo Centro de Investigação em Antropologia e Saúde. Agradecemos a Ana Maria Silva a sua obtenção.

BIBLIOGRAFIA

BUIKSTRA, J. E.; UBELAKER, D. H. – **Standards for data collection from human skeletal remains**. Arkansas: Arkansas Archaeological Survey Research Series, 1994.

CALDEIRA, A. M. – **Escravos e traficantes no Império Português: o comércio negreiro português no Atlântico durante os séculos XV a XIX**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013.

COELHO, C. – **Uma identidade perdida no mar e reencontrada nos ossos: avaliação das afinidades populacionais de uma amostra de escravos dos séculos XV–XVI**. 2012. Dissertação de Mestrado em Evolução e Biologia Humana. Acessível em Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

CORRÊA, F. C. C. – **A cidade e o termo de Lagos no período dos reis Filipes**. Lagos: Centro de Estudos Gil Eanes, 1997.

DIAS, P.; SANTOS, D.; SOUZA, D.; SANTOS, H.; COELHO, C.; FERREIRA, M. T.; CUNHA, E.; SANTOS, B. S. – A new approach for 3D craniometric measurements using 3D skull models. In INTERNATIONAL CONFERENCE, 17th, London, 15, 16, 17 and 18 July 2013 – **Information Visualisation**. London, UK: University of London, 2013.

DUDAY, H. – Archaeothanatology or the Archaeology of death. In: GOWLAND, R, KNÜSSEL, C., eds. – **Social Archaeology of funerary remains**. Oxford: Oxbow Books, 2006. p. 30-56.

FERREIRA, N. M.; DIOGO, M.; Costa, C.; FARIA, F.; Fernandes, T. M. – Um edifício, uma planta, um enterramento, as fontes... uma gafaria em Lagos? **XELB - Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve**. Silves: Museu Municipal de Arqueologia/Câmara Municipal de Silves. Nº 8, Vol. I (2008), p. 431-449.

FURTADO, M. – **A diagnose sexual de escravos africanos: estimativa sexual a partir de os coxae da coleção osteológica negróide de PAVd'09 (Valle da Gafaria, Lagos)**. 2012. Mestrado em Evolução Humana e Biologia. Acessível em Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

HENRIQUES, I. C. – **A Herança Africana em Portugal**. Edições dos CTT, 2009. 240 p.

KYLE, D. G. – **Spectacles of death in Ancient Rome**. London: Routledge, 1998.

LEAL, A. S. B. P. – **Portugal Antigo e Moderno**. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira e Companhia, 1878. Vol. 4, p. 21.

NEVES, L.; DIAS, P.; COELHO, C.; FERREIRA, M. T.; SANTOS, H.; SANTOS, B. S. – **Medidas e deteção de estruturas morfológicas para craniometria usando modelos 3D** [Prémio Melhor Artigo]. Encontro Português de Computação Gráfica, 21º, Leiria, Novembro 2014. 2014.

NEVES, M. J.; ALMEIDA, M.; FERREIRA, M. T. – Separados na vida e na morte: retrato do tratamento mortuário dado aos escravos africanos na cidade moderna de Lagos. **XELB**. Silves: Câmara Municipal de Silves. Nº 10 (2010), p. 547-560.

NEVES, M. J.; ALMEIDA, M.; FERREIRA, M. T. – História de um arrabalde durante os séculos XV e XVI: “o poço dos negros” em Lagos (Algarve, Portugal) e o seu contributo para o estudo dos

escravos africanos em Portugal. MATOS, A. T.; COSTA, J. P., eds. – **A Herança do Infante**. Lagos: Câmara Municipal de Lagos, 2011. p. 29-46.

OLIVER, G.; DEMOULIN, F. – Pratique anthropologique à l'usage des étudiants. **Osteologie**. Paris. Université Paris 7, 1990. Vol. I.

PEREIRA, J. C. – Uma reprodução simbólica do universo social: o sepultamento de escravos. **Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**. Nº 1, 2008, p. 20-45.

PIMENTEL, M. R. – **Viagem ao fundo das consciências: a escravatura na Época Moderna**. Lisboa: Edições Colibri, 1995.

ROCHA, R. B.; RAMALHO, M. M.; ANTUNES, M. T.; COELHO, A. V. P. – **Notícia explicativa da Folha 52-A – Portimão**. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal, 1983.

SANTOS, D.; DIAS, P.; SOUZA, D.; SANTOS, H.; COELHO, C.; FERREIRA, M. T.; CUNHA, E.; SANTOS, B. S. – Um novo métodos de medições craniométricas usando modelos 3D. In Actas INForum, 2013 – **Simpósio de Informática**. Universidade de Évora, 2013.

SAUNDERS, A. – **História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994.

SCHEUER, L.; BLACK, S. – **Juvenile developmental osteology**. London: Academic Press, 2000.

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

CASTILHO, J. – **A Ribeira de Lisboa: descrição histórica da margem do tejo desde a Madre-de-Deus até Santos-o-Velho**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893. p. 548-549. Disponível na www: <URL:<http://purl.pt/6637>>.

FILIFE, I.; SIMÃO, I.; GODINHO, R.; BRAZUNA, S. – Trabalhos arqueológicos realizados no Parque da Cidade: novos contributos para a História de Lagos em Época Moderna. **Apontamentos de Arqueologia e Património**. Nº 5 (2010), p. 63-68. Disponível na www: <URL:www.nia-era.org>.

The Case of the “Poço dos Negros” (Lagos): From the Urgency of Concrete to Knowledge of Slavery Practices in Portuguese Modern Age from an Excavation of Archaeological Rescue

Maria João Neves

Miguel Almeida

Maria Teresa Ferreira

ABSTRACT

While historical sources document the trade of slaves by the Portuguese since the 15th century, so far no slave cemetery was excavated in Portugal. In 2009 an archaeological intervention in Vale da Gafaria (Lagos, Portugal) allowed the excavation of a deposit of waste dating from the 15th to 17th centuries. Here, an important amount of human skeletal remains was exhumed (N = 158 individuals). The archaeological and historical context, as well as the morphometric analysis of the skulls, led us to attribute them an African origin. The study of their lives and deaths has been accomplished by historical documents. Therefore, this sample provides a unique opportunity to learn more about captive individuals who were brought to Portugal in the modern period and about the African diaspora.

Key-words: Slaves; Urban dump; Bioarchaeology; Geoarchaeology; Portugal.

1. Introduction

It is not at all uncommon that Archaeology and Anthropology document violent practices against individuals or human groups. The oppression of the other often leaves traces that help document the violence that a particular human group has undergone.

The excavation of the Vale da Gafaria in Lagos, motivated by the construction of a car park, came to be one such example, where violent practices, of subjugation of others and their reduction to status of goods are well illustrated. In this site was possible to document for the first time the mortuary treatment of African slaves captured and acquired in the African coast since the middle of the XV century by Portuguese navigators (NEVES et al., 2010).

The primacy of Lagos in the slave trade is found well attested by the historiographical sources. The Zurara's report in his “Chronicle of Guinea achievements by Gomes Eanes de Zurara” (Loosely translated) related to the arrival in Lagos in the year 1444 of a shipment of 235 pieces arrived from Mauritania's shores is particularly instructive about the capture and trade in African captives (PIMENTEL, 1995; HENRIQUES, 2009).

Since that date (and even a little before) until 1512, the year that King Manuel I prohibited its anchoring into any port with the exception of Lisbon's, Lagos remained as a particularly active centre in the slave trade (CALDEIRA, 2013). Being the slave presence very significant both in this city and throughout the kingdom, nonetheless it seems strange the almost complete absence of this social group from national archaeological record. The excavation of the modern dump accumulated at Lagos' entrance provided the opportunity to document directly the mortuary treatment of the first slaves landed in Portugal, as well as witness the extremely difficult living conditions they had, including the practices of oppression and subjugation that they were subject.

This article will be sought to present the site (since the previous interventions until the work of Dryas) and provide evidences that the archaeological rescue of this important historical document resulted at an archaeological and documentary collection with enormous potential for the production of knowledge about modernity in Portugal, the History of the expansion and the African slave trade. At the same time, is also aimed to make a critical reflection on the management of archaeological sites, assessing its heritage value during the execution of engineering projects and the ability to explore the vast documentary collections resulting from Salvage Archaeology and rescue operations.

2. The Vale da Gafaria: introduction and contextualization of the site and work performed

The intervention carried out in the Vale da Gafaria (Anel Verde Park) in Lagos originated in the construction of an underground car park in precinct outside the modern walled centre. The engineering project enjoyed a vast vacant area located next to the Porta dos Quartos, some few meters from the imposing walls, called Cerca Nova (New Fence) (see **Figure 1.**)

Figure 1. Location of the Anel Verde Parking, in the Vale da Gafaria, in the city of Lagos and corresponding to the modern walled core of the city. **Source:** Authors.

Framed in an area whose relief is marked essentially by the lithology and structure of outcropping mesocenoic lands, the Vale da Gafaria, is conditioned by a major flaw that facilitated the very opening of the valley. In more recent times the constant redirection of watercourses running through the valley, both resulting from natural factors such as anthropogenic, the formation of base karstic rocks and the occurrence of neotectonic events, contributed to the formation in Vale da Gafaria site of a complex outline at geomorphological and geoarchaeological level.

In this wide open valley crossed by two streams - the Touro and the Naus, both tributaries of Ribeira de Bensafrim which flows right after to the sea - important sandy outcrop deposits of Holocene alluvial origin overlap the "carbonated formation of Lagos - Portimão"(ROCHA et al., 1983).

The implementation of various engineering projects has been disclosing this geomorphological and geoarchaeological complexity, adding up too and gradually data to the knowledge of the local anthropic occupations, already predicted in earlier interventions, one held under the Polis Programme (FERREIRA et al., 2008) and two already under the construction of the Anel Verde Parking (FILIPE, 2009; SIMÃO; BRAZUNA, 2009).

The first intervention carried out under the Polis program resulted in the identification of part of the Gafaria de Lagos (Lagos' Leprosarium), several alluvial deposits of urban trash, and a burial of a possible African origin affected by Lepra (FERREIRA et al., 2008).

Later, and already during the construction of the Anel Verde Parking, two interventions were conducted (FILIPE, 2009; SIMÃO e BRAZUNA, 2009) one of previous archaeological surveys and other of archaeological monitoring of the work. The first of these interventions enabled the identification of alluvial deposits related with Ribeira dos Touros, of urban dumpsite deposits (only superficially touched); and in the excavation of 4/5, buried in the urban dump (FILIPE, 2009). The archaeological remains recovered allowed to date the dump from centuries XVI and XVII, although there were elements of material culture that could go back to the XV century (FILIPE et al., 2010).

In view of the results was carried out a subsequent phase of archaeological monitoring. In this follow-up will have been performed first *"the mechanical removal of landfill deposits / levelling the current passage surface to enable better delineation of preserved archaeological contexts, particularly in terms of the deployment range of the dump area and possible necropolis, to allow a future manual excavation"*, having been later *"monitored the works of mechanical excavations in areas where had not been identified archaeological contexts up to date, namely in West and South zone of the to be affected area"* (SIMÃO, BRAZUNA, 2009: 9). This action, carried out with the running work, resulted in the mechanical scraping of a wide area of the site and in the liberation of significant areas for the continuation of engineering works and circulation of heavy machinery.

3. The intervention of Dryas

In view of the need of new interventions, the FuturLagos, S.A, promoter company of the project, decided to hire the execution of the measures of impacts minimization dictated by the country's administration, aiming in accordance with these measures to carry out *"the physical safeguarding of on-site preserved structures and contexts"* by digging, dismantling and record of 56 linear meters of wall structures, manual excavation of 300 m² of the dump and the archaeological monitoring of the mechanical scrapping of the remaining area (1000 m²), in order to recover the maximum available archaeological and stratigraphic information enabling, at a later stage, the reconstitution of the use of this space.

These works, which came to be resized – although maintaining the imposition of its execution to be partly mechanical –, took place simultaneously with the construction of the parking, a fact which affected not only working conditions but also the implementation of archaeological impact mitigation measures.

The intervention of Dryas ended in the identification and safeguard through archaeological record of a much-diversified set of archaeological remains, mostly from the Modern period.

Of all these remains, the acknowledgment of human burials from Africans reduced to slavery at the dawn of the Atlantic slave trade (XV and XVI century) is the finding that deserves more relief at scientific and heritage level, being an extremely relevant milestone to the history of the African diaspora (NEVES et al., 2011). In this article, will be put in context the archaeological intervention that was the base of the identification of these remains as well as presented the results obtained due to this find. Also will be referred the recent studies on the skeletal series carried out by several researchers (COELHO, 2012; FURTADO, 2012; COSTA, 2013; FERREIRA et al., 2013; DIAS et al., 2013; SANTOS et al., 2013; NEVES et al., 2014; MARTINIANO et al., 2014; RUFINO, 2014; WASTERLAIN et al., 2015).

3.1. Ground condition at the start of Dryas work

The topography of the parking construction area was altered by the land removal works and excavation in the course of the contract. The access to the place was made through a work gate in Estrada da Piedade. From this gate was opened a work path crossing North the blackened deposits (related with the dump), and, at South sandy deposits, of reddish tones and alluvial origin. This path led to an extensive excavated area where the base rock layers cropped up and then to the outline of a series of archaeological structures, East of this area.

After the photographic and descriptive record of the site to be intervened, we could state the existence of a complex heritage situation including as major characteristics the presence of:

3.1.1. a wide deposit “of dump” composed by a sequence of successive lenticular stratigraphic levels, thin, containing abundant archaeological material and important quantities of charcoal of apparent variable thickness, partially truncated when the work path was opened; in this action final profile we could observe several human skeletons in anatomic contiguity position, partially destroyed by the previous works;

3.1.2. a very significant set of built archaeological structures, some of which seemed to match buildings represented in the city historical cartography; part of those buildings had been affected by the passage of the machines and by an intensive mechanical excavation that had also affected the buildings foundation;

3.1.3. human skeletal remains partially altered in several parts of the area for intervention and in previously freed areas to carry out the work and where, therefore, were machines working.

3.2. Strategy and methods of intervention

The plan of the intervention to be implemented should be able to recover efficiently the preserved information in the Anel Verde Parking area. Under these conditions, the strategy of archaeological works intervention resulted from the subordination to several structuring principles of scientific/heritage character.

Particularly, and regarding the dumpsite levels and the other deposits capable of having osteological remains (in what was later identified as the leprosarium associated cemetery), was aimed the full recovery of those remains, giving particular attention not only to the anthropological remains, but also to its provenance context. The purpose was to produce a thorough descriptive and graphic documentation of all the information relating the inhumation stratigraphic contexts; the types of inhumation represented in the archaeostratigraphical record; and the bioanthropological and paleodemographical characterization of the inhumed population(s).

In the end it was also aimed the partial recovery of the remains included in the dump deposits, through a selective sampling approach, privileging:

3.2.1. the investment in geographical areas and stratigraphic levels archaeologically more prolix;

3.2.2. to obtain data towards understanding the formation mechanisms, the diachronic use and the taphonomical alteration processes of the archaeological levels included in this stratigraphic level;

3.2.3. the questioning of the chronologic and spatial relationships between this dumpsite deposit and the other sedimentary objects (namely those with archaeological content) identified in the site.

3.2.4. the characterization of the local geological structure and geomorphological dynamics, towards understanding the constraints of geologic and geomorphologic nature that the past successively “inhabitants” of these site have encountered, as well as the impact of anthropic activity on the modelling of the local landscape.

Adding to these principles was a circumstantial imposition, to be mandatorily respected: the need to produce an intervention strategy articulated with the parking engineering works calendar.

To the buildings area was set to make an archaeological characterization and complete dismantling of the northern and northeast identified structures of the parking area. In the dumpsite area, the immense archaeographical record preserved and the nature of the archaeological deposits has dictated by the countries executive administration (poured into the Works Specifications) the option for a gather solely by sampling of the available archaeological information. Thus, the defined strategy for this sector determined the excavation of 300 m² of dump and the consequent removal by mechanical means of an area of about 1500 m². Part of the identified remains, namely the human skeletons was thus identified during the works of mechanical excavation, with obvious damage for its stratigraphic contextualization, retrieval of the associated information and integrity and conditions of preservation of the skeletal material.

The excavation was carried out through the implementation of a georeferenced orthogonal grid, being the relevant structures and objects ever recorded in a system of Cartesian coordinates, with specific reference to its stratigraphic context. Given the enormous archaeological record preserved, the nature of the excavated archaeological deposits, and the impositions set by the Works Specifications, in the dump area was made an acquisition by sampling after the mechanical removal of the deposits.

It is of mention the fact that our intervention followed another action of rescue archaeology (FILIPE et al., 2010), being of importance during our phase of the works, to complete the quite unconnected traces observed in the stratigraphic surveys previously done. It mattered specially to gather reliable stratigraphic information, collected in stratigraphic profiles of dimensions and geometric relation capable of providing a reliable interpretation of the spatial and stratigraphic development of the different stratigraphic units (sedimentary deposits of natural and anthropic geneses, built structures, etc.) present in the site, as well as their synchronic and diachronic relationships.

About the anthropological remains recovery and associated geoarchaeological information it was processed according the principles of Archaeoethanatology (DUDAY, 2006), followed by the protocol of osteological remains recovery developed at Dryas (NEVES et al., np).

The taphonomic distortions to which the burials were subjected, as well as the information on the biological profile of the individuals were thus observed immediately in the field phase, thereby producing a preliminary characterization, but decisive, of the burial practices, as well as other characteristics (morphological, paleopathological, etc.) of the inhumed. The characterization of the biological profile of the individuals was done systematically, namely the sex prediction, population affinity, age at death and height, using for such the methods compiled by Buistra and Ubelaker (1994) and Scheuer and Black (2000). All the osteometrical measurements were made using as reference the works of Olivier and Demoulin (1990).

After the careful excavation and descriptive and photographic record supported by topographic points gathered in each inhumation, was carried out the individual anthropological record of all the osteological pieces. Each element was described (type of bone, laterality, conservation status, bone alterations) and packed individually in labelled bags. All the gathered information was compiled in standard “fact sheets”.

3.3. Coeval archaeological remains: the Gafaria de Lagos (Lagos Leprosarium)

The historical sources related with the site now occupied in the Vale da Gafaria (Leprosarium Valley) by the Anel Verde Parking convey news about the leprosy hospital installation, and later, the construction of the Lagos New Fence (Cerca Nova de Lagos).

According with the document sources it was founded here a leprosarium (hospital primarily dedicated to the treatment of leprosy patients) in a vacant land outside the city urban edge in the end of the XV century (PAULA, 1992). This area preserved the name given by the presence of a specialized functional space, connoted with an illness having a pronounced social negative prejudice. The documents related to the Gafaria de Lagos (Lagos Leprosarium) are various. We may note one example of a document from the second half of the XVIII century, attributed to father João Baptista Coelho, titled *Antiguidade da Cidade de Lagos e de suas Igrejas* (Antiquity of Lagos City and of its Churches), citing the process of creation of the Lagos leprosarium in the end of the XV century, with reference to an hospital building and an adjoining church (CORRÊA, 1994: 283).

The construction of the New Fence is due to the pace of demographic and urban expansion in the city since the second half of the XIII century, what led to, during the kingdom of D. Manuel I, the planning and beginning of the construction of a new fortified fence, the same that, with some occasional changes, is kept nowadays. The new fortification structure should answer to two main fundamental needs: protect the cluster of houses built outside the medieval fence and provide the structure with technical capabilities fitting with resistance and use of heavy artillery. The works have extended throughout the XVI century, being definitively concluded in the XVII century, has can be understand from the reports prepared by the Neapolitan military engineer Alessandro Massai at the end of the first quarter of this century (PAULA, 1992).

During Dryas excavation beyond these buildings remains (see **Figure 2.**) was also detected the presence of a necropolis area outside the dumpsite and possibly associated with the Lagos Leprosarium. The study of this skeletons revealed that some of the individuals presented osteological lesions compatible with several leprosy related infectious and stigmatizing conditions, the treponematosi or brucellosis (FERREIRA et al., 2013). The genetic study of five of these individuals (MARTINIANO et al., 2014) gave evidences on other hand of the presence of individuals with European (N=2) and African (N=3) populations affinities. One of the individuals identified as African presented lesions compatible with brucellosis and the other lesions compatible with treponematosi (FERREIRA et al., 2013; MARTINIANO et al., 2014).

Figure 2. Overlay in GIS software of the plant representing the project of construction of the Lagos New Fence, the leprosarium buildings and the burial ditches associated with the hospital care set. **Source:** Authors.

As for the other identified occupations, those related with the remains previous to the identified dump, the dump itself and the necropolis, the sources remain silent about the site previous occupations archaeologically recorded during this intervention.

4. The inhumation contexts and the inhumed

4.1. The Lagos modern dump

The dumpsite is a stratigraphic set occupying a large area including a depression of karst origin – the Poço dos Negros (Blacks Pit) –, a flat area and a riverfront where successive deposition and erosion episodes took place. The wastes were dumped in mounds of different sizes covering / juxtaposing, forming lenticular levels containing important organic remains. The decomposition and dissolution of this organic matter over the centuries, has resulted in the preservation of the majority of the faunal (mammals, fishes and malacological fauna), ceramic, vitreous and metal remains.

From the stratigraphic point of view the Dump was divided into three stratigraphic sets comprising:

4.1.1. ce.L: modern Dump

Located on the margins of the Naus and Touros streams, occupying the interfluvium of those water resources, match to a stratigraphic set made of several stratigraphic units resulting from successive intentional anthropic evictions that formed mounds of varying sizes covering / juxtaposed. Repeated levels, of variable thickness, of charcoal and ashes testify the frequent combustion (natural or induced) of the dump, marking thus successive surfaces of the ground during its accumulation.

4.1.2. ce.Ld: deformed Dump in the karstic depression [Poço dos Negros (Blacks Pit)]

In the South sector of the area of geographical distribution of the big modern dump excavated in the ancient interfluvium of the Naus and Touros stream the activation of a karst formation of pit cave type, surely caused by neotectonic phenomena, has determined the opening, probably in the form of a catastrophic event, of a karstic depression of significant dimensions (about 17 m of diameter), one “boqueirão” (huge mouth) probably the source of the idea of dumping urban garbage in this area. Later the urban garbage dump must have enlarged to occupy all the interfluvium, determining the constitution of that vast dump area. The karst activity, however, did not cease with the use of the so called “boqueirão” as urban dumping site. Thus, in addition to a morphology and characteristics (of sharp slope) of the sedimentary levels from the deposited dump inside the big pit, the continuity of the siphoning activity and the mentioned deposits suction caused the very pronounced subsequent post-depositional deformation, today easily recognizable in the stratification. Inside this depression was identified a thriving sequence of dump levels documenting the entire life of this urban dump structure. Within this depressed area, was identified one dump’s lateral variation, offering the deposits more regular features and pelitic in the sectors North and West and sandiest, with more anthropic elements in sectors East and South, fact that we preliminary relate with the filling method of the “Boqueirão”, preferably fed from the Lagos city side. The morphology of the ce.Ld lower limit is deeply influenced by the underlying depression and by its activity even after the ce.Ld sediments deposition, once the action of the depression (namely the limestone layers dissolution) influenced the post-depositional evolution of the dump filling in this area (see **Figure 3**).

Figure 3. Aspect of the archaeological levels accumulated within the karstic depression present in the Vale da Gafaria. At the base is visible one burial (individual 169). **Source:** Authors.

4.1.3. ce.L' and ce.K: Dump redeployment by the Touros stream

The operating system and probable summer / winter changes should be the basis for the dump ce.L sediment redeployment to the channel of the Ribeira dos Touros. The process must be mixed, first under strong gravitational influence, certainly in times of summer, in which deposits close to the margin progressively dismantle towards the river incision, leading to a sequence of lenticular levels, with targeted gross elements, identified as ce.L '. These same sediments, or at least its thinnest fraction, should be in a second phase already included in a dynamic of greater river participation, creating deposits (which we identified as CE.K) still easily identifiable within the Ribeira dos Touros (by its composition and particularly dark coloration), but no longer the same lenticular structures of marginal merge with the regular river accretion deposits of the stream. This subsequent erosion and accumulation of the dump deposits along the margins of Ribeira dos Touros came to cause the shift to Northeast of the Ribeira dos Touros axis.

4.2. The inhumed

Concerning the burial context, one of the first questions to be asked during the excavation was about the identity of a so vast group of inhumed (N=158) whose social status during life such a fate reserved for death: having their bodies placed within a dumpsite.

During the intervention of Dryas could be exhumed 158 individuals represented by complete and incomplete skeletons, of which 49 died before reaching adulthood. Among adults, the most represented age group is of those who died with less than 30 years (N=46), followed by the adults deceased between 30 and 40 years (N=35). Of the 107 adults who compose the series, it was possible to diagnose the sex in 80 individuals: 56 are female and 24 male (WASTERLAIN et al, 2015).

As regards to the age of non-adults, and for those individuals in which it was possible to estimate the age at death (44/57), the best represented class is from 12 to 18 years (N=11). The series includes non-adults aged between the classes of 0-6 months up to 21 years (WASTERLAIN et al., 2015). Costa (2013) examined the possible growth problems and stress indicators that these individuals could have been subject, having concluded that the individuals with more than 15 years were those that showed a more delayed growth and a huge gap between the dental and skeletal ages. Transverse growth curves showed constant growth deceleration peaks at these ages. The analysis of stress indicators showed on balance very high frequencies affecting all of the age groups considered.

The ancestry of adult individuals was estimated by Coelho (2012) with morphological and metric methods. Due to skeletal preservation issues, only in 50 was possible to do this accurate estimation, being all these classified as Africans. Subsequently, genetic analysis (MARTINIANO et al., 2014) carried out in two individuals confirmed the existence of individuals with Bantu and West Africa population affinities (MARTINIANO et al., 2014).

The presence of dental modifications was also evaluated for the series, having been possible to analyse 113 individuals. Of these, 55.8% had dental modifications in the anterior dentition. Dental modifications, which included the removal of the mesial and distal angles of incisors and / or canines, found correlate in African population, which is another argument for the African origin of the inhumed (WASTERLAIN et al., 2015).

The research carried out by Rufino (2014), shows that the presence of dental intentional modifications induced increased susceptibility to dental caries, periapical inflammations and *ante mortem* dental losses. Generally individuals were affected by various oral pathologies that can also be related to a diet of consistency and slight to moderate abrasiveness and lack of oral hygiene habits capable of causing the disruption of plaque (RUFINO, 2014).

From the point of view of the mortuary treatment the analysis was initiated through the investigation of the type of environment in which the bodies have decomposed. This characterization is rather important once it mattered to know whether the bodies had been left on the surface of the dump or buried, was carried out by observing the position of the bones in relation to the corpse body volume and preservation rates of labile joints (those which give in faster during decomposition): the totality of the individuals able to be analysed presented the bones within the body volume and the maintenance of labile joints (hands, toes, etc.). This analysis thus represents a framework in which the bodies of individuals decomposed wrapped in sediment, therefore, buried.

Of the 158 skeletons identified 49 (31%) had a poor preservation index. However and generally the material was in reasonable (42%) or good state (27%) of preservation (WASTERLAIN et al., 2015). Nevertheless, the identification of the corpse's deposition mode was hampered in some cases by several taphonomical agents, namely due to human action. Note that the identification of the inhumed during the work of mechanical scrape of the dump caused in some cases an allocation (moderate) of some individuals.

The reuse of the same space to carry out a new deposition sometimes led to the ablation of deposits and skeletons buried there earlier. Note, therefore, that the preference for certain burial sites led to disruption of previous depositions.

At taphonomic level is important to mention that post-depositional evolution suffered by the site, depending on the local geomorphological conditions - and in particular the action of karst phenomena that lead to the opening of holes and the readjustment of sedimentary deposits - produced disturbances in some skeletons: is the case of the individual 139 whose scattered bones could be recovered and identified through the recognition of osteological connections of second order. In other cases were also detected small deformations within the position of the bones, indicative of a lateral pressure produced by sediments accumulated above the burials, by water percolation or by the action of flora and fauna, denounced by the presence of exoskeletons of small invertebrates.

Nevertheless was possible to observe that as for the deposition of the bodies it appears to have been several the options taken: supine position (51%); in lateral position (36%); ventral decubitus or prone position (10%) (see **Figure 4.**); and fetal position (3%). Except for the ventral position - seen only in adults (see **Figure 5.**) — the other types of deposition were observed both in adults and in non-adults, even though the younger kids are preferably deposited in the lateral position.

Figure 4. Aspect of an individual deposited in the prone position. The humerus of the individual is absent due to a coeval of the dump disturbance of the individual. **Source:** Authors.

Figure 5. Individual deposited in prone position disturbed during the deposition of wastes in "boqueirão". Beside this individual was found a handle of a utensil carved in bone in which is represented a woman. **Source:** Authors.

Concerning the skull, upper and lower limbs position, it should be emphasized the extreme variability observed. The upper limbs were mostly bent (67%), sometimes over the body,

sometimes alongside, sometimes above or on top of the skull. Half of the subjects also had the lower limbs bent followed in percentage by those with members parallel to each other (31%).

As for the orientation of the inhumed is of highlight that there are individuals buried towards all cardinal points, the most common being the northwest-southeast direction (18%).

In some cases, the position of the hands and arms (found in positions difficult to maintain in the absence of some sort of physical constraint) appears to indicate the presence of individuals inhumed tied. Having as example the case of one of the individuals that, deposited in the prone position, had the upper limbs behind the body, with hands together and the left leg bent. The bones, of both the labile joints and the persistent ones, keep the joints continuity, suggesting that this individual will have been buried with his hands and one leg tied behind his back (see **Figure 6.**).

Figure 6. Individual deposited in ventral decubitus with the upper limbs behind the body, hands together and bent left leg. The bones, of both the labile joints and the persistent ones, keep the joints continuity, suggesting that this individual will have been buried with his hands and one leg tied behind his back. **Source:** Authors.

However, although the major presence of individuals less "stowed", one should also note the presence of others who seem to have deserved greater care. We refer specifically to burials in fetal position, lateral position and some in the supine position, which contains associated assets in important percentages (7%) when compared to the context. Among the identified items stands out rings, necklaces, coins and bone ornaments, the same individual can have more than one item.

Although most of the burials are individual, there were also recorded cases of double burials. In this case is of noteworthy the double deposition of a new-born (about 40 fetal weeks) by the right arm of a female skeleton. The family relationship between these two individuals should be confirmed by DNA analysis. Note that the bones of both are in direct contact and in the same sedimentary package, arguments in favour of a double deposition.

With regard to the chronological data, it is noted that the first radiochronometrical result, a 2σ AMS date of 1420-1480 cal. AD (Beta-276508) obtained from fragments of a rib of one of the first inhumed in Boqueirão – the individual 169 –, already confirms the antiquity of the funerary use of the place, making this practice go back to the first moments of the slave trade documented in historical sources.

5. Lagos and the African diaspora

It was the Portuguese sea voyages that, since the XV century, triggered the modern African diaspora. Starting first with raids and looting that very much pleased the Portuguese nobles, the slave trade early took advantage of an established trade in the African continent (CALDEIRA, 2013).

The Portuguese historiography documents at least since 1441 raids on African coasts by Algarve navigators. The raids struck the Mauritanian coasts with more or less advantages and capture of some slaves. From 1444, through the "lançado" João Fernandes (who was left on shore to apprehend the habits and customs of Azenegues) contacts were established with Ahude Maimon, local chief, interested in trade guineas slaves. The beginning of these trades dictated the more consolidated commerce of African slaves. The armed incursions and raids were not stopped immediately, but as of this date were launched the bases for a regular trade henceforth established (CALDEIRA, 2013).

The economic advantages of trafficking were earlier predicted by local merchants and sailors and European traders, who through extremely violent mechanisms imposed a form of oppression and exploitation of the other extremely effective (HENRIQUES, 2009; CALDEIRA, 2013).

In Portugal, one of the economic centres that stood out in the resulting slave trade of this movement was Lagos, which went from port of war in the middle of the XV century, to a major trading post (PIMENTEL, 1995). The primacy of Lagos in the slave trade is otherwise well attested in the sources. The report of Zurara in his "Chronicle of Guinea fulfilments by Gomes Eanes de Azurara" about the arrival to Lagos in the year 1444 of a shipment with 235 pieces from the Mauritanian coasts is particularly instructive about the capture and trade of African captives (PIMENTEL, 1995; HENRIQUES, 2009).

Since this decade and until 1512 Lagos remained as a particularly active centre in the slave trade.

Now, being the number of African captives very significant both in this city and throughout the kingdom, one cannot help wonder with the almost complete absence of this social group from the archaeological record. The excavation of the modern dump accumulated at Lagos gates provided the opportunity hitherto unheard of documenting not only the mortuary treatment of the first slaves landed in Portugal, but also of allowing the characterization from the paleobiological and cultural point of view.

With regard to the mortuary treatment and according to the coeval sources, the bodies were often abandoned in the streets, a practice that led to the royal intervention of D. Manuel I reported by Castilho (1893: 56-57) as follows:

"(...) even after dead, although baptized, the slave was not entitled to a Christian burial. They threw it at random to any dunghill, barely covering it with land, so the stray dogs rapidly came to indulge themselves with their remains. King D. Manuel, by royal charter of November 13, 1515, confirmed this situation and tried to solve it; not because the slave deserved more respect to him, but because it became imperative for the welfare of other citizens. To minimize the effects of putrefaction of so many corpses unburied, the king ordered it best to 'make a pit as deep as could be, in the place that was more convenient and of less inconvenience, in which should be cast such slaves'. He remembered also that for faster decomposition and combat the putrid miasma, to lay down from time to time some quicklime in that pit 'boqueirão'". (loosely translated)

As the problem was felt in several cities, were built throughout the kingdom these "slaves wells" (SAUNDERS, 1994; HENRIQUES, 2009). The Lagos one, thus, seems to fit within a further institutionalized model, but that may have had origin in ancient Roman times, where the bodies of the slaves abandoned by the owners (and other individuals of low social status) were abandoned in wells or mass graves (KYLE, 1998).

In Lagos the burials in a pit and the surrounding dump precedes the king's D. Manuel I decree of 1515, which reinforces the importance of the finding of Vale da Gafaria, which provided a priceless opportunity to an objective documentation of the mortuary treatment given to the captives.

Here the slaves were buried either in the central depression of the dump, either on its rim, or in the flattened areas closest to the city access. Apparently, and instead of that reported by the sources, the decomposition of these individuals took place in a closed space. As the topography of the dump was in constant mutation, by the deposition of more or less constant

mounds of waste, it is likely that some of these individuals had been thrown and then gradually covered with garbage.

Concerning the expeditious treatment of such deceased (CASTILHO, 1893), the choice of the inhabitants of Lagos for burying the slaves in the city dump, where moreover was a large pit “boqueirão” of natural origin, seems to fit the realm mental frame, where the social value of slaves was very low, especially those newcomers. The presence in the trash of tied individuals or simply thrown can be consistent with the burial of slaves not traded yet and therefore not included in society. However, these burials contrast with others more care. At this point deserves emphasis the mentioned double burial of a woman and a new-born, or burials of individuals with personal objects, such as necklaces or rings.

If the ones from the first group could result from actions of disposal of the Lagos Slaves Market, the ones from the second group may have been inhumed under other social contexts. The sources mention the formation of brotherhoods, whose function was not only to provide support in life to the brother slaves, but also in death by a suitable funerary treatment (PEREIRA, 2008). In Lagos, around 1555, it will be instituted the "Brotherhood of Black Men of the Lady of the Rosary" in the Church of St. Sebastian. *"One of their objectives (...) was to achieve assemble its members (...). Another purpose was to deal with the burial of the poor brothers and help (...) those who had difficulties."* (LEAL, 1878).

6. In conclusion

Sixteen years after the publication of Decree-Law Nº 270/99 - Regulation of Archaeological Works - many were the Preventive Archaeology operations in Portugal that contributed to what has been dubbed the "empirical revolution" within the Archaeology.

The excavation of the Vale da Gafaria, and despite all the problems arising from the realization of an archaeological intervention that took place simultaneously with the engineering work whose impact was intended to minimize, was one case where knowledge on a topic of global interest - in case, the African Diaspora – met a substantial development.

Indeed, in addition to the information's about the context, and therefore on the way of life of the Lagos inhabitants, the excavation of the accumulated trash at Lagos city gates provided a unique opportunity for objective documentation of the mortuary treatment at a quiet early stage of circulation of African slaves in the Atlantic. The subsequent works of analysis of the series have meanwhile contributed to the documentation of lifestyles and violent treatment to which captives were subjected at this time.

Given the societal impact of the African Diaspora, the archaeological operation in the Vale da Gafaria enabled that the discussion about the archaeological results obtained would extend beyond the academic and professional fields of Archaeology and Anthropology. The realization of artistic residencies in Lagos by the Laboratory of Creative Activities (<http://www.lac.org.pt/projectos/roots/>) or the signing of a protocol between the Portuguese Committee of the Slave Route and the municipality of Lagos (whose actual materialization will be broadcasted through the construction of the Slavery Museum of Lagos) are examples. Examples matter following.

Acknowledgements

The archaeological excavation of Anel Verde Parking / Vale da Gafaria was funded by FuturLagos, SA, through a contract for services signed with Dryas Archaeology, Lda.

The subsequent research works on the exhumed series carried out by iDryas is within the project ["The Well of the Blacks" of Lagos: Contribution to understand the funerary treatment of African slaves in XV and XVI centuries (loosely translated)] funded by the award granted by the contest "Archaeology Projects 2010-2012" promoted by the Calouste Gulbenkian Foundation.

Since 2009 the researchers Sofia Wasterlain, Catarina Coelho, Marta Furtado, Alexandra Costa, Ana Isabel Rufino, Hélder Santos, Daniel Santos, Luís Neves, Paulo Dias, Beatriz Sousa, Rui Martiniano, Ron Pinhasi, Ana Maria Silva and Daniel G. Bradley have contributed substantially to the progress of this series' studies. Without them it would not have been possible to carry out the works that have so far been executed.

The radiocarbon dating was funded by the Research Centre for Anthropology and Health. We thank Ana Maria Silva having it.

English Language Version: Fátima Paiva (fatimapaiva@ipt.pt)

O USO INDEVIDO DE DETECTORES DE METAIS EM PATRIMÓNIO CULTURAL

Ana Rosa

Arqueóloga

<http://www.ipsiis.net/>

Ana_vs_Cristina@hotmail.com

O Uso Indevido de Detectores de Metais em Património Cultural

Ana Rosa

Historial do artigo:

Recebido a 05 de maio de 2015

Revisto a 29 de maio de 2015

Aceite a 13 de julho de 2015

Este texto não obedece ao acordo ortográfico aprovado em 2015

RESUMO

A acção intrusiva dos detectores de metais, quando utilizados indevidamente sobre locais arqueológicos, tem contribuído para a sua destruição, bem como para o comércio ilegal de peças. A aparente apatia e indiferença da sociedade portuguesa em relação à defesa e salvaguarda do Património cultural têm conduzido, por outro lado, para uma ineficaz aplicação da legislação.

Palavras-chave: Detectores de metais; Legislação; Património; Salvaguarda.

1. Introdução

O atentado ao Património cultural é uma questão que se impõe na sociedade actual. A pilhagem de locais de potencial valor patrimonial e de sítios arqueológicos inventariados e classificados, inclusive, pela Direcção Geral do Património Cultural (DGPC), é uma realidade.

Ora, os detectores de metais assumem-se como o meio mais comum, pelos “caçadores de tesouros”, para a localização de vestígios, possibilitando com isso, a venda ilegal de artefactos. Nesse sentido, trata-se de um tema amplamente discutido pela comunidade científica que vê com preocupação não só o assalto aos locais, como a destruição interpretativa dos contextos. A sociedade, por sua vez, mantém-se espectadora distante, agindo indiferente à delapidação do Património que parece não o entender como também seu.

A construção de uma abordagem sobre a utilização dos detectores de metais exige uma pesquisa que vai para além da teoria. A documentação jurídica, em vigor, regulamenta a utilização dos equipamentos de detecção em Património cultural e, portanto, torna-se essencial uma análise detalhada. Uma vez considerado crime, está tipificado na Lei Penal. Contudo, o intuito com que os detectoristas se movem no terreno (para a descoberta de verdadeiras “reliquias”) mantém-se uma prática contínua.

Neste âmbito, considerando o detectorismo um fenómeno criminal crescente, serve o presente artigo para dar a conhecer as implicações da utilização dos aparelhos e, em que medida, se torna urgente criar acções de protecção e valorização patrimonial.

2. Os detectores de metais

2.1. Enquadramento legal e a realidade de campo

A utilização dos detectores de metais, em meio terrestre, com a finalidade de pesquisar *“objectos e artefactos relevantes para a história, para a arte, para a numismática ou para a arqueologia”*, está expressamente proibida pela Lei nº121/99 de 20 de Agosto, prevendo-se a punição para quem os utilize, através da aplicação de coimas e sanções acessórias. Contudo, a utilização destes equipamentos tem sido uma prática recorrente, encontrando-se os mesmos, facilmente disponíveis a qualquer adquirente. A partir de uma rápida busca sobre o tema na internet, encontramos sites que não só colocam à venda estes aparelhos, com o respectivo manual de instruções, como ainda fornecem indicações explícitas de locais propícios à identificação de objectos de valor. Entre eles, salientam-se os campos de batalha, o que cria, de certa forma, um contra-senso, já que por lei, quer os aparelhos, quer o vendedor, devem alertar para o seu não uso em sítios de potencial valor histórico e patrimonial. Por outro lado, se o indivíduo que vai comprar o detector, à partida, tem por objectivo obter retorno financeiro com a venda dos objectos encontrados e se quem vende sabe que é proibido e punido, logo, não deveria fazer tal referência. Em parte, quem disponibiliza os aparelhos tem uma atitude tão transgressora, como quem os utiliza. Os requisitos legislativos são, porém, muito brandos, já que as consequências punitivas são demasiado lenientes. Daí que, em Portugal, nunca ninguém tenha sido condenado por pilhagens em estações arqueológicas.

Noutra perspectiva, apesar de especificar (e bem) a proibição dos detectores de metais em *“monumentos e sítios arqueológicos classificados ou em vias de classificação”*, deixa aberta a possibilidade da sua utilização em terrenos privados. De facto, basta a autorização do proprietário para que os detectoristas possam actuar. Tendo em conta que qualquer local é um potencial sítio arqueológico porque não sabemos o que o subsolo esconde, muitos artefactos em metal, principalmente, numismas, são apropriados nestas condições. Os campos agrícolas têm lugar de excepção, visto que a recolha das peças, neste tipo de terreno, não é realizada intencionalmente, como acontece aquando a utilização dos equipamentos de detecção. No entanto, dever-se-á incitar as pessoas a entregar livremente as peças aos investigadores, pois, só assim, estão a permitir que seja efectuado o estudo científico às mesmas. Neste ponto, é importante realçar a diferença entre achado fortuito e apropriação indevida. Estes pressupostos estão intrinsecamente associados à consciência de cada cidadão em agir a favor ou não do seu Património. Se, um indivíduo encontra ocasionalmente um objecto e não o entrega às autoridades competentes, está a tomar uma atitude tão inconsequente, como quem furta.

No reverso da medalha, os detectores de metais, em sítios ou monumentos históricos, podem ter utilidade, quando colocados ao serviço do Património. Para isso, é necessária a constituição de equipas pluridisciplinares (arqueólogos, historiadores, detectoristas), devidamente autorizadas pela tutela para o efeito. Não admira, por isso, que nos casos em que os trabalhos envolvem projectos científicos, o licenciamento se encontre regulamentado na lei. Estes aparelhos nem sempre têm de funcionar negativamente sobre os vestígios patrimoniais. Os trabalhos de prospecção, por exemplo, possibilitam desenvolver estratégias planeadas e organizadas sobre a ocupação do espaço. A identificação de artefactos em contexto superficial, além de constituir um método não destrutivo, permite delimitar as estações já existentes e localizar novos vestígios. Neste sentido, pode tornar-se numa via complementar à investigação, facilitando ainda a tomada de medidas de salvaguarda do Património cultural.

O Projecto IPSIIS, em articulação com o antigo IPA, utilizou os detectores em locais onde, à partida, os objectos estão afastados do seu contexto original, mais concretamente, nas praias e em depósitos dragados na região algarvia. De facto, *“os bens móveis são parte integrante e*

estruturante de património arqueológico e, como tal, a eles devem aplicar-se as mesmas preocupações de salvaguarda e valorização que são dispensáveis a monumentos e sítios” (ALMEIDA, 2006: 30). O objectivo da recolha das peças, por parte daquela entidade, tem tido, em vista, a produção de conhecimento, através da publicação dos mesmos em revistas da especialidade; bem como, a realização de exposições nos museus, destinadas ao público em geral. Afinal, a herança cultural é pertença de todos e a fruição de património, um direito.

Mas as boas práticas são uma excepção e a falta de preocupação das entidades culturais aliada à falta de sensibilidade cívica em denunciar este tipo de casos, leva a que o crime se mantenha continuamente, sem que as autoridades policiais possam actuar devidamente. Nesse sentido, existem casos de sítios arqueológicos plenamente identificados e em fase de intervenção que foram vandalizados; bem como, locais de potencial valor patrimonial, dos quais salientamos o Povoado de Idade de Bronze em Coroa de Frade (Valverde) que foi completamente “esburacado”. Estas situações conduzem à destruição dos locais do ponto de vista científico. A escavação arqueológica segue, efectivamente, um processo metodológico rigoroso e, sendo um processo único e irrepetível, tal, coloca em causa a correcta interpretação dos contextos. Logo, também é punível, segundo a Lei nº107/2001 de 8 de Setembro. Os indivíduos que actuam nestes sítios incorrem, assim, a um duplo crime: uso indevido de detectores de metais em locais de valor arqueológico e destruição de vestígios (art.º, 103º).

Surge, agora, a oportunidade de realçar outro aspecto: a distinção entre o promotor cultural e o “caçador de tesouros”. Enquanto o primeiro se preocupa com a divulgação do nosso património e coloca o “saber” à disposição da sociedade; o segundo, apropria-se ilicitamente de materiais com significado cultural, etnográfico, artístico e com antiguidade, autenticidade, originalidade, no fundo, expressivos de um local e de uma comunidade.

Os sítios arqueológicos subaquáticos estão, igualmente, marcados como pontos de importância patrimonial e, portanto, sujeitos às mesmas condições de usurpação. De facto, o território português sempre beneficiou da sua localização junto ao mar. A implantação ao longo da faixa litoral quer de focos populacionais, quer comerciais serviu para um constante movimento de embarcações e transacções de mercadorias. Por razões de ordem natural ou factores ligados a ataques bélicos ou construções tecnicamente deficientes assistimos, variadas vezes, a episódios de naufrágios, cujos vestígios têm sido georreferenciados e recuperados pelos arqueólogos subaquáticos. Assim, o Decreto-Lei nº164/97 de 27 de Junho surgiu como forma de proceder à protecção e valorização do património existente dentro de água. Nesse seguimento, entende que *“a utilização de aparelhos de detecção aproximada ou remota, como sejam detectores de metais (...), para fins de detecção de bens arqueológicos carece de autorização do IPA, devendo para o efeito a mesma ser solicitada mediante requerimento devidamente fundamentado e identificados os especialistas e as entidades envolvidos”* (art.º, 8º).

Apesar de a lei aplicar os mesmos procedimentos técnico-científicos no que concerne à utilização destes aparelhos no mar, encontramos algumas discrepâncias legislativas, entre o detectorismo em meio terrestre e em meio subaquático. Se, no primeiro caso, os documentos jurídicos consideram um acto totalmente punível; no segundo caso, não só, não determinam procedimentos punitivos a aplicar, como ainda atribuem recompensa ao achador (art.º, 17º), sendo o valor determinado pelo organismo tutelar – *“o mar é um espaço público, um território onde o material deixado pelo homem tem o estatuto de bens abandonados, cuja propriedade, o achador – científico ou não – pode reclamar”* (BLOT, 1998: 155).

A recompensa monetária é vista como um procedimento viável para a resolução, em parte, da utilização indevida dos detectores de metais. A regulamentação da legislação relativa à utilização dos aparelhos em meio terrestre poderia *“funcionar como uma medida preventiva,*

dissuasora da venda ilegal do bem encontrado, ou da sua exportação” (DUARTE, ALBUQUERQUE, s/d: 22), tal como se depreende que acontece em território marítimo; e a Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro prevê o direito a recompensa a achados fortuitos com valor comercial (art.º78, nº2). No entanto, em primeiro lugar, cada caso tem de ser analisado minuciosamente, tendo os organismos culturais, o dever de averiguar se o objecto recolhido corresponde realmente a um achado fortuito ou foi usurpado. Depois, consideramos que, na prática, não é isso que se verifica. Em inúmeras situações, os pescadores recolhem nas suas redes, não intencionalmente, achados de valor arqueológico. Contudo, nem sempre os entregam às autoridades competentes, no prazo máximo de 48h, como a lei estipula.

A notícia publicada pelo *Diário de Notícias*, em 2010, apresenta o caso de um conjunto de ânforas romanas, recolhidas da Trafaria, que apareceram à venda numa feira em Paço d’Arcos, por exemplo. O material foi apreendido pela Polícia Judiciária mas os vendedores saíram ilesos. O vazio legal existente não permite às próprias autoridades agir em conformidade com as situações. Neste caso, os objectos não foram furtados mas também não foram entregues ao Estado. A lei deve ser revista, no sentido de indicar como actuar em casos tão concretos e sancionar estas pessoas que são também cúmplices no crime. Contrariamente, teriam entregado as peças, em vez de as colocar à venda.

Os pescadores seriam fontes de informação relevante para a identificação de novos sítios arqueológicos mas, ao invés disso, apropriam-se dos materiais e contribuem para que a venda ilícita continue a ser uma realidade. O factor recompensa parece, por outro lado, não ser um incentivo para a diminuição deste tipo de crime. Porventura, não fará sentido que seja uma hipótese a colocar no detectorismo terrestre. A entrega dos achados tem de partir de uma atitude cívica e não de uma obrigatoriedade legal.

2.2. O Tráfico Ilegal

Estatisticamente, o Relatório Anual de Segurança Interna indica-nos que, em 2011, o atentado à identidade cultural constituiu apenas 0,001% da criminalidade participada e, em 2013, continuou a apresentar “valores residuais” (p. 49). Este resultado é inexpressivo e não reflecte a realidade criminal, pois só diz respeito aos casos denunciados. Além disso, este universo não especifica o tipo de crimes que foram detectados contra o Património cultural, logo, não sabemos quais os que correspondem à utilização indevida de detectores de metais e ao furto de peças em estações arqueológicas, nem os locais mais susceptíveis a “ataques”.

Normalmente, a pilhagem dos artefactos tem por objectivo a sua venda a colecionadores privados ou a mercados ilícitos. Hoje em dia, este tipo de negócio circula tanto em redes internacionais, como em sites e leilões na internet, ao dispor de quem quiser ver. Grupos organizados incentivam, sobretudo, os desempregados à prospecção ilegal, aos quais fornecem o equipamento e garantem a compra imediata dos objectos encontrados. A criação de medidas de fiscalização demonstra um esforço no combate aos crimes contra o Património, nomeadamente, nas lojas de antiquários, embora, o nível de actuação aconteça à pequena escala e, portanto, ainda são insuficientes.

Alguns saqueadores utilizam o detectorismo como hobby, chegando a pensar “inocentemente” que não estão, de todo, a prejudicar mas a auxiliar os arqueólogos. Tal, está retratado, nomeadamente, nos fóruns da área, cujos intervenientes se sentem injustiçados pela forma como são vistos e discutem veemente os requisitos legislativos. Como já referimos atrás, o detectorismo sobre o Património faz sentido quando há monitorização dos trabalhos por técnicos especializados mas agir por conta própria e recolher objectos casualmente, é

devastar os locais. Outros aproveitam-se do furto de peças arqueológicas como um meio para ganhar dinheiro ao fim do mês, como se de um “emprego” se tratasse, tendo, inclusive, clientes fixos que têm a pretensão de adquirir objectos muito específicos.

Os detectoristas fazem, previamente à batida de campo, pesquisas sobre a história local e consultam as bases de dados do Endovélico (DGPC) e as Cartas Arqueológicas Municipais que apresentam as listas de sítios mais importantes e as informações detalhadas acerca de cada um (tipo de ocupação, época, descrição dos vestígios). Trata-se de consultas disponíveis publicamente, já que o objectivo é que não só os investigadores, mas também a restante população possa aceder livremente à informação histórico-cultural dos locais. Contudo, as experiências negativas que o Património cultural tem vindo a sofrer permitem questionar-nos até que ponto este acesso não deve ser restringido. Mais do que uma medida preventiva, seria um sinal de respeito pelo Património que é diariamente alvo de saques.

As bases de dados policiais existentes só permitem incorporar peças com maior visibilidade e já identificadas pelos investigadores. Estatuetas, lápides ou painéis de azulejo, só para citar alguns exemplos, aparecem detalhadamente descritos (características, local de origem, datação, fotografia) e, portanto, têm mais hipóteses de serem encontrados. Mas dos espaços arqueológicos, torna-se difícil perceber o que foi roubado porque não sabemos a priori o que se encontra no subsolo. Assim, as probabilidades de reaver os objectos são quase impossíveis e mesmo quando são recuperados, o seu significado, em parte, já se perdeu também, pois a sua atribuição crono-cultural só faz sentido em associação à camada estratigráfica, às estruturas e ao espaço onde pertencem. *“O património arqueológico assume um papel relevante para a memória e identidade”* (MARTINS, 2012: 253) mas estes termos parecem distanciar-se, cada vez mais, da sociedade.

A comunicação social tem tido um papel relevante, na medida em que a divulgação deste tipo de casos, chama a atenção da população no geral e, em particular, da comunidade, no seio da qual, o crime ocorreu. O cidadão deve ser levado a interagir com os elementos que compõem o seu Passado e deve ser inserido em projectos arqueológicos, de modo a ser consciencializado para a importância do seu legado cultural; mas também para fazê-lo agir correctamente, no caso de se deparar com algo de relevância arqueológica. Caso contrário, continuaremos a assistir a títulos como “Ex-emigrante pilhou sítio arqueológico”, como foi publicado no Jornal de Notícias, em 2010. Mais uma notícia que mereceu destaque e descreve o caso de um indivíduo que utilizou o detector de metais nas ruínas de um castro, em Cabeço de Polide (Chaves), sítio que já havia sido, inclusivamente, inventariado. Aparentemente, a população sabia da prática desta actividade, pelo ex-emigrante, mas por desconhecimento da gravidade da situação ou por falta de educação cívica, não avisou as autoridades. A denúncia partiu, então, da Câmara Municipal de Chaves e do Igespar, ao Ministério Público, após terem tido conhecimento do sucedido. Aos organismos de carácter político-cultural, compete, de facto, a tomada de medidas de protecção patrimonial, quando se verifica atentado ao património, por parte dos concidadãos. O conjunto roubado (composto por artefactos em metal e moedas) não se reveste propriamente de valor monetário mas possui valor cultural inestimável, implicando, por conseguinte, perda de conhecimento e o acesso a todos de o usufruírem.

2. Sociedade e a Defesa do Património

A conjugação de esforços entre as autarquias e a Direcção Geral do Património Cultural seria pertinente no desenvolvimento de políticas de prevenção e protecção mais eficazes. A protecção legal está estabelecida através da classificação dos sítios e a atribuição de Zona de Protecção (ZP) ou Zona Especial de Protecção (ZEP) que estabelecem um perímetro de

protecção à área envolvente dos Imóveis. No entanto, já não são suficientes para garantir a segurança patrimonial, pois constituem bases de informação atractivas aos salteadores. O mesmo se passa com a criação de instrumentos de gestão autárquica, nomeadamente, o Plano Director Municipal (PDM) que funciona como legislação de salvaguarda ao património municipal. Contudo, a ideia de que esses solos poderão fornecer artefactos de importância, acaba por torná-los desprotegidos.

A sociedade, no geral, não está devidamente alertada para a necessidade de proteger o Património. A gestão da informação pelos serviços de arqueologia municipais deve ser reforçada junto da comunidade através da divulgação e criação de roteiros turísticos. Assim, a ida aos sítios seria controlada, em parte, pelos promotores culturais. Em pequenas comunidades, torna-se mais fácil introduzir estes pressupostos, uma vez que todos os indivíduos se conhecem, a aproximação ao poder local é mais estreita e o conhecimento da história local é uma linha de ligação entre todos, algo que está menos enraizado na população citadina. Esse reconhecimento da importância patrimonial faz com que os indivíduos se encontrem mais alertados para a sua salvaguarda. Por outro lado, o aumento do investimento público possibilitaria a tomada de medidas de conservação e restauro aos sítios arqueológicos em estado de abandono e, desde logo, planos de emergência aos vestígios colocados a descoberto para que não se tornem alvo de cobiça. A construção de cercas nas suas limitações dificulta, à partida, a aproximação de más intenções e a fixação de painéis informativos constituem medidas de aplicação simples, sem que haja uma atitude autoritária e exclusiva de acesso ao local, por parte dos arqueólogos. De facto, é inútil a tomada de medidas radicais, pois só contribui para que a distância entre a arqueologia e a sociedade seja ainda maior. Por consequência, a prática de crimes poderia tornar-se mais regular, conduzindo a que as pessoas, tendencialmente, minimizassem estes actos.

A lei é que determina o controlo sobre a criminalização mas se não é respeitada, obriga ao planeamento de novas formas de defesa, tornando-se necessário recorrer aos meios tecnológicos como a colocação de câmeras de vigilância nos recintos. Por outro lado, o controlo humano deveria ser realizado durante todo o ano, porém, decorre, principalmente, no Verão (época de preferência para a execução de trabalhos arqueológicos). Paralelamente, a patrulha dos sítios serviria para diminuir o número de assaltos, visto que os indivíduos teriam de ter mais cautela e a liberdade de movimentação seria mais reduzida.

Para “enganar” os detectoristas, nalguns sítios, foi levada a cabo a construção de armadilhas através da colocação de redes de arame. No entanto, foi uma solução a curto prazo, já que os equipamentos tendem a ser, progressivamente, mais sofisticados, detectando e diferenciando os minérios. Os pórticos de protecção, colocados em diversos espaços públicos, seriam também nas delimitações dos sítios patrimoniais, aplicáveis. Teria de existir vontade política e disponibilidade financeira para o efeito, é certo, mas seria um método de protecção viável.

3. Considerações Finais

O Património é pertença de toda a humanidade e, portanto, deve ser preservado como valor alienável. Os detectores de metais, utilizados indevidamente, constituem um flagelo dos tempos modernos. As suas acções são destrutivas e constituem um atentado contra a identidade cultural.

Normalmente, somos tentados a estabelecer comparações com outros países porque consideramos que os seus meios de agir para a salvaguarda dos seus bens culturais são mais úteis. Mas isso são apreciações incorrectas porque as situações têm de ser adaptadas à

sociedade em que nos inserimos. Em Portugal, é ainda preciso trilhar um longo caminho no sentido de abalar mentalidades, reforçar a nossa memória colectiva e sensibilizar as pessoas para estas questões. Mas não só. O corpo legal é falível e necessita de ser urgentemente revisto, no sentido de restringir os espaços de utilização dos aparelhos e ter “mão pesada” sobre os detectoristas e sobre as pessoas que contribuem para o comércio ilícito. É imprescindível que todos compreendam que estes comportamentos são muito graves e que colocam em causa a completa fruição do nosso Passado e a transmissão dos valores culturais às gerações vindouras.

Teoricamente, o Estado age em prol dos sítios e monumentos, mas na prática falta sentido de responsabilidade individual sobre os mesmos. O facto de ser necessário criar métodos de controlo significa que, em parte, a sociedade não se identifica com a importância primordial que os vestígios arqueológicos têm. Esse não reconhecimento conduz a raras iniciativas de valorização e preservação.

NOTA

O Conteúdo deste artigo é Tema desenvolvido na cadeira de Criminologia, no âmbito da pós-graduação em Antropologia Biológica e Forense (ISCSP).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, M. J. de – Património Arqueológico Móvel (des)enquadramento na actual Legislação Portuguesa. **Praxis Arqueológica** 1, APA, Lisboa, 2006, p. 29-36.

BLOT, J. Y. – Simpósio Internacional de Arqueologia Naval e Submarina, **Al-madan**, II série, Nº7, CAA, Almada, 1998, p. 154-159.

CHRISTIE, N. – **Crime control as industry. Towards Gulags western style?**, 2nd ed., London: Routledge, 1993.

ESTRELA, S. – O Património Arqueológico Classificado em perigo: o exemplo da negligência em Monte Molião – Lagos e a necessidade urgente do debate e de acções práticas de salvamento e dinamização, **Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular – História, Teoria e Prática**, vol.1, ADECAP, Porto, 2000, p. 81-99.

DUARTE, S. P. B; ALBUQUERQUE, J. S. de – **A protecção dos bens culturais móveis contra furto e exportação ilícita**. Faculdade de Direito, Lisboa: Universidade, s/d.

JORGE, V. O. – Papel do Património Arqueológico na Complexa Construção de Identidades/Alteridades. Algumas reflexões para o enquadramento do problema, **Actas Encontros de Património**, Vila do Conde: CM, 2002, p. 189 -203.

MACHADO, A.; SOUSA, J. de – Projecto IPSIIS. **XELB 5, Actas do 2º Encontro de Arqueologia do Algarve**, Silves, 2003, p. 233 -244.

MARTINS, A. M. N. – A Salvaguarda do Património Arqueológico no âmbito dos processos de avaliação do impacte ambiental e de ordenamento territorial: reflexões a partir do direito do património cultural do ambiente e da gestão do território, **Revista Portuguesa de Arqueologia**, vol.15, DGPC, Lisboa, 2012, p. 219-256.

MATEUS, R. – Trazer o Passado para o Presente é planear o Futuro, **Actas Encontros de Património**, Vila do Conde: C. M., 2002, p. 171-186.

MATIAS, M. S. – Prospecção magnética em Porto dos Cacós, **Al-madan**, II série, Nº1, CAA, Almada, 1992, p. 13-14.

RAPOSO, J. – Património e Intervenção Cívica, **Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular – História, Teoria e Prática**, vol.1, ADECAP, Porto, 2000, p. 57-60.

RAPOSO, L. – Achados avulso e detectores. Achados fortuitos, detectores de metais e arqueologia: uma situação grave de que todos somos responsáveis, **Al-madan**, II série, Nº13, CAA, Almada, 2005, p. 82-85.

TOMÁS, P. M. de Carvalho – Património Cultural e Estratégias de Desenvolvimento em Portugal: balanço e novas perspectivas, **X Coloquio Internacional de Geocrítica “Diez Años de Cambios en ele mundo, en la geografia y en las ciências sociales, 1999-2008”**, Barcelona: Universidad, 2008.

Código Deontológico da Associação Profissional dos Arqueólogos – Aprovado em Assembleia Geral em 10 de Maio de 1997.

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

Relatório Anual de Segurança Interna 2011 (2012), Sistema de Segurança Interna – Gabinete do Secretário-Geral. [Em Linha]. Lisboa. Disponível na www <URL: http://portugal.gov.pt/media/555724/2012-03-30_relato_anual_seguran_a_interna.pdf>.

Relatório Anual de Segurança Interna 2013 (2014), Sistema de Segurança Interna – Gabinete do Secretário-Geral. [Em Linha]. Lisboa. – Disponível na www <URL: <http://www.portugal.gov.pt/pt/documentos-oficiais/20140401-rasi-2013.aspx>>.

Disponível na www <URL: <http://www.igespar.pt>>.

Disponível na www <URL: <http://www.policiajudiciaria.pt>>.

Disponível na www <URL: <http://alvarobatistaarqueologianoaltoribatejo.blogs.sapo.pt/6707.html>>.

Disponível na www <URL: <http://prospectordemetal.criar-forum.com/t1p30-legislacao-portuguesa-detectores-de-metal>>.

LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei Nº 164/97 de 27 de Junho, Diário da República, I Série-A, nº146 de 27 de Junho de 1997.

Decreto-Lei Nº 121/99 de 20 de Agosto, Diário da República, I Série-A, nº194 de 20 de Agosto de 1999.

Decreto-Lei Nº 107/2001 de 8 de Setembro, Diário da República, I Série-A, nº209 de 8 de Setembro de 2001.

The improper use of metal detectors in Cultural Heritage

Ana Rosa

ABSTRACT

The action of the intrusive metal detectors, when used improperly on archaeological sites, has contributed to its destruction, as well as the illegal trade in parts. The apparent apathy and indifference of the Portuguese society in relation to defence and safeguard of cultural heritage have led, on the other hand, to an ineffective enforcement.

Key-words: Metal detectors; Legislation; Heritage; Safeguard.

1. Introduction

The attack on cultural Heritage is a commanding question in today's society. The looting of places of potential heritage value and inventoried and classified archaeological sites, including those made by the Directorate-General of Culture Heritage (DGPC), is a reality.

Now, metal detectors are the most common means used by the "treasure hunters", for the location of remains, enabling the illegal sale of artefacts. In that sense, it is a subject widely discussed by the scientific community that is very concerned, not only about the assaults on sites, but also the destruction of interpretative contexts. Society, in turn, remains a distant spectator, acting indifferently to the dilapidation of cultural heritage as if it did not belong to them.

The construction of an approach on the use of metal detectors demands research that goes beyond theory. Legal documentation in force regulates the use of detection equipment in cultural heritage and, therefore, a thorough analysis is crucial. As it is considered a crime, the practice falls within criminal law. However, the intents that keep detectorists in field (to discover true "relics") are maintained.

In this context, considering metal detectorism a growing criminal phenomenon, the present article serves to raise awareness of the implications of the use of detection devices and, in what extent it is urgent to take actions for heritage protection and enhancement.

2. Metal detectors

2.1. The legal framework and field reality

The use of metal detectors for inland use, with the purpose of searching "*objects and artefacts that are relevant to history, art, numismatics or archaeology*", is expressly forbidden by Law nº 121/99 of 20 August providing punishment for those who use them, through the imposition of

finances and supplementary sanctions. However, the use of these devices has been current practice, and easy to find in the market. A quick internet search on the topic will lead you to various websites that not only sell the devices with 'instructions' manual, but also provide clear indications of places with good probabilities of finding valuable objects. Among these are battle fields, which is a contradiction once by law, both the devices and the seller must alert to the non-use in sites of potential historical and heritage value. On the other hand, if someone goes to buy the metal detector, at start, wants to have financial profit from the sale of the objects found and if the seller knows that it is forbidden and punished by law, ergo such reference should not be made. Therefore, equipment providers are as transgressive as those who use it. Legal requirements are however very mild, as punitive consequences are too lenient. Hence, in Portugal, no one has been convicted of looting archaeological sites.

Although the abovementioned law clearly states the prohibition of *"using and transporting non-licensed metal detectors for research purposes in monuments and sites classified or in the process of classification"* (art. 1º, nº2), the detectorists continue their action in private properties and with the owner's permission. Considering that any place is a potent archaeological site as one does not know what the soil is hiding, many metal artefacts, specially coins, are taken in these conditions. Agricultural fields are exceptions as here the collection of items is not intentional as is the case with metal detectors. However, people should be urged to hand in the artefacts to researchers on their own initiative because it is the only way they can be studied. At this point we should stress the difference between occasional find and misappropriation. These assumptions are closely linked with the conscience of each citizen in protecting or not of its heritage. If, someone finds an object by chance and does not report it to the competent authorities, is acting as inconsequentially as a thief.

On the flip side, in historical monuments or sites metal detectors, may be useful when placed at the service of heritage. For this, duly authorised multidisciplinary teams (archaeologists, historians, detectorists) must be created. No wonder therefore that when the works are part of scientific projects licensing is regulated by law. These devices do not have to be detrimental for heritage remains. The surveys, for example, allow the development of planned and organized strategies about the sites occupation. The identification of artefacts at a surface context, apart from being a non-destructive method, it also allows to define the limits of already known sites and locate new remains. In this sense, it may become a complementary means of research, also facilitating the creation of measures for culture heritage protection.

The IPSIIS Project, in conjunction with the former IPA, used the detectors in places where in principle the objects are not in their original context, namely, on beaches and in dredged deposits in the Algarve region. In fact, *"archaeological objects are an integral and structuring part of archaeological heritage and, therefore, they should be provided with the same concerns and protection measures as monuments and sites"* (ALMEIDA, 2006: 30).

The objective of the project is to gather objects, study them and publish the results in expert journals as well as exhibit them to general the public. After all, cultural property belongs to everybody and enjoying it is a right.

But good practices are an exception and the lack of concern on the part of cultural entities together with the lack of civic sensibility to report such events cause crime to persist without allowing proper action from the law enforcement authorities. There are archaeological sites duly identified and under intervention completely vandalized; as well as places of potential heritage value, of which we quote the Bronze Age Settlement of Coroa de Frade (Valverde) that was completely "bumpy". These events lead to the destruction of the sites from the scientific study point of view. Archaeological excavations follow a thorough methodological

process, and as it is a unique and unrepeated process, the correct interpretation of the contexts becomes undermined. So, it is also punishable according to Law nº 107/2001 of 8 September. Thus people carrying out such activities in these sites commit a double crime: misuse of metal detectors in archaeological sites and destruction of remains (artº. 103º).

At this point we should mention another aspect: the difference between the cultural promotor and the “treasure hunter”. While the first is concerned about disseminating our heritage and places “knowledge” at the public’s disposal; the second appropriates him/herself of old, authentic, original materials of cultural, ethnographic and artistic interest that are the true cultural legacy of a place and a community.

Underwater archaeological sites are also marked as heritage-relevant areas and, therefore, subject to the same risks of vandalism. In fact, the Portuguese territory always benefited from a privileged location by the sea. The deployment along the coastline of population or commercial groups served a constant movement of ships and commercial transactions. For natural reasons or warfare or deficient ship construction, wreckage was frequent, of which remains have been georeferenced and recovered by underwater archaeologists. Thus, Decree Law nº 164/97 of 27 June appeared as a method of protection and valuation of underwater heritage. It states that *“the use of close or remote detection devices such as metal detectors (...), for the detection of archaeological remains must be authorised by IPA subject to duly grounded request identifying the specialists and the entities involved”* (artº. 8º).

Although the law applies the same technical and scientific procedures concerning the use of these devices in underwater environments, there are some legal inconsistencies between detectorism in land and underwater environments. While in the first case the law regards it as a punishable activity, in the second it not only establishes punitive measures but also rewards the finder (art.º 17º); the amount of the reward being established by the competent authority – *“seas are public territories where materials left by man acquire the status of abandoned property, whose ownership the finder (whether researcher or else) can claim”* (BLOT, 1998: 155).

Now, the monetary reward is seen as a viable procedure for solving, in part, the misuse of metal detectors. The regulation of laws concerning the use of the devices could “act as a preventive measure, dissuasive of the illegal sale of the property found, or its exportation” (DUARTE e ALBUQUERQUE, s.d.: 22). However, first each case has to be analysed thoroughly, cultural bodies having the responsibility of verifying whether the object was incidentally found or rather intentionally. In practice we see that this is not what happens. In numerous occasions, fishermen find in their nets, non-intentionally, remains of archaeological value. However, not always do they report it to the authorities within 48 hours as determined by law.

The news published by Diário de Notícias in 2010 presents the case of a set of Roman amphorae, collected in Trafaria, which were for sale at a fair in Paço d’Arcos, for example. The material was seized but the sellers were not punished. Legal voids do not allow authorities to act accordingly with the situations. In the case, the objects were not stolen but also not put into the care of the state. Current law needs revision so as to provide clear indication on how to act in such specific situations and punish these people that are accomplices in the crime. Otherwise, they would have handed in the artefacts instead of having them for sale.

Fishermen would be important sources of information for the identification of new archaeological sites but instead they keep the objects and contribute to the maintenance of the illegal sales. The reward factor, on the other hand, seems not to be an incentive to the reduction of this kind of crime. Probably, it does not make sense to be a hypothesis to consider in earth detectorism. Reporting of must be a civic attitude rather than a legal obligation.

2.2. Illegal trafficking

Statistically, the Annual Report of Homeland Security tells us that, in 2011, the offences to cultural identity were 0,001% of the reported criminality and, in 2013, continued to have “residual values” (p. 49). This result is irrelevant and does not reflect the criminal reality, once it merely concerns the reported cases. Furthermore, this universe does not reflect the type of crimes detected against cultural heritage, so, we do not know which are from improper use of metal detectors and the theft of artefacts in archaeological sites, or what sites are more prone to “attacks”.

The main aim of looting is illegal trade to private collectors or dealers. Nowadays, this kind of business occurs both in international networks, as in websites and internet auctions, available to everyone who wants to see it. Organized groups encourage, mostly the unemployed, to illegal survey, providing the equipment and guaranteeing the immediate purchase of the finds. The implementation of supervision measures shows an effort to fight this crimes against heritage, namely in antiquity shops, although at a small scale and therefore insufficient.

Some looters use metal detection as a hobby, even thinking “innocently” that they are not, at all, damaging but helping archaeologists. This is portrayed specially in discussion forums, whose participants feel wronged by the way they are regarded and vehemently invoke the legal requirements. As previously mentioned, the use of metal detectors on archaeological heritage makes sense when monitored by experts but acting on its own and casually gather objects is detrimental to the sites. Others take advantage of the theft of archaeological artifacts as a way to get a salary, as if it were a “job” with regular customers who want to buy particular objects.

Detectorists can, prior to the field survey, research the local history and consult the DGPC database and the municipal archaeological maps listing the most important archaeological sites and detailed information about them (type of occupation, period, description of the remains). It is available for public access, as the purpose is that not only the researchers, but also the remaining population can access freely to the historical and cultural information on the sites. However, the negative experiences undergone by cultural heritage lead us to wonder to what extent this access should not be restricted. More than a preventive measure would be a sign of respect for the Heritage that is daily ransacked.

Existing police databases only allow entering data from pieces with greater visibility and already identified by researchers. Statues, tombstones and tile panels, just to mention some, are described in detail (features, place of origin, dates, photography) and therefore have more chances of being found. But from the archaeological sites it is more difficult to know what has been stolen because one does not know a priori what lies underground. Thus, the chances to recover the objects are almost none and if recovered, its meaning is partly also lost, because the chronological and cultural interpretation only makes sense when in association to the stratigraphic layer, the structures and the space where they belong. *“Archaeological heritage has a relevant role to memory and identity”* (MARTINS, 2012: 253) but these concepts seem to be increasingly neglected by society.

The media has played a significant role in disclosing this type of situations and calling people’s attention to this particular crime. Citizens must be brought to interact with the elements of their Past and should be part of archaeological projects to become aware of the importance of their cultural legacy and act sensibly in case of finding an archaeological object. Otherwise, we will continue to have headlines such as “Former emigrant looted archaeological site” published in Jornal de Notícias in 2010. Another piece of news reports the case of an individual that used

the metal detector in the ruins of an Iron Age settlement, in Cabeço de Polide (Chaves), a site already inventoried. It appears that the population knew about these practices, carried out by the former emigrant, but they didn't report this to the authorities either because they did not know how serious the situation was or for lack of civic sense. When they were aware of this, the municipality of Chaves and IGESPAR made a formal complaint to the Public Prosecutor. It is up to political and cultural authorities to take measures when an attack to heritage is committed by citizens. The stolen material (metal artefacts and coins) does not have any monetary value but is priceless in cultural terms and its misappropriation prevents its access and enjoyment by communities.

3. Society and the protection of Heritage

The joint efforts between municipalities and the Directorate General of Cultural Heritage would be relevant in the development of more efficient preventive and protective measures. Legal protection is ensured through the classification of sites and identification of a Protection Zone (ZP) or Special Protection Zone (ZEP) that establishes a perimeter of protection to the areas surrounding the heritage assets. However, they are no longer sufficient to ensure their protection because sites are attractive sources of information for thieves. The same happens with the creation of municipal management instruments such as the Municipal Land Use Plan (PDM) that operates as heritage protective legislation. Nevertheless, the idea that those soils may contain important artefacts ends up by making them unprotected.

Society in general is not properly aware of the need to protect Heritage. Information management by the municipal archaeology services must be reinforced in the community through dissemination and creation of touristic itineraries. Thus, the visit to sites would be in part controlled by cultural promoters. In small communities, it is easier to introduce these assumptions, as everyone knows each other, the relation to local administration is closer and the knowledge of local history is a bond between all, which is less present in urban population. Knowledge of heritage importance makes individuals more aware of its safeguard. On the other hand, the increase of public investment would allow the implementation of conservation and restoration measures at abandoned archaeological sites and also emergency plans for unearthed remains to ensure that they do not become targets of greed.

The implementation of simple measures such as the installation of fences and information boards may hinder malicious intent without the need for imposing exclusive access by archaeologists to the site. In fact, taking radical measures is useless because it only serves to increase the gap between archaeology and society. As a consequence, crimes could become more frequent and make people less thoughtful of the potential impacts.

Site control is regulated by law and in some cases it is necessary to install technological solutions on archaeological sites such as surveillance cameras. On the other hand, human control should be carried out throughout the year and not only during the Summer, which is usually the time when archaeological works are carried out. In addition, site surveillance would reduce the number of assaults as individuals would have to be more careful and freedom of movement would be reduced.

To "deceive" the detectorists, wire mesh traps have been installed in some places. However, it was a short-term solution as equipment tends to be more and more sophisticated, detecting and differentiating ores. Protective frames, installed in various public spaces, could also be used in archaeological sites to define boundaries. To this end, there would certainly have to be political will and financial resources but it would be a possible solution.

4. Final considerations

Heritage belongs to all mankind and therefore should be preserved as a legacy. Unduly use of metal detectors is a scourge of the modern era. Their actions are destructive and a threat to cultural identity.

Usually, we are tempted to compare unfavourably with other countries because we believe that their processes to safeguard cultural assets are better. But this is rather a poor attitude because situations have to be adapted to the country's specific context. In Portugal, we still have a long way to go before people are fully aware of these issues. But that is not all. Legislation is poor and needs urgent revision in order to limit the areas where those devices can be used and deal with detectorists and unscrupulous dealers with a heavy hand. It is imperative that everyone understands that these behaviours are very serious and call into question the full fruition of our past and the transmission of cultural values to future generations.

Theoretically, the State acts on behalf of sites and monuments, but in practice there is a lack of individual responsibility. The fact that it is necessary to create methods of control means in part that society is not fully aware of the crucial importance of protecting archaeological remains. This lack of recognition results in rare initiatives to enhance and preserve heritage assets.

NOTE

This theme was developed in Criminology discipline, in the postgraduate studies in Biological and Forensic Anthropology (ISCSP).

English Language Version: Ana Graça (anagraca@ipt.pt)

Revised of English Version: Fátima Paiva (fatimapaiva@ipt.pt)

A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO HOLANDÊS NA ILHA DE ITAMARACÁ: DO SÉCULO XVI ÀS SUCESSIVAS MURALHAS NO TEMPO – VILA VELHA – PE, BRASIL

Ana Nascimento

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de História
Bolsista CAPES-Estágio Sênior no Exterior
Rua Jorge de Lima, 245, Torre Dolce, Apto. 603, CEP: 51160-070
Recife, Pernambuco, Brasil
ananascimentoufrpe@gmail.com

Nátalli Araújo

Mestre em História- UFRPE
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de História
Recife, Pernambuco, Brasil
araujonatalli@gmail.com

A Construção do Imaginário Holandês na Ilha de Itamaracá: do Século XVI às Sucessivas Muralhas no Tempo – Vila Velha – PE, Brasil

Ana Nascimento

Nátalli Araújo

Historial do artigo:

Recebido a 24 de março de 2015

Revisto a 02 de abril de 2015

Aceite a 02 de junho de 2015

RESUMO

Este artigo tem por objetivo lançar mão no campo da historiografia de uma discussão da marca da relação entre a ciência história e sua articulação no tempo e da construção dos espaços de memória. Entender como a memória se projeta em um panorama cultural ligado a um conjunto de bens patrimoniais significa relativizar os elementos da própria memória enquanto ação seletiva inerente ao ser humano. Ao escolhermos tal ou qual bem patrimonial como marcas da nossa identidade cultural, estamos legitimando um sem número de condições históricas que podem ou não terem sido conduzidas dentro de uma lógica política e social. As condições de construção de uma história e memória do patrimônio para a Vila Velha da Ilha de em determinado momento do século XX, a saber, a entre as décadas de 1980 e 2000, são o tema de discussão deste texto. As tensões gestadas em torno da edificação deste cenário patrimonial são da ordem das políticas, das redes intelectuais de elaboração conceitual, da construção de discursos de poder nacionais e, sobretudo, de um patrimônio pensado como atividade turística mais de não preparado para isso. O artigo busca, dentro deste panorama, trazer as discussões historiográficas relativas à história da Ilha de Itamaracá, bem como documentos primários e fontes diversas competentes à cartografia e a geografia, bem como a nossa mais valiosa fonte os registros orais atuais, que são a ponte entre os questionamentos e as demais fontes. A discussão encarada neste texto considera ainda a ordem dos tempos em que história e memórias são gestadas, que se efetuam e significam a fim de se legitimarem mutuamente em um jogo de equilíbrio e sensibilidades sempre em construção.

Palavras-chave: Patrimônio e Turismo; História Oral; Vila Velha, Memória e Imaginário Holandês.

1. Retrospectiva Histórica da Ilha de Itamaracá

Às margens do canal de Santa Cruz, localizada na porção sul da Ilha de Itamaracá (vd. **Figura 1.**), sobre uma colina de onde se pode avistar boa parte da Ilha e, sobretudo o oceano atlântico em toda sua imensidão e sublime profundidade que guarda segredos de uma vida material e de um imaginário que está além das nossas expectativas. É deste material que se alimenta de vida dinâmica a Vila de Nossa Senhora da Conceição como foi batizada inicialmente, depois Vila Schoppe e já no século XX, Vila Velha de Itamaracá.

A jornada de entendimento da Vila Velha e da própria Ilha de Itamaracá começou por identificar os patrimônios nela contidos, eleitos e reconhecidos, feito isso por um trabalho de contextualização histórica e agora ancoramos no porto das análises discursivas que constroem um ambiente patrimonial para além das vivências culturais e sociais.

Neste sentido estabelecemos o entendimento de que a história e o patrimônio da Vila se construíram em favor de um conjunto de discursos políticos e de narrativas diferenciadas que foram tomando corpo, sobretudo, ao longo do século XX e que culminaram na eleição de determinados bens patrimoniais. Estes por sua vez passam a relacionar boa parte do contexto identitário da Vila e marca de forma contundente a memória de seus moradores.

Observamos ainda que estas marcas definem também dois tipos distintos e reflexivos de narrativa, como percebido a partir dos relatos orais coletados ao longo da pesquisa. Em primeiro lugar uma narrativa interna, construída pelos moradores e que dão conta de uma história e patrimônio ligadas as suas diversas origens culturais. E uma memória externa ou institucional, que é produzida e difundida pelos órgãos patrimoniais municipais e estaduais e que contam uma história do patrimônio intimamente relacionada à presença holandesa na Ilha de Itamaracá.

Neste momento do texto buscamos entender a partir da historiografia produzida até então sobre a Ilha de Itamaracá direta ou indiretamente, neste caso consultamos historiografia relativa às capitanias de Pernambuco e da Paraíba, a história cronológica e a sucessão de eventos que inscrevem e produzem o aparato patrimonial em sua relação com a memória dos moradores da Vila, que é de fato o nosso objeto de estudo.

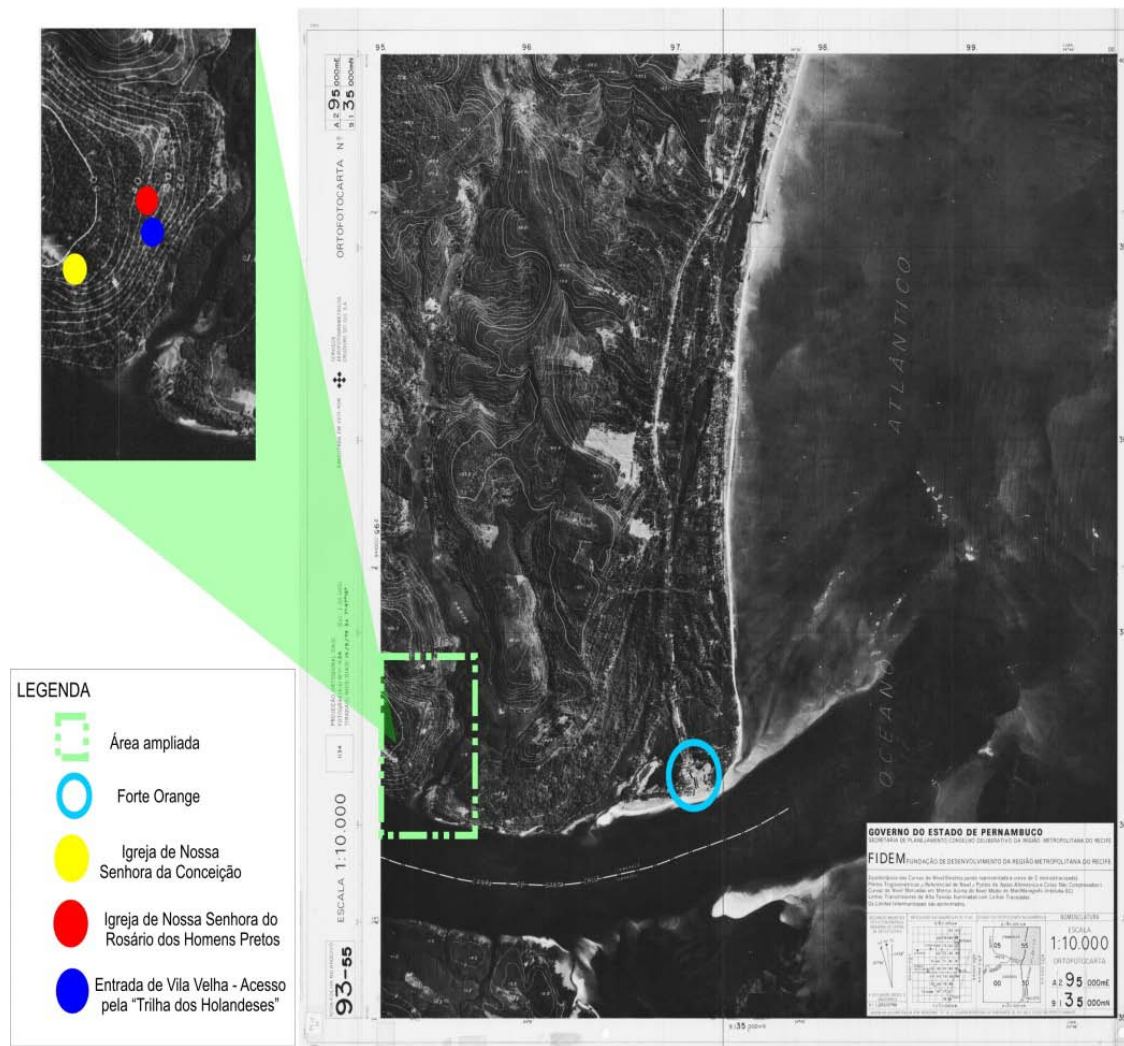


Figura 1. Ortofotocarta com localização da Ilha de Itamaracá com destaque para o perímetro da Vila Velha.

Fazemos então uma jornada de recuo no tempo partindo da ocupação do território como feitoria concedida ao jovem nobre português Cristovão Jacques e por todo o conturbado e abandonado século XVI até os recentes dias do século XXI onde os patrimônios da Vila e sua memória estão sendo re-elaborados a partir de uma perspectiva objetivamente ligada ao turismo local.

Nosso objetivo aqui então, não perpassa as análises profundas, pois a história da Vila Velha e da Ilha de Itamaracá surge neste texto como a base de uma discussão mais ampla acerca dos usos feitos da mesma ao longo dos séculos. Acentuando-se que até então não temos uma obra historiográfica preocupada em fazer o registro cronológico e extensivo desta porção atlântica de terra, pois ainda que nos referenciamos ao historiador e geógrafo Manuel Correia de Andrade, como recurso historiográfico mais contundente, muitos eventos foram tratados de forma suave pelo cientista que tinha por objetivo explorar determinados assuntos em detrimento de outros.

O primeiro grupo de portugueses a aportar na então Feitoria de Cristovão Jaques, fundada em 1515, tempo em que esteve sob a vigilância das viagens de cabotagem que percorriam a costa, chegaram pelo canal de Santa Cruz e em banco de areia em suas margens estabeleceu-se o marco de pedra demarcando os limites da nova feitoria.

Atualmente o marco encontra-se no museu do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco junto com outros importantes documentos referentes à história de Itamaracá, figurando possivelmente o mais importante acervo sobre a história da Ilha.

A ocupação portuguesa da Ilha coube à administração de Pero Lopes de Souza, português de origem nobre, aventureiro que ganhou mais três possessões nas terras recém descobertas e de fato não se interessou por nenhuma, deixando o trabalho para familiares gerando inúmeras disputas. Como consta da doação, este teve direito de escolher as valiosas porções de terra, fazendo isso a partir de seu vasto conhecimento do potencial da costa brasileira.

“(...) Pero Lopes, fidalgo da minha casa, e aos serviços que me tem feito (...) hei por bem e me apraz de lhe fazer mercê, como de feito por essa presente carta, faço mercê e irrevogável doação, entre vivos valedora deste dia para todo sempre, de juro e herdade, para ele e todos os seus filhos, netos, herdeiros e sucessores, que a apoz lhe vierem (...), segundo adiante irá declarado de 80 léguas de terra na dita costa do Brazil, repartidas nessa maneira: 40 léguas que começaram de 12 léguas ao sul da ilha da Cananéia, e acabarão na terra de Santa Anna, que está em altura de 28 grãos e um terço, e na dita altura se porá o padrão, e se lançará um linha que se corra a loeste: e 10 léguas que começaram do rio do Curpare, e acabarão no rio de São Vicente (...) e as 30 léguas que falecem, começaram no rio que cerca em redondo a Ilha de Itamaracá, ao qual rio eu ora puz - Rio da Santa Cruz - e acabarão na bahia da Traição, que está em altura de 6 grãos, (...) e será sua a dita Ilha de Itamaracá, e toda a mais parte do dito rio da Santa Cruz que vai ao norte (...) Manoel da Costa a fez em Évora a 21 dias do mez de janeiro de 1535.” (1).

Apesar de ter escolhido a Ilha de Itamaracá como um de seus domínios, não estava nos planos do jovem português se instalar nas novas terras, estando na Ilha apenas de visita ao longo dos anos e posteriormente delegando a familiares o seu território. Não lhe interessava estabelecer moradia em nenhuma das suas possessões, não enquanto havia muito ainda por se explorar, sobretudo, na Índia.

“Como Pero Lopes havia já andado por estas partes do Brasil, coube-lhe a escolha primeiro que a outros, e não tomou todas as suas 50 léguas juntas, senão 25 em Itamaracá... e outras 25 em São Vicente, que se demarcaram e confrontaram com as terras da capitania de seu irmão Martim Afonso de Souza. (...)” (VICENTE, 2009: 74)

O século XVI para o domínio português foi ainda marcado pela intensa relação entre as recentes constituídas Capitânicas de Itamaracá e a sua vizinha Capitania de Pernambuco. Disputa esta que ora foi por território, ora por controle econômico que no final se estabeleciam no campo político. Enquanto em Itamaracá o donatário era o ausente Pero Lopes de Souza, em Pernambuco o cargo coube ao diligente administrador Duarte Coelho, que fez prosperar rapidamente a Capitania dos açúcares.

Diante do conjunto de riquezas de Pernambuco, Itamaracá não deveria fazer concorrência, entretanto, sem um governador forte em sua Capitania. Pernambuco ansiava por anexar cada vez mais territórios já que o espaço geográfico da Capitania não se restringia a Ilha mais se alargava por boa parte do território continental.

Na capitania de Itamaracá, está documentada e ainda podemos observar vestígios arqueológicos da existência de doze engenhos produtores de açúcar já no século XVI, dentre os quais temos a evidência de dois localizados na Ilha (2), o engenho São João e o Amparo, que produziram em larga escala no período compreendido entre os séculos XVI e XVII, sendo responsáveis por boa parte da receita contabilizada nos cofres da capitania. Mas, como nem só de açúcar vivia o Brasil, na Ilha se comercializa também algodão, frutas tropicais, pau-brasil,

dentre outras madeiras, animais silvestres e como não poderia deixar de ser, mão-de-obra, que poderia ser ameríndia, das tribos que povoavam a ilha, e africana, dos traslados marítimos e da produção interna, fruto dos negros estabelecidos nos engenhos da ilha.

Neste sentido o interesse de Pernambuco na Capitania de Itamaracá ultrapassava as divisões territoriais, estava sobretudo, ligado aos víveres tão preciosos e muitas vezes escassos no continente, como por exemplo a água potável. A historiadora Regina Célia Gonçalves nos conta que a administração que mais resistência enfrentou em relação à Capitania de Pernambuco foi a do Governador Francisco Braga, sendo inclusive ameaçado de morte por algumas vezes como conta de documentação também recolhida por Vicente, como relacionado no trecho abaixo:

“Como o capitão Francisco Braga sabia falar a língua do gentio e era tão conhecido entre eles, não faziam senão o que ele queria e lhes mandava, e assim se ia esta capitania povoando com muita facilidade, mas chegou neste tempo Duarte Coelho a povoar a sua, e como fez a povoação nos marcos, foi muita vizinhança causa de terem algumas diferenças, por fim das quais lhe mandou Duarte Coelho dar uma cutilada pelo rosto, e o capitão, vendo que não podia vingar, se embarcou para as Índias de Castella, levando tudo o que pôde.” (VICENTE, 2009: 97)

Francisco Braga não resistiu por muito tempo e em 1540 passou a administração da Capitania de Itamaracá para João Gonçalves que só teve início oito anos após a sua nomeação, 1548, pois o mesmo fez uma parada na Ilha de São Domingos no Haiti, para fazer reparos em sua embarcação. Deixando durante estes anos membros de sua armada sobre o controle da Capitania.

O governo de João Gonçalves foi chamado por Frei Vicente Salvador (3) de “era dourada” da Ilha de Itamaracá, devendo-se este título a vários fatores, tais como uma estruturação das funções públicas na Capitania, que lograva à função de capitão-mor, também a de almoxarife e de feitor régio, centralizando o poder no território da capitania e dificultando a ação dos tão repudiados por Duarte Coelho, traficantes de pau-brasil. Foi também João Gonçalves quem elevou a condição de Vila a povoação de Nossa Senhora da Conceição.

Devemos considerar ainda sobre a administração do capitão João Gonçalves, a questão do controle dos indígenas de Pernambuco, os caetés, ficando apenas a porção mais ao norte da Capitania fora do controle, posto que dominada pelos potiguares que tinham a muito tempo forte relação com os franceses. Os conflitos contra os Potiguares resultaram na criação da Capitania Real da Paraíba, tomando boa parte da terra que os sucessivos governadores de Itamaracá não conseguiram povoar, nem muito menos fazer prosperar e entregando aos colonos portugueses para a nova jurisdição administrativa acima do rio Paraíba no ano de 1585, assim como consta no Diálogo das Grandezas do Brasil (4).

É importante observar que como dito anteriormente, mesmo os oito anos entre o governo de Francisco Braga e de João Gonçalves os territórios da Ilha estavam em sua maioria pouco habitada. Os moradores se estabeleciam, sobretudo, na Vila de Nossa Senhora da Conceição e estes não passavam no século XVI de 100 famílias, contando os oficiais e funcionários da Coroa. E no que diz respeito ao continente a situação era ainda mais difícil, pois com a administração da Capitania sendo na Vila, os olhares da Coroa ficavam ainda mais distantes das propriedades que abrangiam os atuais municípios de Igarassu, Itapissuma e Goiana até o território que hoje pertence ao estado da Paraíba, na margem esquerda do rio Paraíba.

A partir da constituição da Capitania Real da Paraíba a ocupação do território da Capitania de Itamaracá ficou restrita aos limites da Ilha e a sua administração ficou ainda mais comprometida, devido ao relativo isolamento posto a condição de ilha, ficando apenas de

acesso ao continente os muitos rios que cortam a região como afluentes do Canal de Santa Cruz e mesmo do rio Paraíba.

O fato é que este “isolamento” de Itamaracá possibilitou uma expressiva expansão do território e do controle de Pernambuco, que passou a expandir os seus núcleos de povoamento para além de Olinda e Igarassu, alcançando o rio Tracunhaém, ao longo do curso do rio Goiana e ocupando o Capibaribe-Mirim, todos provenientes do território continental da Capitania de Itamaracá.

“A Capitania de Itamaracá ficara reduzida a menos de um terço do seu território, Limitando-se a sete léguas da costa, do Canal de Santa Cruz, ao sul do rio Itaperobu, Ao norte, enquanto a porção deste rio, se estendendo por 23 léguas de costa até o rio Garaú, passou a pertencer a nova Capitania.” (ANDRADE, 1999: 71)

As disputas pelos territórios da Ilha vão perdurar durante todo o final do século XVI e ficarão em suspenso durante a primeira metade do século XVII, quando a ocupação holandesa vai criar outro alvo de preocupação da administração das Capitanias do Norte do Brasil, sobretudo de Itamaracá. Mais é importante ressaltar ainda que após a expulsão holandesa estes conflitos vão voltar a estabelecer disputa e serão intensificados pela crise pós holandeses e pela necessidade de re-estruturação dos territórios das Capitanias, marcando o principal tema do século XVIII e XIX para a Ilha de Itamaracá.

2. A presença holandesa e o início de outra história

Desembarcando em uma praia de areia branca e águas cristalinas, caminhando por alguns minutos ultrapassamos uma ponte de base de pedra e elevado de madeira sobre um rio com nome legado pelos primeiros habitantes destas terras, Paripé. Uma ladeira de pedra ladeada pela vegetação de mata atlântica se apresenta logo à frente, ela tem curvas e uma inclinação de tirar o fôlego daqueles que se aventuram a subir. Ao chegar ao topo visualizamos as primeiras casas à direita, e à esquerda, perdida no meio da vegetação, as ruínas de uma pequena capela com um cemitério anexo aos fundos.

Seguindo a caminhada nos deparamos com um pelourinho já a muito sem o significado original, à frente dele se apresenta uma larga praça rodeada por casas pequenas e ladeada a esquerda por uma imponente Igreja Católica, legada à Nossa Senhora da Conceição, se caminharmos em direção a Igreja teremos uma vista do canal de Santa Cruz a extensão de água que divide a Ilha de Itamaracá do Continente Sul Americano, na extensão de litoral que faz parte do território brasileiro.

Voltando ao centro da Praça podemos continuar a nossa caminhada em sentido oposto ao que entramos neste povoamento e chegar a uma pequena elevação bem à frente do primeiro marco com o qual nos deparamos no início da caminhada, neste ponto podemos visualizar toda a extensão da pequena vila, que outrora fora chamada Vila Nossa Senhora da Conceição e que neste ano de 2014 é conhecida por Vila Velha de Itamaracá.

Estamos falando de uma vila pequena em dimensão, mas, que encerra a pluralidade no interior de suas bem construídas muralhas, na imponência da Igreja Católica que consagra Nossa Senhora como Padroeira, de onde se estendem ruas de pedra e barro, de caminhos ora largos e horizontais, ora estreitos e de uma verticalidade sinuosa, por onde passaram e ainda passam animais e uma gente que é fruto de tudo isso que podemos observar a olho nu e daquilo que só podemos desconfiar a guisa de uma sutil imaginação.

Ficamos com esta imagem que pode muito bem ter sido a que os holandeses divisaram ao atracar na vila no mês de Março do ano de 1632, onde se estabeleceram e tomaram parte do aparato administrativo e de defesa que já existia e era controlado pelos portugueses, passaram a chamar a vila de Schoppe, em homenagem ao comandante das tropas que ocuparam a vila Sigismundo Schoppe.

Gaspar Barlaeus nos dá indícios da importância da manutenção do controle sobre a vila e em seu: *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil* (5), tanto na descrição em linhas gerais da ilha quanto nas inúmeras iconografias recolhidas que nos dão uma idéia do que seria a vila, estabelecendo este texto como um dos poucos com material preciso sobre os aspectos físicos da localidade no século XVII com o qual tivemos contato.

O traçado urbanístico mantém-se preservado, um pátio em forma de L que se abre a partir da igreja de Nossa Senhora da Conceição, onde se alternavam moradias, prédios públicos e locais de comércio, como observado na **Figura 2**. Para além dele a Casa de Câmara e Cadeia e mais distante ainda, longe dos olhares curiosos e receosos a Igreja da Misericórdia. Tudo isto protegido por uma imponente Muralha, como evidencia a iconografia da **Figura 3**.



Figura 2. Visão central da Vila Velha de Itamaracá. **Fonte da Foto:** arquivo NEPARQ/UFRPE capturada em 2012.

No desenho artístico abaixo onde se configuram proporções exageradas e que servia como referenciais dos principais pontos de uma localidade podem divisar ainda para a Ilha a presença de duas fortificações e de um fortim, sendo que apenas um destes foi reconstruído pelos portugueses, o Forte Orange.

toda a contribuição externa ao contexto holandês, mesmo que temporalmente nele inserido, todavia este é um assunto para mais tarde.

Por ora falemos sobre outro traço fundamental para a composição espacial e imaginária da vila que é a muralha, que se encontra presente também nas iconografias, (vd. **Figura 4.**), e é citada em alguns poucos manuscritos, desperta bastante interesse por significar poder, vigilância e isolamento para seus habitantes.



Figura 4. Cópia de Iconografia holandesa indicando a distribuição espacial dos principais aparelhos administrativos da ocupação holandesa. *Imagem:* "Stad Nostre Signora de Conception", 1630. Produzida por autor desconhecido e recolhida por Nestor Goulart Reis a partir do original manuscrito do *Algemeen Rijksarchief*, Haia.

Ainda sobre a muralha podemos dizer que além ser um elemento de defesa, que funcionava como um forte resguardando não só a vila mais toda a porção sul da ilha, uma importante entrada para o continente. Ainda por ser símbolo de poder que protege, mantém sob controle uma população e pode muito bem isolá-la do resto do mundo. Não sabemos em que medida esta estrutura pode ter afetado as relações cotidianas que tanto nos interessam lá no século XVII, mas podemos dizer que até pouco tempo, no presente, e mesmo sem muralha a vila esteve esquecida, e não falamos apenas da história mas da própria comunidade que com muito esforço conseguiu canalizar suas atividades econômicas para o turismo histórico e mesmo assim com bem poucas possibilidades de narrativa.

Um pouco à margem da organização da vila-forte e já um pouco dissociada do contexto holandês estão as estruturas da Igreja do Rosário dos Homens Pretos e o cemitério da vila conhecido como cemitério dos holandeses, ambos, segundo os moradores (7), remanescentes do século XVII. A igreja foi só recentemente reformada, quer dizer, foi feita uma estabilização de suas estruturas, tardiamente, devemos dizer, visto que seu valor histórico para a vila e para a ordem do Rosário dos Homens Pretos está praticamente esquecido.

Como é sabido, antes da chegada dos holandeses ao norte do Brasil, os flamengos já haviam estabelecido inúmeras relações comerciais ligadas a produção açucareira, mais o processo de ocupação também têm fatores políticos que estão muito mais relacionados à Europa do que à colônia brasileira que só vai sentir o reflexo disso tardiamente.

Quando da morte do infante D. Henrique em 1580, inicia-se em Portugal um período de disputas sucessórias, tendo em vista não haver um herdeiro direto ao trono luso. A estratégica união entre Espanha e Portugal sob o nome de Felipe II vai elaborar um cenário diferenciado para a Europa, contribuindo para o acirramento de antigos conflitos, que é o ponto em que os holandeses se preparam para estabelecer o seu poderio econômico assumindo a colônia brasileira como mecanismo para atingir a antiga inimiga Espanha.

A criação da Companhia das Índias Ocidentais (WIC), seguindo os parâmetros da Companhia das Índias Orientais, em 1621, dará as ferramentas financeiras necessárias e o apoio mercantil fundamental para a ocupação da colônia portuguesa no atlântico. Além do mais, como elabora Evaldo Cabral, os holandeses não possuíam apenas os meios financeiros e apoio político, eles conheciam muito bem a costa brasileira e desde os planos iniciais o seu destino eram as Capitanias do Norte do Brasil, Pernambuco, Itamaracá e Paraíba.

“Nas Províncias Unidas, conhecia-se mesmo, graças à relação elaborada por certo José Israel da Costa, a produção de açúcar branco e retame de cada uma das fábricas existentes em Pernambuco, Itamaracá e na Paraíba. Eles dispunham igualmente do Livro que dá Razão do Estado do Brasil, redigido pelo sargento-mor do Estado, Diogo de Campos Moreno, de ordem de Felipe IV; e dos próprios Diálogos das grandezas do Brasil...toda uma literatura náutica da lavra de pilotos e marinheiros holandeses e portugueses estava ao alcance da WIC, que tinha como um de seus diretores o geógrafo antuerpiano Johan de Laet.” (MELLO, 2010)

Ao nos familiarizarmos com a presença holandesa no Norte do Brasil e dentre as literaturas consultadas a que melhor nos aproxima deste contexto é a encontrada na obra do historiador José Antônio Gonçalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, que mais do que descrever os fatos relativos à ocupação demonstrou enorme sensibilidade no trato do tema que jamais foi lido como por ele.

Desta historiografia não vamos nos deter sobre as minúcias da administração de Nassau ou a da relação estabelecida entre a comunidade judaica e os novos moradores da Capitania de Pernambuco, posto que este recorte para Itamaracá já foi elaborado acima, e também por que

este texto se pretende um observador das narrativas construídas em relação ao nosso objeto. O que significa dizer que o que nos interessa são as circunstâncias da escrita deste livro as quais extraímos, não da obra em si, mas, de seus preâmbulos, apresentações feitas por pesquisadores e que em suas considerações deixaram marca não só do lugar social em que se coloca José Antônio Gonçalves de Mello, mas de um imaginário que sempre povoou a memória dos tempos flamengos.

Por isso poderíamos falar de verdades historiográficas e vestígios de memória, ingredientes difíceis de lidar, mas, interessantíssimos para a análise que nos propusemos encarar. O relato escolhido está contido na terceira edição do livro, publicada em 1987, cujo prefácio foi escrito por Gilberto Freire, em maio de 1944, seria este, um dos primeiros comentários acerca da obra. O qual dá conta de significar sua magnitude no cenário histórico-sociológico da época.

Gilberto Freire, um dos precursores deste jeito novo de fazer história, uma história que se interessa pela cultura, chama a atenção em seu texto para o imaginário em que circulavam as ideias, os causos referentes ao período em que os holandeses estiverem em nossas terras, como um tempo saudoso do moderno, da arte, da ciência, onde o espírito de liberdade foi o legado e forjou aquilo que somos hoje, nossa identidade, “(...) parece-nos agora com um livro de quem na meninice se deixou fascinar pelo que há de lendário, de romântico, de misterioso nas sugestões da frase do povo do norte do Brasil: tempo dos flamengos.” (MELLO, 1987: 17)

Este é um indício do que encontramos na leitura, uma impressão apaixonada que ajudou a construir para a historiografia em geral um tipo de mito em relação aos holandeses, que os tornou praticamente intocáveis, quem ousaria negligenciar sua influência, sobre os diversos aspectos da cultura pernambucana? Pois é, também não vamos fazer isto, o que faremos é problematizar, por exemplo, se as mudanças sofridas na Ilha de Itamaracá, em Vila Conceição são tão agressivas assim, ao ponto de se figurar apenas esta memória para o século XVII, apenas o tempo dos flamengos para a historiografia.

Que lugar de análise é este que não aceita outras histórias? Ou será que a construção do discurso da fantástica presença holandesa, colocado em pauta no início do século XX, pelos intelectuais que como sugere Durval Muniz (8) foram responsáveis por uma identidade do Nordeste, e, sobretudo, do que é ser pernambucano, a partir do legado da cultura holandesa e do momento de nascimento ou re-nascimento de um povo subjugado, na Batalha dos Guararapes?

É claro que como bem disse Freire, José Antônio Gonsalves de Mello estava contagiado por um espírito de época, por uma necessidade que não era simplesmente individual era fruto de um imaginário coletivo que no contexto de construção identitária do Estado elencou os holandeses como um povo originário. Era a história que se queria ouvir e a qual era impossível não se escrever, felizmente foi um historiador competente e comprometido com o trabalho científico quem o fez.

Só nos questionamos sobre a necessidade ainda atual de legitimar este discurso, de enxergar além das grandes obras públicas do Recife, perceber as mudanças ocorridas no interior das pequenas comunidades tocadas pela mão da Companhia das Índias Ocidentais, porque não podemos perder de vista que os holandeses vieram em nome dela, financiados por ela, o que significa dizer que muitos eram os interesses depositados nesta ocupação e que os mitológicos holandeses estavam apenas na superfície desta trama.

“Parece toda vez que a gente é feito do que os holandeses deixaram. Todo mundo é parente de holandês e na verdade ninguém é, mesmo os que tem Lopes no nome, não tem nada de diferente dos outros.”(R.M.L. 75 anos. Morador de Vila Velha. **Fonte:** Reg. 13, Maio de 2007).

Adiciona-se a esta problemática a história contada por Manuel Correia de Andrade em sua obra *Itamaracá: uma Capitania Frustrada*, que estabelece o contexto sócio-político da Ilha e de sua extensão sobre o continente, analisando os aspectos que legaram a ela um lugar menor frente às outras capitanias. Ele vem nos contar que alguns motivos frustraram os investimentos dos portugueses, como por exemplo, o fato de o seu donatário nunca ter pisado na ilha, o que de acordo com historiografia mais recente e documentos apresentados neste texto não se confirmam, e principalmente ao fato de suas características naturais dificultarem a comunicação entre a mesma e o resto da colônia.

Sabendo da existência de um porto oficial localizado, ao que tudo indica e as pesquisas arqueológicas darão conta de revelar, próximo ao canal de Santa Cruz, demonstrando que a ilha poderia ser um dos primeiros destinos dos navios que se dirigiam aos demais portos brasileiros, ainda que o objetivo fosse apenas uma parada para abastecer, fazer reparos, conseguir tripulação, na ida ou na volta era uma parada bastante possível.

“Antigamente dava pra gente ver que tinha espaço pra barco grande, agora tá tudo assoreado. A gente sobrevive da pesca e de catar carangueijo, então sempre encontra coisas dos holandeses. Moedas, pedaço de cachimbo, uns caco de cerâmica. Isso podia ser dos navios que chegava aqui, por que o rio era muito fundo (...)” (M. F., 62 anos. **Fonte:** Reg. 05. Abril de 2007).

Além do mais a produção dos engenhos de açúcar era escoada de alguma forma e ainda podemos apontar o fato de a sede administrativa da Capitania de Itamaracá estar localizada na Ilha, justamente Vila Nossa Senhora da Conceição, quando poderia situar-se no continente. Estas escolhas não foram aleatórias e devem ser consideradas, antes de condenarmos a capitania ao fracasso total.

E mais uma vez os holandeses são referencial, agora legitimando nosso discurso, afinal se não fosse considerável a influência da vila para a capitania por que eles haveriam de se estabelecer ali, somente por uma questão estratégica? Resta-nos indagar das fontes escritas que outros atrativos a vila pôde oferecer aos holandeses que justificasse sua presença, para em um segundo momento observar as entrelinhas desta relação política, militar, cultural.

E Manuel Correia de Andrade é importante ainda por nos chamar a atenção para o descaso da historiografia em relação à ilha de Itamaracá de uma maneira geral. Seus monumentos até foram significados, o Forte Orange e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da hoje Vila Velha, são considerados patrimônios, mas sua importância está mais na ordem de atrativo turístico do que do bem cultural que representa, apesar dos trabalhos arqueológicos já realizados.

3. Conclusões

Possivelmente, o leitor já consegue entender o confronto que tentamos estabelecer entre aquele que fala dos holandeses e quem traz a história da Ilha para o conhecimento geral, nossa tentativa de criar um elo entre o que já se sabe deste objeto repleto de materialidade e sutilezas e as problemáticas suscitadas, o que nos dá aparato para dar mais um passo em direção à investigação que nos propusemos, nos permite mergulhar nas ferramentas teórico-metodológicas cabíveis ao trato deste tema.

Estamos dizendo durante todo o texto que nosso objetivo é contar uma outra história da vila que compreenda perspectivas além das já postas e neste sentido nos interessa estabelecer

um diálogo entre passado e presente, onde são considerados os patrimônios materiais e as estruturas mentais e é, pois, neste sentido que consideramos imprescindível considerar o complexo conceito de representações, tão utilizado pelos antropólogos. Todavia, tentaremos fazer isso numa perspectiva historiográfica, seguindo a orientação de Roger Chartier: *“As representações coletivas interiorizam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam ‘esquemas’ de percepção e de apreciação que informam sua ação, mas não constroem o próprio mundo social.”* (9)

Isto significa dizer para nosso objeto que é a presença holandesa em Vila Velha (Conceição, Schoppe), por exemplo, faz parte de uma articulação discursiva que foi sendo construída ao longo de séculos dentro de um contexto mais amplo que o da própria Ilha de Itamaracá, por que acabou fazendo parte do imaginário da ocupação que se construiu em todo o estado de Pernambuco.

E o que percebemos é que este imaginário dito homogêneo, em Vila Velha se apresenta e representa em tudo diverso, e apesar deste contato ser utilizado como sustentáculo econômico, fomentando o turismo, nossas leituras nos levam a crer que existe mais sutileza e que outros documentos podem ser legitimadores de um discurso diferente, nem melhor, nem mais verdadeiro apenas de outra perspectiva, que com certeza se revelará surpreendente.

“Eu fico me perguntando por que ninguém fala da Capela da misericórdia, às vezes eu levo as pessoas lá, mostro a escavação que não terminou, os vestígios do lugar. Nunca nenhum órgão quis saber disso mais. O que eu acho é que é porque a igreja era dos portugueses e não tava sendo usada desde que os holandeses chegaram. Não tem nada a ver com os holandeses. Aí não interessa pro turismo.” (L.S.L. 32 anos. Fonte: Reg. 21. Janeiro de 2009). (10)

O que não podemos negar de antemão é que existe uma herança material e imaterial do contato entre os holandeses e os moradores de Vila Conceição, só temos que manter o foco na existência de outros elementos sociais neste caldo, de sociedades diversas, de culturas outras atuando nesta trama, e entender a partir disso como se construiu este imaginário holandês e como ele vem sendo perpetuado em uma memória institucional e interna, junto aos moradores da Vila Velha de Itamaracá.

“Uma coisa é o seguinte: a gente sempre aprendeu que tudo na vila era herança dos holandeses. Que as pedras foram colocadas de um jeito holandês, que a igreja tem um monte de característica dos holandeses. E isso é o que a gente diz pros turistas, esta é a imagem que a gente aprendeu a passar. Hoje, os holandeses é tudo que sobrou pra gente de história e é o que continuamos a falar.” (L.S.L. 32 anos. Fonte: Reg. 21. Janeiro de 2009).

A construção do imaginário holandês para Vila Velha é o principal referencial do nosso objeto de pesquisa, pois como bem disse o entrevistado, a Vila que vive do turismo se sustenta a partir das marcas desta herança holandesa que é observada em pequenas marcas, em vestígios materiais e em modificações feitas nos principais monumentos e patrimônios edificados da Vila. O que é importante ter em vista é que, por mais que as marcas da presença holandesa seja o sustentáculo econômico dos moradores da Vila, ela limita as possibilidades narrativas em relação à história da Ilha de Itamaracá.

Quando os holandeses foram eleitos como personagens principais desta história, os discursos construídos em seu nome edificaram também um imaginário para os moradores da Ilha onde se deixou de ser considerado qualquer outro elemento cultural relevante. Não por falta de vestígios materiais ou de documentos históricos, mais por uma convenção institucional externa que determinou a história a ser contada e significada para a Vila e aqueles recebidos como visitantes.

Neste trabalho temos a dimensão de que o imaginário holandês ultrapassa e muito o território da Ilha, sendo como observado acima, muito possivelmente um elemento externo. Vemos em muitos dos relatos orais, uma preocupação em ampliar as possibilidades narrativas sobre a Vila para outros elementos como a Igreja do Rosário dos Homens Pretos, a capela da Misericórdia, as fortificações, bem como seu sistema portuário e aos recém estudados, fornos da Cal, todos os elementos importantes ligados a presença portuguesa.

Entretanto, este imaginário holandês chegou à ilha como indicação institucional, o que nos leva a analisar o caminho percorrido pela consolidação dos bens patrimoniais da Vila Velha ao longo do século XX, caracterizando o nosso objeto de pesquisa por si mesmo. Mas, se tornou raiz discursiva da própria população, e apesar de haver aqueles que discutem a necessidade de refletir as outras heranças culturais, também mantém uma muito próxima relação com o passado holandês.

Este imaginário não é apenas refletido na Ilha de Itamaracá, talvez seja mesmo parte de um contexto que abrange o estado de Pernambuco, pois é evidente o tom de elogio latente na fala dos Pernambucanos de uma maneira geral, mais, sobretudo, os do litoral onde os holandeses deixaram marcas mais profundas. É imensurável quando começou o fascínio pela presença holandesa, mais de fato, a fala dos pernambucanos sempre se remete saudosamente ao tempo não vivido em que os holandeses modernizaram, enriqueceram e valorizaram o estado a um nível somente visto na Europa.

Dialogamos neste trabalho com a memória construída, não só de fatos recentes mais com o sentimento legado pelo passado vivido e aprendido pelas diversas experiências compartilhadas por uma comunidade que busca se manter, cada vez mais, uniforme em sua linhagem, como se fosse esta uma forma de manter o seu passado. Mais que passado é este? Que história os moradores atuais de Vila Velha tem para nos contar?

Buscamos a compreensão de décadas de uma busca incessante de elementos externos para concretizar um projeto de patrimonializar os bens arquitetônicos da Vila, ao mesmo tempo em que percebemos uma comunidade que luta para se manter vinculada a este espaço de memórias e do presente que não deixa de ter relação com o passado.

NOTAS

(1) **Carta de Doação de Dom João Rei de Portugal a Pero Lopes de Souza** in Fernandes Gama, p. 105-111.

(2) O registro destes bens materiais foi realizado durante as pesquisas arqueológicas decorrentes de projeto de iniciação científica desenvolvido na Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE.

(3) VICENTE, do Salvador, Frei. - **Historia do Brazil**. 1ª edição (2007) 1ª reimpressão – Curitiba: Juruá, 2009, p. 98.

(4) BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - **Diálogos das Grandezas do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977.

(5) Neste trabalho analisamos algumas das principais iconografias produzidas no século XVII e recolhidas nas obras de Barlaeus.

(6) MAGALHÃES, Joaquim Romero - **Labirintos Brasileiros**. São Paulo: Alameda, 2011, p. 36.

(7) Coletamos fontes orais atuais (entre os anos de 2006 e 2014) na forma de entrevistas abertas e semi-abertas com moradores da vila, principalmente membros da associação de idosos, os quais nos legaram memórias fascinantes sobre este nosso objeto. Estas fontes estão presentes em grande parte deste artigo, sendo seu principal referencial de discussão.

(8) ALBUQUERQUE, JR., Durval Muniz de - **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Editora Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

(9) Chartier, 1988, p.68.

(10) O entrevistado foi condutor de turismo por cinco anos e participou do processo de educação patrimonial promovido pela FUNDARPE no início da década de 1990, após a restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de - **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Editora Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de - **História: A arte de inventar o passado**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALBERTI, Verena - **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2004.

ANDRADE, Manuel Correia de - **Itamaracá, uma Capitania frustrada**. Recife: CEHM,1999.

BARLAEUS, Gaspar - **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Recife: Fundação de cultura da cidade do Recife,1980.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - **Diálogos das Grandezas do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977.

CERTEAU, Michel de - **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de - **A Invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger - **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.

FERNANDES GAMA - **Carta de Doação de Dom João Rei de Portugal a Pero Lopes de Souza**, p. 105-111.

FOUCAULT, Miche - **Microfísica do poder**. 10ªedição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.

FOUCAULT, Michel - **A ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970**. 11ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GUINZBURG, Carlo - **Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GUZMÁN, Alejandra - **El legado clásico: Identidad, memoria y patrimonio**. Quaderns de La Mediterrània, 2010.

HARTOG, François - **Tempo e Patrimônio**; Varia História, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36, p. 261-273, Jul/Dez 2006.

KARPINSKI, Cezar - **Sobre as águas a memória: relações de poder e subjetividades em Salto Caxias (Paraná, 1990- 2001)** Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 2007. Memória, subjetividades e história oral: um relato de pesquisa.

KOSSELCK, Reinhart - **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**; 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto Editora PUC-Rio, 2006.

KOSTER, Henry - **Viagens ao Nordeste do Brasil**, 2ªed. Recife: CEPE,1978.

LE GOFF, Jacques - **História e Memória**. São Paulo: Editora da Unicamp; 1990.

MAGALHÃES, Joaquim Romero - **Labirintos Brasileiros**. São Paulo: Alameda, 2011. P. 36.

MELO, José Antônio Gonçalves de - **Tempo dos Flamengos: Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**, Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Massangana, 1987.

MICHEL, Pollack - Memória, Esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

MONTENEGRO, Antônio Torres - **História, Metodologia, Memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEIRA, Rosaline Vanessa Santos - **Vila Velha de Itamaracá: Imagens, Percursos e memórias**. Cadernos de Arquitetura 02; UFBA: 2003;

ORLANDI, Eni P. (org) - **Gestos da Leitura: da História no discurso**. Campinas; São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994.

PAUL, Ricoeur - **Historia y memoria. La escritura de la historia y la representación del pasado**. El artículo a continuación, dedicado a la memoria de François Furet, reproduce el texto pronunciado en París el 13 de junio de 2000 en el marco de la 22ª Conferencia Marc Bloch, bajo los auspicios de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales.

PESAVENTO, Sandra Jatahi - **Cidade, Espaço e Tempo: Reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano**. Cadernos do Leparque, Vol. 2, nº 4. 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.) - **Fontes Históricas**. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2008.

POULOT, Dominique - **Uma História do patrimônio no ocidente, séculos XVIII – XXI: o monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

REIS, Nestor Goulart - **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. Imprensa Oficial Edusp. São Paulo; 2001.

SCHWARCZ, Lília Moritz - **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

THOMPSON, Paul - **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VEYNE, Paul - **Foucault: Seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VERRI, Gilda Maria Withaker - **Brito, Jomard Muniz de. Relendo o Recife de Nassau**. Recife: Bagaço, 2003.

VICENTE, do Salvador, Frei - **Historia do Brazil**. 1ªedição (2007) 1ª reimpressão – Curitiba: Juruá, 2009, p. 98.

The construction of the Dutch imagery on Itamaracá Island: from XVI century to the successive barriers in time - Vila Velha - PE, Brasil

Ana Nascimento

Nátalli Araújo

ABSTRACT

This paper aims to make use in the field of historiography in a discussion of the relationship between brand history and science articulation in time and the construction of memory spaces. Understand how memory is projected on a bound to a set of assets means relativize cultural landscape of memory while the elements inherent human selective action itself. By choosing this or that brand equity as well as our cultural identity are legitimizing countless historical conditions that may or may not have been conducted within a political and social logic. The conditions for building a history and memory of the heritage of the Old Village of Island at any given moment of the twentieth century, namely, between the 1980s and 2000, are the topic of discussion of this text. Tensions gestated around the building this asset scenario are the order of policies, intellectual networks of conceptual elaboration, construction of discourses of national power and primarily thought of as a heritage tourism activity over not prepared for it. The job search within this panorama bring historiographical discussions regarding the history of the island as well as primary documents and sources to various relevant cartography and geography, as well as our most valuable source current oral records, which are the bridge between the questions and other source. The discussion considered in this text also considers the order of time in which history and memories are gestated, which are carried out and mean to legitimize each other in a game of balance and sensibilities always under construction.

Key-words: Heritage and Tourism; Oral History; Vila Velha; Memory and Imaginary Dutch.

1. Historical Retrospective of Itamaracá Island

On the banks of the Santa Cruz Channel, in the Southern portion of Itamaracá Island (**see Figure 1.**), over a hill from where you can see much of the Island and, especially the Atlantic Ocean in all its vastness and sublime depth keeping secrets of a material life and imagery that is beyond our expectations. It is of this material that feeds on the dynamic life of Our Lady of Conception Village (Vila de Nossa Senhora da Conceição) as was initially baptized, then Schoppe Village (Vila Schoppe) and in the XX century, Old Village of Itamaracá (Vila Velha de Itamaracá).

The work of understanding Vila Velha and Itamaracá Island started by identifying the heritages it contained, elected and recognized, through an historical contextualization work and now we anchor in the port of discursive analyses that build a heritage environment beyond cultural and social experiences.

In this sense we achieved the understanding that the Village history and heritage were built in favour of a set of political speeches and differentiated narratives that were taking shape, especially, throughout the XX century and ended up in the election of certain heritages. These in turn start to relate much of the Village identities context and impress forcefully their inhabitants' memory.

We still observe that these impressions also define two distinctive and reflective types of narrative, as understood from the oral histories collected throughout the research. In first place an internal narrative, built by the inhabitants and talking of a story and heritage linked to their diverse cultural backgrounds. And an external or institutional memory produced and disclosed by the municipal and federal heritage entities telling a heritage story closely related to the Dutch presence in Itamaracá Island.

At this moment of the text we search to understand from historiography produced so far directly or indirectly about Itamaracá Island, in this case by consulting historiography related to Pernambuco and Paraíba captaincies, the chronological history and events succession inscribing and producing the heritage apparatus in its relation with the village inhabitants memory, which is in fact the purpose of our study.

Figure 1. Orthophotomap with location of Itamaracá Island emphasising the perimeter of Vila Velha. **Source:** Authors.

Then we go back in time starting with the territory occupation as a trading post granted to the young Portuguese nobleman Cristovão Jacques and through all the troubled and abandoned XVI century until recently in XXI century where the village heritages and its memory are being redesigned from a perspective objectively linked to local tourism.

Our aim here then, does not go through deep analysis, because the history of Vila Velha and Itamaracá Island comes in this text as the basis for a broader discussion about its uses over the centuries. Emphasizing that up so far we do not have a historiographical work concerned with making the chronological and extensive record of this Atlantic portion of land, once even if we refer the historian Manuel Correia de Andrade, as most striking historiographic resource, many events were treated softly by the scientist aiming to explore certain issues over others.

The first group of Portuguese to dock at by then Cristovão Jaques Trading Port, founded in 1515, period in which it was under supervision of the cabotage trips that roamed along the shore, came by the Santa Cruz Channel and in its margins shoal established the stone landmark marking the boundaries of the new trading post.

Currently the landmark is in the museum of the Historical and Geographical Institute of Pernambuco together with other important documents from Itamaracá history, figuring up possibly the most important collection about the island history.

The Portuguese occupation of the Island was delivered to the management of Pero Lopes de Souza, Portuguese of noble birth, adventurer who won more three possessions in the newly discovered lands and in fact was not interested in any, leaving the work to relatives generating numerous disputes. As stated in the land donation letter, he had the right to choose the valuable portions of land, doing it from his vast knowledge of the Brazilian coastal potential.

"(...) Pero Lopes, gentleman of my house, and for the services in my behalf (...) consider well and pleases me to grant, as presented by this letter, I do grant and irrevocably donate, among living valid from this day forevermore, of interest and estate, to him and all his children, grandchildren, heirs and successors, that after him come (...), according ahead will be declared of 80 leagues of land in the so called Brazil coast, divided this way: 40 leagues that began 12 leagues south of Cananéia island, and will end in Santa Anna land, which is in 28 degrees and a

third height, and in which point will be settled the stone landmark, and will be launched one line towards west: and 10 leagues that started from the river Curpare, and will end in São Vicente river (...) and the 30 leagues that miss, started in the river that goes circling around Itamaracá Island, which river now I named – Rio da Santa Cruz – and will end in bay of Traição, which is 6 degrees height, (...) and it will be his the mentioned Itamaracá Island, and all the rest of the so called Rio da Santa Cruz that flows north (...) Manoel da Costa made it in Évora at 21st days of the month of January 1535.” (1). (loosely translated)

Despite having chosen the Itamaracá Island as one of its territories, was not in the young Portuguese plans to settle in the new lands, being in the Island over the years just for visiting and later empowering to relatives his territory. He was not interested in establishing residence in any of its possessions, not while there was much yet to be explored, especially, in India.

“As Pero Lopes had already been in these areas of Brazil, was granted him to choose first than others, and did not take all of his 50 leagues together, only 25 in Itamaracá... and other 25 in São Vicente, demarcated and confronted with his brother Martim Afonso de Souza captaincy lands (...).” (VICENTE, 2009: 74)

The XVI century to the Portuguese governance was still ruled by the intense relationship between the recent built Captaincies of Itamaracá and the neighbouring Pernambuco. This dispute either was for territory, either for economic control ending up occurring in the political field. While in Itamaracá the owner was the absent Pero Lopes de Souza, in Pernambuco the position was fulfilled by the diligent administrator Duarte Coelho, that made the sugar Captaincy quickly prosper.

Facing the wealth of Pernambuco, Itamaracá would not have given competition, meanwhile, without a strong governor in its Captaincy. Pernambuco wished to add more territory once the Captaincy geographical area was not just the island but was widely spread into the mainland.

In Itamaracá captaincy is documented and we still can see archaeological remains from twelve engines of sugar production already in the XVI century, among which we have evidences of two in the Island (2), the mill of São João and of Amparo, which produced in large scale between the XVI and XVII century, being the responsible for most of the revenues entered in the captaincy vaults. But, as not only of sugar lived Brazil, in the island is also trade cotton, tropical fruits, brazilwood, among other woods, wild animals and of course, manual workers, of Amerindian origin, from the island tribes, and African, from maritime transferences and internal production, due to the negroes established in the island mills.

In this sense the interest of Pernambuco in the Itamaracá Captaincy went beyond the territorial divisions, was most of all, linked to the crucial food supplies often limited in the continent, as for example potable water. The historian Regina Célia Gonçalves tells us that the administration that more resistance faced from the Pernambuco Captaincy was the one of Governor Francisco Braga, being also sometimes death threatened as told by the documentation also gather by Vicente, as listed in the excerpt below:

“As the captain Francisco Braga knew to speak the language of the locals and was so well known among them, they all did what he wanted and asked them, so this captaincy was being easily populated, but by then Duarte Coelho arrived to populate his own, and as he settled the locality in the boundaries, was this vicinity the cause of many disagreements, ending up by Duarte Coelho giving them order to hit him in the face with a machete, and the captain, understanding that could not win, embarked to the Spanish India’s, carrying all he could.” (VICENTE, 2009: 97).

Francisco Braga did not offered resistance for long and in 1540 transferred the administration of Itamaracá Captaincy to João Gonçalves only started eight years after the nomination, 1548, because he stopped in the São Domingos Island in Haiti, to repair his boat. During those years he left the captaincy in charge of some of its crew members.

The government of João Gonçalves was named by Friar Vicente Salvador (3) of Itamaracá Island “golden age”, tittle given due to certain factors, such as the structuring of the executive functions within the Captaincy, adding to the function of main captain, also the one of bailiff and royal overseer, centralizing the power in the captaincy territory and hindering the action of the brazilwood smugglers casted off by Duarte Coelho. Also was João Gonçalves who boosted to village condition the Nossa Senhora da Conceição locality.

We must also consider about the administration of captain João Gonçalves, the question of controlling the Pernambuco indigenous, the Caetés, remaining just the northern part of the Captaincy out of control, place dominated by Potiguares that long ago maintained a strong relationship with the French. The conflicts against the Potiguares have resulted in the creation of the Royal Captaincy of Paraíba, seizing much of the land that successive Itamaracá governors could not settle, much less make prosper and delivering to Portuguese settlers for the new administrative jurisdiction over the Paraíba River in the year 1585, as written in Dialogues on Brazil's Wealths (4).

It is important to observe, as stated earlier, that even in the eight years between the administration of Francisco Braga and João Gonçalves the island territory was mostly sparsely populated. The inhabitants stayed, mainly; in Vila de Nossa Senhora da Conceição and this in XVI century were no more than 100 families, counting the Crown officers and employees. Regarding the continent, the situation was even more critical, once being the Captaincy administration in the village, the Crown attentions were even more distant from the properties covering the nowadays municipalities of Igarassu, Itapissuma and Goiana to the territory presently belonging to Paraíba state, on the Paraíba River left bank.

Since the establishment of the Royal Captaincy of Paraíba the Itamaracá Captaincy territory occupation was restricted to the Island limits and its administration become further compromised, due to the relative isolation made by its islandish condition, remaining only as access to the mainland the many rivers that cut through the region as the tributaries of Santa Cruz Channel or of the Paraíba River.

The fact is that this Itamaracá “isolation” enabled a significant expansion of the territory and of the control of Pernambuco, which started expanding its population centres beyond Olinda and Igarassu, reaching the Tracunhaén River, along the Goiana River course and settling in Capibaribe-Mirim, all coming from the continental territory of Itamaracá Captaincy.

“The Itamaracá Captaincy had been reduced to less than a third of its territory, limiting itself to seven leagues from the coast, from the Santa Cruz Channel, to south of Itaperobu River, at north; while the portion of this river, stretching for 23 leagues of coast until Garáu River, was attached to new Captaincy.” (ANDRADE, 1999: 71).

The disputes over the Island territories will last up to the late XVI century and will be suspended during the first half of the XVII century, when the Dutch occupation raises another target for the North Brazilian Captaincies administration concern, especially the Itamaracá one. More, it is important to note that after Dutch expulsion these conflicts will return and increase by the post-Dutch crises and the need of restructure the Captaincy territories, defining the main issue of the XVIII and XIX century for the Itamaracá Island.

2. The Dutch presence and the beginning of another story

Disembarking on a beach of white sand and crystal clear waters, walking for some minutes we cross a bridge of stone bases and wood truss over a river with a name given by these land first inhabitants, Paripé. A stony hillside flanked by Atlantic forest vegetation appears in front, it has curves and breath-taking inclination to those that venture to climb. Reaching the top we see the first houses on right, and on left, lost in vegetation, the ruins of a small chapel with an attached cemetery at back.

Following the walk we come across a pillory whose meaning has long been lost, in front of which is a large square surrounded by small houses and flanked at left by a monumental Catholic Church, devoted to Nossa Senhora da Conceição, if we walk towards the Church we may have a glimpse of the Santa Cruz Channel the water line that divides Itamaracá Island from the South American Continent, in the littoral stretch of the Brazilian territory.

Returning to the centre of the square we may go on in the opposite direction to that we used to enter the village and reach a small elevation precisely in front of the first stone mark which we came across in the beginning of our walk, in this point we can see all the small village extension, that once was called Vila Nossa Senhora da Conceição and in the present year of 2004 is known as Vila Velha de Itamaracá.

We are talking of a small dimension village, but, encompassing plurality inside its well-built walls, in the magnificence of the Catholic Church enshrined to Our Lady as Patroness, from where extends streets of mud and cobblestone, of either large and horizontal, either narrow and vertically sinuous paths, being the former and present path of animals and people with origin in all this we may observe naked eye and of what we may only suspect through a subtle imagination.

We stay with this picture that might well have been the one Dutch's had when first disembarked in the village in March of 1632, where they have established and took over the administration and defensive system that already existed and was controlled by the Portuguese, calling it Schoppe' village, after their troop commander Sigismundo Schoppe who occupied the village.

Gaspar Barlaeus gives us evidences of the importance of maintaining the control over the village and in its: History of the achieves recently done during eight years in Brazil (5), either in the general lines description of the island either in the numerous ichnographies gathered is given an idea about what would have been the village, making this text has one of the few with precise material over the locality physical aspects in the XVII century we have come across.

The urban layout remains preserved; a yard L shaped that opens from the Nossa Senhora da Conceição Church, where houses, public buildings and shops alternated (**see Figure 2.**). Beyond it the Municipal House and Jail and further away, apart from curious and frightened eyes the Church of Mercy. All this protected by an impressive wall. As evidenced by the iconography of the **Figure 3.**

Figure 2. Central perspective of Vila Velha de Itamaracá. **Source:** Photograph from NEPARQ/UFRPE archive taken in 2012.

In the below artistic draw configuring exaggerated proportions and serving as referential for one locality main points is still possible to discern for the Island the presence of two fortifications and a fortress, being only one of them rebuilt by the Portuguese, the Fort Orange.

Figure 3. Artistic draw of Itamaracá Island showing the fortifications. **Source:** REIS, Nestor Goulart – Images of colonial Brazil. (PE38Ab).

Working with iconographic or chart examples as the above seen is of crucial importance for our aim and period of research, because, these provides us with precious information about the Island under the Dutch point of view that many times are not in the written documents.

Meanwhile, we have to consider some questions, mostly because it is a valorous source for an aim that greatly has into account, the geographical and monumental marks of the territory, as is the case of this work. It is important to note, thus, that an iconography as this is most likely a copy, but, as highlighted by the historian Joaquim Romero Magalhães: *"(...) the good cartographer is a copyist. Merely copy the already ascertained and add what was newly observed and those who come after will do the same. Whereby real genealogies are rebuilt showing steps of the geographical knowledge walk."* (6)

This iconography where the village is portrayed during the Dutch occupation gather in the book Images of colonial Brazil, give us a good idea of spaces and the uses and reuses of the structures when the Dutch occupied this land, what before 1632 was a church is now a logging or surveillance place, the former Church of Mercy might have become a barracks.

The village that former had an administrative role in captancy, now is one of the many places of strategic control by the new colonization imposed by the members of Council of the XIX, acquires political-military character and changes almost definitively the Island focus, drawing an history turned to the great achievements and generalizing that puts aside all the contribution outside the Dutch context, even if timely inserted, however this is a subject for later.

For now we must talk of another fundamental trace for the spatial and imagery composition of the village which is the wall, also present in the iconographies and is cited in some few manuscripts (see **Figure 4.**), arouses interest because it means power, surveillance and isolation for its inhabitants.

Figure 4. Copy of Dutch Iconography pointing the spatial distribution of the Dutch occupation main administrative groups. **Source:** Image "*Stadt Nostre Signora de Conception*", 1630. Produced by unknown author and collected by Nestor Goulart Reis from the original manuscript of *Algemeen Rijksarchief*, Haia.

Still about the wall we may say that beyond a defensive element, worked as a fort guarding not only the village but also all the southern part of the Island, an important entrance to the continent. Yet for being a symbol of protecting power, keeps under control the population and might as well keep it isolated from the rest of the world. We do not know in what way this structure could have affected the daily relationships that holds our interest in the XVII century, but we may add that until recently, in present, and even without the wall the village was forgotten, and not only in terms of the history but also of the community itself that with much effort was able to flow their economic activities to the historical tourism and even though with very few narrative possibilities.

A little aside from the village-fort organization and a little bit dissociated from the Dutch context are the structures of the Church do Rosário dos Homens Pretos and the village cemetery known as the Dutch cemetery, both, according the inhabitants (7), remains of XVII century. The church only recently was restored, this is, was made a reinforcement of its structures, too late, we must say, once its historical value to the village and to the order of Rosário dos Homens Pretos is almost forgotten.

As is known, before the arrival of the Dutch to northern Brazil, the Flemish had already established numerous trade relationships connected to the sugar production, but the

occupation process also has political factors much more related to Europe than to the Brazilian colony that only feels the reflection of it late.

When the Prince D. Henrique dies in 1580, begins in Portugal a process of succession disputes, because there was not a linear successor to the throne. The strategic union between Portugal and Spain under the leadership of Felipe II gives a different scenario for Europe, contributing to the increase of old conflicts, is in this point that the Dutch are preparing for establish its economic power by using the Brazilian colony as mechanism to attack Spain, the old enemy.

The creation of the Western India Company (WIC), following the parameters of the East India Company, in 1621, will provide the necessary financial tools and the fundamental trade support to the occupation of the Portuguese colony in Atlantic. Moreover, as said by Evaldo Cabral, the Dutch had not only the financial means and political support, they also knew very well the Brazilian coastline and since the early plans their destination was the Northern Brazil Captaincies, Pernambuco, Itamaracá and Paraíba.

“In the United Provinces, was even known, thanks to the list developed by a certain José Israel da Costa, the white sugar and molasses production of each fabric in Pernambuco, Itamaracá and Paraíba. They also had the book entitled Book that gives Ledger of the State of Brazil (Livro que dá Razão do Estado do Brasil), written by the State Major Sergeant, Diogo de Campos Moreno, ordered by Felipe IV; and the Dialogues on Brazil’s Wealths (Diálogos das Grandezas do Brasil) (...) a whole nautical literature made by Portuguese and Dutch pilots and sailors was on the reach of WIC, which had as one of its directors the Antwerp geographer Johan de Laet.” (MELLO, 2010).

When we become familiar with the Dutch presence in northern Brazil and among the consulted literature the one that best approaches us to this context is the one found in the work of the historian José Antônio Gonçalves de Mello, Flemish’s times, that more than describing facts concerning the occupation displayed much sensibility towards the theme that never was read as by him.

Of this historiography we are not going to mention the details on Nassau administration or of the relation established between the Jewish community and the new inhabitants of Pernambuco Captaincy, because this was already done for Itamaracá above, and also because this text meaning is observe the narratives built towards our aim. This means to say that our interest goes for the circumstances in which this book was written, which we pull, not from the work itself, but, its prologue, introductions made by researchers whose comments left not only the mark of José Antônio Gonçalves de Mello social position, but also of an imagery that has always filled the memory with the Flemish periods.

Therefore we could speak about historiographical trues and remains of memory, ingredients hard to deal with, but, very interesting to the study we have proposed to make. The history chosen is contained within the third edition of the book, published in 1987, whose preface was written by Gilberto Freire, in May 1944; would be this, one of the first comments about the work. It tells about the necessity of explain its relevance within the period historical-sociological scenario.

[Gilberto Freire, one of the forerunners of this new style of studying history, a history interested in culture, calls the attention in its text to the imagery of the ideas circulation, the cases concerning the period of Dutch presence in our land, as a time of remembrance of the modern, of art, of science, where the spirit of freedom was the legacy and has forged what we are today, our identity. *“(...) seems us now with a book of whom in childhood allowed to be*

amazed by the legends, the romantic, the mysterious in the suggestions of the northern brazil people phrase: Flemish's times.”] (MELLO, 1987: 17).

This is an evidence of what we find in literature, a passionate impression that helped built for the general historiography a kind of myth towards the Dutch, placing them as almost untouchable, who would dare to neglect their influence, over the several aspects of the Pernambuco culture? Well, we also are not going to do that, what we will do is to raise the problem, for example, if the changes in Itamaracá Island, in Vila Conceição are that aggressive, at the point of being this the only memory of the XVII century, only the period of the Flemish to stay for history.

What analyses is this that does not accept other stories? Or is it that the narrative of the fantastic Dutch presence, raised in the early XX century, by the intellectual as suggested by Durval Muniz (8) were responsible for a Northeast identity, and, especially, of what is Pernambuco identity, from the legacy of the Dutch culture and the moment of birth or re-birth of a people subjugated, in the Battle of the Guararapes?

Of course as said by Freire, José Antônio Gonçalves de Mello was imbued by the spirit of the season, by a need not just individual but fruit of a collective imagery that in the context of the construction of the States' identity elected the Dutch's as the genesis people. It was the story that people wanted to listen and which was impossible not to write, fortunately was a competent and committed with the scientific work historian who did it.

We only ask about the still current need of use this speech, to see beyond the big public works in Recife, understand the changes occurred inside the small communities touched by the hand of the West India Company, because we cannot loose from sight that the Dutch came for it, financed by it, what means to say there were many interests allocated in this occupation and that the mythological Dutch were only at this plot surface.

“Appears always that everyone is made of what the Dutch have left. Everyone is Dutch parent and truly no one is, even those surnamed Lopes, they differ nothing from the others.” (R.M.L. 75 years. Resident in Vila Velha. Source: Reg. 13, May 2007)

We add to this question the story told by Manuel Correia de Andrade in its work Itamaracá: one Frustrated Captaincy, which establishes the Island socio-economical context and its extension over the continent, analysing the aspects that gave it a minor place towards the other captaincies. He tells us that some reasons frustrated the Portuguese investment, as for example, the fact of its owner never had set foot in the island, what accordingly recent historiography and documents in this text is not confirmed, and mainly due to the fact of its natural features hinder communication between itself and the rest of the colony.

Knowing of the existence of an official port placed, apparently and which the archaeological research will handle to reveal, near Santa Cruz Channel, showing that the island might have been one of the ships first destination steering for other Brazilian ports, even if the purpose was solely to get fuel, make repairs, get crew, in the way or in back was a quite possible stop.

“In the past we could see that was space enough for a big boat, now is all silted. Folks survive of fishing and picking crab, and then always find Dutch stuffs. Coins, pieces of pipes, some pottery shard. That could have been from the ships arriving here, because the river was very deep (...).” (M. F., 62 years. Source: Reg. 05. April 2007).

Besides the sugar mills production was in some form commercialized and we still may mention the fact of the Itamaracá Captaincy administrative headquarters be placed in the Island, exactly in Vila Nossa senhora da Conceição, when could have been in the continent. These

were not accidental choices and must be considered, before we condemn the captaincy to a complete failure.

And once more the Dutch are a reference, now legitimizing our discourse, after all if it was not the considerable influence of the village in the captaincy why would they establish them in there, just for a strategical matter? Remains to ask the written sources what other attractions the village had to justify the Dutch presence, for in a second moment analysis the glimpses between this political, military, cultural relationship.

And Manuel Correia de Andrade is also important for drawing our attention to the historiography neglect towards the Itamaracá Island in general. Its monuments were significant, the Orange Fort and the Church of Nossa Senhora da Conceição of currently Vila Velha, are considered heritage, but its importance is more accounted as tourism attraction than as the cultural heritage it represents, although the already developed archaeological researches.

3. Conclusions

Possibly, the reader already can understand the confrontation that we want to establish between the person that speaks of the Dutch and the one who brings the Island history to the general knowledge, our attempt of create a link between what is already known about this full of materiality and subtleties object and the questions raised, what gives us knowledge to advance one more step towards the research meant, allow us to dive in the theoretical-methodological tools proper to work this theme.

We are saying during all this text that our aim is to tell a different story of the village encompassing perspectives beyond the ones presented and in this sense we are interested in establishing a dialogue between past and present, where are taken into account the material heritage and mental structures and is, therefore, in that way that we find essential consider the complex representations concept system, so used by anthropologists. However, we will try do it in a historiographic perspective, following Roger Chartier guidelines: *"The collective representations internalize in individuals the social world's divisions and they structure perception and appreciation 'schemes' that conform their action, but not build the own social world."* (9)

This means to say, for our purpose that is the Dutch presence in Vila Velha (Conceição, Schoppe), for example, that it is part of a narrative built over centuries inside a broader context that the own Itamaracá Island, because ended up being part of the occupation imagery that has been built in all Pernambuco State.

And what we realize is that this imagery said homogeneous, in Vila Velha is present and represented completely different, and although this contact is used as economic mainstay, promoting tourism, our readings lead us to believe there is more subtlety and that other documents can sustain a different speech, not better, nor truer simply from another perspective, certainly surprising.

"I keep asking myself why no one talks of the Chapel of Mercy, sometimes I take people there, show the excavation not finished, the remains of the place. Never any executive wanted to take care of it anymore. I think that the church was from the Portuguese and was not being used since the Dutch arrived. Has nothing to do with the Dutch. So it does not matter for tourism." (L.S.L. 32 years. Source: Reg. 21. January 2009). (10)

What we cannot start by doing is to deny a tangible and intangible heritage from the contact between the Dutch and the Vila Conceição inhabitants; we only have to focus on the presence of other social elements in this mixture, of diverse societies, other cultures acting in this plot, and understand from it as was built the Dutch imagery and how it has been perpetuated within an internal and institutional memory, amongst Itamaracá's Vila Velha inhabitants.

“One thing is as follows: the folks always learned that everything in the village was Dutch inheritance. That the stones were placed in a Dutch manner, that the church has a bunch of Dutch characteristics. And that's what we tell tourists, this is the image we have learned to give. Today, the Dutch is everything that has left for us of the history and that's what we keep talking about.” (L.S.L. 32 years. Source: Reg. 21. January 2009).

The construction of the Dutch imagery to Vila Velha is the main reference for our research aim, as well said by the interviewed, the village that relies on tourism earns from the traces of this Dutch inheritance observed in small details, in material remains and modifications made in the village main monuments and built heritage. What is important to see is that, for as much as this Dutch presence is the economic sustainability of the Village inhabitants, it restricts the narrative possibilities towards the Itamaracá Island history.

When the Dutch were elected as the main characters of this history, the narrative built in their name also raised imagery for the Island inhabitants where any other cultural element stopped being important. Not for lack of material remains or historical documents, more by an outside institutional convention that has determined the history to be told and meant to the inhabitants and those received as guests.

In this work we have the notion that Dutch imagery surpasses by far the Island territory, being as above seen, quite possibly an external element. We see in many oral stories, a concern in increase the historical narratives about the village towards other elements as the Church of Rosário dos Homens Pretos, the Chapel of Mercy, the fortifications, as well as its ports system and the newly researched, limekilns, all important elements connected to the Portuguese presence.

Meanwhile, this Dutch imagery got to the Island by institutional proposal, what directs us to analyse the path made by the Vila Velha heritage consolidation through the XX century, characterizing our aim by itself. But, he became the base of the inhabitants' narrative, and although some argue the need of considering the others cultural inheritances, also keeps a very close relation with the Dutch past.

This imagery is not only reflected in the Itamaracá Island, perhaps it is even part of a context covering the Pernambuco state, because is evident the compliment tone underlying generally the Pernambuco speeches, mostly, the ones from the coastline where the Dutch left a deeper mark. We cannot measure when their presence fascination began, but in fact, the Pernambuco inhabitants' speeches always speak wistful of the periods not lived by them but when the Dutch modernized, enriched and valued the state to a level only seen in Europe.

We dialogue in this work with the build memory, not only of recent facts but with the feeling of the lived and learned past through the different experiences shared by a community that struggles to stay, increasingly, uniform in its provenance, as if this was a way of keep its past. But what past is this? What histories have the current Vila Velha inhabitants to tell us?

We seek to understand decades of relentless search for external elements to achieve the project of turn the village architectonic properties into heritage, at the same time understand

a community struggling to keep bounded to this memory background and present that continues related with the past.

NOTES

(1) Land Donation Letter from Dom João King of Portugal to Pero Lopes de Souza in Fernandes Gama at p. 105-111.

(2) This material heritage was registered during the archaeological researches carried out under the project of scientific learning developed in Rural Federal University of Pernambuco – UFRPE.

(3) VICENTE, do Salvador, Friar – **History of Brazil**. 1st edition (2007). 1st reprint – Curitiba: Juruá, 2009. p. 98.

(4) BRANDÃO, Ambrósio Fernandes – **Diálogos das Grandezas do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977.

(5) In this work we analyse some of the main iconographies produced in the XVII century and gather in the Barlaeus works.

(6) MAGALHÃES, Joaquim Romero – **Labirintos Brasileiros**. São Paulo: Alameda, 2011, p. 36.

(7) We have gathered current oral sources (between years 2006 and 2014) through structured and semi-structured interviews with village inhabitants, mainly members of the elderlies association, which gave us fascinating memories about our aim. These sources are present in most of this article, being its main reference for debate.

(8) ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de – **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Editora Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

(9) Chartier, 1988. p. 68.

(10) The interviewed was tourism bus driver for five years and participant of the heritage educational process promoted by FUNDARPE in the early 1990s, after the restoration of the Main Church of Nossa Senhora da Conceição.

English Language Version: Ana Graça (anagraca@ipt.pt)

Reviewed English Version: Fátima Paiva (fatimapaiva@ipt.pt)

PRÁTICAS MORTUÁRIAS NA AMAZÔNIA PRÉ-COLONIAL

Diego Barros Fonseca

Universidade Federal do Pará

Programa de Pós Graduação em Antropologia – PPGA

Mestrando em Antropologia ênfase em Arqueologia

diego_dbf@yahoo.com.br

Práticas Mortuárias na Amazônia Pré-Colonial

Diego Barros Fonseca

Historial do artigo:

Recebido a 18 de março de 2015

Revisto a 08 de abril de 2015

Aceite a 08 de junho de 2015

RESUMO

O artigo trata sobre práticas de sepultamento na Amazônia, em um contexto que envolve tais práticas, descrevendo descobertas de materiais ósseos em sítios amazônicos desde o final do século XIX, mostrando procedimentos e técnicas relacionadas a remanescentes humanos, inferindo a necessidade de procedimentos padronizados porém maleáveis, com o intuito de conseguir maior quantidade de informações dos vestígios osteológicos na Amazônia.

Palavras-chave: Processo Mortuário; Vestígios Osteológicos; Amazônia.

No início dos estudos sobre material osteológico em escavações arqueológicas, especialmente na segunda metade do século XIX, essencialmente eram direcionados às interpretações relacionadas à idade e sexo, descrição do material a nível osteológico e armazenamento.

Além disso, não eram comumente estudados aspectos simbólicos e contextuais que envolvem o processo de sepultamento, apesar de existir a preocupação com o contexto arqueológico de onde o material ósseo foi encontrado, percebe-se que as pesquisas são direcionadas a paleopatologia humana (COSTA, 2012: 105).

No Brasil, no início do século XX, em especial nos museus etnográficos, percebe-se um aumento nas pesquisas relacionadas a restos humanos e práticas mortuárias, assim como, com relação ao papel dos museus como um arquivo de coleções e curiosidades do século XIX, porém, estes estudos careciam de uma análise do potencial interpretativo, simbólico e informacional que os materiais relacionados a sepultamentos podem fornecer.

Recentemente, pesquisas mais aprofundadas têm conseguido relacionar diversos campos investigativos (em especial a antropologia, bioantropologia, arqueologia e a linguística) no estudo das práticas mortuárias e sepultamentos na Amazônia, muito devido a forma como estes materiais passam a ser percebidos pelos pesquisadores (MENDONÇA DE SOUZA, 2003, 2010; MENDONÇA DE SOUZA et al., 1998; MENDONÇA DE SOUZA et al., 2001; MENDONÇA DE SOUZA, RODRIGUES-CARVALHO, 2013; GUAPINDAIA, 2004; SCHAAN, 2003, 2007a, 2007b; BARRETO, 2008; PY-DANIEL, 2009). As dificuldades, a importância da prática mortuária, e a possibilidade investigativa de continuidade entre campo e laboratório na Amazônia serão trabalhadas neste artigo.

1. Materiais osteológicos: como eram estudados



Figura 1. Mapa de localização aproximada dos sítios citados no texto.

Os rituais funerários marcam momentos importantes na história das sociedades, na reafirmação de identidades e práticas culturais. Aspectos mortuários relacionados aos objetos materiais encontrados nos sítios trazem uma quantidade relevante de informações disponíveis, o que está em descompasso com a não valorização desse material (GUAPINDAIA, 2004: 14).

Nos estudos arqueológicos a partir do final do século XIX, percebe-se clara intenção de informar à comunidade científica sobre o resgate e catalogação de materiais riquíssimos em informações sobre os índios do passado, entre estes os materiais relacionados aos aspectos funerários. O papel inicial dos museus no Brasil com a fundação do Museu Nacional (1808), era o de um espaço de curiosidades onde tinha-se coleções variadas de flora, fauna e de contribuição humana na terra, mas não existia a preocupação com qualquer tipo de classificação relacionada aos objetos do museu, ou seja, antes de tudo os museus eram pensados como um espaço de exposição de objetos à admiração pública, do que espaços para o ensino e pesquisas científicas (SCHWARCZ, 2010: 69-78).

Ao final do século XIX, com as administrações de Ladislau Netto e Batista de Lacerda, têm início a estruturação do Museu Nacional nos moldes dos centros europeus, priorizando parâmetros biológicos de investigação e modelos evolucionistas de análise. Esse tipo de aproximação teórica está presente também no Museu Paulista (1894) e no Museu Paraense Emílio Goeldi (1866). Deixa-se de lado a concepção de gabinete ou depósito de curiosidades, essas instituições se direcionam aos estudos de coleções, de preservação, de exibição, estudo e interpretação desses objetos (SCHWARCZ, 2010: 69-78).

As primeiras investigações arqueológicas que relataram ter encontrado materiais osteológicos na Amazônia, tiveram como foco os cemitérios indígenas na ilha de Marajó e no Amapá.

Segundo Cunha (1989: 34), Domingos Soares Ferreira Penna “(...) foi um dos primeiros pesquisadores que manusearam, estudaram e deram real valor científico aos objetos de cerâmica dos índios extintos de Marajó, Maracá (Amapá) e provavelmente outros sítios (...)”.

Ferreira Penna (1894: 28-30) informa que, por volta de 1872, o Museu Paraense recebeu urnas provenientes do rio Maracá contendo crânios e outros ossos humanos, afirmando serem testemunhos da veneração dos antigos povos daquela região aos seus chefes, mas sem mencionar informações sobre o destino dos ossos humanos encontrados dentro das urnas. Ele chama a atenção de Charles Frederick Hartt sobre a cerâmica da ilha de Pacoval, localizada junto ao lago Arary, na ilha de Marajó, indicando, sobretudo o esforço e interesse na época para as pesquisas sobre "civilizações antigas".

Entre as urnas anteriormente citadas por Ferreira Penna uma chama a atenção de Hartt (1872: 610), que a descreve externamente, confirmando existir dentro da urna parte de um esqueleto humano, contendo um crânio, sem nenhum vestígio de queima, sendo impossível afirmar a presença de um esqueleto completo em seu interior. Como a análise direta sobre o material ósseo não permitiu determinar o sexo do indivíduo, o pesquisador supõe ser uma mulher, tendo em vista que a urna era antropomorfa, e fazia referência a uma figura feminina.

Posteriormente, Penna (1877 [1971]: 179-183), descreve duas urnas Maracá que conteriam ossos dispostos de forma organizada, sendo os ossos chatos ao centro e outras partes ao fundo; ossos pequenos sobre ossos chatos; ossos longos encostados na parede da urna, sendo que, por cima de todos os ossos estava o crânio, apoiando-se sobre o fêmur e o úmero. Ele chega à conclusão de que, pelo tamanho dos ossos longos, pelo pequeno quantitativo de urnas, ainda pelo tamanho e pela incontinuidade do que ele chama de turrículos expressos na urna, tratava-se de indivíduos que morreram antes de saírem da infância.

Em 1876, Hartt manda Derby ao lago Arari e ao Monte Camutins, no Marajó (vd. **Figura 1.**), locais onde foram confirmadas a presença de urnas, seja através de fragmentos relacionados às urnas ou mesmo pelos buracos de onde estas foram retiradas. Não é mencionado quem retirou as urnas ou mesmo o modo como foram tiradas, mas o Sr. Derby fala em três urnas, que descreve adiante. Uma das urnas continha ossos e havia sido colocada dentro de outra urna maior. Outra urna, ainda continha partes de um esqueleto, sendo possível identificar o crânio, a coluna vertebral, costelas, fêmur e rádio. Os ossos não tinham sido incinerados, porém estavam muito degradados, levando Derby a concluir que, pelo que conseguiu reconhecer, os ossos indicavam uma deposição após o processo de decomposição da carne. Foram encontrados acompanhamentos, em especial uma tanga em um espaço entre duas urnas.

Segundo esse relato, as urnas estariam no Museu Nacional do Rio de Janeiro, além disso, o texto de Hartt (1885) prioriza a descrição de diversas urnas nos aspectos estéticos e de estrutura, poucas vezes comentando a presença de ossos, dentes e cinzas no interior das mesmas, ou seja, nada além de atestar a presença destes materiais osteológicos (HARTT, 1885; DERBY, 1879: 224-229).

Paralelamente, Emílio Goeldi realiza pesquisas no povoado do Amapá, e o descreve como um espaço assentado sobre um sítio arqueológico: “não e outra coisa senão um aterro sepulchral, um «teso» artificial, no sentido que a este termo se costuma ligar por parte do povo no triangulo pastoril da Ilha de Marajó” (GOELDI, 1900: 8; FERREIRA, 2009: 71-91). Goeldi (1900: 1-43), faz relato de uma série de 18 vasos inteiros de sua descoberta em poços sepulcrais no Cunani. Basicamente centra-se na análise da similaridade de motivos estilísticos, descrevendo urnas bem conservadas, mencionando que algumas contêm materiais osteológicos, porém não informa o que foi feito com esse material ósseo.

Já em meados do século XX, Peter Paul Hilbert (1958) faz a descrição de urnas funerárias que foram escavadas por Frei Protássio Friel, em julho de 1957, na denominada missão franciscana “São Francisco do Cururú”. A missão fundada pelos padres franciscanos encontra-se na margem esquerda do Alto Tapajós, região dos índios Mundurucú, de grupo linguístico Tupi, conhecidos à época por serem “agressivos” e por sua afeição a guerra (HORTON, 1948: 271-282).

Foram encontradas urnas perto da margem do rio Cururú, sendo algumas visíveis na superfície e outras cerca de 50 cm abaixo da superfície. Nessa escavação, Hilbert interpretou que a distribuição das vasilhas no terreno dava-se de forma arbitrária, sem um padrão. Seriam, segundo ele, enterramentos secundários, contendo fragmentos de ossos longos ou esfarelados e misturados com terra, sem nenhum tipo de acompanhamento, perto desse local foram achados fragmentos de cerâmica do tipo cuscuzeiro, indicando que esse espaço podia ser interpretado como um sítio cemitério e de moradia.

Hilbert faz a descrição da única urna inteira, destacando restos de ossos de dois indivíduos, um adulto e uma criança. Os ossos estavam frágeis, contendo um maxilar, crânio e dentes, esses últimos estavam em bom estado, o que permitiu supor que se tratava de um adulto jovem. Quanto às demais urnas, estavam quebradas, percebendo a presença de ossos esfarelados. O autor chega a conclusão de que os fabricantes da cerâmica não eram os Mundurucú históricos, pois esses não utilizavam o sepultamento secundário de ossos. Entre eles, as pessoas de alta posição tinham os ossos queimados após a separação da carne, e as cinzas é que eram dispostas nas urnas.

Betty Meggers (1957), de maneira geral faz uma interpretação do conteúdo ósseo em algumas urnas, sua decoração e o que os vestígios ósseos presentes nos sítios estudados podem revelar na interpretação dessas populações amazônicas. Comenta ainda, sobre o potencial agrícola e fértil do solo amazônico, utilizando esse contexto como suporte para suas conclusões de que esta sociedade era estratificada. Solos pobres, estresses climáticos cíclicos e escassez de proteínas teriam restringido o crescimento demográfico e o desenvolvimento de sociedades densas e sociopoliticamente complexas, desta forma, não há dúvidas sobre a inventividade e riqueza dos sistemas culturais amazônicos, sendo consideráveis os diversos fatores destacados como subsidio para que existisse um teto ao desenvolvimento cultural nesses ambientes amazônicos. Neste livro faz uma série de considerações sobre os processos de sepultamento na Amazônia.

As análises passam primeiramente pelo território do Amapá, onde são definidas fases arqueológicas para as ocupações indígenas, que assim são divididas em: Aruã, Mazagão e Aristé (vd. **Figura 1.**). Sobre a questão dos sepultamentos e materiais osteológicos na fase Aruã, Meggers (1957: 37-44) chama a atenção para a ausência de materiais ósseos em alguns sítios no território do Amapá, como o sítio A-23: Ilha de Fortaleza (vd. **Figura 1.**), considerando a ação humana como responsável pela ausência desse material nos sítios visitados, relatando que uma série de caboclos da região visitaram esses locais e acabavam retirando o conteúdo de dentro das urnas. Na sequência fala que apesar do baixo nível cultural, existia a ocorrência de sepultamentos secundários em grandes urnas colocadas na superfície, em especial nas ilhas de Caviana e Mexiana, encontrando 18 urnas simples contendo fragmentos ósseos, onde foi praticado o sepultamento secundário e dispostos na superfície ou mesmo em buracos rasos. Nestas urnas ossos longos foram observados dispostos lado a lado no interior de grandes urnas, sendo que esses ossos tinham traços de tinta vermelha, ainda sobre as práticas funerárias nesse espaço, Meggers (1957) acrescenta que existe a possibilidade do abandono da cabana após o falecimento de um ocupante, ou mesmo, do enterro em cemitérios dessas urnas contendo acompanhamento ou não.

A fase Mazagão por vez mostra a presença de fragmentos ósseos em sítios como Piçacá, onde foi verificada a presença de vasos zoomorfos e antropomorfos tendo datações do séc. IV ao XVI (SALDANHA, 2010). Um dos vasos antropomorfos (C), continha ossos e a presença de três fragmentos de molares que mostraram ser de um jovem adulto que sofreu um processo de sepultamento secundário, nenhum outro dado antropométrico foi possível de ser investigado devido ao péssimo estado de conservação do material osteológico, porém, destaca-se o preenchimento dessa urna com os ossos e areia branca.

Outra vasilha (E), continha fragmentos de um crânio próximo ao centro, abaixo dos quais estavam ossos longos colocados paralelamente, neste mesmo espaço havia fragmentos de uma mandíbula com vários molares pouco utilizados, Meggers (1957: 44-102) fala em sepultamento secundário de um adulto com erupção dentária completa e molares pouco desgastados com cárie. Os demais vasos dessa fase contribuem para a ideia de enterramentos secundários quanto da existência de ossos, alguns vasos antropomorfos, zoomorfos e até mesmo cilíndricos não contêm ossos, muito devido às perturbações advindas de raízes.

A fase Aristé indica o padrão de sepultamento secundário, com datações do séc. IV ao XVI (SALDANHA, 2010). O sítio denominado de Montanha de Aristé chama a atenção para a cremação como uma prática. Dois sepultamentos secundários com a presença de remanescentes cremados de adultos foram encontrados, um deles consistia efetivamente de um corpo cremado, sendo que nos demais foram descritos fragmentos de ossos queimados. Um pequeno vaso medindo 9 cm de altura, 15 cm de diâmetro, 10,5 cm de diâmetro da boca e 7 cm de diâmetro de base côncava, chamado de L, chamou atenção devido à presença em seu interior de pequenas partículas de ossos queimados; um ou dois fragmentos do crânio de uma criança estavam ao fundo do vaso, onde existia barro preto e cascalho misturado por cima dos fragmentos. Foram encontrados em alguns casos pequenos machados de pedra, uma pequena estatueta, pingentes e contas de vidro, que foram colocadas com os ossos dos falecidos, sendo importante salientar que os vasos pequenos ou tigelas não estavam entre as oferendas.

Outra análise de Meggers (1957) corresponde às fases arqueológicas na Ilha de Marajó, que são cinco e dizem respeito a diferentes culturas e níveis de ocupação, classificadas como: Ananatuba, Mangueiras, Formiga, Marajoara e Aruã. Sendo que a única fase que tem sepultamentos é a Marajoara (vd. Figura 1.).

A principal fase descrita por Meggers (1957: 168-193) em seu livro corresponde a fase Marajoara (400 – 1300 A.D.). E sobre as práticas de sepultamento no teso Monte Carmelo, chama a atenção para uma vasilha denominada de A, com decoração do tipo Joanes Pintado (vd. Figura 2.), com um formato globular de 70 cm de diâmetro, um pescoço em aro que mede 50 cm de diâmetro. Foi encontrado no interior dessa vasilha A, fragmentos de ossos queimados e pequenos fragmentos cerâmicos. Nessa vasilha existe um segundo vaso em seu interior, esse segundo vaso ligeiramente menor que a vasilha A foi identificado como vasilha B. Dentro dessa vasilha B, existe outra vasilha pequena, com uma forma aberta e que foi identificada como C, que por vez, tem em seu interior outra vasilha, nesse caso menor ainda, chamada de D. Nesta vasilha existe a presença de restos de um enterro de cremação.



Vessels of Joanes Painted, Marajoara Phase. *a*, Red-on-white; height 22 cm. Pacoval; American Museum of Natural History, No. 41.0/1443. *b*, Red-on-white; height 38 cm. J-15, Mound 1, Burial Group 2, jar B. *c*, Black-on-white; height 20 cm. Pacoval; American Museum of Natural History, No. 41.0/1442. *d*, Black-on-white; height about 23 cm. Museu Nacional, Rio de Janeiro, No. 9303.

Outra vasilha denominada de K fica em evidência pela presença em seu interior de outra vasilha inteira, sendo que, abaixo desta existiam restos de um esqueleto em bom estado de conservação, devido à proteção da vasilha acima. Foram identificados um crânio, costelas, pelve e ossos longos, sendo perceptíveis também, traços de tinta vermelha no fêmur. Esse material osteológico foi enviado a Marshall T. Newman, que relatou serem restos fragmentários de um indivíduo macho e adulto, sem idade determinada, onde os dentes mostravam desgaste de grau 4 (onde a cavidade da polpa fica exposta), bem como a presença de abscessos apicais no maxilar. Outro material osteológico foi analisado por Newman, agora da vasilha denominada I, nesse caso foi identificado como sendo um indivíduo, com osso grácil, podendo ser um sub-adulto ou adulto.

Meggers (1957: 267), salienta uma vasilha denominada de L, cujos ossos também são enviados a Marshall T. Newman - no Museu Nacional dos Estados Unidos - para serem analisados. Em suas conclusões descreve que os ossos são restos muito fragmentários de um homem, em torno de 26 anos de idade, e outro correspondente a uma mulher entre 18 e 25 anos de idade, que mostrou desgaste nos dentes, e que apesar de jovem, sua alimentação pode ser considerada extremamente abrasiva. Outra vasilha denominada de N, continha ossos desarticulados em seu interior, sendo que, na parte de fora da vasilha existiam fragmentos mal preservados de outro esqueleto, associados a uma tanga vermelha.

Já no sítio Camutins, destaca uma descrição especial a vasilha denominada de 4, que tinha uma altura de 70 cm, em seu interior existiam restos de um esqueleto, que após analisados por Marshall ficou definido como sendo três fragmentos de mandíbula, dois fragmentos de maxilar, quatro dentes, um osso pétreo e alguns poucos ossos longos. As peças e os dentes do crânio pertencem a um mesmo indivíduo, que tinha um desgaste no segundo molar, mostrando ainda um terceiro molar incompleto, definindo a idade relativa entre 12 e 18 anos, sendo que os pequenos ossos da mandíbula indicavam ser uma fêmea.

A partir da escavação de um Mound chamado de 17, ficou evidente uma transição de enterro secundário com tangas para o enterro em vasos com cremação sem tangas associadas. Outra possibilidade é a existência de cemitérios isolados para além dos complexos das aldeias.

O mais antigo sítio do qual Meggers (1957: 309) fala é o Pacoval, sobre esse sítio Derby (1879: 224-229) encontrou enterros secundários em potes com tampas. As vasilhas eram por vezes sobrepostas, e, ocasionalmente, um estava dentro do outro, onde existiam também tangas associadas. A autora fala que Ferreira Penna, não encontrou tampas e atribuiu a ausência de esqueletos devido a prática de cremação. Ao citar Hartt (1871: 259-271) observou a cremação em algumas das vasilhas. Netto (1885: 257-554) observou que a cremação estava presente, mas era incomum. Já no Camutins, Farabee (1921: 142-161) detectou enterro primário em algumas das grandes vasilhas escavadas no Mound 17. Por sua vez, Hilbert (1952), que escavou em alguns dos cemitérios na parte superior do Igarapé Camutins, relata a ausência de cremação e rara presença de tangas associada com os enterramentos secundários. Este padrão de sepultamento aparentemente confuso tem duas explicações possíveis: a primeira seria uma alteração ao longo do tempo e segundo, um tratamento diferencial de indivíduos de *status* sociais diferentes ou mesmo, as duas possibilidades.

A tanga colocada dentro das vasilhas junto aos ossos, vestígios de tinta vermelha, tigelas com vestígios de alimento, a presença de ossos de mamíferos, de aves e de crocodilo, reforçam a interpretação de ofertas junto às práticas de sepultamento. Em suas conclusões, Meggers (1957) chama a atenção para uma vasilha denominada de L, com policromia, de característica antropomórfica, que estava acompanhado nos lados por frascos também grandes, porém simples, contendo esqueletos de vários indivíduos, bem como tangas, e em uma dessas, a existência de duas pequenas tigelas. É inferido que pelo fato de todas as três vasilhas terem

sido enterradas ao mesmo tempo, o contraste entre as vasilhas laterais com múltiplos esqueletos e a vasilha central com um único ocupante, acabariam por indicar que alguém de grande importância foi envolvida nesse enterramento. No extremo oposto do sítio, existiam indivíduos enterrados sem sequer uma vasilha e muitas das vezes com uma tanga associada. Estas diferenças no padrão de sepultamento, variando de nenhuma vasilha, para vasilhas simples e depois vasilhas elaboradas e pintadas, enterradas em associação com vasilhas mais simples, refletem o tratamento diferenciado aos mortos com base em distinções de classe ou posição social.

Por fim, a quantidade de cacos de vasos de cerâmica de todos os tipos, tanto liso quanto decorados, ou ainda o grande número de tangas e bancos quebrados, até mesmo de locais de queima, acabam por sugerir que os cemitérios foram palco de algum tipo de cerimonial elaborado, onde os funerais poderiam ser ocasiões de grande importância ou até da existência de ações periódicas em homenagem aos mortos na qual as ofertas acabaram sendo feitas.

Os autores citados fazem uma série de interpretações sobre o modo como eram dispostos os ossos dentro das urnas, em alguns casos sobre o sexo ou a idade relativa dos indivíduos ao morrer, até mesmo em alguns casos é possível saber se houve algum processo de descarnar após a morte. No entanto, para além da importância do material ósseo, esses achados inauguravam na verdade os debates sobre quanto eram complexas essas sociedades pretéritas, e além do mais, quanto estas sociedades estavam permeadas de significados dentro de um universo simbólico complexo.

Se por um lado os ossos indicavam informações básicas relacionadas à identificação osteológica, sexo e idade, as urnas através da cerâmica, das suas formas, das pinturas e da sua complexidade, foram utilizadas como base para interpretações sobre o modo de organização social, de produção, aspectos econômicos e políticos importantes. Talvez, dada à fragilidade do material osteológico, foram priorizados os vestígios mais conservados, no caso a cerâmica, deixando para segundo plano os materiais ósseos, o que diminui a possibilidade de interpretação desses rituais funerários.

2. “Invisibilidade” osteológica e funerária

O estudo de práticas funerárias na época pré-colonial, em especial na Amazônia, envolve certos limites, pois as referências a essas práticas na literatura arqueológica, sobretudo de remanescentes osteológicos humanos, não eram consideradas como uma fonte de informação privilegiada ou prioritária, mesmo quando feitas escavações em cemitérios com urnas, a prioridade foi sempre direcionada à cerâmica e não aos remanescentes humanos que as urnas continham. Essa situação permaneceu vigente até pelo menos a primeira metade do século XX (Mendonça de Souza 2010, 2013).

Os sítios que apresentam esqueletos humanos são pouco explorados no seu potencial informativo, por ser próprio de uma abordagem especializada, que ainda tem desenvolvimento parco no Brasil, sabe-se de forma limitada sobre a morte e os mortos pré-históricos.

O estudo dos restos humanos, no início do século XX, praticamente restringiu-se aos achados intactos e bem conservados, sendo muitas vezes realizadas somente análises dos crânios, priorizando características biológicas evolutivas, como sendo suficientes para explicar todo o relacionamento biológico entre populações humanas (MENDONÇA DE SOUZA, 2001: 481). Até a segunda metade do século XX, ainda existia uma carência de especialistas que trabalhassem

especificamente com ossos no âmbito das pesquisas arqueológicas, sendo que, para algumas análises era necessário enviar os vestígios osteológicos para fora do Brasil, como aconteceu com Betty Meggers (1957) em relação às urnas do Marajó.

No meio acadêmico, em congressos ou eventos voltados à arqueologia, percebe-se que arqueologia funerária está presente em poucos momentos, principalmente quando comparado com debates, comunicações e artigos que tem como evidência arqueológica prioritária a cerâmica. Isso se deve, em parte, ao fato da cerâmica ter sido historicamente utilizada como fóssil guia para a identificação de fases e tradições arqueológicas. Muito porque as características climáticas e ecológicas dificultam a preservação de artefatos e evidências orgânicas (SCHAAN, 2007b: 87).

Com demasiada frequência, existe uma tendência apenas ao estudo morfológico, em interesses paleopatológicos de material ósseo privado de todo o contexto cultural. Percebendo o material apenas como sendo um interesse disciplinar restrito, sem abordar-se. A tentativa de reconstrução de tais ritos, do objetivo da arqueologia funerária, sem considerar os dados fornecidos pelos restos humanos, constitui uma aberração epistemológica flagrante. Deve-se reconhecer, no entanto, que a disciplina foi erguida em tais estudos e que estudos semelhantes continuam até os dias atuais (DUDAY, 2006; WILLIS, 2009).

Percebe-se uma separação entre as análises, de um lado os ossos e do outro, materiais cerâmicos e líticos que acompanhavam os remanescentes humanos. Em geral o estudo dos remanescentes humanos é feito após a coleta, já em laboratório, e o antropólogo físico ou arqueólogo encarregado dessas análises tem poucas informações sobre o contexto de coleta, comprometendo a interpretação. Como consequência, tem-se um trabalho sobre cerâmica e outro sobre os remanescentes humanos, sendo que essa separação não produz um relato adequado sobre essas práticas mortuárias. De maneira geral, informações importantes deixam de ser relacionadas. Não que não se possa fazer a investigação em campos específicos, mas essa esquizofrenia entre campo e laboratório, e entre análises de materiais diferentes vai contra a necessidade de se estudar o contexto arqueológico de maneira mais ampla. Reconhecemos as dificuldades de se fazer estudos desse tipo, porém em arqueologia a especificidade teórica e de métodos nunca foi algo fechado, ela sempre utilizou das diversas ferramentas para entendimento das sociedades pretéritas, logo, por quê não se praticar isso no campo das práticas mortuárias (WILLIS, 2009).

Os sepultamentos e as práticas mortuárias existentes na Amazônia sempre foram descritos (PENA, 1894; GOELDI, 1900; MEGGERS, EVANS, 1957; HILBERT, 1958; HARTT, 1885), comentando a importância dos sítios arqueológicos com a presença de urnas com vestígios osteológicos, em relação aos outros materiais como cerâmica e lítico, ou mesmo nas descrições sobre as urnas e vasilhas, e o seu conteúdo.

O que de fato acontece é que, não se tem a ideia do quantitativo de material osteológico já encontrado na Amazônia, cabe destacar que parte dos materiais presentes em museus nacionais ou internacionais está descontextualizado, sem informações completas, seja de localização ou mesmo dos processos que envolveram sua retirada e sua origem. Ou seja, percebe-se a necessidade de um registro fiel e detalhado do espaço da coleta, para que não se incorra em erros de interpretação do contexto do sepultamento, logo, para além dos dados técnicos que não precisam do contexto da pesquisa, essa atenção e registro inserem o vestígio osteológico dentro de um contexto de interpretação que seja mais amplo e menos fragmentário do passado, que vá além das informações básicas de sexo e idade (ROKSANDIC, 2002; DUDAU, 2006; WILLIS, 2009).

Colaborando com essas dificuldades, e um amplo pensamento negativo sobre os materiais osteológicos na Amazônia, Mendonça de Souza (2010: 428) irá caracterizar esse pensamento na figura de mitos, como sendo um dos fatores que por muitas décadas afastou pesquisadores dos estudos que envolviam materiais provenientes da Amazônia. O primeiro “mito” arqueológico tem enfoque determinista, relativo a teoria da diluição demográfica, e basicamente comenta que as populações amazônicas não chegariam a ser grandes, pois a floresta tropical não teria como sustentar economias e sistemas sociais complexos, esse mito justificaria, portanto, a escassez de achados na Amazônia.

O segundo “mito” arqueológico, segundo Mendonça de Sousa (2010: 428) seria de que os vestígios osteológicos se decomporiam de maneira rápida no ambiente tropical, ou seja, não existiriam em longo prazo evidências para estudo. Este segundo mito, que ela chama de mito da diluição biológica, seria um dos mais propagados, considerando-se os processos tafonômicos que usualmente levam à rápida degradação de materiais orgânicos devido a umidade e grande atividade biótica, que não deixariam indícios para estudo.

As informações relacionadas ao mito da diluição biológica (MENDONÇA DE SOUZA, 2010: 428) não são de todo infundadas, pois existem dificuldades de conservação do material biológico e osteológico, (seja pela acidez do solo, pela atividade biótica, pelos processos tafonômicos, pelo tempo, clima, processos de tratamento do corpo e etc.) porém, os limites não se encerram neste discurso da má conservação. A questão é, como retirar informações a partir do material existente, degradado ou não, e que possam ajudar a responder questionamentos que ultrapassem a predominância ceramista na Amazônia. Esse mito então não se fundamenta de maneira completa, já que hoje é possível retirar informações técnicas dos menores achados.

Tais mitos revelam não somente um afastamento dos estudos de materiais funerários, eles revelam a falta de uma especialização adequada no trato do material. Na Amazônia essa especialização fica evidente quando olhamos a quantidade de especialistas em Bioarqueologia que estão presentes nas universidades e museus. Tanto é que, quando se torna necessária alguma análise mais complexa, o profissional da arqueologia normalmente trabalha em conjunto com outros profissionais, sejam da genética ou da botânica, que muitas das vezes não estão acostumados ao olhar investigativo e teórico direcionado ao vestígio osteológico e arqueológico, o que limita em parte as análises, apesar de perceber com bons olhos esse esforço por parte dos profissionais que se envolvem em arqueologia.

Ainda sobre as problemáticas relacionadas à formação do investigador, existe uma quantidade enorme de materiais a serem trabalhados por uma quantidade pequena de especialistas. Não se trata em querer trabalhar o material relativo a mais de cem anos de arqueologia brasileira daqui em diante, a preocupação é com a formação do profissional em arqueologia, que basicamente conheça e possa trabalhar os vestígios osteológicos e perceber a importância das práticas mortuárias para a investigação de forma geral. O que ficou para trás sempre será um questionamento sobre o que poderia ter sido feito. Desta forma, pretende-se a partir dessa formação de especialistas perguntar o que está sendo feito, a partir da relevância dada ao entendimento dessas práticas mortuárias no mesmo patamar das investigações com cerâmica.

Essa problemática levantada não é nova, havia sido relatada como possibilidade de formação de antropólogos e arqueólogos. Neves (1988: 4-5) afirma que o processo de curadoria de uma coleção é uma grande oportunidade para ensinar osteologia básica a estudantes e profissionais da área de arqueologia, demonstrando a importância das pesquisas também em coleções que ainda não foram preparadas e inventariadas.

Entende-se, que as pesquisas necessitam desde o início planejarem situações relacionadas a sepultamentos e vestígios orgânicos. Geralmente os arqueólogos só se preocupam com esse

material a partir do momento em que ele é encontrado no sítio, percebe-se uma incontável quantidade de sítios com potencial bioarqueológico que aguardam pesquisas capazes de recuperar tipos específicos de evidências, através de perguntas pertinentes, técnicas e métodos adequados à realidade arqueológica da Amazônia (MENDONÇA DE SOUZA, 2010; 2013).

Mendonça de Souza (2010: 427) argumenta que parte dessa carência de informações relacionadas aos grupos amazônicos não deve ser creditada à impossibilidade de se realizar estudos (pois existe uma grande quantidade de pesquisas na Amazônia relativas a contextos de formação, rituais funerários, iconografia, cerâmica, líticos, bem como estudos direcionados às hipóteses de ocupação do espaço e do domínio da natureza, até mesmo estudos sobre a paisagem e arte rupestre), muito pelo contrário, o que falta é investimento especializado e olhares interessados para os estudos dos remanescentes humanos de povos amazônicos e pesquisas arqueológicas que possam ser feitas em maior extensão e profundidade.

Sene (2003: 2) percebe a falta do estudo dos rituais funerários entre as populações caçadoras-coletoras e horticultoras na literatura científica sobre o tema, pois *“(...) na maioria das vezes, as práticas mortuárias são subdivididas em subsistemas menores, os quais, por sua vez, são analisados e descritos sem relação com o todo - o sistema humano, ou até mesmo sem vinculação com os demais componentes do mesmo.”*

3. Práticas funerárias e suas evidências na Amazônia

No âmbito da arqueologia, em especial no território do Amapá, existem diversas descrições sobre os processos de tratamento dos corpos, em especial a cremação, quando é efetuado o enterro do corpo, seguida da eliminação da parte mole e posterior cremação dos ossos. Tais descrições sobre essas práticas mortuárias levam à conclusão de que, as práticas de sepultamento evidenciam a complexidade religiosa e social das comunidades pretéritas, seja pela produção em algumas tribos de uma cerâmica elaborada ou pela complexidade religiosa nos processos de tratamento e de obrigações ltuosas (GUAPINDAIA, 2004; NUNES FILHO, 2010; SALDANHA, CABRAL, 2010).

No Amapá existem evidências sobre a existência de materiais funerários cremados e depositados em urnas. Hilbert (1958) afirma que urnas funerárias encontradas em abrigos e cavernas, ou mesmo sepultadas diretamente na terra, continham ossos de enterramentos secundários, bem como restos de cremação.

Em um levantamento de 10 sítios da fase Maracá, Guapindaia (2004) percebe a prática de dois momentos rituais, um referente ao descarte das partes moles, que pela ausência de marcas nos ossos presume técnicas menos abrasivas para o descarte, ou mesmo arrojá-las no corpo para acelerar o seu processo de putrefação sendo, portanto, um funeral primário; um segundo momento seria a exumação com outras inúmeras possibilidades de tratamento dos ossos, como: queima, trituração para consumo com bebidas, distribuição entre os parentes ou mesmo o depósito desses ossos em urnas, que seria por fim um funeral secundário. Essas urnas geralmente são antropomorfas, zoomorfas, antropozoomorfas ou tubulares.

Em relação aos sítios da fase Maracá, ficou evidente o descarte e depósito de ossos em urnas, geralmente individuais, e com correspondência entre a representação sexual da urna, com o sexo do indivíduo. Internamente percebe-se a disposição dos ossos de forma intencional (GUAPINDAIA, 2004).

A localização dessas urnas Maracá geralmente são em grutas, colocadas sobre a superfície. Em algumas grutas a visualização das urnas é próxima à entrada, em outras estavam posicionadas no fundo. Essa disposição mostra a importância da relação entre a comunidade e os mortos, pois não “enterrar” as urnas no solo, fazia com que a cada novo sepultamento existisse contato com os ancestrais. Na região do Amapá, é comum encontrar túmulos pré-históricos em poços com câmara lateral que pode representar uma forma de proteção, onde o poço serviria para esconder o sepultamento, e a câmara lateral protegeria as urnas funerárias de um possível desmoronamento (Goeldi, 1905; NUNES FILHO, 2010; GUAPINDAIA, 2004).

Da Amazônia Central, provem dados importantes sobre práticas mortuárias. Há de se destacar o trabalho de Py-Daniel (2009), que descreve o sítio Hatahara, descoberto em 1997, situado à margem esquerda do rio Solimões (vd. Figura 1.). O local havia sido impactado por ocupações do período colonial e recentes, apresentando uma boa integridade, grande quantidade de fragmentos cerâmicos, ocorrendo também terra preta de índio, estando próxima a recursos fluviais, este sítio foi considerado importante, por permitir estudar e testar as ideias contrárias de Lathrap e Meggers em uma região específica, compreendendo os processos de ocupação e sua relação com o resto da Amazônia.

Uma característica importante neste sítio, caracterizado como sendo multicomponencial, é a presença de montículos. Determinou-se uma sequência de ocupação dividida em quatro fases: A fase Açatuba (300 a.C.a 350 d.C.); fase Manacapuru (550 – 650 d.C.); a ocupação Paredão, associada à terra preta e à construção de montículos (750 a 1020 d.C.), período também que se relaciona aos cacicados e presença de apliques antropomorfos estilizados relacionados às urnas funerárias. Por fim, a fase Guarita (950 e 1450 d.C.) tem a presença de urnas funerárias antropomorfas.

Há predominância de materiais relacionados à Fase Paredão, datando entre os séculos VII e XIII. Nas escavações de 28 concentrações ósseas, existiam cerca de 38 indivíduos, e a presença de diversos tipos de sepultamentos: individuais, múltiplos, primários, secundários, diretos e indiretos. Cabe salientar que esses dados são referentes basicamente ao município de Iranduba, e quase a totalidade dos dados referentes aos padrões funerários da fase paredão são do município de Manaus, existindo a possibilidade de existir outros tipos de sepultamentos e variações regionais.

Py-Daniel (2009: 106) enfatiza que “(...) o padrão funerário da fase Paredão no sítio Hatahara difere do que é conhecido para a época em outros sítios arqueológicos. Hilbert (1968) descreve em seu trabalho pioneiro para a região, que essa fase era conhecida pelas suas grandes urnas funerárias”. É uma característica importante do sítio Hatahara a continuidade de traços entre as três fases mais antigas, baseadas em morfologia e estilo sobre o material cerâmico. Contudo, com relação aos padrões funerários no sítio Hatahara, o que se apresenta é uma ruptura, pois as urnas encontradas pertencem a um momento mais antigo de ocupação (Manacapuru), o que coincide com as descrições de Hilbert (1968).

Também no estado do Pará, remanescentes osteológicos em contextos funerários têm sido estudados. Um sítio analisado por Bezerra (2008), localizado à margem esquerda da foz do rio Paru, em uma comunidade denominada Jaburu do Rio Paru, no município de Almerim, à 458 km em linha reta de Belém, foi identificado por Protássio Frikel, no século XIX no rio Paru, cinco sítios arqueológicos e por Curt Nimuendaju, em 1944, uma série de comunidades indígenas.

Ao analisar o material coletado em Almerim, no sítio PA-AM-06: Juburu do Rio Parú (vd. **Figura 1.**), Bezerra (2008) a partir do relatório, da morfologia do solo e da diversidade de materiais de campo, infere que o sítio é multicomponencial, com a presença de diferentes momentos

históricos relacionados, bem como o acontecimento de uma série de contatos com os colonizadores. Essa conclusão é fruto em parte do processo de fundação de Almerim e por uma série de vestígios arqueológicos encontrados como cerâmica, líticos e padrões de sepultamento, ou ainda a presença de índios pré-coloniais na região até a época do contato, que acabam mostrando a interação com o colonizador através de vestígios como a faiança, a porcelana e as louças. Esse sítio foi escavado por uma equipe do Museu Paraense Emílio Goeldi em outubro de 2005, e evidenciou que esse aldeamento era formado por comunidades indígenas Aparai, Urucuiana, Aracaju, Apama e Carapeuara confirmada por Curt Nimuendaju em 1944, bem como identificou falantes do Tupi e Karib em áreas próximas ao sítio.

Bezerra (2008), fala desse sepultamento com esqueleto, retirado do contexto e transportado a reserva técnica do Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG). Na escavação ficou evidente a fragilidade desse material, que tratava-se de um indivíduo adulto jovem, do sexo masculino. As descrições técnicas relacionadas à identificação osteológica são bem claras, porém as análises das práticas mortuárias não são parte do trabalho. O material ósseo corresponde a 70% do esqueleto de um indivíduo, encontrado na posição decúbito dorsal com os ossos na posição original, no que diz respeito as articulações, disposto diretamente no solo. No espaço do sepultamento foi encontrada uma vasilha cerâmica com dois adornos antropomorfos de base anelar e com engobo vermelho.

Duas outras vasilhas mais simples também estavam juntas ao esqueleto, com bordas voltadas para baixo, uma estava disposta próxima a cabeça e a outra, fragmentada, situava-se próxima aos ossos do fêmur e cobrindo parte da mão esquerda (BEZERRA, 2008). Com os dados fornecidos na descrição foi possível inferir que o sepultamento tratava-se de uma inumação simples diretamente na terra (METRAUX, 1947; CHAUMEIL, 1997). Os acompanhamentos (vasilhas) indicam o cuidado envolvido na disposição do corpo, mas pode-se inferir, pelas descrições, semelhança com práticas tupinambá, e em consonância com as características desse tipo de sepultamento descritas por Chaumeil (1997: 211), onde: “(...) *la inhumación puede ser simple o primaria (ya sea directamente en la tierra o en una urna) [...] La inhumación bajo tierra se practica en algunos grupos Tupí como los Araweté y em varios grupos Carib. Los antiguos Tupinambá combinaban dos modos de sepultura; una directa en la tierra, la otra en una urna.*” Por fim, não se tem uma datação para este sítio.

Bezerra (2008) também escavou em laboratório urna coletada no sítio PA-JO-37: Fortaleza, localizado na Ilha do Marajó/Pará (vd. **Figura 1.**). Os sepultamentos nos sítios da Ilha de Marajó ocorrem em urnas de forma primária ou secundária, sendo frequente encontrar objetos provavelmente pertencentes ao morto (MEGGERS, EVANS, 1957). Os ossos estavam friáveis, optando-se pelo transporte para análise e escavação em ambiente controlado. A autora descreve a urna como pertencente a tipologia Joanes Pintado, com uma base arredondada, formato globular e pescoço alongado, sendo que no pescoço ocorre a existência de apliques antropomorfos (olhos e bocas), formando uma face estilizada, sua pintura basicamente é vermelha sobre engobo branco, de forma estilística sua pintura lembra a representação de cobras em todo o seu corpo.

Possivelmente trata-se de um sepultamento secundário, em que os ossos não estão ordenados no interior da urna. Apesar de em alguns casos de sepultamento em urnas do Marajó, o indivíduo encontra-se articulado em posição anatômica com a parte do crânio tombada. Na retirada dos ossos, não foram encontrados ossos chatos, a mandíbula e o maxilar. Foram encontrados fragmentos de ossos do crânio, tombado no fundo da urna. Os ossos longos estavam dispostos de forma vertical, não havendo organização entre eles. O sexo do indivíduo não pode ser definido a partir das análises osteológicas, entretanto, percebe-se que o padrão funerário e a sua decoração sugerem que seja um indivíduo do sexo feminino. Pela análise visual do material ósseo, Bezerra (2008) supôs ser um indivíduo adulto.

Em pesquisa de salvamento arqueológico realizada no Porto Santarém (vd. **Figura 1.**), foram identificadas vasilhas enterradas que acabaram sendo interpretadas como sepultamentos (SCHAAN, 2012). Das diversas escavações realizadas na área 2, resultaram 13 feições arqueológicas, onde na maioria destas tinha a presença de vasilhas. Estas feições relevaram-se como vasilhas rasas, enterradas em camada estéril, com a presença de sedimentos que continham microfragmentos ósseos. Em nenhuma das vasilhas foram identificados fragmentos de ossos que permitissem sua identificação. Havia carvão, fragmentos líticos, cerâmicos e muitos fragmentos minúsculos de ossos (SCHAAN, 2012).

A posição das vasilhas indica deposição intencional, algumas vasilhas estavam cobertas por camadas de fragmentos de cerâmica, sugerindo intenção de proteger seu conteúdo, a presença de ossos microfragmentados friáveis indica que os sepultamentos podem ter sido feitos a partir de ossos já triturados (SCHAAN, 2012)

Até então, escavações realizadas na cidade de Santarém não haviam identificado sepultamentos em urnas, o que levou Nimuendajú a considerar que seria verídica a informação etnohistórica de que os Tapajós praticavam o endocanibalismo como principal forma de tratamento funerário (CHAUMEIL, 1997). Heriarte (1874) mencionou que os Tapajós consumiam os ossos triturados e queimavam os objetos pertencentes ao morto: Desta forma, *“(...) [q]uando morre algum d’estes índios, [...] os poem em umas cazas que tem feitas so para elles, aonde estam a mirrar e a consumir a carne: e os ossos moidos os botam em vinho, e seus parentes e mais povos o bebem (...)”* (HERIARTE, 1874: 16-17).

As evidências apresentadas nessas pesquisas indicam variabilidade de práticas funerárias na região do baixo Amazonas. Tornando-se claro que as práticas funerárias são parte importante no entendimento dos processos de ocupação da Amazônia, seja na relação com o espaço em que se dá a ação ritual, seja com o contexto funerário e características essenciais na relação com os mortos em cada grupo. Para além disso, a compreensão de que o contexto da escavação também passa pela aceitação e valorização dos vários aspectos funerários como fatores fundamentais ao entendimento das relações sociais, econômicas e políticas em um sítio, são constantes da vida do grupo, o que contraria a ideia de separação investigativa e parcial entre campo e laboratório, assim como a vivência do grupo, a pesquisa deve preocupar-se com essa continuidade investigativa (BARRETO, 2008).

É necessário promover uma continuidade dos estudos entre campo e laboratório, de forma a trazer a interpretação do contexto como um todo, que não resulte em pesquisas separadas de um mesmo sítio, com perspectivas diferentes. A intenção é, proceder de forma continuada sob as diversas perspectivas investigativas possíveis sobre o sítio e o material osteológico que ali esteja presente, baseando-se através de uma investigação multicampos.

4. Considerações Finais

É evidente a necessidade de um profissional treinado tanto em campo como em laboratório, além do mínimo de condições técnicas na guarda, preservação e recuperação de remanescentes humanos, bem como equipamentos para o seu manuseio.

Quando esses procedimentos são levados em consideração, tendo o cuidado e preocupação com o que será resgatado, abre-se uma série de possibilidades de análises e informações que podem ser extraídas. Por exemplo: (I) Genética Humana; (II) a Demografia; (III) a Morfologia; (IV) a Fisiologia Humana; (V) a Etologia que de forma comparativa relaciona-se com as questões de comportamento; (VI) a Epidemiologia que estuda os diversos fatores que vão

influenciar nos aspectos da difusão e na propagação de doenças; (VII) a Imunologia; (VIII) a Ethnohistória que trata principalmente dos fatores da história documental dessas populações pretéritas nesse contexto [...] (LEWIN, 1999; BEZERRA, SILVA, 2009; BEZERRA, 2008).

As técnicas a serem empregadas dependerão da conservação e do cuidado com que o material foi retirado, de acordo com a necessidade da pesquisa, de acordo com as perguntas e hipóteses levantadas. Contudo, quando não se tem o cuidado inicial com esse material, as possibilidades investigativas são reduzidas exponencialmente, impedindo uma série de análises e respostas que poderiam ser extraídas desse tipo de vestígio arqueológico.

A restauração e conservação desse material podem colaborar com uma interpretação mais próxima da realidade, indo além das informações sobre a degradação do material, sobre sexo, idade biológica, sinais de doenças, traumas e anomalias, características métricas e não métricas, entre outras. É importante acima de tudo o olhar e o cuidado para além dos ossos, exatamente porque, quando em campo, esses materiais expressam informações que vão além da morfologia (MENDONÇA DE SOUZA, 2013). Podem-se obter informações sobre aspectos invisíveis que levam ao entendimento das práticas mortuárias, de sua simbologia e seu significado para essas comunidades pretéritas.

Uma das possibilidades de trabalho com o material osteológico é o processo de consolidação, que de fato deve ser feita somente quando esgotadas as possibilidades de extração do material com outros métodos que não incluam a interferência química. Normalmente é usado quando o material osteológico está muito friável, quando dificilmente se consiga extrair outros tipos de informações mais técnicas, como a extração de materiais orgânicos que contenham DNA. Neste caso, prioriza-se o transporte para um ambiente controlado, onde seja possível com mais detalhes fazer a escavação e análise dos ossos. Dependendo da forma como foi consolidado, ainda é possível através da reversão do processo extrair informações mínimas, isso devido o processo de consolidação ser muito intrusivo.

Outra ação importante é o cuidado de registrar todos os passos e processos realizados na escavação, visando que as informações em campo não deixem dúvidas e cheguem de forma completa ao laboratório, seja para realização de processos reversíveis ou mesmo para saber os limites e possibilidades de investigação técnico-laboratorial que o material deve passar. Esse registro bem feito é importante para se ter ideia do material e das técnicas a serem utilizadas, para a correta utilização e investigação em ambiente controlado, principalmente quando se pensa que o processo de restauração e conservação tem a clara intenção de preservar a integridade do material (IBAÑES, 1990 *apud* BEZERRA, SILVA, 2009).

Outra preocupação reside na retirada rápida dos ossos desse espaço, o que poderá prejudicar a observação e inferência, já que os cuidados necessários com os remanescentes devem ser conjugados com a interpretação do sítio (MENDONÇA DE SOUZA, 2013).

O modo como tratar esse tipo de material está retratado em uma série de propostas, atreladas a dinâmicas diferentes e situações diversificadas, porém acreditamos que o trabalho de Py-Daniel (2009) utiliza uma série de propostas e percepções que são possibilidades concretas de controle de informações em campo. Desta forma, o protocolo por ela desenvolvido pode ser utilizado em boa parte dos sítios com sepultamento na Amazônia.

É muito clara a evidência do material osteológico em campo, existindo uma série de processos a serem observados e os seus significados interpretados. Py-Daniel (2009) chama a atenção para as características que devem ser observadas, elaborando um quadro onde é possível ver os tipos de processos que ocorreram no espaço, sejam fatores relacionados à tafonomia externa e interna, ou mesmo processos frutos de ação humana como: a Morte; o Corpo; a

Decomposição; o Solo; Atividade de Animais; a Atividade Botânica; o Ambiente; o Tratamento pré-sepulcral; o Tipo de sepultamento; a Causa da Morte e as Perturbações. Importante também verificar a existência de materiais associados que podem revelar algum tipo de preparação específica, ou mesmo fornecer datas relativas, para então proceder com o desmonte de todo o contexto do sepultamento.

Outra possibilidade está descrita no trabalho de Mendonça de Souza (2013), que reside em uma série de perguntas que ajudam a compreender o contexto arqueológico em que o material ósseo está inserido, destacando também, o contexto espacial como parte da interpretação sobre sepultamentos, onde os ossos que estariam no chão podem nos mostrar mais informações do que quando retirados. Quando retirados acabam por perder uma série de observações importantes, impossibilitando abordagens que possam responder diversas perguntas que são colocadas a partir de novos paradigmas.

Em especial para alguns sítios na Amazônia, percebemos que os protocolos são bem amplos e abrangentes, o que possibilita uma diversidade de interpretações e informações. Contudo, deve existir um protocolo mínimo a ser observado, no sentido de colher informações importantes a continuidade investigativa entre o campo e o laboratório. Tomando como base Souza (2013) e Py-Daniel (2009), podemos unir algumas observações importantes de seus trabalhos e propor um protocolo mínimo de investigação na presença de materiais osteológicos altamente degradados e o contexto onde está inserido.

Um primeiro passo seria o material em campo ser evidenciado de forma cuidadosa, ampliando o espaço para a certeza da presença ou não de materiais de acompanhamento relacionados à urna ou sepultamento. Segue-se então a percepção da decomposição relacionada ao material quando este se faz visível, seja pela descoloração do material, manchas no solo, processos de erosão do material e da urna, bem como se o material está craquelado, para que se tenha a ideia de como manusear o vestígio encontrado. Dando prosseguimento, segue-se com a retirada de amostra de solo ainda em campo, a percepção de atividades botânicas no espaço, seja direta ou indiretamente relacionado ao material, mas que esteja perto da área do sepultamento, procurando saber posteriormente que tipo de semente, raiz, árvores e de que forma esse material botânico acabou perturbando o material, ou mesmo perturbações relacionadas a reestruturação do espaço. Processos de reocupações também fazem parte da análise e da coleta de dados sobre o vestígio.

Ainda sobre o ambiente, é importante coletar o máximo de dados sobre o mesmo como, temperatura, umidade, grau de exposição do material e outras informações sobre o espaço onde o vestígio está. A ideia reside em ter uma leitura completa do ambiente para a análise em laboratório, muito devido à impossibilidade do retorno dos pesquisadores aos locais da retirada do material. Já sobre o material em si é importante a percepção do tipo e profundidade do sepultamento, a compactação do solo ao material funerário, a percepção da inclusão de outros objetos no contexto de sepultamento, a presença de buracos de estaca nos espaços do sítio e próximo ao material encontrado. Caso o osso esteja exposto verificar se o mesmo permite entender algum tipo de tratamento pré-sepulcral, como o processo de queima desses ossos.

Por fim, a descrição detalhada do espaço e do sepultamento, o registro de todo o ambiente que se relaciona com o material, fotografias dos vestígios em sua posição original, junto ao ambiente e as extensões, tudo deve ser bem descrito para que no caminho entre o campo e o laboratório não se tenha danos as informações preciosas sobre o material e seu contexto.

A continuidade de informações, com o intuito de gerar conclusões mais amplas e coerentes para a arqueologia da região Amazônica é possível, desde que seja pautada nos

conhecimentos básicos sobre procedimentos e técnicas, que não inutilizem os vestígios e impeçam o material relacionado as práticas mortuárias de “contar” uma parte da história e da cultura dessas populações pretéritas.

BIBLIOGRAFIA

BARRETO, C. - **Meios místicos de reprodução social: arte e estilo na cerâmica funerária da Amazônia antiga**. Museu de Arqueologia e Etnologia: Universidade de São Paulo, São Paulo, Tese de Doutorado em Arqueologia, 2008.

BEZERRA, I. A. - **Aspectos metodológicos sobre análises de remanescentes ósseos humanos: exemplos de sítios arqueológicos do Marajó e de Almerim, Pará, Brasil**. Faculdade de Ciências Sociais: Universidade Federal do Pará, Belém. Monografia de Especialização em Arqueologia, 2008.

BEZERRA, I.; SILVA, H. - Tirando do Pó: Uma Introdução Metodológica sobre o Tratamento de Remanescentes Ósseos Humanos de Origem Arqueológica. **Revista de Arqueologia**. Vol. 22, nº 2, 2009, p. 121-135.

CHAUMEIL, J. - Entre la Memoria y el Olvido. Observaciones sobre los ritos funerarios en las tierras baja de América del Sur. **Boletín de Arqueología PUCP**, 1997, p. 207-232.

COSTA, D. M. - Estudos Mortuários em Arqueologia Pré-Histórica e Histórica: de espelho etnográfico à máscara social. **Revista Habitus**. Vol. 10, nº1, 2012, p. 105-114.

DERBY, O. - The Artificial Mounds of the Island of Marajo. **American Naturalist**. Vol. 13, nº 4, 1879, p. 224-229.

DUDAY, H. - L'archeothanatologie ou l'archeologie de la mort (Archaeoethnoanatology of the archaeology of death). In GOWLAND, R.; KNUSSEL, C. - **Social Archaeology of funerary remains**. Oxbow Books: Oxford, 2006, p. 30-56.

FARABEE, W. - Explorations at the mouth of the Amazon. **Museum Journal**, Vol. 12, 1921, p. 142-161.

FERREIRA, L. M. - Solo Civilizado, Chão Antropofágico: A Arqueologia Imperial e os Sambaquis. In FUNARI, P. P.; JR., C. E. O.; SCHIAVETTO, S. N. de O. **Identidades, Discurso e Poder: Estudos da Arqueologia Contemporânea**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2005, p. 135-146.

FERREIRA, L. M. - "Ordenar o Caos": Emílio Goeldi e a arqueologia amazônica. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.** Vol. 4, nº 1, 2009, p. 71-91.

GOELDI, E. - **Excavações archeologicas em 1895. Executadas pelo Museu Paraense no Littoral da Guyana Brasileira entre Oyapock e Amazonas. 1ª Parte: As cavernas funerárias artificiaes de Índios hoje extinctos no Rio Cunany (Goanany) e sua cerâmica**. Museu Paraense de História Natural e Ethnographia. Memórias do Museu Goeldi, I, 1900, 43 p.

GUAPINDAIA, V. - **Práticas Funerárias Pré-históricas na Amazônia: as Urnas Maracá**. Margens/Márgenes. Vol. 5, 2004, p. 36-49.

HARTT, C. F. - The ancient indian pottery of Marajó, Brazil. **The American Naturalist**. Vol. 5, 1871, p. 259-271.

HARTT, C. F. - On the occurrence of face urns in Brazil. **The American Naturalist**. Vol. 6, 1872, p. 607-610.

HARTT, C. F. - **Contribuições para a etnologia do Vale do Amazonas**. Arquivos do Museu Nacional. Vol. 6, 1885, 174 p.

HERIARTE, M. de. - **Descrição do estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas**. Harvard University - Collection Development Department: Widener Library, 1874.

HILBERT, P. P. - **Contribuição à arqueologia da Ilha de Marajó**. Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, 5, 1952.

HILBERT, P. P. - Urnas Funerárias do Rio Cururú, Alto Tapajós. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Nova Série Antropologia**. Vol. 6, 1958, p.1-13.

HORTON, D. - **The Mundurucu. Handbook of South American Indians**. Vol. 143, nº 3, 1948, p. 271-282.

LEWIN, R. - **Evolução humana**. São Paulo: Atheneu, 1999.

MEGERS, B.; EVANS, C. - **Archaeological Investigations at the Mouth of the Amazon**. Washington, D.C: Smithsonian Institution. Bureau of American Ethnology. Bulletin 167, 1957.

MENDONÇA DE SOUZA, S. M. F. - Arqueologia de funerais: quando os mortos esclarecem os (arqueólogos) vivos. In **Anais do Congresso da Sociedade de Arqueologia**, São Paulo: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 1 CD-ROM, 2003.

MENDONÇA DE SOUZA, S. M. F. - O silêncio bioarqueológico da Amazônia: entre o mito da diluição demográfica e o da diluição biológica na floresta tropical. In EDITHE, P.; GUAPINDAIA, V. **Arqueologia Amazônica**, 1. Belém: MPEG/IPHAN/SECULT, 2010, p. 425-445.

MENDONÇA DE SOUZA, S. M. F.; GUAPINDAIA, V.; RODRIGUES-CARVALHO, C. (2001) - A necrópole Maracá e os problemas interpretativos em um cemitério sem enterramentos. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.**, Vol. 17, nº 2, p. 479-520.

MENDONÇA DE SOUZA, S. M. F.; LIMA, J. M. D. de; CARVALHO, O. A. de. - Restos humanos calcinados: cremação em abrigo ou sepultamento de cinzas? *Revista de Arqueologia*. Vol. 11, 1998, p. 107-124.

METRAUX, A. - Mourning rites and burial forms of the South American Indians. **América Indígena**. Vol. 7, nº1, 1947, p.7-44.

NETTO, L. - Investigações sobre a archeologia brasileira. **Arquivos do Museu Nacional**. Vol. 6, 1885, p. 257-554.

NEVES, W. A. - Uma proposta pragmática para cura e recuperação de coleções de esqueletos humanos de origem arqueológica. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Zoologia**. Vol.4, 1988, p. 3-26.

NUNES FILHO, E. P. - **Túmulos pré-históricos no Amapá: Sepultamento em poço**. Macapá: Editora Centro Genildo Batista, 2010.

ORVILLE, A. D. - The Artificial Mounds of the Island of Marajo, Brazil. **The American Naturalist**. Vol. 13, nº 4, 1879, p. 224-229.

PENNA, D. S. F. - Apontamentos sobre os cerâmios do Pará. **Arquivos do Museu Nacional, Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna**. II Volume: Conselho Estadual de Cultura. Vol. 2, 1877[1971], p. 46-71.

PENNA, D. S. F. - Archeologia e Ethnographia no Brazil. Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia. Vol. 1, nº 1, 1894, p. 28-31.

PY-DANIEL, A. R. - **Arqueologia da morte no sítio Hatahara durante a fase Paredão**. Museu de Arqueologia e Etnologia: Universidade de São Paulo, São Paulo, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, 2009.

ROKSANDIC, M. - Position of skeletal remains as a key to understanding mortuary behavior. *Advances in Forensic Taphonomy*. Boca Raton: CRC Press, 2002, p. 99-117.

SALDANHA, J. D. de M.; CABRAL, M. P. - A Arqueologia do Amapá: reavaliação e novas perspectivas. In EDITHE, P.; GUAPINDAIA, V. **Arqueologia Amazônica 1**. Belém: MPEG/IPHAN/SECULT, 2010, p. 95-112.

SCHAAN, D. P. - A ceramista, seu pote e sua tanga: identidade e papéis sociais em um cacicado marajoara. **Revista de arqueologia**. Vol. 16, 2003, p. 31-45.

SCHAAN, D. P. - Os filhos da serpente: rito, mito e subsistência nos cacicados da ilha de Marajó. *International Journal of South American Archaeology*. Vol.1, 2007a, p. 50-56.

SCHAAN, D. P. - **Salvamento arqueológico do sítio PA-ST-42: Porto de Santarém**. Ano II. Relatório Final - Volume 1. Belém: Universidade Federal do Pará. Relatório de escavação, 2012.

SCHWARCZ, L. M. - Os museus etnográficos brasileiros: "Polvo é povo, molusco também é gente" In **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil: 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 67-98.

SENE, G. - Rituais funerários e processos culturais: os caçadores-coletores e horticultores pré-históricos do noroeste de minas gerais. **Canindé - Revista do Museu de Arqueologia de Xingó**. Vol. 3, 2003, p. 105-133.

SILVA, S. F. S. M. - **Arqueologia das práticas mortuárias em sítios pré-históricos do litoral do Estado de São Paulo**. Museu de Arqueologia e Etnologia: Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado em Arqueologia, 2005.

WILLIS, A.; TAYLES N. - Field anthropology: application to burial contexts in Prehistoric Southeast Asia. **Journal of Archaeological Science**. Vol. 36, nº 2, 2009, p. 547-554.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

CUNHA, O. R. da - **Talento e Atitude. Estudos biográficos do Museu Emílio Goeldi I**. [Em Linha]. Museu Paraense Emílio Goeldi: Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira, 1989. [Consultado em 8 junho 2014]. Disponível na www <URL: <http://repositorio.museugoeldi.br/jspui/bitstream/123456789/677/1/Talento%20e%20atitude%20AURELIANO%20PINTO%20DE%20LIMA%20GUEDES.pdf>>.

MENDONÇA DE SOUZA, S. M. F.; RODRIGUES-CARVALHO, C. - 'Ossos no chão': para uma abordagem dos remanescentes humanos em campo. [Em linha]. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**.

Cienc. Hum., Vol. 8, nº 3, , 2013, p. 551-566. [consultado em 10 junho 2014]. Disponível na www <URL:<http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222013000300005>>.

SCHAAN. D P. - **Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além - e apesar - das fases e tradições.** [Em Linha]. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas. Vol. 2, nº 1, , 2007b, p. 77-89. [Consultado em 29 setembro 2014]. Disponível na www:<[http://www.museugoeldi.br/editora/bh/artigos/chv2n12007/janela\(schaan\).pdf](http://www.museugoeldi.br/editora/bh/artigos/chv2n12007/janela(schaan).pdf)>

Mortuary Practices in Pre-Colonial Amazônia

Diego Barros Fonseca

ABSTRACT

This article deals with burial practices in the Amazon and its context, describing bone material discovered in Amazon sites from the late nineteenth century, showing procedures and techniques related to human remains, implying the need for standardized procedures but malleable, with in order to get much information of osteological remains in the Amazon.

Key-words: Burials; Process Mortuary; Osteological Remains, Amazônia.

The first studies of bone materials within archaeological excavation contexts, especially in the second half of the 19th century, were mainly directed to interpretations related to age and gender, description and storage of bone material.

In addition, symbolic and contextual aspects involving burial processes were not commonly studied. Although there was concern with the archaeological context in which human remains have been found, it is apparent that research is directed to human palaeopathology (COSTA, 2012: 105).

In Brazil, in the early 20th century, particularly in ethnographic museums, an increase in research related to human remains and mortuary practices as well as to the role of museums as archives for 19th century collections and curiosities is noted. However, these studies lacked an analysis of the interpretative, symbolic and informative potential that burial-related materials can provide.

Recently, further research has been able to relate various investigative fields (in particular anthropology, bioanthropology, archaeology and linguistics) in the study of mortuary practices and burials in Amazonia, because of the way these materials are perceived by researchers (MENDONÇA DE SOUZA, 2003, 2010; MENDONÇA DE SOUZA et al., 1998; MENDONÇA DE SOUZA et al., 2001; MENDONÇA DE SOUZA, RODRIGUES-CARVALHO, 2013; GUAPINDAIA, 2004; SCHAAN, 2003, 2007a, 2007b; BARRETO, 2008; PY-DANIEL, 2009). This paper explores the difficulties, the importance of mortuary practices and the possibility of a better integration between field and lab in Amazonia.

1. Bone materials: how they were studied

Figure 1. Map of approximate location of sites mentioned in the text.

Funeral rituals are cornerstones in the history of societies, in the reaffirmation of identities and in cultural practices. Mortuary aspects related to objects found in the sites provide a

significant amount of valuable information which should be given proper consideration (GUAPINDAIA, 2004: 14).

In archaeological studies from the late 19th century, there is a clear intention to call the scientific community's attention to the importance of salvaging and cataloguing materials containing valuable information on past native Indian populations, and particularly burial-related materials. When the National Museum (1808) was established in Brazil, museums were spaces for curiosity holding flora, fauna and human history collections but there was no concern about classifying the items, i.e. museums were designed as areas for exhibition rather than for education and research (SCHWARCZ, 2010: 69-78).

At the end of the nineteenth century, under Ladislau Netto and Batista de Lacerda administrations, the National Museum started to be organised in the style of European centres, emphasizing biological research parameters and evolutionary analysis models. This type of theoretical approach is also present in the Museu Paulista in S. Paulo (1894) and the Museu Paraense Emilio Goeldi in Pará (1866). In addition to being a deposit of curiosities, these institutions are designed to study the collections and preserve, exhibit, analyse and interpret those items (SCHWARCZ, 2010: 69-78).

The first archaeological investigations that reported finding bone materials in Amazonia have focused on indigenous cemeteries on the island of Marajó and Amapá. According to Cunha (1989: 34), Domingos Soares Ferreira Penna "(...) *was one of the first researchers to handle, study and attach scientific value to ceramic objects from the extinct Amazon Indians from Marajó, Maracá (Amapá) and probably other locations*".

Ferreira Penna (1894: 28-30) reports that around 1872 the Paraense Museum received some urns containing skulls and other human remains which have been collected from the Maracá river. He also says that these were evidences of veneration by local natives of their chiefs, but makes no reference to what was done with the human remains found in the urns. He draws the attention of Charles Frederick Hartt on the pottery of the island of Pacoval, located next to lake Arary on the island of Marajó, emphasizing the effort and interest at the time to research on "ancient civilizations".

In what concerns the urns mentioned by Ferreira Penna, Hartt (1872: 610) gives a description of the outside and confirms the existence of part of a human skeleton including a skull inside the urn with no evidence of burning but he does not confirm the existence of a complete skeleton inside it. As the direct analysis of bone material did not allow to determine the gender of the individual, the researcher presumed that it belonged to a woman, since the urn was anthropomorphic and suggested a female figure.

Later, Penna (1877 [1971]: 179-183), describes two Maracá urns which supposedly contained bones arranged in an organised manner; flat bones in the middle and the others at the bottom; small bones on top of the fat ones; long bones touching the urn's wall, and resting on the femur and the humerus, crowning the whole arrangement, was the skull. He comes to the conclusion that considering the size of the long bones, the number of urns, and the size and discontinuity of the so-called *turrículos expressos*, these were individuals that died in childhood.

In 1876, Hartt sends Derby to Lake Arari and Mount Camutins in Marajó (see **Figure 1.**), where the existence of urns has been confirmed, either based on fragments of the contents of the urn or of the cavities from which they were removed. The way how the urns have been removed and the location where they have been found are not referred to, but Mr. Derby mentions three urns, which he describes as follows. One of the urns contained bones and had

been placed in another bigger urn. Another urn still contained parts of a skeleton and the skull, spinal column, ribs, femur and radius could easily be identified. The bones had been incinerated, but were very degraded, which led Derby to conclude that, as far as he could understand, the bones indicated a deposition after the decomposition of the flesh. Accompaniments, in particular a loincloth, have been found in a space between two urns.

According to this account, the urns would be at the National Museum of Rio de Janeiro. Besides, Hartt's text (1885) emphasizes the description of several urns in their aesthetic and structural aspects, hardly mentioning the presence of bones, teeth and ash inside them, i.e. nothing that confirms the presence of bone material. (HARTT, 1885; DERBY, 1879: 224-229).

In addition, Emílio Goeldi conducts research in the village of Amapá, and describes it as having been built over an archaeological site: "it is nothing but a funerary mound, an artificial "teso" in the sense that it is usually associated with the populations in the pasture triangle of the Marajó Island (GOELDI, 1900: 8; FERREIRA, 2009: 71-91). Goeldi (1900: 1-43) also refers to a group of 18 complete vessels found in funerary pits in Cunani. He basically focuses on the analysis of the similarity of stylistic motifs, describing well-preserved urns, mentioning that some contain bone materials, but does not mention what has been done with the bones.

Already in the mid-20th century, Peter Paul Hilbert (1958) describes the funerary urns found by Frei Protásio Friel, in July 1957, in the so-called "São Francisco do Cururú" mission. Founded by the Franciscan friars, the mission lies on the left bank of the Alto Tapajós region of the Mundurucú Indians, a people of the Tupi linguistic group, known at the time for being "aggressive" and having a propensity for war (HORTON, 1948: 271-282).

The urns have been found near the bank of the river Cururú, some visible on the surface and others about 50 cm below the surface. In this excavation, Hilbert suggested that the distribution of the vessels on the ground was arbitrary, without a pattern. According to him, these are secondary burials that contain fragments of long bones, crumbly and mixed with earth, and no grave goods. Nearby were found cuscuzeiro-type ceramic fragments which suggests that that area could have been a cemetery or a dwelling house.

Hilbert describes the only urn that was complete, mentioning bone remains of two individuals, one adult and one child. The bones were fragile, containing a jaw, a skull and teeth, these last ones in good condition, which led him to conclude that it was of a young adult. The other urns were broken indicating the presence of crumbling bones. The author comes to the conclusion that the manufacturers of the ceramic objects were not the Mundurucú, as these did not use the secondary burial of bones. Among them, high-ranking individuals had their bones incinerated after the decomposition of the flesh and the ashes were deposited in the urns.

Betty Meggers (1957) makes a general interpretation of the bone content in some urns, their decoration and what the collected bone remains can reveal about these Amazonian populations. She also comments on the agricultural potential of the Amazonian soil using that context to support her claim that Amazonian society was a stratified one. Poor soils, cyclic climatic stresses and shortage of proteins would have restricted the population growth and the development of dense and socio-politically complex societies, but there is no doubt about the inventiveness and wealth of cultural Amazonian systems and the innumerable reasons to protect and support cultural development of these Amazonian areas. This book makes a series of considerations about the burial processes in Amazônia.

The analysis first focuses on the Amapá territory, where archaeological phases are defined for the indigenous occupations, which are divided into: Aruã, Mazagão and Aristé (see **Figura 1.**). Concerning burials and bone materials in the Aruã phase, Meggers (1957:37-44) draws

attention to the absence of bone materials in some locations of the Amapá territory such as site A-23: Fortaleza Island (see **Figure 1.**), considering human action as responsible for the absence of that material in most visited sites, referring that a number of local *caboclos* that visited them ended up removing the contents from the urns. She goes on adding that, despite the low cultural level, there were secondary burials in large urns placed near the surface, particularly on Caviana and Mexiana islands, where 18 single urns containing bone fragments from a secondary burial and placed near the surface or even in flat holes have been found. In these urns long bones were arranged side by side inside of large urns and revealed traces of red pigment. Still with respect to funerary practices in this space, Meggers (1957) adds the possibility of abandonment of the shelter after the death of an inmate, or even the deposition of these urns in graveyards, whether containing grave goods or not.

The Mazagão phase shows the presence of bone fragments in places like Piçacá, where zoomorphic and anthropomorphic vessels dating back from the 4th to the 16th century (SALDANHA, 2010) have been found. One of the anthropomorphic vessels (C) contained bones and three molar fragments from a secondary burial, which proved to belong to a young adult, none of the other anthropometric data could be investigated due to its bad state of preservation, however, it should be noted that the urn was filled with bones and white sand.

Another vessel (E) contained fragments of a skull near the centre, below which were long bones placed parallel, here were also fragments of a mandible with several little worn out molars. Meggers (1957: 44-102) refers to a secondary burial of an adult with full dentition and decayed, little worn out molars. The remaining vessels suggest the presence of bones and secondary burials, some anthropomorphic, zoomorphic and even cylindrical vessels do not contain bones largely due to damages caused by roots.

The Aristé phase indicates a secondary burial pattern dating from the 4th to the 16th century (SALDANHA, 2010). The *Montanha de Aristé* archaeological site is characterised by the use of incineration as a practice. Two secondary burials with the presence of incinerated remains of adult individuals have been found, one consisting of an incinerated body and the others of incinerated bone fragments. A small vessel 9cm high, 15cm diameter, mouth diameter 19,5cm and 7cm diameter concave base, labelled L, stands out due to the presence of small particles of incinerated bone; at the bottom of the vessel were one or two fragments of a child's skull and a black clay-gravel mixture. In some cases small stone axes, a small statue, pendants and glass beads have been found next to the bones of the deceased and it should be noted that the small vessels or bowls were not among the offerings.

Another analysis by Meggers (1957) corresponds to the archaeological phases in Marajó Island, which are five and relate to different cultures and settlement phases, classified as: Ananatuba, Mangueiras, Formiga, Marajoara and Aruã. The only phase containing burials is Marajoara (see **Figure 1.**).

The main phase described by Meggers (1957: 168-193) in her book is the Marajoara phase (400 – 1300 AD). With respect to burial practices in the Monte Carmelo mound, she draws attention to a vessel labelled A, with a *Joanes Pintado* type decoration (see **Figure 2.**), globular shape (diameter of 70cm) and round neck with a diameter of 50cm. Vessel A contained burned bone fragments and small ceramic fragments. Inside this vessel there was a second one, slightly smaller, labelled B. Within this vessel B, there was another, smaller, with an open shape that was labelled C, which in turn, had inside another even smaller container labelled D. This latter container had incineration remains.

Figure 2. *Joanes Pintado* type vessels, Marajoara phase. **Source:** Meggers 1957: 834.

Another vessel (K) stands out by the existence of another complete container in its inside and beneath it were remains of a skeleton in good state of preservation. A skull, ribs, pelvis and long bones as well as traces of red pigment in the femur have been found. This bone material was sent to Marshall T. Newman, who reported being bone remains from a male, adult individual of an unknown age, teeth with a level-4 decay (pulp is exposed) and jaw with apical abscesses. Another bone material was analysed by Newman, this time from container I, identified as belonging to an individual with gracile bone, either a sub-adult or an adult.

Meggers (1957: 267) refers to a container labelled L whose bones were also sent to Marshall T. Newman (National Museum, USA) for analysis. He concludes that the bones are very fragmentary remains of a man, around 26 years old, and the others of a woman between 18 and 25 years old, who showed significantly worn teeth and, though young, her diet appears to have been extremely abrasive. Another vessel labelled N contained disarticulated bones. Outside this container there were badly-preserved fragments of another skeleton and an accompanying red loincloth.

In the Camutins site, special emphasis is placed on vessel 4 with a height of 70 cm and the remains of a skeleton. Marshall's analysis detected three mandible fragments, two jaw fragments, four teeth, one petrous bone and a few long bones. Parts and teeth of the skull belong to the same individual who had a wear on second molar, still showing a third, incomplete, molar indicating an age between 12 and 18 years, and the small bones of the mandible indicated to be a female.

From the excavation of a mound labelled 17 was evident the transition from a secondary burial with loincloths into incineration vessels without associated loincloths. Another possibility is the existence of isolated graveyards in addition to groups of villages.

The oldest site mentioned by Meggers (1957: 309) is Pacoval, where Derby (1879: 224-229) has found secondary burials in lidded pots. The vessels were sometimes overlapped, and, occasionally, one inside the other, and with loincloths associated. The author says that Ferreira Penna found no lids and attributed the absence of skeletons to incineration practices. Hartt (1871: 259-271) found traces of incineration in some vessels. Netto (1885: 257-554) reported rare traces of incineration. Farabee (1921: 142-161) detected a primary burial in some of the larger vessels collected from Mound 17. On the other hand, Hilbert (1952), who excavated some of the graveyards at the top of the Igarapé Camutins, reports the absence of incineration and rare presence of loincloths associated with the secondary burials. This apparently confusing burial pattern has two possible explanations: the first would be a change over time, and the second, a differential treatment of individuals of different social status or even the two possibilities.

The loincloth placed inside the vessels along with the bones, traces of red pigment, bowls with traces of food, the presence of mammal bones, birds and crocodile, reinforce the assumption that there were offerings involved in burial practices. In its conclusions, Meggers (1957) draws attention to a polychrome, anthropomorphic vessel labelled L, which was sided by large but simple jars containing skeletons of several individuals as well as loincloths and, in one of these, two small bowls. The fact that all three vessels were buried at the same time, the contrast between the side containers with multiple skeletons and the central one with a single occupant, leads to the conclusion that someone of great importance was involved in this burial. At the opposite end of the site, there were individuals buried without even a bowl or a loincloth attached. These differences in the burial pattern, ranging from no bowl to simple or more elaborate painted vessels buried along with simpler vessels reflect different treatment of deceased according to social status.

Finally, the amount of pottery shards of all types, both plain and decorated, or the large number of loincloths and broken benches, even incineration locations, suggest that graveyards were the scene for some kind of elaborate ceremonial, where funerals could be occasions of great importance or even the existence of periodic actions in tribute to the dead that included offerings.

The abovementioned authors make a series of interpretations on how the bones were arranged inside the urns, in some cases about the gender or the age of the individuals at the time of death, and even if there was some sort of stripping after the death. However, in addition to the importance of bone material, these findings actually inaugurated the debates about how complex these past societies were and how far these societies were imbued with meanings within a complex symbolic universe.

If on the one hand the bones provided basic information for the identification of gender and age, the urns and their ceramic artifacts, their shapes, paintings and complexity, were used as a basis for interpretation about social organisation and production systems - crucial economic and political aspects. Maybe, given the fragility of the bone material, the best preserved remains (the pottery in this case) have been given priority, considering bone material as secondary, which decreases the possibility of interpreting these funeral rituals.

2. Osteological and funerary “Invisibility”

The study of burial practices in the pre-colonial era, especially in Amazonia, involves certain limits, because references to these practices in archaeological literature, especially human bone remains, were not considered as a privileged or priority source of information. Even in the cases where excavated graveyards contained urns, the priority was always the ceramic artifacts and not the human remains collected. This situation remained until at least the first half of the 20th century (MENDONÇA DE SOUZA, 2010, 2013).

The sites holding human skeletons are underexploited in terms of their informative potential because they need a specialised approach that is still incipient in Brazil; little is known about prehistoric death.

The study of human remains in early 20th century was almost limited to well-preserved, intact artifacts, most often only analysis of the skulls were carried out emphasizing evolutionary features as if they were enough to explain all the complex biological interactions between human populations (MENDONÇA DE SOUZA, 2001: 481). Until the second half of the 20th century, there was still a shortage of experts working specifically with archaeological bones, in some cases bone remains had to be sent abroad for analysis, and this was the case with Betty Meggers (1957) with respect to Marajó urns.

In academia, at congresses or events related with archaeology, it is apparent that funerary archaeology has poor visibility, mainly when compared with debates, presentations and papers on archaeological pottery. This is due, in part, to the fact that pottery has historically been the fossil used as a guide for the identification of archaeological phases and practices. And this because the climate and ecological characteristics hinder the preservation of organic artifacts and remains (SCHAAN, 2007b: 87).

All too often, there is a tendency to just carry out morphological studies of material bone to investigate bone pathologies without regard to the cultural context, viewing bone material within a single domain and not a multidisciplinary one. The attempt to reconstruct such rites - the goal of funerary archaeology - with no regard for data provided by human remains is an

obvious epistemological aberration. It should be recognised, however, that the discipline was founded on such studies and that similar studies continue to the present day (DUDAY, 2006; WILLIS, 2009).

From the analyses we can see a separation, bones on one side and ceramic and lithic materials on the other. In general the study of human remains is done after collection, already in the laboratory, and the physical anthropologist or archaeologist in charge of these analyses has little information about the context of excavation, compromising the interpretation. As a result, there is a work on ceramics and another on the human remains, and this separation does not produce a proper report about these mortuary practices. In general, important data fail to be matched together. Not that you cannot do the research in specific domains, but this schizophrenia between field and laboratory, and between analyses of different materials runs against the need to study the archaeological context in a broader sense. We recognise the difficulties of doing such studies, but in archaeology theoretical specificity and methods was never something closed, it has always used the various tools for understanding past societies, so why not do it in the field of mortuary practices (WILLIS, 2009).

Amazonian burials and mortuary practices have always been described (PENA, 1894; GOELDI, 1900; MEGGERS, EVANS, 1957; HILBERT, 1958; HARTT, 1885) comparing the importance of archaeological sites holding urns containing bone remains with other materials such as ceramics and lithic fragments, or even in the descriptions of the urns and vessels, and its contents.

What actually happens is that one does not have the idea of the quantity of bone material already found in Amazonia, it is worth noting that some of the materials in national and international museums are decontextualised, without complete information, i.e. its original location and removal processes. That is, there is a clear need for an accurate and detailed record of the collecting area so as not to misinterpret the burial context. Therefore, in addition to technical data that do not need the research context, this attention and record insert the bone remains within a wider context of interpretation, going beyond the basic data of gender and age (ROKSANDIĆ, 2002; DUDAY, 2006; WILLIS, 2009).

With regard to these difficulties and strong negative thoughts and myths about Amazonian bone materials, Mendonça de Souza (2010: 428) describes them as one of the factors that have, for decades, prevented researchers from studying materials originating from Amazonia. The first archaeological "myth" has a deterministic basis relating with the demographic theory that Amazonian populations couldn't be large because tropical forests could not support complex economies and social systems, thus justifying the scarcity of findings in that area.

According to Mendonça de Sousa (2010: 428) the second archaeological "myth" is that bone remains would decompose rapidly in the tropical environment, i.e. there would be no evidence for study in the long term. This second myth, which she calls the myth of biological dilution, would be one of the most popular as taphonomic processes usually lead to rapid degradation of organic materials due to moisture and high biotic activity, not leaving evidence for study.

Information related to the myth of biological dilution (MENDONÇA DE SOUZA, 2010: 428) is not totally unfounded because biological and bone material is difficult to preserve (either due to soil acidity, biotic activity, taphonomic processes, the weather and climate, body preservation processes and so on) The question is, how to remove information from existing material, degraded or not, that can provide answers to issues that go beyond the prevalence of pottery in Amazonia. This myth is not totally grounded, since it is now possible to collect technical information from the minor findings.

Such myths reveal, not only a disregard from the funeral materials studies, but also a lack of proper expertise in material handling. In Amazonia this specialisation is evident considering the amount of bioarchaeology experts in the universities and museums. So much so that when some more complex analysis is necessary, archaeologists usually work together with other professionals, whether from genetics or botany, who often are not accustomed to use investigative theoretical approaches in bone and archaeological remains, which partly limits the analysis despite the effort developed by archaeologists.

Also on the problems related to the academic training of researchers, there is an enormous amount of material to be worked by a small amount of experts. It is not a matter of wanting, from now on, to handle Brazilian archaeological material older than a hundred years, the concern is with training skilled archaeologists capable of handling bone remains and that are aware of the importance of mortuary practices for general research. What was left behind will always be a question about what could have been done. The aim is to use that specialist training to understand what is being done and investigate mortuary practices on an equal footing with ceramic investigations.

This issue is not new, it has already been reported as a training possibility for anthropologists and archaeologists. Neves (1988: 4-5) argues that the curation process of a collection is the big opportunity to teach basic osteology to students and professionals in archaeology, demonstrating the importance of researching collections which have not yet been prepared and catalogued.

In case of burials and organic remains, research activities need to be planned from an early stage. Archaeologists usually only care about this material as soon as it is found on the site, you can see a myriad of sites with bioarchaeological potential awaiting research where specific types of evidence can be collected using investigation techniques and methods adapted to the archaeological reality of Amazonia (MENDONÇA DE SOUZA, 2010, 2013).

Mendonça de Souza (2010: 427) argues that part of that lack of information related with Amazonian groups should not be attributed to the difficulty of carrying out studies (as there are in Amazonia a great deal of archaeological projects on funerary rituals, iconography, ceramics, lithic, as well as on spatial and nature occupation, and even on landscape and rock art), but rather to the lack of specialised investment and an interest for human remains from Amazonian peoples that enable in-depth research in this area.

Senna (2003:2) argues that the lack of research studies on funerary rituals among hunter-gatherer and farmer populations in relevant scientific literature is quite understandable as "most often, mortuary practices are subdivided into minor subsystems which in turn are analysed and described separated from the whole - the human system - or even disconnected from the other constituent elements.

3. Burial practices and their evidence in Amazônia

In the field of archaeology, especially in the territory of Amapá, there are various descriptions of the processes for treatment of bodies, in particular cremation, with burial of the body followed by removal of the soft tissues and later cremation of the bones. Such descriptions about these mortuary practices lead to the conclusion that burial practices suggest the religious and social complexity of past communities, either by the production, in some tribes, of elaborate pottery or by the religious complexity of treatment processes and mourning obligations (GUAPINDAIA, 2004; NUNES FILHO, 2010; SALDANHA, CABRAL, 2010).

In Amapá there is evidence about the existence of funerary materials that have been cremated and deposited in urns. Hilbert (1958) states that funerary urns found in shelters and caves, or even directly buried in earth, contained bones from secondary burials as well as cremated bones.

In a survey of 10 sites of the Maracá phase, Guapindaia (2004) refers to the practice of two ritual moments, one corresponding to the disposal of the soft tissues, where the absence of bone marks suggests the use of less abrasive techniques for fleshing, or even throw water on the body to speed up the degradation process, i.e. a primary burial; a second moment would be the exhumation including numerous bone treatment possibilities such as: burning, grinding for consumption with beverages, distribution among relatives or even deposition in urns, which would turn out to be a secondary burial. These urns are usually anthropomorphic, zoomorphic, anthro-zoomorphic or tubular.

In relation to the Maracá phase sites, it was apparent that there was fleshing and deposit of the bones in urns, usually single, and featuring a correspondence between the urn and the gender of the individual inside it. It is obvious that the arrangement of bones inside the urn is intentional (GUAPINDAIA, 2004).

These Maracá urns are usually found in caves near the surface. In some caves they were found near the entrance, others at the bottom. This shows the importance of the relationship between the community and the dead as not burying the urns deep in the ground allowed continued contact with the ancestors. In the region of Amapá in Brazil, it is common to find prehistoric tombs in pits with a lateral chamber that appeared to be a form of protection, where the pit would serve to hide the burial, and the side chamber would protect the funerary urns of a possible cave-in (GOELDI, 1905; NUNES FILHO, 2010; GUAPINDAIA, 2004).

Central Amazonia provides important data about mortuary practices. We highlight the work by Py-Daniel (2009) where he describes the Hatahara site, situated on the left bank of the Solimões river, discovered in 1997 (see **Figure 1.**). The site had been impacted by colonial and more recent occupations, is in good condition, has a lot of ceramic fragments and some Amazonian dark earth and is next to fluvial courses. It has been considered important because it allowed to study and test Lathrap's and Meggers's opposing theories in a specific region in order to better understand the settlement processes and its relationship with the rest of Amazonia.

An important feature of this site, characterised as multicomponent, is the presence of mounds. A settlement sequence comprising four phases has been identified: The Aчатuba phase (300 BC - 350 AD); the Manacapuru phase (550 - 650 AD); the Paredão phase, associated with dark earth and mounds (750 - 1020 AD), a period that also relates to chiefdoms and the presence of stylized anthropomorphic figurines related to funerary urns. Finally, the Guarita phase (950 - 1450 AD) is marked by the presence of anthropomorphic urns.

There is a predominance of materials related to the Paredão Phase dating between the seventh and thirteenth centuries. In the excavations of 28 bone concentrations, there were about 38 individuals and several types of burials: single, multiple, primary, secondary, direct and indirect. It should be noted that these data refer primarily to the municipality of Iranduba, and almost all of the data relating to the funerary patterns of the Paredão phase are from the municipality of Manaus, and other burial types and regional variations are likely to exist.

Py-Daniel (2009: 106) emphasizes that *"the funerary pattern of the Paredão phase at the Hatahara site differs from what is known for that period in other archaeological sites. Hilbert (1968) refers in his pioneering work in the region that this phase was known for its "large*

funerary urns". Continuity of patterns between the three oldest phases, based on morphology and style in ceramic material, is an important characteristic of the Hatahara site. However, with respect to funeral patterns in the Hatahara site, there is a break with the old pattern because the urns collected belong to an older phase of occupation (Manacapuru), which coincides with Hilbert's descriptions (1968).

Also in the state of Pará, human skeletal remains from funerary contexts have been studied. A site examined by Bezerra (2008), located on the left bank of the mouth of the Paru River, in a community called Jaburu do rio Paru, in the municipality of Almerim, 458 km in a straight line from Belém, had been identified by Protásio Frikel and in 1944 Curt Nimuendaju identified a series of native communities.

By analysing the material collected in Almerim, in the site PA-AM-06: Juburu do Rio Parú (see **Figure 1.**), Bezerra (2008), based on the report, the morphology of the soil and the diversity of in-situ materials, comes to the conclusion that the site is multicomponent including different interrelated historical times as well as a series of contacts with the colonizers. This conclusion is based on Almerim foundation process and a series of archaeological remains found such as pottery, lithic and burial patterns, or the presence of pre-colonial Indians in the region until the time of contact who end up interacting with the colonizers through remnants such as earthenware, porcelain and crockery. This site was excavated by a team from the Goeldi Museum in October 2005, and showed that this village was made up of indigenous communities (Aparai, Urucuiana, Aracaju, Apama and Carapeuara) confirmed by Curt Nimuendaju in 1944 and identified native speakers of Tupi and Karib in areas close to the site.

Bezerra (2008) refers to a skeleton related with this burial, taken out of context and transported to the technical reserve of the Goeldi Museum (MPEG), Pará. Excavation revealed a fragile skeletal material from a young-adult male individual. Technical descriptions related to osteological identification are quite clear, but the analysis of mortuary practices are not part of the job. The bone material corresponds to 70% of an individual's skeleton, found in the supine position with the bones in their original position as regards the joints, disposed directly on the soil. Within the burial area, a ceramic bowl with two ring-shaped anthropomorphic adornments and covered with red engobe has been found.

Two other simpler vessels were also beside the skeleton, with edges facing down, one next to the head and the other, fragmented, next to the bones of the femur and covering part of the left hand (BEZERRA, 2008). The data provided in the description enabled to conclude that it was a simple burial directly in the ground (METRAUX, 1947; CHAUMEIL, 1997). Burial accompaniments (vessels) indicate the care involved in the body's disposal, but by the descriptions, we can infer similarities with tupinambá practices, and in line with the characteristics of similar burials described by Chaumeil (1997: 211) as follows: "*(...) la inhumación puede ser simple o primaria (ya sea directamente en la tierra o en una urna) [...] La inhumación bajo tierra se practica en algunos grupos Tupí como los Araweté y em varios grupos Carib. Los antiguos Tupinambá combinaban dos modos de sepultura; una directa en la tierra, la otra en una urna.*" Finally, the dating of this site is unknown.

Bezerra (2008) also analysed in lab the urn collected from the PA-OJ-37 site: Fortaleza, located in the Marajó Island/Pará (see **Figure 1.**). Burials in Marajó Island sites occur in primary or secondary urns and it is common to find items, probably belonging to the deceased (MEGGERS, EVANS, 1957). Due to the brittle condition of the bones, they were transported and digged in a controlled environment. The author describes the urn as fitting within the *Joanes Pintado* typology featuring a rounded base, globular shape and elongated neck, and in the neck anthropomorphic figurines (eyes and mouth) forming a stylized face, it is painted red on white engobe and painting resembles snakes covering the whole body.

This appears to be a secondary burial, with bones not ordered inside the urn. Although in some cases of Marajó urns, the individual is in anatomical position with the skull on its base. When removing the bones, no flat bones, i.e. mandible and jaw, have been found. Skull bone fragments were found on the bottom of the urn. The long bones were arranged vertically, with no organisation among them. The gender of the individual could not be identified from the osteological analysis, but the funeral pattern and its decoration suggest that it is a female individual. Based on the visual inspection of bone material, Bezerra (2008) assumed that it was an adult.

In an archaeological rescue survey conducted in Porto Santarém (see **Figure 1.**), some vessels have been identified that ended up being associated with burials (SCHAAN, 2012). From the various excavations conducted in area 2, 13 archaeological features have been found, most of them containing vessel fragments. These features included shallow bowls, buried in sterile layer, with the presence of sediments containing bone micro-fragments. In none of the vessels bone fragments were identified that allowed their identification. There was coal, lithic fragments, ceramic and many tiny bone fragments (SCHAAN, 2012).

The position of the vessels indicates intentional deposition, some vessels were covered by layers of ceramic fragments, suggesting intent to protect their content, the presence of micro-fragments of brittle bones indicates that burials may have been made from already crushed bones (SCHAAN, 2012).

Until then, excavations carried out in the city of Santarém had not identified burials in urns, which led Nimuendajú to give weight to the ethno-historical argument that the Tapajó people would have used cannibalism as a major funerary practice. Heriarte (1874) mentioned that the Tapajós consumed the crushed bones and burned the objects belonging to the deceased: “(...) [q]uando morre algum d’estes índios, [...] os poem em umas cazas que tem feitas so para elles, aonde estam a mirrar e a consumir a carne: e os ossos moidos os botam em vinho, e seus parentes e mais povos o bebem.” (HERIARTE, 1874: 16-17).

The evidence presented in these studies indicate variability of burial practices in the lower Amazon region. It is clear that burial practices are important in the understanding of Amazonian settlement processes, whether in their relation with the ritual space or the funerary context and the dead within each group. Furthermore, understanding the context of the excavation also involves acceptance and appreciation of the various funeral aspects as fundamental factors to the understanding of social, economic and political relations at within a given site. These are a constant in the life of a given group, which contradicts the idea of investigative, partial separation between field and laboratory. Therefore, research should be concerned with this investigative continuity (BARRETO, 2008).

There is need for continuity between field and laboratory studies in order to bring the interpretation of the context as a whole, which does not work in separate studies on the same site with different approaches. The aim is to proceed continuously following the various possible investigative perspectives on the site and the bone material within it, following a multidisciplinary research approach.

4. Final Considerations

The need for a trained professional both on the field as in the laboratory is obvious, as well as minimum technical conditions in custody, preservation and collection of human remnants, and equipment for the handling.

When these procedures are taken into account, showing care and concern for the material to be rescued, a range of possibilities for analysis and new data are opened up. For instance: (I) Human Genetics; (II) Demography; (III) Morphology; (IV) Human Physiology; (V) Ethology that relates to behavioural issues; (VI) Epidemiology which studies the various factors influencing the spread of diseases; (VII) Immunology; (VIII) Ethnohistory that deals with the anthropological study of past cultures in a given context [...] (LEWIN, 1999; BEZERRA, SILVA, 2009; BEZERRA, 2008).

The techniques to be employed will depend on the preservation and care put into material removal, according to the needs of the research and the questions and hypotheses to be pursued. However, when the material is not handled with care from the beginning, the investigative possibilities are exponentially reduced, preventing a series of analyses and responses that could be extracted from the archaeological evidence.

The restoration and conservation of this material can collaborate with an interpretation that is closer to reality, going beyond the information on material degradation, gender, biological age, signs of diseases, traumas and anomalies, metric and non-metric features, among others. Most and for all, care beyond bones is crucial because, when in the field, these materials reveal information that goes beyond morphology (MENDONÇA DE SOUZA, 2013). You can obtain information about invisible aspects that help understand mortuary practices, their symbology and meaning to past communities.

One of the possibilities of working with bone material is consolidation, which in fact should only be used when all other options for extracting material through non-chemical methods are exhausted. It is typically used when the bone material is too friable, when other types of technical information can hardly be collected, such as organic materials containing DNA. In this case, priority is given to transporting the items into a controlled environment where they can be analysed in more detail. Depending on the way it has been consolidated, it is still possible, by reversing the process, to extract minimal information as the consolidation process is very intrusive.

Another important measure is to record all the steps and processes performed at the dig, so that field data leave no doubts and arrive to lab intact, either to be subject to reversible processes or even to determine the limits and possibilities of laboratory research of a given material. A correct record is extremely important to figure out what materials and techniques should be used, for the correct use and research in a controlled environment, especially when you think that the process of restoration and conservation has the clear intention of preserving material integrity (IBAÑES, 1990 *apud* BALOCH, SILVA, 2009).

Another concern is the rapid removal of bones from the site, which may affect the research and conclusions, since the necessary care with the remnants should be combined with the interpretation of the site (MENDONÇA DE SOUZA, 2013).

The way how such material should be treated is described in a series of proposals connected with different dynamics and situations, but we believe that the work by Py-Daniel (2009) uses a series of proposals and perceptions that are real possibilities of controlling information in situ. Thus, the protocol developed by her can be used in many Amazonian sites containing burials.

The importance of osteological material in situ is obvious and therefore a series of processes should be followed for a correct understanding of them. Py-Daniel (2009) draws attention to the aspects to be respected by developing a framework where you can see the types of processes occurring in that area, either factors related to external and internal taphonomy, or

even processes connected with human action such as: death; the body; decomposition; the soil; animal activity; botanical activity; the environment; pre-burial treatment; type of burial; the cause of death and site disturbances. It is also important to check the existence of associated materials that can reveal some kind of specific preparation, or even provide relative datings, in order to reconstruct the whole burial context.

Another possibility is described in Mendonça de Souza's work (2013) that consists in a series of questions that help understand the archaeological context in which the bone material has been found, also highlighting the spatial context as part of the interpretation of burials where the bones in their initial position may provide more information than after their removal. When they are removed they lose a number of important data making it impossible to answer questions based on new paradigms.

Especially for some sites in Amazonia, we note that protocols are very broad and comprehensive, allowing a variety of interpretations and information. However, a minimum protocol should exist to collect important information and ensure investigative continuity between the field and the laboratory. Based on Souza (2013) and Py-Daniel (2009), we can gather some important aspects of their work and propose a minimum research protocol for highly degraded osteological materials and the context in which they appear.

A first step would be to bring the material in-situ into evidence, enlarging the excavation area to be sure if there are (or there are not) grave goods associated with the burial. Then attention should be paid to deterioration of the material as it comes to light such as discoloration, stains in the soil, erosion and cracking of the material and the urn, in order to figure out how to handle it. Then, samples are collected still in-situ, the area is inspected for the presence of botanical activity, either directly or indirectly related to the material but close to the burial area, trying to find out later to what extent those seeds, roots, trees have disturbed the material, or even disturbances caused by spatial restructuring. Re-settlement processes are also part of the material analysis and data collection.

Regarding environmental conditions, it is important to collect as much data as possible: temperature, humidity, level of exposure of the material and other information about the area where it was found. The idea is to have a complete reading of the environmental conditions for laboratory analysis, largely due to the impossibility for archaeologists to return to the site. As for the material itself it is important to understand the type and depth of burial, soil compaction, the presence of grave goods and stake holes in the area under study or in the vicinity of the material. When bones are exposed it should be determined whether there was some kind of pre-burial treatment such as bone burning.

Finally, a detailed description of the burial space, the record of the entire context that relates to the material, photographs of the remains in their original position and context, all should be well described to ensure that the material does not undergo damage and loss of priceless information along the path between the field and the laboratory.

Consistency of information so as to produce wider and coherent conclusions for archaeology in the Amazon region is possible, as long as basic procedures and techniques are followed to ensure adequate study of mortuary remains so as to allow them to "tell" a part of the history and culture of those past populations.

English Language Version: Fátima Paiva (fatimapaiva@ipt.pt)

LO SCAVO DI CUEL DI TOR DI CÀ

Enrico Roncallo

Associazione Nicoloso da Recco
Piazza della Posta, n° 17
Cap 16010 Vobbia,
Genova, Italia
associazionenicolosodarecco@yahoo.it

Lo Scavo di Cuel di Tor di Cà

Enrico Roncallo

Historial do artigo:

Recebido a 13 de março de 2015

Revisto a 23 de abril de 2015

Aceite a 08 de junho de 2015

RIASSUNTO

La torre di Cuel Di Tor di Cà sorge sulla parte sommitale di una collina alta circa 590 metri s.l.m. che sovrasta la stretta gola attraversata dall'antica mulattiera che collegava Illegio al Fiume Tagliamento (Illegio, Tolmezzo, Udine, Friuli Venezia Giulia, Italia).

Il colle ha avuto, proprio per la sua posizione strategica, una lunghissima storia d'insediamento rimasta a memoria degli abitanti della valle, permettendone l'individualizzazione anche dopo parecchio tempo. Il rilievo ha forma allungata, orientata da nord-sud, con una lunghezza massima di 12,85 metri e per una larghezza di 8,5 metri.

Parola chiave: La Riscoperta di una Testimonianza del Passato.

1. Lo Scavo di Cuel di Tor di Cà

Quando si è iniziato ad operare presso la valle di Illegio non si poteva sospettare la ricchezza di siti archeologici presenti in una zona relativamente piccola, così nascosta e apparentemente fuori dai principali tracciati viari. Il progetto iniziale prevedeva lo scavo in estensione della Pieve di San Floriano e della vecchia chiesa di San Paolo presso il paese di Illegio, ma con il trascorrere del tempo diversi siti sono stati scoperti e indagati. Ricerche, pubblicazioni e convegni recenti testimoniano un sempre più maggiore interesse verso lo studio degli aspetti costruttivi dell'architettura, dai materiali, alle tecniche, ai cantieri; per capire ciò dobbiamo affidarci all'analisi delle testimonianze archeologiche pervenuteci. Prima di parlare della torre dobbiamo individuare il contesto in cui questa è situata formulando un discorso più ampio. L'archeologia delle fortificazioni è uno dei due percorsi tematici in esame sul territorio della valle di Illegio, in passato la zona in questione è stata oggetto di un fenomeno di incastellamento di notevole importanza. Tra il XII secolo e il XIII secolo i *Signori de Legio* erano ricordati come una delle più note famiglie del comprensorio della zona a nord-est di Tolmezzo. In passato si era ipotizzato che la sede fortificata di feudatari coincidesse con la Pieve di San Floriano, le indagini archeologiche svolte tra l'autunno e l'inverno del 2003 non hanno dato conferma a questa ipotesi. La posizione cruciale della conca di Illegio, dotata di notevoli possibilità di sussistenza agricola, unita alla ricchezza di chiese e fortificazioni stuzzica la nostra immaginazione fino a farci formulare un'interessante ipotesi, molto suggestiva, che Illegio sia in verità il famoso *Castrum* di *Ibligo*, citato da Paolo Diacono nella *Historia Langobardorum*. Nell'ambito del più ampio progetto sopra brevemente esposto, quali l'interessante ricchezza di siti fortificati nell'area della Conca di Illegio, è stato iniziato nell'autunno del 2003 lo scavo

archeologico in estensione del sito fortificato di Cuel Di Tor di Cà, ubicato all'inizio della valle illegiana. Questo intervento nasceva dalla conoscenza di alcune leggende paesane presenti nella memoria orale di due torri poste a difesa dell'angusto accesso alla valle, queste riportavano la presenza sull'area sommitale delle due colline di ruderi appartenenti a due siti ormai abbandonati. Il luogo in questione, al contrario, non trova riscontro in alcun documento anche se allo stesso tempo ricoprono una posizione strategica nel sistema difensivo della valle (CAGNANA, 2004; MARCONE, 2004: 37-43; RONCALLO, 2013: 309).

2. Il sito di Cuel di Tor di Cà

La torre di Cuel Di Tor di Cà sorge sulla parte sommitale di una collina alta circa 590 metri s.l.m. che sovrasta la stretta gola attraversata dall'antica mulattiera che collegava Illegio a Tolmezzo, di cui troviamo ancora oggi diverse tracce, il colle che doveva ospitarla venne sensibilmente trasformato e modificato seguendo le strategie militari che il tempo richiedeva. La zona in questione è aperta verso Tolmezzo e la valle del Tagliamento, sulla destra invece, è divisa da una piccola serie di colline dalla valle del But che collegava il nord-est dell'Italia al Norico e di conseguenza al cuore dell'Europa. Durante il periodo in cui l'Impero Romano era forte da difendere i confini dalla pressione delle onde barbariche provenienti dalle steppe euro-asiatiche, le popolazioni delle valli del Tagliamento e del But non avevano nulla da temere. Quando però l'Impero ormai sfacciato da problemi interni e quindi impossibilitato a reggere con un'adeguata forza la pressione ai confini effettuata dai barbari, le popolazioni delle due valli furono soggette alle scorribande, prima, e poi al passaggio, dopo, dei popoli barbari diretti verso Aquileia e l'Italia. Il colle ha avuto, proprio per la sua posizione strategica, una lunghissima storia d'insediamento rimasta a memoria degli abitanti della valle, permettendone l'individualizzazione anche dopo parecchio tempo. Il rilievo ha forma allungata, orientata da nord-sud, con una lunghezza massima di 12,85 metri e per una larghezza di 8,5 metri. La morfologia sommitale dell'area appare evidentemente modificata dall'intervento insediativo con uno spianamento intenzionale della roccia e la creazione di un piano adatto all'edificazione di una torre di notevoli dimensioni che quasi certamente era chiamata principalmente a svolgere due compiti (RONCALLO, 2013: 309; ZACCARIA, 1981: 61-96):

2.1. Era posta a controllo insieme all'altra Torre di Cuel Di Tor di Là all'unica via d'accesso alla valle. La strada attuale è stata realizzata dal Genio Militare nel 1917, durante la Grande Guerra per esigenze strategiche e non rispecchiava il tracciato originario; questo seguiva molto probabilmente un percorso di crinale che attraversava la gola tra i due colli detti per l'appunto "Cuel Di Tor di Cà" e "Cuel Di Tor di Là".

2.2. Non è da escludere il ruolo di ponte nelle segnalazioni fra "Cuel Di Tor di Là" e le altre fortificazioni all'interno della valle di Illegio. Questa ipotesi può essere confermata solo se si riesce a provare che il resto delle fortificazioni siano in fase fra di loro.

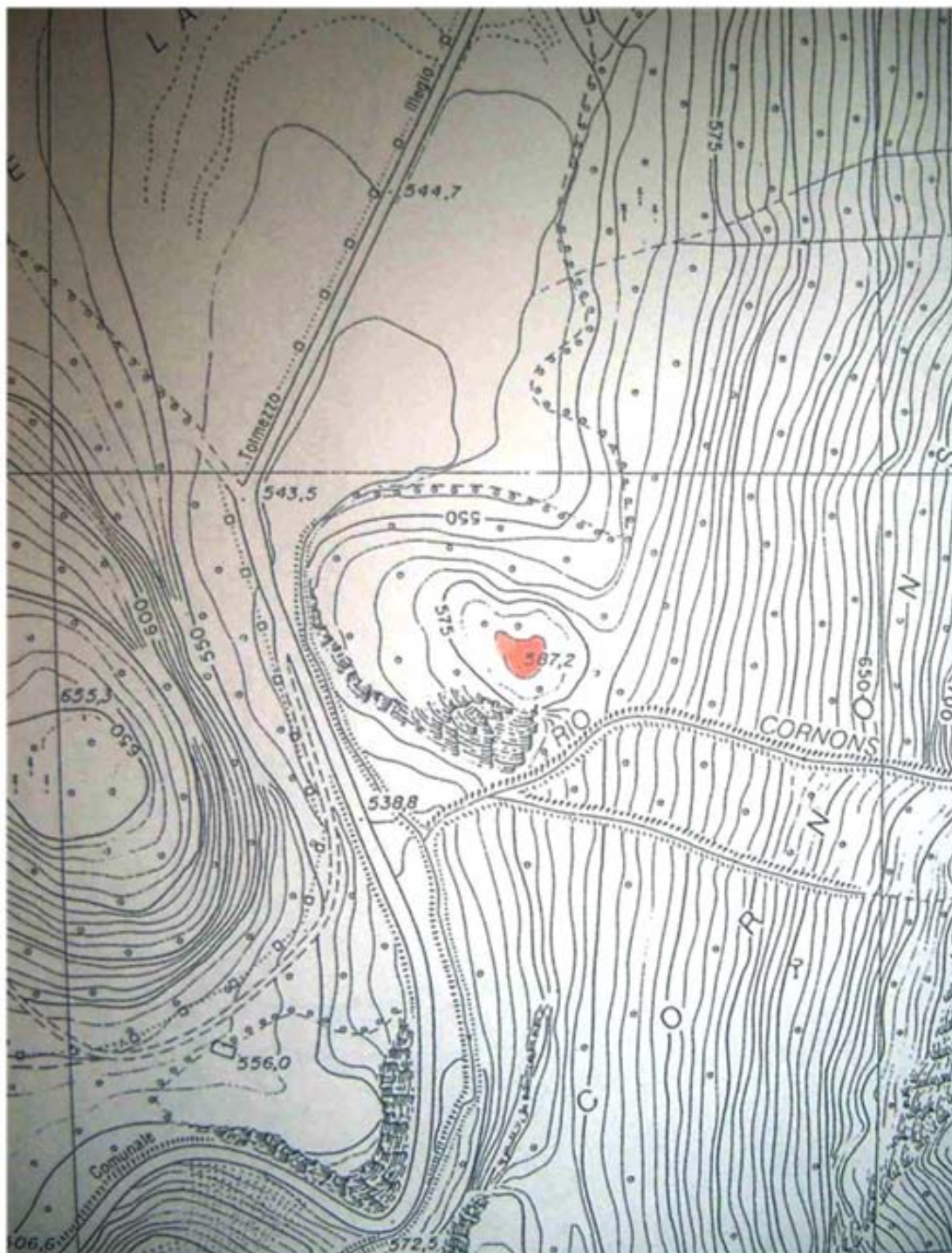


Figura 1. La Torre di Cuel Di Tor di Cà è stata oggetto di scavo nell'autunno del 2003, quando fu decisa l'apertura del cantiere, il colle si presentava dominato dalla vegetazione in quanto la natura si era ormai riappropriata del luogo rendendo difficile l'individualizzazione della struttura.



Figura 2. Ipotesi suggestiva che solo con un lungo lavoro e tanto tempo forse si potrà smentire o confermare. Lo stretto rapporto che il colle in questione ha con il vicino "Cuel Di Tor di Là" costituiscono quindi i caratteri fondamentali della natura storica di questa cerniera posta volutamente a controllo della stretta gola (Roncallo, 2013: 309).



Figura 2. Situazione in cui fu ritrovato il sito.

L'approccio allo scavo, non è stato sistematico - come si può immaginare - ma concentrato alla rimozione della vegetazione che ricopriva il sito. Le conoscenze storiche per spiegare queste tracce sono in gran parte indecifrabili, scarse e frammentarie, per cui è stata avviata un'opera sistematica di raccolta e di interpretazione delle poche fonti storiche e di quelle orali, attraverso la quale si sono potuti riscoprire e documentare i segni fisici del passato tuttora presenti. Durante la campagna del 2004 si è completato il lavoro interrotto in precedenza per il sopraggiungere di condizioni atmosferiche avverse. Nell'ambito del progetto generale che prevedeva di riportare alla luce la struttura nella sua interezza eliminando il manto di vegetazione che ricopriva la torre, è emersa una struttura quadrangolare di notevoli dimensioni con una lunghezza massima di 12,85 metri e per una larghezza di 8,5 metri. Lo scavo ha raggiunto il piano roccioso ed ha permesso di evidenziare l'intera sequenza stratigrafica che ha interessato l'area nel corso del tempo. La stratigrafia indagata si sviluppa al di sotto dell'Humus dove si è stato individuato uno strato di crollo che si presenta esteso per tutta l'area e ha uno spessore più consistente lungo i muri; il lato rivolto a sud, in particolare, ha una quota inferiore al resto dell'area. Questa è costituita da un corpo di filari di pietre appena sbozzate USM 5 su cui poggia un accumulo di pietre piccole e di forma non regolare USM 4, con molta probabilità si tratta forse di scarti della spoliazione risistemati durante la prima guerra mondiale a formare una trincea. Su tutta l'area interessata dallo scavo in

immediata aderenza al conglomerato sterile US 3 e roccia madre US 6, oltre al consistente strato di crollo US 1 probabilmente in seguito all'abbandono della struttura è presente uno sottostante in battuto d'argilla US 2, non è stato rinvenuto alcuna altra prova di frequentazione umana. Il rinvenimento nello strato di Humus di alcuni bossoli di fucile attribuibile alla Prima Guerra Mondiale e di un un caricatore attribuibile alla Seconda Guerra Mondiale fanno pensare che il sito sia stato soggetto ad un radicale sconvolgimento da parte di tali soldati nel tentativo di creare una trincea, questo è confermato dal fatto che l'accumulo di pietre piccole USM 4 sia rivolto a sud, in direzione del paese di Tolmezzo e della valle del Tagliamento. La vegetazione cresciuta sulle macerie dei ruderi hanno provocato un problema non da poco come lo spanciamiento della costruzione già soggetta ad una marcata spogliazione dei corsi superiori di pietre da parte della popolazione illegiana. Osservando con attenzione la struttura si nota che il degrado delle pietre rinvenute a Cuel Di Tor di Cà non è legato a un naturale processo di invecchiamento, perché, finché non sono estratte ed utilizzate dall'uomo, sono soggette soltanto a lenti processi di trasformazione geologica della Terra. Solo al momento in cui vengono estratte dalla litosfera e trasformate per diventare materiale da costruzione, subiscono un processo di degrado molto più veloce nell'ambiente atmosferico. I materiali vengono sottoposti a diversi agenti, naturali e antropologici, la cui azione, finché l'uomo ne ha interesse, può essere contrastato con la manutenzione. Terminato il compito per cui era stata eretta la torre di Cuel Di Tor di Cà cadde ben presto in disuso e di conseguenza fu abbandonata. Quasi sicuramente venne riutilizzata come riparo per le greggi durante il loro passaggio in quella zona. Quando la costruzione con le sue pietre lavorate venne vista come una cava dove estrarre materiale per erigere le case del vicino paese, si pensò bene di iniziare un'opera di spogliazione. L'asportazione di tale materiale è sicuramente iniziato con i filari di conci più alti, per poi proseguire fino quasi ad asportare l'intera struttura, questo può essere la risposta alla totale assenza di pietre di crollo intorno al sito, a parte i blocchi ancora facenti parte della struttura riportata alla luce nelle campagne svoltesi nel 2003 e nel 2004 (CAGNANA et al., 2007: 190-193; RONCALLO, 2013: 309).

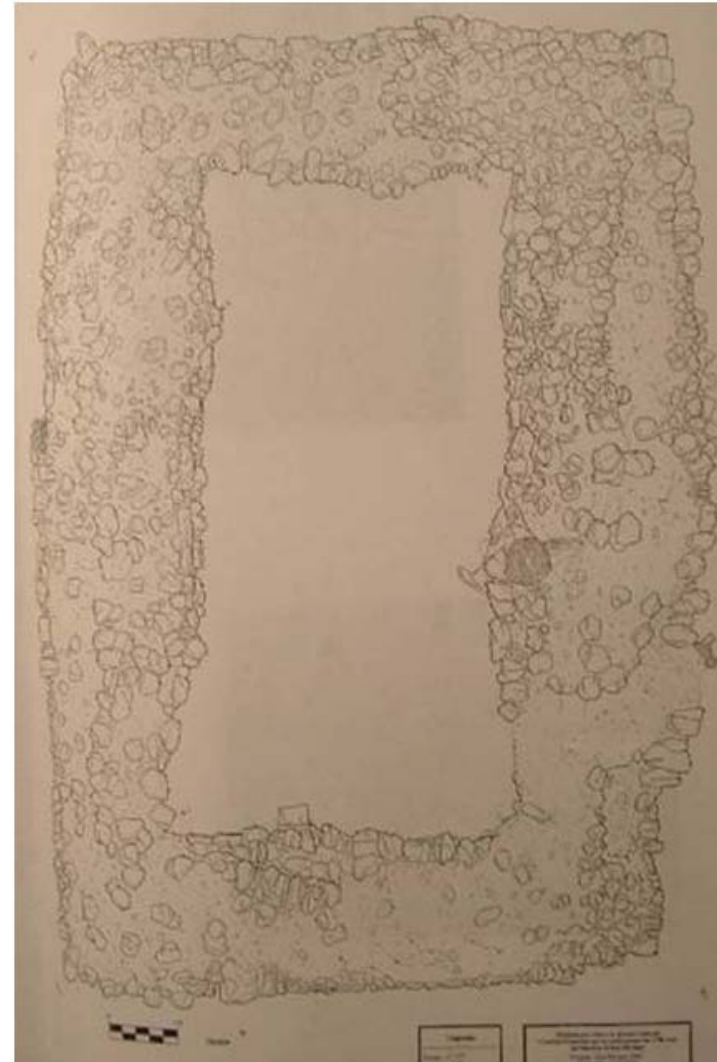
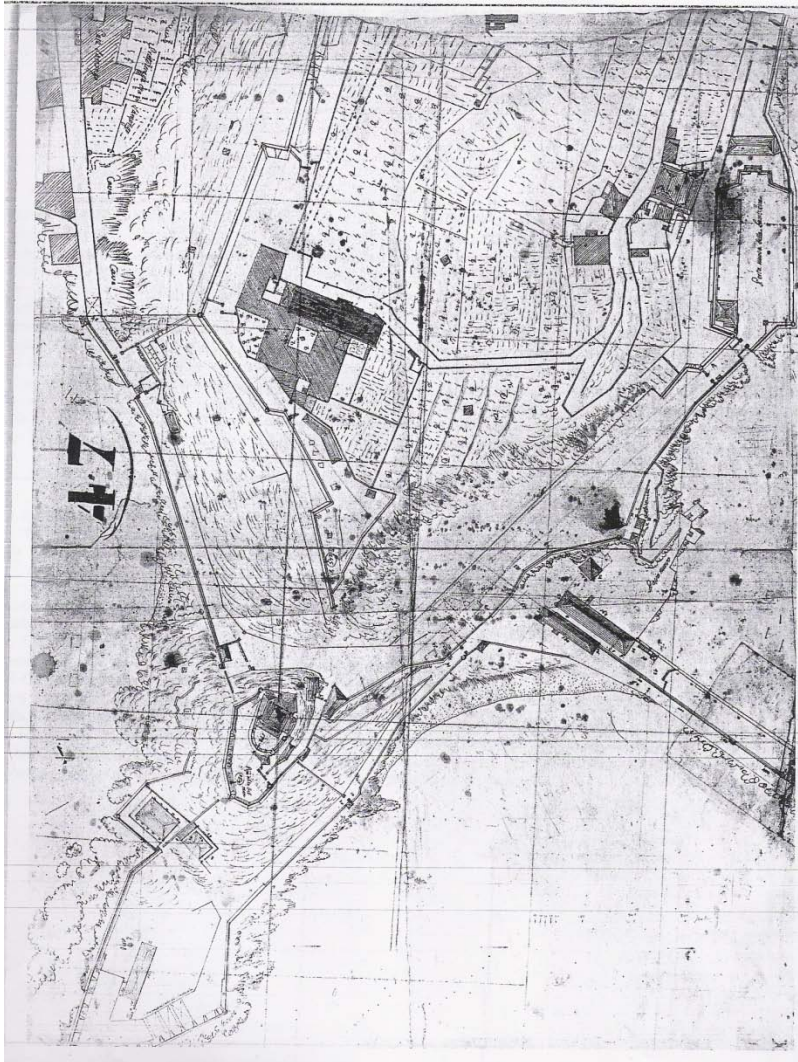


Figura 3. Planimetria della struttura di Cuel di Tor di Cà.

Il filare di pietre piccole e non regolare venne, come precedentemente detto, riutilizzato durante la Grande Guerra e le pietre furono posizionate lungo i lati sud e ovest della struttura a formare una trincea. Durante la ricognizione tra Cuel Di Tor di Cà e Cuel Di Tor di Là sono state rinvenute lungo il sentiero diverse pietre grossolanamente sbazzate a forma di parallelepipedo, probabilmente abbandonate lungo il sentiero durante lo spoglio delle strutture Relazione di scavo (CAGNANA et al., 2007, p. 190-193; RONCALLO, 2013, p. 309).



Figura 4. Caricatore rinvenuto durante gli scavi.



Figura 5. Particolare delle murature.

3. Conclusioni

La quasi totale assenza di reperti rinvenuti non ci permette di arrivare ad una precisa datazione dell'edificio, gli unici segni tangibili che la storia ci ha lasciato sono alcune cartucce ed un caricatore; il rinvenimento di reperti attribuibili ai due conflitti mondiali sembrerebbe provare la frequentazione del sito in quei periodi, forse ancora una volta per il controllo del tracciato viario. In conclusione la scarsità di reperti ritrovati, il fatto che al di sotto del crollo sia stata rinvenuta un consistente strato di argilla insieme alla roccia madre non ci permette di formulare ipotesi certe. Il proseguire degli scavi all'interno della valle di Illegio forse ci potrà svelare il segreto di questo sito così geloso dei suoi segreti. La trasformazione della struttura in trincea nella Prima Guerra Mondiale ha sicuramente svuotato il sito, con molta probabilità il materiale interno è stato gettato all'esterno o nel peggiore delle ipotesi giù dalla rupe. Forse una ricerca con il metal detector nei dintorni della torre, sotto l'attento occhio di un esperto archeologo, può restituire qualche elemento utile alla datazione del sito (Roncallo, 2013: 309).

BIBLIOGRAFIA

AAVV - "I marmi del Carso triestino", (a cura di Franco Cucci e Santo Gerdol), Trieste, 1985.

AAVV - "Alpi e Prealpi Carniche e Giulie Friuli Venezia-Giulia", 9 Itinerari, **Guide Geologiche Regionali**, (a cura della Società Geologica Italiana), Milano, 2002.

AAVV - **Insedimenti e territorio, viabilità in Liguria tra il I e il VII secolo D.C.**, Istituto Internazionale dei Studi Liguri, Vol. VII degli atti del Convegno Bordighera 30 novembre-1 dicembre 2000, Bordighera, 2004.

ADAM, J. P. - **L'arte di costruire presso i romani, materiali e tecniche**, Milano, 1994.

AMORETTI, V.; CAGNANA, A.; GREPPI, P.; SACCONI, A. - Lo scavo della Chiesa di San Vito di Illegio (Tolmezzo-UD), **Una Eigenkirche carolingia nelle Alpi Carniche**, 2007, p. 1-8.

AMORETTI, V.; GAVAGNIN, S.; GIANNELLO, G.; ROASCIO, S. - Tolmezzo (UD). Scavi nel Chiastelat del Feleteit di Illegio, **Notiziario della Soprintendenza per i Beni Archeologici del Friuli Venezia Giulia**, 2, 2007, p. 194-196.

BARATTA, M. - I terremoti d'Italia, Saggio di storia, geografia e bibliografiasismica italiana (ristampa anastatica, Sala Bolognese, 1979), Torino 1901, 1979.

BARKER, G. - **A Mediterranean Valley, Landscapes archaeology and Annales History in the Bifero Valley**, London, 1995, p. 114-130.

BOSCHI, E.; FERRARI, G.; GASPERINI, P.; GUIDOBONI, E.; SMIRIGLIO, G.; VALENSISE, G. - **Catalogo dei terremoti in Italia dal 461 a.C. al 1980**, Istituto Nazionale delle Ricerche, SGA storia geofisica ambiente, Roma, 1995.

CAGNANA, A. - **Archeologia dei materiali da costruzione**, Mantova, 2000.

CAGNANA, A. et al. - La fiera di San Martino di Ovaro nel XIV secolo. Rilettura delle fonti scritte alla luce dei dati archeologici, **Quaderni Friulani di Archeologia**, XIII, n. 1, Udine 2003, p. 97-114.

CAGNANA, A. - Gli scavi archeologici nella pieve di San Floriano di Illegio, in San Floriano di Lorch. **Atti del Convegno Internazionale di Studio, 5 ottobre e 6 dicembre 2003**, BERGAMINI, G.; GERETTI, A. (eds), 2004, p. 107-123.

CAGNANA, A. et al. - Le ricerche archeologiche nella chiesa di San Floriano di Illegio, DE VITT, F. (ed), **La pieve di San Floriano d'Illegio**, Tavagnacco, 2006, p. 19-99.

CAGNANA, A. et al. - Lo scavo: analisi della sequenza stratigrafica e fasi edilizie della pieve, CAGNANA, A. et al. Le ricerche archeologiche nella chiesa di San Floriano di Illegio, DE VITT, F. (ed), **La pieve di San Floriano d'Illegio**, Tavagnacco, 2006a, pp. 19-52.

CAGNANA, A. - *Pieve e territorio: interpretazione e problemi dai risultati archeologici*, in CAGNANA, A. et al. (ed), Le ricerche archeologiche nella chiesa di San Floriano di Illegio, DE VITT, F. (ed), **La pieve di San Floriano d'Illegio**, Tavagnacco, 2006b, pp. 87-92.

CAGNANA, A., ROASCIO, S. - Indagini archeologiche nella chiesa di San Paolo di Illegio (UD): le fasi tardo-antiche e altomedievali, **IV Congresso di Archeologia Medievale**, FRANCOVICH, R.; VALENTI, M. (ed) Abbazia di San Galgano, 2006, p. 304-310.

CAGNANA, A. - Considerazioni sulla cristianizzazione della Carnia alla luce dell'archeologia, in L'area archeologica di Ovaro. Dalla basilica paleocristiana alla fiera di San Martino, a cura di CAGNANA, A.; TOLMEZZO, 2007a, p. 57-59.

CAGNANA, A. - Dalla basilica paleocristiana alla fiera annuale, in L'area archeologica di Ovaro. Dalla basilica paleocristiana alla fiera di San Martino, CAGNANA, A.; TOLMEZZO, 2007b, p. 65.

CAGNANA, A.; CAVALLO, A.; GONNELLA, G.; GHIDOTTI, P.; GREPPI, P. - Tolmezzo (UD). Le fortificazioni in località 'Broili' di Illegio, **Notiziario della Soprintendenza per i Beni Archeologici del Friuli Venezia Giulia**, 2/2007, p. 190-193.

CAGNANA, A.; CAVALLO, A.; GONNELLA, G.; GHIDOTTI, P.; GREPPI, P. - Tolmezzo (UD). Le fortificazioni in località Broili di Illegio, **Notiziario della Soprintendenza per i Beni Archeologici del Friuli Venezia Giulia**, 2, 2007, p. 197-199.

CANTARUTTI, N. - Illegio: I segni e la memoria, Darte e la Cjagne, **Societat Filologjche Furlane** (ed), Udine, 1981, p. 157-167.

CANTELLI, C.; SPALLETTA, C.; VAI, G. B.; VENTURINI, C. - Sommersione delle piattaforme e rifting devono-dinantiano e namuriano della geologia del Passo di M. Croce Carnico, CASTELLARIN, A.; VAI, G.B. (ed) **Guida alla geologia del Sudalpino centro-orientale**. Guide geol. Reg. S.G.I., Bologna, 1982, p.293-303.

CÀSSOLA, P. - guida, **Il quadro del popolamento preromano nei territori attraversati del Tagliamento**, Imola, 1997, p. 35-47.

CÀSSOLA, P. - guida, **Protostoria friulana: nuova prospettive**, 2003.

CICERI, L. - **Taramòt inFriul**, Societat Filologjche Furlane, Udine, 1976.

CILLIA, A. De - **Nelle Alpi Orientali tra Adriatico e Danubio, Incontri e scontri millenari**, Udine, 2010.

COCCOLO, A.; SGOBINO, F. - **Le colate detritiche quali effetti indiretti del terremoto: l'evento del 9 giugno 1987 nel torrente Vegliato (Gemona del Friuli)**, Atti del Convegno, Udine 14-15 novembre 1996, 1997, p. 69-74.

- CREMASCHI, M. - **Manuale di geoarcheologia**, Roma-Bari, 2000.
- CUCCHI, F.; FINOCCHIARO, F. - **Geositi del Friuli Venezia Giulia**, 2006, p. 18-21.
- DE VITT, F. - **Pievi e parrocchie della Carnia nel tardo Medioevo (secc. XIII-XV)**, Tolmezzo, 1983.
- DE VITT, F. - **Istituzioni ecclesiastiche e vita quotidiana nel Friuli medioevale**, Venezia, 1990.
- DE VITT, F. - Le pievi della Carnia nel Medioevo. Nuove ricerche, BERGAMINI, G.; GERETTI, A. (ed) **San Floriano di Lorch. Atti del Convegno Internazionale di Studio**, 5 ottobre e 6 dicembre 2003, Milano, 2004, p. 71-81.
- DE VITT, F. (ed) - **La pieve di San Floriano d'Illegio**, Tavagnacco, 2006.
- DE VITT, F. - La pieve di San Floriano d'Illegio e le sue filiali nel Medioevo, DE VITT, F. (ed) **La pieve di San Floriano d'Illegio**, Tavagnacco, 2006, p. 101-125.
- DEVOTO, G. - **Geologia applicata all'archeologia**, Roma, 1985.
- FOIS, E.; JADOUL, F. - La dorsale paleocarnica anisica di Pontebba. **Rivista Italiana di Paleontologia e Stratigrafia**, 89, 1983, p. 3-30.
- FORTE, M. - **I sistemi informativi geografici in archeologia**, Roma, 2002.
- FRANCOVICH, R. - Villaggio dell'altomedioevo: invisibilità sociale e labilità archeologica, **L'insediamento altomedievale nelle campagne toscane, paesaggi popolamento e villaggi tra il VI e il X secolo a cura di Marco Valente**, Firenze, 2004, p. IX-XXII.
- FRONZA, V.; NARDINI, A.; VALENTI, M. (eds) - **Informatica e Archeologia Medievale, L'esperienza senese**, Firenze, 2009.
- JOB, D. - Levavi oculos meos in montes...La pieve di San Floriano d'Illegio: memorie, tradizione, religiosità, DE VITT, F. (ed) **La pieve di San Floriano d'Illegio. Archeologia, storia, arte, tradizione**, Udine, 2006.
- GUIDOBONI, E. (ed) - **I terremoti prima del Mille in Italia e nell'area mediterranea. Storia archeologia sismica**, Bologna, 1989.
- LUCCARDINI, R. - **Vie romane in Liguria**, Genova, 2001.
- MARCHETTI, G. - **Le chiesette votive del Friuli**, Udine, 1982.
- MANZANO, F. DI - **Annali del Friuli**, Volume I, Udine, 1858.
- MANZANO, F. DI - **Annali del Friuli**, Volume II, Udine, 1858.
- MANZANO, F. DI - **Annali del Friuli**, Volume III, Udine, 1858.
- MARCONE, A. - Massimiano e Diocleziano tra Aquileia e il Norico, **Atti del convegno internazionale di studio "San Floriano di Lorch"**, Tolmezzo 5 ottobre - 6 dicembre 2003, 2004, p. 37-43.
- MARTINIS, B. (ed) - **Le acque solfuree di Arta (Carnia) e il loro ambiente geologico**, Grafiche Fulvio, Udine, 1979.

- MARTINIS, B. - **Storia geologica del Friuli**, Udine, 1993.
- MERLINI, S.; DOGLIONI, C.; FANTONI, R.; PONTON, M. - **Analisi strutturale lungo un profilo geologico tra la linea Fella-Sava e l'avampaese adriatico (Friuli Venezia Giulia-Italia)**, *Men. Soc. Geol. It.*, 57, 2002, p. 293-300, 5 ff, 1 tav. f.t.
- MOSCATI, P. - **Archeologia e calcolatori**, Firenze, 1987.
- PARODI, G. - **La "Via Aemilia Scauri" da Vado a Tortona, un percorso romani oggi**, 2000.
- PIERA CAGGIA, M. - Il sistema per la gestione dei dati di scavo. Normalizzazione dei dati e vocaboli, **Metodologie di Catalogazione dei Beni Archeologici**, Quaderno 1.1., (a cura di): Francesco D'Andria, Lecce-Bari, 1997, p. 97-116.
- RONCALLO, E. - (UD, Tolmezzo) Illegio, loc. Cuel di Tor di Cà, **Archeologia Medievale**, XL, Siena 2013, p. 309.
- SANNA, S. - **Le calamità naturali nei bacini montani del Friuli-Venezia Giulia**, Udine, 1994.
- SCHIAVONE, A. - **La struttura nascosta. Una grammatica dell'economia romana, Storia di Roma**, vol. IV, 1, Torino, 1989, p. 7-69.
- SELLI, R. - **Schema geologico delle Alpi Carniche e Giulie occidentali**. *Giorn. Geol.*, 30, 1963, p. 1 - 136.
- SEMERARO, G. - **Il sistema per la gestione dei dati di scavo, Aspetti metodologici**, in **Metodi di catalogazione dei beni culturali**, Lecce-Bari, 1997, p.33-56.
- TOMMASI, A. - **I terremoti nel Friuli dal 1116 al 1887**, Roma, 1888.
- VENUTI, T. - **Chiesette votive da Tarcento a Cividale**, Udine, 1977.
- VENTURINI, C.; FERRARI, A.; SPALLETTA, C.; VAI, G. B. - La discordanza ercinica, il tardorogeno e il postorogeno nella geologia del Passo di Pramollo, CASTELLARIN, A.; VAI, G.B. (ed) **Guida alla geologia del Sudalpino centro-orientale**. *Guide geol. Reg. S.G.I.*, Bologna, 1982, p. 293-303.
- ZACCARIA, C. - **Le fortificazioni romane e tardo antiche**, in T. Miotti. (a cura di), **Castelli del Friuli/5, Storia ed evoluzione dell'arte delle fortificazioni in Friuli**, Bologna, 1981, p. 61-96.
- ZAFFERRARI, A. - **La geologia del bacino montano del Tagliamento:dagli antichi oceani alle montagne d'oggi**, Udine, 2006.
- ŽBONA TRKMAN, B. - I siti castellani nel territorio isontino sloveno e sui margini del Carso settentrionale: la ricerca archeologica, BUORA (ed) **Ceramica dal Bassomedioevo al Rinascimento in Italia nordorientale e nelle aree transalpine, Atti della giornata di Studio (Udine, 16 Marzo 1996)**, *Archeologia di Frontiera*, 2, Trieste, 1999, p. 135-142.
- ZENAROLLA, L. - **Il culto di Hercules nell'Italia Nord-Occidentale**, Tesi di Dottorato di Lisa Zenarolla Fondazione Antonio Colluto, collana Lalbum, N° 14, 2008.

DISPENSE CORSI MASTER GTARC

- FANTOZZI, P. L. - Dispense del corso di **Cartografia Tematica**, CGT, 2006.

SALVINI, R. - Disperati, Dispense del corso di **Telerilevamento Applicato alla Difesa del Suolo**, CGT, 2006.

SALVINI, R. - Dispense del corso di **Applicazioni geologico-ambientali della Fotogrammetria Digitale**, CGT, 2006.

SITI INTERNET

ARCIULI, A. - **Ricostruzioni tridimensionali e analisi archeologica dei monumenti: il caso della Basilica** (<http://www.archeologia.unifg.it/ric/lab/Lad/Herdlad.asp>)

<http://storiaromana.blogspot.com/2008/09/la-strada-romana.html>

SUPPORTO

Le informazioni geo-morfologiche sono state fornite dal dott. Alessandro Fontana, geoarcheologo dell'Università degli Studi di Padova, che ha indagato la conca di Illegio prendendo in considerazione soprattutto i siti che sono stati oggetto delle indagini archeologiche.

The excavation of Cuel di Tor di Cà

Enrico Roncallo

ABSTRACT

The tower Cuel Tor Di Ca is located on the summit of a high hill about 590 meters above sea level above the narrow gorge crossed by the trail that connected Illegio the River Tagliamento (Illegio, Tolmezzo, Udine, Friuli Venezia Giulia, Italy).

The hill has had, because of its strategic location, a long history of settlement remained in the memory of the inhabitants of the valley, allowing individualization even after a long time. The pad has an elongated shape, oriented north-south, with a maximum length of 12.85 meters and a width of 8.5 meters.

Key-words: The Rediscovery of a Testimony of the Past.

1. The excavation of Cuel di Tor di Cà

When the fieldwork began at the Illegio valley was not possible to suspect of the wealth of the archaeological site present in a relatively small area, well-hidden and apparently out of the main road layouts. The initial project previewed the excavation in extension of Pieve di San Floriano and the old church of San Paolo by the Illegio village, but with time several sites were discovered and surveyed. Research, publications and recent conferences testify a growing interest in the study of the constructive aspects of the architecture, from the materials, to technique, to masonry; to understand what we must rely when analysing the remaining archaeological evidence. Before speaking of the tower we must single the context in which it is placed through a broader discourse. Archaeology of fortifications is one of the two thematic paths in study on the region of the Illegio valley, in the past the area in question was subject to a citadel's phenomenon of considerable importance. Between the XII and XIII century the Lords of the Legio were remembered as one of the most famous families in the district of the northeast area of Tolmezzo. In the past was assumed that the fortified headquarter of the feudal lords coincide with Pieve di San Floriano, the archaeological researches developed between autumn and winter of 2003 have not given confirmation to this hypothesis. The crucial position of the Illegio dell, with remarkable opportunities for subsistence farming, combined with the variety of churches and fortifications stirs our imagination towards an interesting hypothesis, very suggestive, that Illegio is in fact the famous *Castrum* of Ibligo, quoted by Paolo Diacono in the *Historia Langobardorum*. Within the broader project above briefly displayed, such as the interesting wealth of the fortified sites in the Dell of Illegio area, was started in autumn of 2003 the archaeological excavation in extension of the fortified site of Cuel Di Tor di Cà, placed at the beginning of the Illegio valley. This intervention was born from the knowledge of two peasants legends in the oral memory of the existence of two towers placed in defence of the narrow entrance to the valley; this reported the presence in the summit area of the two hills of ruins from two sites now abandoned. The place in question, on the contrary, is not mentioned in any document although if for some time holds a strategic

position in the valley defensive system (CAGNANA, 2004; MARCONE, 2004: 37-43; RONCALLO, 2013: 309).

2. The site of Cuel di Tor di Cà

The tower of Cuel Di Tor di Cà appears located in the summit of a hill of about 590 m above sea level that overhang the narrow gorge crossed by an ancient trail connecting Illegio to Tolmezzo, of which nowadays still remains some tracks, the hill hosting it suffered some changes according the military strategies required at time. The area in question is open to Tolmezzo and Tagliamento valley, at right, is divided by a small series of hills of the But valley connecting the northeast of Italia to Norico and consequently to the heart of Europe. During the period in which the Roman Empire was strong in defending the borders from the barbarians pressure wave coming from the Eurasian steppes, the populations of the Tagliamento and But valley did not have anything to fear. When the Empire was exhausted with internal problems and so unable to withstand the force with adequate pressure to hold the barbarians in the borders, the population of the two valleys were subject to raids, first, and then passage, afterwards, the barbarian people headed towards Aquileia and Italia. The hill has had, due to its strategical position, a long history of settlement placing it in the memory of the inhabitants of the valley, allowing its individualization even after long time. The hill has an elongated shape, with north-south orientation, with 12,85 metres maximum of length and 8,5 metres width. The morphology of the summit appears obviously modified by interventions of settlement with the intentional levelling of the rocky soil and the creation of a suitable building plan of a tower of remarkable dimensions that almost certainly was called mainly to carry out two tasks (RONCALLO, 2013: 309; ZACCARIA, 1981: 61-96):

2.1. Was placed controlling along with the other tower of Cuel Di Tor di Là the only way of access to the valley. The actual road was built by the Army Corps of Engineers in 1917, during the Great War for strategic purposes and did not respect the original track; this probably followed a ridge path crossing the gorge between the two hills known precisely as "Cuel Di Tor di Cà" and "Cuel Di Tor di Là".

2.2. It is not to exclude the role of connection in the signals between the "Cuel Di Tor di Là" and the other fortifications inside the valley of Illegio. This hypothesis can be confirmed only if is possible to prove that all the fortifications are synchronic with each other.

Figure 1. The tower of Cuel di Tor di Cà was excavated in the autumn of 2003, when was decided to open the site, the hill was covered with vegetation while nature regained control over the place being difficult to discern the structure. **Source:** Author.

Figure 2. **Source:** Google Earth.

It is a suggestive hypothesis that only a long process of work and much time may confirm or deny. The close relationship that the hill in question has with the nearby "Cuel Di Tor di Là" thus constitute the fundamental characteristics of the historical nature of this hinge deliberately placed in control of the narrow gorge (RONCALLO, 2013: 309).

Figure 3. Condition in which the site was found. **Source:** Author.

The approach to the excavation, it was not systematic - as you can imagine - but focused on removal of vegetation that covered the site. Historical knowledge to explain these remains are mostly indecipherable, scarce and fragmented, for which has started a systematic collection and interpretation of the few historical and oral sources, through which it was possible to rediscover and document physical signs of the past that are still present. During the campaign of 2004 was completed the earlier interrupted job to the onset of inclement weather. Within

the general project which envisaged to uncover the complete structure by removing the mantle of vegetation that covered the tower, there has emerged a quadrangular structure of considerable size with a maximum length of 12,85 meters and a width of 8,5 meters. The excavation reached the rocky floor and allowed to highlight the entire stratigraphic sequence that covered the area over time. The investigated stratigraphy develops below the humus where it was identified a layer of collapse that is present along the entire area and has more consistent thickness along the walls; the side facing south, in particular, has a lower height to the rest of the area. This consists of a body of rows of just hewn stones, the Wall Stratigraphic Layer 5 (USM 5), on which rests an accumulation of small irregular shaped stones, the Wall Stratigraphic Layer 4 (USM 4), and most likely it is perhaps scraps of dispossession resettled during the First World War to form a trench. Throughout the area affected by the excavation in the immediate adherence to the sterile conglomerate, the Stratigraphic Layer 3 (US 3) and the bedrock Stratigraphic Layer 6 (US 6), in addition to the thick collapsed layer, the Stratigraphic Layer 1 (US 1) probably subsequently to the abandonment of the structure is one below in beaten clay, the Stratigraphic Layer 2 (US 2), it has not been found any other evidence of human presence. The discovery in the layer of humus of some boxes of rifle and chargers attributable to the First World War suggests that the site has been subject to a radical upheaval by these soldiers in an attempt to create a trench, this is confirmed by the fact that the accumulation of small stones Wall Stratigraphic Layer 4 (USM 4) faces south, towards the town of Tolmezzo and the valley of the Tagliamento. The vegetation which grew on the rubble of the ruins caused a significant problem as the bulging of the walls, already subject to a highly predisposition to be disposed of the higher rows of stones from the population of Illegio. Looking carefully at the structure it is noted that the deterioration of the stones found in Cuel Di Tor di Cà is not tied to a natural aging process, because, until they are extracted and used by man, are subject only to slow processes of geologic alterations. Only at the time when they are extracted from the lithosphere and transformed to become a building material, they undergo a process of faster degradation in the atmospheric environment. The materials are subjected to different agents, natural and anthropic, whose action, as long as man is interest, can be reversed with maintenance. Completed the task for which it was erected, the tower Cuel Di Tor di Cà soon fell into disuse and consequently was abandoned. Almost certainly it was reused as a shelter for the herds as they pass in that area. When the building with its stone work was seen as a quarry where from to extract material to build the houses of the nearby villagers, was thought well beginning the work of stripping. The removal of this material was certainly started by the rows of higher blocks, then continued up until remove almost the whole structure, this may be the answer to the total absence of stones of collapse around the site, apart from the blocks still part of the structure unearthed in campaigns held in 2003 and 2004 (CAGNANA et al., 2007: 190-193; RONCALLO, 2013: 309).

Figure 4. Plan of the structure of Cuel di Tor di Cà. **Source:** Author.

The row of small irregular stones was, as previously mentioned, reused during the Great War and the stones were positioned along the south and west sides of the structure to form a trench. During Cuel Di Tor di Cà and Cuel Di Tor di Là survey were found along the trail several stones roughly hewn parallelepiped, probably abandoned along the path during dismounting of structures, according with the excavation report (CAGNANA et al., 2007: 190-193; RONCALLO, 2013: 309).

Figure 5. Chargers found during excavations. **Source:** Author.

Figure 6. Detail of the walls. **Source:** Author.

3. Conclusions

The almost total absence of finds does not allow us to arrive at a precise dating of the building, the only tangible signs that history has left us are some cartridges and a charger; the discovery of artefacts attributable to the two world wars seem to show that the site was in those times, perhaps once again for control of the road network. In conclusion, the scarcity of remains found, the fact that below the collapse was found a thick layer of clay along the bedrock does not allow us to make certain assumptions. The continuation of excavations inside the valley of Illegio perhaps can unravel the secret of this site so jealous of its secrets. The transformation of the structure in the trenches of the First World War has certainly drained the site probably the internal material was thrown outside or in the worst case scenario off the cliff. Perhaps a search with a metal detector near the tower, under the watchful eye of an expert archaeologist, can return some element useful to dating the site (RONCALLO, 2013: 309).

English Language Version: Ana Graça (anagraca@ipt.pt)

TRITON SHELL TRUMPETS: THE CULTURAL HERITAGE OF THE VUCCINS THROUGH ARCHAEOLOGY AND MUSIC

Martina Olcese

Suola di Specializzazione in Beni Archeologici

Scuola di Scienze Umanistiche

Università degli Studi di Genova

Via Balbi 2 – 16126

Genova (I), Italia

[**`martina.olcese6@gmail.com`**](mailto:martina.olcese6@gmail.com)

Triton Shell Trumpets: The Cultural Heritage of the Buccins Through Archaeology and Music

Martina Olcese

Article History:

Received in 23 april 2015

Revised form 18 june 2015

Accepted 06 july 2015

ABSTRACT

This paper aims to focus on archaeological evidences of shells belonging to the class of gastropods transformed into wind instruments. The intent will be to follow an interdisciplinary approach as much as possible, trying to take advantage of ethnography and evidences coming from ancient cultures both chronologically and culturally far from the other.

A number of formal and ecologic remarks concerning the structure of the gastropods will first allow a better understanding of the use of these conchs as trumpets. To better illustrate their richness, musically speaking, examples of a few shells discovered in the caves of the Finalese area (Liguria, North-Western Italian Coast) will be presented. Next, archaeological remains within this geographical area will be examined in detail. This, both with regard to their morphology, which suggests their being played, but also to the connection which likely existed between this geographical area and the cultures North of the Alps in the Early Neolithic period.

Enlarging the perspective to evidences found along the coasts of the Pacific, and also to those discovered along the Eastern Mediterranean coast, dating back to the Pre-Columbian Moche culture and to the Bronze age respectively, will permit to focus on such intriguing evidences as gastropods reproduced in terracotta and stone. These remains allow a different interpretation of the "Shell Trumpets", which may not have been musical instruments but *Rhytā*.

Lastly, the cultural value of the conch trumpets will be closely investigated, with reference to both the anthropologic connection between the process of playing, and acquisition of means of expression, and a number of ethnographic instances. Within this perspective, a few recent evidences from the finalese area will demonstrate how deep the current heritage of the trumpets is, and how fruitfully this can be reinterpreted, especially with the collaboration of cultural institutions.

Key words: Trumpet; Triton shell; Ethnography; Symbolism.

RESUMO

Este trabalho concentra-se em evidências arqueológicas de conchas pertencentes à classe dos gastrópodes, transformadas em instrumentos de sopro. A intenção será seguir uma abordagem tanto quanto possível interdisciplinar, tentando aproveitar da etnografia e de evidências de culturas humanas diferentes, embora cronológica e culturalmente distantes entre si. Em primeiro lugar uma série de observações formais e ecológicas relativas às estruturas dos gastrópodes irá permitir uma compreensão mais clara da utilização dessas conchas como trombetas. Para melhor ilustrar a sua riqueza, musicalmente falando, a instância será tomada a partir de algumas conchas encontradas em grutas na região de Finalese (Ligúria, Costa Noroeste Marítima Italiana). Os vestígios arqueológicos deste âmbito geográfico serão examinadas em detalhe, em segundo lugar. Quer em relação à morfologia das conchas, que sugere que elas tinham sido tocadas, mas também em função da ligação que, provavelmente, existia entre esta área geográfica e as culturas a Norte dos Alpes, a partir do Neolítico Médio. No âmbito da sua utilização etnográfica será ampliada a visão para algumas evidências encontradas ao longo das costas do pacífico, mas também ao longo da Costa Oriental do mediterrâneo, datando, respectivamente, as culturas pré-colombianas, a Idade do Bronze. Tal permitirá a concentração de evidências intrigantes, tais como reproduções de gastrópodes produzidos em barro e pedra. Estes restos possibilitam uma interpretação diferente das "Conchas-Trombetas", que podem não ter sido instrumentos musicais, mas *Rhità*. Finalmente, tratar-se-á em pormenor do valor cultural das "Conchas-Trombetas", relativamente ao processo antropológico na relação entre o tocar e o adquirir meios de expressão, mas também será apresentado um número de instâncias etnográficas. Nesta óptica, as poucas evidências recentes da área do Finalese irão sublinhar quanto é radicado o património atual das trombetas, e como frutuosamente isso pode ser reinterpretado, com a anuência das instituições culturais.

Palavras-Chave: Trombetas; Conchas-Tritão; Etnografia; Simbolismo.

1. Introduction

Depositions of shells in archaeological sites, whether recovered complete or in fragments, are generally interpreted as the remains of meals (CUCUZZA, 2011: 374; SKEATES, 1991: 17), ornaments (BORRELLO, 2005a: 5-16) or offerings (YOUNGER, 1998: 35-37; PRIVITERA, 2008: 146-147). Yet, the case of the species, which were likely transformed into trumpets, is different (SKEATES, 1991: 17). Indeed, those evidences ought to be distinguished from remains from meals, as natural "trumpets" often show traces of concretions in the internal part. This would demonstrate that they were collected on the beaches or nearby, when the animal was already dead. Thus, the collection of those shells must have responded to a different purpose rather than that of eating. A few evidences discovered in the Palace of Knossos (Crete), dating to the Late Bronze Age (1400-1100 ca. B.C.), are very significant in this regard (CUCUZZA, 2011: 374).

Actually, these objects deserve a study dedicated exclusively to them, because of their uncommon charm and beauty, along with their fragility, and their special magic and religious value (VELARDE, 2005: 117).

This is only one of the reasons why one should follow an interdisciplinary approach as much as possible in order to demonstrate that the use of the gastropods goes beyond their function as pendants, offerings, or food source. Within this perspective, using both the specific tools of

archaeological research and ethnology is particularly interesting. This is because ethnology and experimental archaeology originate from the very same process of enquiry (OLCESE, 2014: 35-36).

This paper intends to both illustrate and go beyond scientific evidences, in order to point out the cultural value of “conch trumpets”.

Thus, the first step to follow will be to describe how the structure of gastropods allows them to be played as trumpets. Secondly, a number of interesting remains from Western Europe shall be detailed. This will enable to better understand the importance of archaeological evidences from Eastern Mediterranean coasts, and from Southern America. General remarks regarding the cultural value of gastropods manufactured as trumpets will follow. These stated, a number of ethnographic evidences, as much enigmatic as the archaeological ones, will be presented. Their symbolic value does not consist exclusively in performing music, but also in the contemporary issues of the use of the buccin.

2. Gastropods: a question of morphology and sound

2.1. Notes on the Morphology

Conchs belonging to the class of gastropods are the only shells big enough to be transformed into wind instruments. Actually, the large spectrum of sounds that can be obtained by the amplification of the voice is mostly due to the form of the shell. In the specific case of gastropods, the animal constantly expands its own mantle around the back, depositing carbonates melted in water. Starting from that point, the snail grows around the tiny central opening or “mouth”. This way, the thickness of the mantle increases hourly (or in the opposite direction) around a central axis named “columella”. A tiny furrow, the “suture”, whose size is variable, splits each volution from the other. A number of tubercles, thorns and ribs denote the irregular shape of the mantle, and formed when the animal stopped depositing the carbonates upon its back.

2.2. A wind instrument called *buccin*

The peculiar characteristics of gastropods allow the use of their shells - musically speaking - in three different ways (Teresa Pasqua, personal communication). First, they can be used as a megaphone, to amplify the musician’s voice: this is what happens when someone’s words, spoken in the trumpet, can be heard far away. Secondly, they can function to make the sound (even human voice) resonate: this happens when the source of the sound is very close, but not directly in contact with the shell. The last possible use of these conchs consists of making them proper wind instruments to be played. This is going to be detailed here.

While they can be obtained, like horns, clappers and bells, from empty bodies, the trumpets are not played by shaking or beating the percussion instruments, but by blowing into the volution of the shell. This can be either pierced on the surface or cut at the apex; the first case is that of side-blown or transverse trumpets (see **Figure 8.**), while the other is that of end-blown trumpets (see **Figure 1.**). In the specific case of the shell trumpet, the sound originates from the air vibrating through the empty body, which technically makes of the instrument an aerophone (BOTH, 2004: 267). Thus, the airstream created by the musician’s lips vibration results in a deep sound, whose pitch depends not only on the size and position of the hole, but also on the size of the shell itself (CORTESE, DEL LUCCHESI, GARIBALDI, 2005: 93-94; SACHS,

1940: 47 ff.; MAIOLI, 1991: 120 ff.). This way, the spiral functions as the pipe of the artificial, modern trumpet, while the natural opening constitutes the bell.

As this regards, a large size for the instrument, as well of the opening (especially when drilled on the side), is that specific feature which discriminates proper trumpets from whistles (Madeleine Leclair, personal communication).

Regarding the sonorous extension/amplitude of those instruments, it should first be noted that they can approximatively play one octave lower than a cylindrical flute of the same size. In addition, the pitch varies with regard to the position of musician's hands. For instance, the partial covering of the mouth allows obtaining a harmonic twelfth. The presence of a little hole, located for instance on the lateral surface, would then enable another pitch to be produced (YOUNGER, 1998: 37).

A rare example of the sonorous richness of the buccins can be obtained from a few remains from the caves of Liguria (North-Western Italian coast) (CORTESE, DEL LUCCHESE, GARIBALDI, 2003: 407-409; CORTESE, DEL LUCCHESE, GARIBALDI, 2005: 93-95; DEL LUCCHESE, OLCESE, in press). In this case, cutting the apex and smoothing out the border created a flat surface, which can be easily covered, resulting in being able to obtain a better sound quality.

A series of proofs made by Master Cortese of a dozen shells found in the Finalese area (Savona, Western Liguria, I) demonstrated how large the sonorous amplitude of these instruments is. The experience proved that the frequencies include flat F (one shell from the cave of the Arene Candide); A (A and flat A for two shells from the Arene Candide, the opening of the second being closed); C sharp (one shell from cave of Pollera, and one from the Arene Candide); and B (two conchs found in the cave of the Arene Candide). Furthermore, extremely interesting to note is the case of a "trumpet" from the cave of Pollera, which plays flat B or C depending on whether the opening is obstructed or left open.

2.3. Shells for Trumpets all over the World

Establishing a sort of "identity card" for the gastropods requires to also mention the geographical areas where evidences exist of this kind of molluscs (NEGRA, ZOBELE LIPPARINI, 2003: 343-344). The presence of archaeological and ethnographical evidences that depend directly on that evidence is an extremely interesting feature.

Being essentially marine snails, gastropods are typical from tropical areas, and especially from the coasts of Eastern India, where they belong to the species *Charonia Tritonis* (SKEATES, 1991: 17).

Besides, they are also very common in Florida, Mexico, Peru and Southern Brazil. The most common species in Southern America are the *Strombus Gigas* and the *Strombus Peruvianus*, both belonging to the *Strombidae* family.

Conchs belonging to the class of gastropods are also widely distributed in the temperate areas of the middle-east United States, including the State of New York, where evidences are known of molluscs of the family of the *Buccinidi*, (*Buccinoidea* superfamily). Shells of this category are also common along the coasts of southern Siberia and Alaska, northern United States and Canada, and also Northern and Baltic Sea.

On the contrary, they are rare on the European coasts of Atlantic Ocean and Mediterranean Sea. Well known is the genus *Charonia*, belonging to the family of *Ranellidae*, the largest

gastropods in the Mediterranean Sea. The species *Charonia Lampas* (also known as *Charonia Nodifera* or *Triton Nodiferus*), and the species *Charonia Sequenzae* (also known as *Charonia Variagata*), belong to this family as well (SKEATES, 1991: 17; ÅSTRÖM, REESE, 1990: 7). Being mostly deep-water species, they are not very common along the coasts of the Mediterranean Sea. However, the number of findings from Italy is impressive as they date back from the most ancient Prehistory to the Middle Ages, and have been the object of close studies (SKEATES, 1991: 17-31).

3. The extremely ancient memory of conch trumpets

3.1. Prehistorical *buccins* from Liguria (North Western Italian coast) - and more

The most common species along the coasts of the Mediterranean Sea, *Charonia Nodifera*, is rarely eaten in this geographical region (SKEATES, 1991: 28). Such evidence further verifies that remains coming from archaeological contexts were collected for a different purpose, which may correspond to their use as musical instruments. Within this perspective, this chapter will exclusively deal with shells whose apex is cut; indeed, only shells whose end was worked off seem to have been blown like trumpets.

That stated, it must yet be considered that many accounts of the excavations realized during the 19th and 20th centuries do not allow us to determine whether the shells were whole, or if their apex was cut. The fragments recovered are indeed in most of cases too small to be interpreted as regards the function the shell would have had if it was complete. Evidences recovered in Liguria prove quite well this feature. This is the case of the instances coming from the caves of Balzi Rossi (Grimaldi, Imperia, I) (MOSSO, 1912: 286; SKEATES, 1991: 17) and from the cave of Bergeggi (Savona, I) (ISSEL, 1892: 242; SKEATES, 1991: 18).

Yet, a number of instances from this region, whose context is better known, are particularly interesting among the shells that were likely blown as trumpets.

The first researcher to mention archaeological evidences of manufactured snails belonging to the species *Tritonis* dating back to Prehistory, was the geologist Arturo Issel, at the end of the 19th century (ISSEL, 1908: 285, 322, 413). The conchs cited by Issel were found in a number of caves in the Savona surroundings.

The most remarkable findings come from the Finalese area (Savona) and specifically from the caves of Sanguineto (1 snail) (ISSEL 1908: 285), Arene Candide (several evidences) (ISSEL 1908: 413) and Pollera (5 conchs) (ISSEL 1908: 322). Both findings from the cave of Sanguineto, and from the cave of Pollera, cannot be dated with great precision, but were described as generically associated to shards belonging to Middle Neolithic Square-mouthed Pottery (5000-4200 B.C. ca) and Late Neolithic Lagozza culture (4200-3600 B.C. ca) (for all those evidences see the reviews by SKEATES, 1991: 18; CORTESE, DEL LUCCHESI, GARIBALDI, 2003: 407- 409; CORTESE, DEL LUCCHESI, GARIBALDI, 2005: 91-96).

More evidences was later collected in the 30s by Giovanni Andrea Silla, Director of the newly founded Archaeological Museum of the Finale, in the cave called Arma dell'Aquila (DE PASCALE, 2008: 53; see **Figure 2.**).



Figure 1. *Charonia lampas*, from the cave named Armadell'Aquila, Finale Ligure, Savona, I), excavated by Giovanni Andrea Silla. Archaeological Museum of the Finale (Finalborgo, Savona, I). Picture kindly awarded by the Ministero dei Beni e delle Attività Culturali e del Turismo - Soprintendenza per i Beni Archeologici della Liguria (Genoa, I).

After Silla, the young superintendent to the antiquities, Luigi Bernabò Brea, recovered several evidences during his research in the cave of the Arene Candide, between 1940 and 1942 (CORTESE, DEL LUCCHESE, GARIBALDI, 2003: 407-409; CORTESE, DEL LUCCHESE, GARIBALDI 2005: 92-93).

The remains coming from this particular context are conspicuous. Eighteen shells with cut apexes (and a few more entire conchs) were found by cleric Don Nicolò Morelli at the beginning of the 19th century and, later on, Bernabò Brea recovered a number of fragments in the strata dating to the Early Neolithic Cardial Impressed Culture (5800-5000 B.C. ca). Furthermore, a later date, to the Middle Neolithic Square-Mouthed Pottery culture, has been proposed for two entire shells whose apexes were cut and the borders smoothed out. One of them was found by Bernabò Brea between 1948 and 1950, the other discovered in the 70s by Prof. Santo Tinè (see **Figure 1.**) (CORTESE, DEL LUCCHESE, GARIBALDI, 2003: 407-409; CORTESE, DEL LUCCHESE, GARIBALDI , 2005 93).



Figure 2. *Charonia lampas*, from the cave of the Arene Candide (Finale Ligure, Savona I). Excavated by Prof. Santo Tinè. Museo Civico di Archeologia Ligure, Pegli (Genoa, I). Picture kindly awarded by the Ministero dei Beni e delle Attività Culturali e del Turismo - Soprintendenza per i Beni Archeologici della Liguria (Genoa, I).

Within the particular context of the Arene Candide, the presence of both snails with cut apices and ornaments, would prove that the cave was a manufacturing centre for *Triton* shells, either used to produce pendants or trumpets (SKEATES, 1991: 18).

Those instances are currently the most conspicuous and better known in Italy, primarily because the other accounts of *Triton* shells discovered in Italy do not allow to determine whether the conchs were entire, or if their apex was cut (SKEATES, 1991: 18-19). However, one more finding recovered in the Grotta dei Piccioni (Abruzzo, Middle-eastern Italian coast) deserves to be cited. The apex had been removed and a small, cylindrical hole was drilled near the opening. This could thus make it either a side-blown or an end-blown trumpet (SKEATES, 1991: 19-20). The object was found associated with pottery belonging to the Late Neolithic Ripoli culture (3500-2800 B.C. ca).

One should not think that in Liguria man used to manufacture conch trumpets exclusively during the Prehistoric times. On the contrary, a few evidences exist that this custom was pursued during historic times, starting from the Roman epoch. A quite Interesting evidence dating to the Roman period comes from San Bartolomeo al Mare (Imperia) (DEL LUCCHESI, OLCESE, in press). A snail manufactured to be played as a trumpet was also found during the medieval excavations of Finalborgo (Savona) (PALAZZI et al., 2003. 233). Apparently, the custom of producing this kind of artefacts most likely for playing, was very well known in the Roman world, as an instance was found even in Pompeii in the *atriolum* of the House of Menander (SKEATES, 1991: 23).

3.2. Fresh water gastropods: what happens in Northern Europe?

If still it is true that conchs belonging to the class of gastropods were played as trumpets from the most ancient times, can it really be stated that their use was limited to the coasts? In addition, was that kind of instrument known in the mainland, and especially in central Europe?

Until now, marine species of gastropods have exclusively been pointed out, considering the fact that there is no doubt that freshwater gastropods are too small in size to be played (Dr. Nigel Thew, personal communication). Thus, marine gastropods transformed into wind instruments found in the area north of the Alps ought to be interpreted as imported objects, ready for use or partially manufactured.

A few instances from the mainland concur to point out a sort of network connecting geographical areas far from each other.

In Switzerland, where archaeological remains of shells have recently been investigated, a few fragments of marine gastropods which were surely imported have been identified. Ornaments made with *Charonia* come from a number of Swiss sites dating to the Ancient and Middle Neolithic periods (BORRELLO, 2005b: 26-27). Some pendants forged from different parts of the conch were discovered in the settlement of Egolzwil 3 (Luzern, 4282-4275 cal. B.C.), and burial sites belonging to the Chamblandes culture around Lemman Lake and Valais (4500-3700 cal. B.C.). It is impressive to observe that the very same technique was used in the Valais to manufacture bracelets (Saint-Léonard/sur-le-Grand-Pré; Saint-Léonard/Carrières), and in the cave of the Arene Candide (Savona, I) to make pendants or trumpets. This consisted of smoothing out the surface in order to erase all natural irregularities (BORRELLO, 2012: 420-421).

Thus, the fact that objects manufactured using the same technique were discovered either on the coasts or in the mainland, may be interpreted as a proof of the fact that either conch trumpets were imported into the mainland as finished products, or used as models which served to produce more trumpets far from the area of the origin of the shells.

Based on the strong relationship existing between the Chamblandes culture and the Chassey/Lagozza culture, R. Skeates points out a highly likely north Italian or southern French source of the shells (SKEATES, 1991: 20). This has to be interpreted with regard to a long distance exchange network, which the itinerary is better known. Within this network, other goods travelled together with the snails, like obsidian, which could reach areas so far apart such as Ligurian coast (cave of the Arene Candide), Lipari (Grotta delle Felci) and Abruzzo (Ripoli) (SKEATES, 1991: 26). Considering both the amount of exchanged goods found in the cave of the Arene Candide, and the higher degree of specialisation in manufacturing shells belonging to the class of gastropods in this context, Robin Skeates asserts that the Finale area may have been a nodal point of the network connecting the Mediterranean coasts and central Europe.

More can be said about this topic, as other evidences from this area have to be mentioned.

The first instance comes from Osel (Saxony, DE), where a *Triton* shell with its apex cut off was associated with three shards assigned to the Early Neolithic *Bandkeramik* (SKEATES, 1991: 20). This astonishing find has been interpreted as a possible fossil example to be imitated. In this perspective, conchs coming from Mediterranean contexts would have been imported whole, and be manufactured *in situ*.

At least two more instances of shells whose apex is cut off come from Hungary. The first case is Békásmegyer II site, and dates back to the Eneolithic Baden Pécel culture (3600-2800 B.C. ca); the second, recovered in Fenkpuszta I, possibly dates to the Copper Age (SKEATES, 1991: 20), the site belonging to the Copper Age Balaton group (2800-1800 B.C. ca). Like the earlier Italian evidence coming from Grotta dei Piccioni that was previously cited, this evidence had a round hole drilled into the surface.

4. Conch trumpets in antiquity: the great imposture?

4.1. Beyond the borders of old Europe: water and cult activities

Until now, an attempt has been to assume that shells belonging to the class of gastropods could or, at least, may very likely have been blown as trumpets. Actually, a few examples from the Eastern Mediterranean basin, and also from the Pacific coast, enable to consider other theories about the nature and the use of these objects in the past.

First, archaeological remains of gastropods, possibly used as trumpets, are very common along the Aegean coasts.

Among the most ancient remains are two shells with removed apices, respectively found in the Neolithic deposits of Knossos and Phaestos (Crete) (SKEATES, 1991: 21).

Yet, the most striking number of findings dates back to the Late Bronze Age (1400–1100 BC ca.). Most of the time, the objects, mainly originating from Crete, were found in contexts that suggested the presence of ritual activities. That is the case, for instance, of a *Triton* shell discovered in Kephala Condros among other objects belonging to a proper repository of ritual objects, including pipe vessels and terracotta figurines. The same can be said about a *Triton* from Quartier Nu in Mallia, and of a shell belonging to the same species from Karphi, coming from the so-called “temple” (CUCUZZA, 2011: 374).

The same remarks concerning the ritual context can be done about a few remains discovered in Cyprus. That is the case of a *Charonia Sequenzae* from Hala Sultan Tekke, dating to Late Bronze Age, and of a *Charonia Nodifera* from Kition Room 12, dating to Ancient Geometric (900-850 BC. ca, Cypro-Geometric I) (ÅSTRÖM, REESE, 1990: 5-6)

Last evidences to be reminded are that coming from the Israeli coast, and specifically from Tell Qasile and Hazor (ÅSTRÖM, REESE, 1990: 10). The first evidence date back to 1100-1050 B.C., whereas the second dates to 9th century B.C. As the author notes, their presence in this geographical area in this period shall be explained as regards the movement in South Eastern Mediterranean of the so-called Sea People, who very likely originated from the Aegean, at the beginning of 12th century B.C. (ÅSTRÖM, REESE, 1990: 6).

Evidences from the Aegean geographical and cultural area have generally been interpreted regarding the significance of water in cult activities in the Minoan world. The theory points out in particular the iconography of elements belonging to the aquatic sphere, of which a most interesting example is the painted ground of the “shrine” of Haghia Triada, dating to the TMIII (CUCUZZA, 2011: 374 ff.).

It is without doubt that the symbolic value of these gastropods shall be interpreted with reference to water, and particularly to the sea. Though, as it happens in Italy, accounts of archaeological excavations from the Aegean do not allow assertions as to whether the apex was cut or not with the intent of transforming the shells into trumpets. Indeed, the fragments are too small to determine if this was really the use of the shells.

A few instances from the Pacific, also dating back to Prehistory, enrich this perspective. It is, most of all, extremely interesting, that the studies introduce the topic of reproduction of gastropods, which is also witnessed on the Aegean coasts.

As mentioned above, gastropods are widespread on Western coast of central and southern America (VELARDE, 2003: 418; 2005: 120-121). The *Strombus* is indeed typical of the coasts of

the Pacific Ocean, and particularly of Ecuador, Peru, and California. With its 20 cm length along with its large opening, it can be easily and successfully played as a wind instrument.

Like archaeological remains discovered in Europe, evidences from Southern America very likely suggest the use of gastropods as wind instruments since Prehistory. A proof of that comes from a fragment of *Strombus* discovered in the archaeological site of Telarmachay (Peru), dating between 3000/2500 and 1800 B.C., at the end of the so-called Formative period (VELARDE, 2005: 121).

In Moche culture (2nd century B.C. - 7th century A.D.), this kind of instrument most likely gave rise to proper reproductions of the shell, but also to potteries to which the form of an imaginary animal, half fox, half mollusc, is given (VELARDE, 2005: 121). This creature was one of the most important in Moche mythology, as it was also deeply bound to political power. That is why the trumpets in terracotta to which the particular form of a imaginary animal is given are said to have been used during ritual fights or sacrifices (BOTH, 2004: 262; BOURGET, 2014: 32).

“*Pututos*”, or “*huayllaquepas*”, obtained by cutting a short portion of the apex from the conchs belonging to the species *Strombus Galeatus*, and used to give signals, are also known because the *conquistadores* handed down their memory (see **Figure 3.**). However, other evidences from pre-Hispanic America seem to have been bound to a deep symbolic value. One extremely interesting evidence to be noted is that of the enormous (87 x 74.5 x 44 cm) sculpture representing a shell with cut apex from the Great Temple of Tenochtitlan (1325–1521 A.D., BOTH, 2004: 264). Like a few natural trumpets found in the area, this steatite sculpture was associated to ancient Mexican god of rain and fertility, Tlaloc, who was also said to have been born from a shell belonging to the species *Strombus*. For this reason, it appears that prayers to gods of harvest were performed by playing this kind of natural wind instrument. In this case, the specific symbolic relation of the instrument to water is particularly clear, as people most likely used the trumpet to amplify their voices while praying and asking for rain (BOTH, 2004: 262; NEGRA, ZOBELE LIPPARINI, 2003: 354). As ethnographic evidences also show, the specific symbolic relationship to water is one of the main characteristics of the snail trumpet.



Figure 3. In Ancient Mexico, a “chasqui”, a messenger, performs a trumpet made with the *Strombus*. Printing from Felipe Guamán Poma de Ayala, *s Nueva Corónica y Buen Gobierno*, 1584 - 1614. From VELARDE 2005, p. 121. Picture kindly awarded by the Museum of Natural Sciences of Trento (I).

4.2. Gastropods reproductions in terracotta and stone: what kind of ritual contexts?

The evidences discussed until now point out the deep symbolic value awarded from the most ancient times to the buccins, which is bound both to water and to the legends handed down about the origin of the instrument. Reproductions in terracotta of wind instruments from Moche culture have also been highlighted (VELARDE, 2005: 121). Those objects are rather intriguing, as it is difficult exactly to define their symbolic value. In this perspective, some remarks concerning similar –yet much more ancient - remains from the Minoan world are very useful.

Here, reproductions of gastropods are extremely common. P. Darcque records in Crete itself a Triton in alabaster from Kalyvia Messara, dating between MHII and MHIII (DARCQUE, 1983: 60), and a Triton in terracotta from Gournia dating to MHI (2200-1600 B.C. ca) DARCQUE, 1983: 68). The most impressive evidence is, however, the Triton in steatite from Mallia (BAURAIN, DARCQUE, 1983: 3-59; **see Figures 4. and 5.**). This object is finely decorated with a scene showing two genii offering a libation. This is one of the reasons why the author interprets it as a possible rhython (BAURAIN, DARCQUE, 1983: 56-58). Vessels called rhytò, in the Aegean, had two openings; one corresponding to the great “bell” of conch trumpets, the other to the point where the spiral originates. These characteristics allowed them to filter or strain fermented beverages, or to offer libations (PRIVITERA, 2008: 143 - 146).



Figure 4. triton steatite shell from Mallia (Crete). National Museum of Haghios Nikolaos (Crete). Picture kindly awarded by the Hellenic Ministry of Culture, Education & Religious Affairs - Archaeological Receipts Fund.



Figure 5. triton steatite shell from Mallia (Crete), drawing of the decoration. National Museum of Haghios Nikolaos (Crete). From BAURAIN, DARCQUE, 1983, p. 17. Picture kindly awarded by École Française d'Athènes (EL).

The use of reproductions of gastropods (or even natural shells of this kind) as vessels to offer libations is related both to the form and to the material with which the instrument is constructed (YOUNGER, 1998: 35-37). The first question to be answered actually is whether they modelled the shells which were played as trumpets, or if their function was completely different from that of a trumpet and they did not even wish to bring to mind another use.

Secondly, it should be discussed if reproductions of conchs could be played as musical instruments, or if their character was exclusively related to their symbolic value.

The case of Mallia Triton is absolutely peculiar, as it is difficult to establish whether the object intended to imitate a shell transformed into a trumpet, or if it was possible to perform music with it. Finding answers to this question obviously needs a deep enquiry into the nature of the steatite used to manufacture the object.

Until now, the only remark which can be made, musically speaking, is that the stone shell, which actually has a hole on the side, possibly made of the original a side-blown "trumpet". On the other hand, every attempt made to play the object as a trumpet failed (BAURAIN, DARCQUE, 1983: 56; YOUNGER, 1998: 36). Still, the scene decorating its surface suggests that the object could have had a different function... such as that of rhyton for instance. Indeed, would it be plausible that the scene carved on the surface of the steatite shell was conceived in a totally distinct perspective from the real function of the object?

One more evidence from the Aegean allows us to interpret natural shells of this kind as natural rhyta. It is a seal from the Idaean cave, dating to MHIII (1650-1500 B.C. ca., see pictures 6 and 7), which has been recorded as being one of the most ancient representations of the use of shells as trumpets (CORTESE, DEL LUCCHESI, GARIBALDI, 2005: 91; ÅSTRÖM, REESE, 1990: 7). The object pictures a scene where a woman is standing in front of a tripod or small altar, and blows into a snail belonging to the class of gastropods. The problem is that drawings and existing pictures of the object do not enable us to establish if the woman is playing, or if she is carrying a vessel used for libations (BAURAIN, DARCQUE, 1983: 54-55). Actually, it is highly possible that the conch does not touch the lips of the woman. If that is the case, the scene should probably be interpreted as representing a woman pouring a liquid onto the altar.



Figure 6. Seal from from the Idaean cave. From BAURAIN, DARCQUE 1983, p. 55. Heraklion Archaeological Museum (Crete).
Picture kindly awarded by the Hellenic Ministry of Culture, Education & Religious Affairs - Archaeological Receipts Fund.



Figure 7. Seal from the Idaean cave (drawing). From BAURAIN, DARCQUE 1983, p. 55. Heraklion Archaeological Museum (Crete). Picture kindly awarded by the Hellenic Ministry of Culture, Education & Religious Affairs - Archaeological Receipts Fund.

It appears impossible to state that the shells were not played as trumpets, but rather functioned as *rythà*. Again, a key to the interpretation of these objects is their morphology, and in particular the presence or absence of the apex, and consequently the size of the hole. Paul Åström and David Reese point out this feature very clearly with regard to the remains from the Aegean (ÅSTRÖM, REESE, 1990: 11), reminding that most of the shells which have been object of a close study do not show traces of the transformation into a trumpet. This kind of evidences (whose apex is intact and which do not show any kind of hole on the surface) may very likely be used as containers. Which actually makes of the “shell trumpet” a kind of evidence even more interesting.

As regards these particular objects, which are rare, compared to the amount of shells recovered complete, it should be stressed (SKEATES, 1991: 17) (BAURAIN, DARCQUE, 1983: 55) that the majority of recovered conchs may very likely have been used as trumpets if their apex is cut, or they have at least a hole in the lateral surface. All other evidences, whose apex is intact, cannot absolutely have been played. The same can be said about reproductions in terracotta and stone, for someone aiming to interpret them as proper imitations of “trumpets”, and not as vessels used for libations.

Yet, the fact that shells belonging to the class of gastropods were reproduced in terracotta and stone, and were found in contexts where other materials most likely suggest the presence of religious activities, concurs to maintain that those objects had an extremely deep symbolic value. In this perspective, offerings of natural *rythà*, or offerings of shells transformed into trumpets (or offerings of the reproductions of the very same objects) could simply be due to different religious activities having been respectively performed.

With this regard, the comparison with Moche culture - even though that is chronologically and socially very far from Prehistoric evidences - is very interesting. Indeed, Steve Bourget points out the fact that terracotta reproductions of gastropods may intend to picture proper molluscs, and conch trumpets either, the second case corresponding to shells with a cut apex (BOURGET, 2014: 32). The simple fact that the Moche likely distinguished between a mere representation of a mollusc (BOTH, 2004: 265), and that of proper shell transformed into a wind instrument would prove that natural snail “trumpets” were blown. Maybe, the same can

be said about the reproductions of snails themselves, which may have also functioned as wind instruments, especially in geographical areas where gastropods are not so common.

Evidences of this kind, consisting of the representation of the instrument, together demonstrate that the use and the significance of the trumpet go well beyond the use of the trumpet itself. This is, actually, what Robin Skeates calls “visual symbology” of the buccins, in contrast with the oral use of the trumpet (SKEATES, 1991: 26-28). Ethnographic evidences constitute a most interesting account of that.

4.2. Myths and traditions: the cultural value of the buccins

4.2.1. Conch trumpets and human voice: at the origins of music

Investigations on music in antiquity enable at this point to better understand the importance of ethnographic evidences with regard to archaeological ones. Enquires first deal with the specific human characteristics to which the origins of music are connected. The remarks of a historian like Curt Sachs (SACHS, 1940: 36-38) are very clear in this regard. He states that all beings feel an intimate need to express emotions and feelings through movement. This is the reason why man, the only creature who can control and coordinate his own movements and has a real consciousness of rhythm, began at a particular moment in his history to manufacture musical instruments. Mankind actually matured the consciousness of rhythm by exploring how his own body resonates. Beating his own limbs, man would have realized that sound is an autonomous and a reproducible phenomenon.

Man expresses this particular consciousness by the use of voice, which Walter Maioli (MAIOLI, 1991: 21) identifies as the most ancient instrument in history. This is because it corresponds to both an innate and intimate human instinct, that of imitating. The human voice indeed allows the potential reproduction of any kind of noise and sound.

Within this perspective, the intent of reproducing a discernible sound and/or rhythm motivates the construction of musical instruments. The particular interaction of the object with the world, but most of all with human body, mind and voice, would thus explain the awarding of magical value to most of the musical instruments. Moreover, this is the case of wind instruments like the “conch trumpets”, because they amplify human voice (SACHS, 1940: 47 ff.).

The cultural value of these instruments is better understood as regards the connection between the instinct of reproducing the same rhythm (SACHS, 1940: 25-26), and the mechanism through which children learn how to communicate. It is, indeed, through repetition that they “discover” the sounds (acquisition of the sound as an autonomous phenomenon), memorize them and give them a meaningful structure (awareness of the consciousness of rhythm). Thus, sounds become reproducible and... transmittable. This is the origin of oral communication. As previously stated, the use of the “conch trumpet” is very well integrated into this system due to the fact that it enables the amplification of human voice.

4.2.2. *Buccins* from the world: ethnographic evidences

The evidences examined until now suggest that the value of wind instruments obtained by manufacturing shells goes beyond issues of structure and musicology. Ethnographic evidences contribute to a better understanding of this matter.

Many examples are widespread in the Far East. In Papua New Guinea, *Charoniae* with a lateral hole are generally used during the course of social meetings, while in Japan it is very likely that the instrument is marked with a specific symbolic value. Indeed, in this geographical area couples of “hora”, mostly end-blown (Madeleine Leclair, personal communication) are used to gather the monks (see **picture 8.**), but to also dismiss evil spirits (NEGRA, ZOBELE LIPPARINI, 2003: 343). A proper ritual use of the conch trumpet is also known in the Fiji Islands in Oceania, where the instrument accompanies sacrifices, as well as in Tonga (Polynesia) where the trumpet was still being used not long ago during the funerals of the members of families that held power.



Figure 8.two conch trumpets, end-blown and side-blown respectively, used to gather the monks to prayer in the State of Sikkim (India). National Museum of Anthropology and Ethnology of Florence (I). From LIPPARINI, NEGRA, ZOBELE LIPPARINI 2003, p. 345. Picture kindly awarded by the National Museum of Anthropology and Ethnology of Florence.

It is more complicated to attempt to define the function of the instrument in the Hindu cultural context (NEGRA, ZOBELE LIPPARINI, 2003: 355), where trumpets made with shells are graciously carved and chiselled. People use to worship gastropods belonging to the family of the *turbinellidae* as sacred objects, as the complex form of the spiral would reflect the idea that the “soul” of the mollusc must reincarnate at least five times to be reborn in the latter form. Furthermore, snails belonging to the class of gastropods have a deep symbolic value because they are associated with the supreme god Visnu. Indeed, Visnu is pictured carrying a shell belonging to the class of gastropods, as the myth says he would have collected it after changing his appearance into that of a fish and defeating the evil spirit who hid the sacred texts in it.

The modern end-blown conch trumpet, which is shiny, white-coloured, and finely carved with gold and silver, is nowadays called *sánkhe*. Being the shell an attribute of god Visnu, those who venerate him paint the conch on their own arms. A few other evidences further demonstrate how deeply the shell is bound to this religious context. First, the second name of Lakshmi, goddess of abundance and bride of Visnu, is Sankha. Additionally, believers who undertake a pilgrimage often carry bracelets made with sections of gastropods.

Another interesting evidence comes from Buddhist cultural area. In Tibet, but also in the region of Ladakh in India, evidences of the *canka* have been recorded. These molluscs belonging to the family *turbinellidae*, are drawn and painted coming out of lotus flowers decorated with mandalas and prayers, which strongly tie them to the concept of purity (NEGRA, ZOBELE LIPPARINI, 2003: 355).

4.2.3. From ethnography to a more complex symbolic value

It is now clear that the symbolic value of the “conch trumpets” is rich and complex. All the aspects investigated until now contributed to stress the deep link of this instrument to water, which should not be considered exclusive to ecology (even though all the examples mentioned are of marine gastropods). Indeed, the shell brings a proper ideological value as well. The legend of Visnu recovering the sacred texts from a snail is of particular relevance in this perspective.

Actually, the legend of god of sea Poseidon also implies the symbolic relation to the water. Indeed, poet Ovid in the *Metamorphoses* (I, 333-338: 8 d. C.) points out the fact that the buccin was a specific attribute of Poseidon, who used it to calm the violent waves.

Those features suggest that the buccin was generally associated with the divine. This explains why Curt Sachs states that the magical power of shells increases when they amplify the voice of the one who is praying (SACHS, 1940: 48).

This particular relation of the conch to water, which is both symbolic and religious, may also be interpreted with regard to its association to femininity and the moon (SACHS, 1940: 50). In this case, the connection is easily understandable, with the female menstrual cycle being related to tides, and these depending on the movement of the moon around Earth. This special relation is stressed by the fact that in a number of cultures, the buccin is considered as an attribute of deities of the moon. This is the case, as previously mentioned, of the god Visnu in India, and of the Aztec god Tlaloc (LIPPARINI, NEGRAZOBELE, 2003: 354). With these elements considered, it is thus not surprising that in the 50s the musical instrument was performed in Central Europe during thunderstorms (SACHS, 1940: 50).

Another evidence of how deeply the conch trumpet is associated to female rituals comes from the island of New Ireland in New Guinea (SACHS, 1940: 50), where the snail is exclusively performed during female ritual dances, and specifically by women who are pregnant for the first time. This particular association to water is of course not surprising, due to presence of liquid into the maternal uterus.

Actually, evidences exist of the conch trumpet being associated with either men or women, in different cultural contexts (SACHS, 1940: 49-50). In Madagascar for instance, people used to play the instrument when young boys were circumcised. For this reason, a woman who would see a conch trumpet being played is sentenced to death.

Trying to sum up the question of ethnographic contexts associated to both genders, Curt Sachs concludes that equal evidences of the instrument being related respectively to men, women, or both, are found world-wide. Thus, the trumpet can be used to accompany rites made to conjure up the dead, for healing illnesses, but also to warn of dangers.

This evidence reminds of the use of conch trumpets in European cultural context.

4.2.4. Heritage (and the future) of conch trumpets

It is rather difficult to be completely sure that conch trumpets are still currently being used. The main difficulty is indeed to discriminate true testimonies from rumours. In this regard, initiatives aiming to rediscover the particular heritage of the buccins are clearly of a great importance.

A few cases in Mediterranean Europe are particularly relevant within this context. Aturo Issei himself witnesses the use of *buccin* in Corsica at the beginning of 20th century (ISSEL, 1908: 658). Though, conchs blown as trumpets are also generically recorded in the Aegean, in Serbia, Croatia, Sardinia, and Majorca (CORTESE, DEL LUCCHESI, GARIBALDI, 2005: 92).

More specifically, evidence exists that conch trumpets were played at Camisacciola (Ischia Island) to chase thieves and birds from vineyards and gardens, while in Sicily they were recently used to gather fishermen and field labourers (SKEATES, 1991: 24).

The case of Liguria and Southern Piedmont is very special. Arturo Issei himself relates that instruments of this kind were performed during the week preceding Easter in San Lorenzo cathedral in Genoa, and in Chieri (Turin) (CORTESE, DEL LUCCHESI, GARIBALDI, 2005). In Western Liguria, one of the most recent evidences of the use of the conch trumpets being used to give signals dates at least to the end of 19th century. A snail of this kind has been blown aboard a boat called *Aiuto di Dio* ("God's help"), on the coast not far from Sestri Levante (Genoa) (DEL LUCCHESI, OLCESE, in press).

In Western Liguria, on the contrary, evidence exists of three distinct recent uses of conch trumpets. The first case, that of transhumance, is still witnessed in Mendatica (Imperia; GANDOLFI, 2008: 69; see also SKEATES, 1991: 24 for a general account on this custom), while it still existed in the Finalese area a few years ago (AAVV, 1997: 183-184). Between November and April of every year, sheep were moved and brought back daily from the villages to the pastures nearby. This was the *parija da vexenda*: a particularly chaotic transhumance due to the fact that the shepherds gathered the animals by playing the *cornu*, which is said to be the conch trumpet.

The second evidence is the custom named the *corni* (AAVV, 1997: 269-271; see **Figure 9**). This tradition whose evidence exists in the area of Val Pora Alta (Finalese, Savona), has a clear apotropaic significance. It consisted of playing the "snail trumpet" (or any other loud instrument) in the weeks preceding a widow's new wedding. In this case, the intent was to dismiss the spirit of the dead husband or wife, this way making the new union happier (AAVV, 1997: 269-271). Thus, it is clear that the use of the trumpet is deeply bound to the concept of fertility, as the few examples from the Pacific Ocean helped demonstrate (SACHS, 1940: 50).

What is even more interesting is that this tradition was subject to a number of rules, such as the duration of the "serenades", which should be approximately three nights, but technically had no limit, as the musicians should not stop playing until the widow decides offering them.

It should not come as a surprise that widows react in different ways to the special custom of the “corni”, in which tradition, pride and, perhaps, superstition meet. In fact, a few people do not appreciate being the object of this kind of “attention”, to the point that they pretend to take revenge for the sort of joke that the musicians do to them. Yet, the one who tries to follow the history of this tradition can sense that most of the people feel nostalgic for this custom, once so common, but which is most likely about to disappear.



Figure 9. shell trumpet manufactured at the beginning of XXth Century, belonging to Mario Dogali's family. The instrument was still recently played to perform the tradition of the “corni”. Picture by M. Olcese, 2014.

The last evidence which should be pointed out with particular regard to the future of the conch trumpet is that of the rites taking place in the Val Pora area (Savona, I), in Calice Ligure, Carbuta, Rialto and Vene. It appears very likely that this tradition may be a sort of echo of the “ritualized” noise imitating the clamour of the crowd during the Passion of the Christ. This custom originates from medieval sacred representations (STALLINI, 2011), and implies banning the use of bells during the liturgy throughout all the days of holy week. Bells being prohibited, other instruments were therefore performed instead, like the *raganelle*, made of wooden birches which were made to quickly knock against each other. The feeling is that, in a sort of way, the youth of Val Pora captured the heritage of this tradition. Indeed, on Fridays and Saturdays preceding Easter, groups of children “play” midday in the streets with musical instruments of all kinds; in fact, a few of them play the buccin (Mario Dogali and Gianluigi Canneto, personal communication).

Speaking of the youth naturally brings attention to contemporary evidence, which opens up new perspectives and interpretations of the use of conch trumpets. As previously emphasized, acquisition of spoken language and consciousness of rhythm imply the very same process, which are in both cases related to the transmission of a phenomenon previously identified as reproducible. The point of the process is, of course, communication, as an idea, a concept or feeling is transmitted.

This is also the reason why it seems so interesting to propose the use of natural trumpets of this kind, at institutions with the aim of using didactics.

A most interesting example is that of the workshop named *Viaggio Sonoro nella Preistoria* (“*Sonorous trip through Prehistory*”), first organized by the Archaeological Museum of the Finale (Finalborgo, Savona) during the 2014 edition of the *Festival dell’Inquietudine* (picture 10), but from now on transformed into a regular workshop, *Musica primitiva: giocare coi suoni* (“*Primitive music: play with sounds*”). Through this initiative, archaeology dialogues both with other disciplines, and through innovative ways of communicating.

The creator of the project, Danilo Raimondo, dedicated part of his life to manufacturing musical instruments using different materials, as the “shell trumpet”. Throughout the workshop, the visitors are invited to “explore” the instruments by touching, playing and hearing them. Within this initiative, the most interesting aspect is, of course, the experience through which a re-discovery of the object is proposed.



Figure 10. Danilo Raimondo plays the conch trumpet at the *Festival dell’Inquietudine*, ed. 2014, as his first performance at the Archaeological Museum of the Finale (Finalborgo, Savona, I). Picture by M. Olcese, 2014.

It would certainly be inappropriate to state that the workshop corresponds to experimental archaeology (which should be submitted to a scientific process of verification), or to demonstration (which exclusively aims to illustrate techniques and processes, and excludes interaction) (OLCESE, 2014: 38-39). Still, this seems to be bound to an approach as spontaneous and instinctive as that of play. Thus, initiatives of this kind represent a most accomplished expression of the instinct of imitation, which involves man exploring his own body and the world surrounding him, the aim being the acquisition of the different forms of language. In this way, music becomes an exceptional mean of communication. This is of course mostly true in the case of sounds produced by a wind instrument like the conch trumpet. As it amplifies human voice, the buccin becomes an extraordinary mean of expression through sound.

5. Conclusion

To conclude, it seems interesting to point out that an object like the conch trumpet is both enigmatic and charming. Musically speaking, gastropods have all the formal characteristics (their mantle has the form of a spiral, for instance) necessary to use them as wind instruments. However, asserting that archaeological remains demonstrate their use as musical instruments is rather difficult. This is because they are recovered in fragments, and they sometimes come from contexts which are not dated with great precision. Yet, the discoveries coming from the Finalese area (Savona, I) seem to express one of the most interesting attributes, that of the cut apex. Indeed, only a cut apex can be interpreted as proof of the use of those shells as trumpets.

Examining this kind of remains also allows an investigation into the cultural and economical relations existing between the areas North and South of the Alps, starting at least from the Ancient Neolithic period and emerging through the similar technique used to manufacture different kinds of artefacts with the shells belonging to the class of gastropods. This is a matter which greatly enriches this field of studies - but still does not bring answers. Indeed, one cannot be sure of the reasons behind the presence of entire shells - with the apex worked off, in Central Europe. Until now, it can only be suggested that Triton shells circulated within the cultural and economic network connecting the Mediterranean coasts to the mainland in the Early Neolithic period and later. However, it is not clear whether objects were imported entire, or already transformed into trumpets. In this perspective, the role of this particular site, the cave of the Arene Candide (Finale Ligure, Savona, I), may have been of primary importance, and likely that of a major manufacturing centre in Europe.

Throughout this paper, an attempt has been made to consider evidences from different epochs and different cultural areas.

Evidences from Minoan writings are extremely interesting, because they permit both an enquiry into the structure and the function of proper shell trumpets in antiquity, and into enigmatic evidences such as the reproductions of the very same objects. Those instances allow different interpretations of the use of gastropods in antiquity. Within this perspective, they may have functioned as *rythà* or ritual vessels.

It seems highly unlikely to determine without any source of doubt that archaeological remains of shells of this kind were played as trumpets. Still, the comparison with ethnographic evidences seems to allow to go in this direction.

Within this perspective there is, however, a contradiction. It is indeed true that archaeological evidences of shell trumpets are rare, fragmented and cannot easily be interpreted with a firm degree of certainty; this, of course, makes the comparison through ethnography even more helpful. Yet, it is difficult to make proper use of comparison through ethnography itself, because it is difficult to discriminate ethnographic evidences from anecdotes, especially when they are delivered orally.

Whatever can be said about the fact that gastropods were undoubtedly played as wind instruments, ethnographic evidences stress the deep symbolic value of these objects. Whether used to warn of dangers, or as a symbol with a strong apotropaic value, the buccin is an object to which great power strongly connected to femininity and moon cycle is awarded, to the point that the instrument becomes a proper attribute of the deities of water.

This particularly rich and complex symbolic value is most likely observable in the heritage which is captured - and transmitted - by new generations.

There is no doubt that the future of this instrument is uncertain and fragile, considering its memory is handed down orally. However, the fact that youth keep performing it during some particular occasions proves that hope for its future exists. In this perspective, the role of cultural institutions that propose initiatives addressing vulgarisation, but also didactics, is essential, as interactive workshops allow the history of this instrument to be enriched with more chapters. This is mostly because performing natural trumpets is strongly related to the acquisition of language and means of expression in general. Thus, shells transformed into trumpets continue giving voice to human voice.

Acknowledgements

This article intended to closely follow the subject of ethnographic evidences pointed out during the course of a research developed in collaboration with Angiolo Ugo del Lucchese (Soprintendenza per i Beni Archeologici della Liguria, Genoa, I). I wish to thank Dr. Del Lucchese for encouraging me to focus on such extraordinary instruments as the conch trumpets. This research originated at the Archaeological Museum of the Finale (Finalborgo, Savona I): I wish to stress how much my internship with this institution has been an interesting experience to me. I am grateful for that to the Director, Prof. Daniele Arobba, to the Curator, Dr. Andrea De Pascale and to Ms. Manuela Saccone, who is responsible for the service of Education.

I also express my gratitude to Prof. Nicola Cucuzza, A. P. of Aegean Antiquities at the University of Genoa (I), for giving me a number of extremely important references, with particular regard to evidences from the Aegean, thus allowing me to considerably enrich this perspective, as well as to Dr. Madeleine Leclair, Curator of the Department of Ethnomusicology, Ethnographic Museum of Geneva, and to Dr. Nigel Thew, Section d'archéologie et paléontologie, Office de la culture, République et Canton du Jura (CH)), for their precious advices. For sharing their experiences with me, my sincere thanks also go to Don Gianluigi Canneto, cleric in Finalborgo (Savona, I) and responsible for the diocesan archives in Savona (I), and to Sir Mario Dogali, from Calice (Finale Ligure, Savona, I), who has cultivated his passion for the conch trumpets throughout his life, constructing and performing them during the "corni". My thoughts and my affection go to Ms. Teresa Pasqua (Fédération Française de Musicothérapie) for wisely and delicately advising me, and to my dearest friend Joyce R.

BIBLIOGRAPHY

AAVV - **Storia e cultura contadina nell'Alta Val Pora**. A cura della Polisportiva Rialtese, 1997.

ÅSTRÖM, Paul, REESE, David S. - Triton Shells in East Mediterranean Cults. **Journal of Prehistoric Religion**. 3-4, 1990, p. 5-14. ISSN: 0283-8486.

BAURAIN, Claude, DARCQUE, Pascal - Un triton en pierre à Mallia. **Bulletin de correspondance hellénique**. ISSN: 0007-4217. Vol. 107, 1983, p. 3-73.

BORRELLO, Maria - Conchiglie e Archeologia, oltre 150 anni di ricerche. **Preistoria Alpina**. ISSN: 0393-0157. Suppl. 1, v. 40 (2004), 2005a, p. 15-18.

BORRELLO, Maria - Conchiglie nella Peistoria e nella Protostoria. **Preistoria Alpina**. ISSN: 0393-0157. Suppl. 1, v. 40 (2004), 2005b, p. 19-42.

BOURGET, Steve - **Les rois mochica: divinité et pouvoir dans le Pérou ancien**. Paris : Somogy, Genève: MEG, 2014. ISBN: 9782757208205.

CORTESE, Gian Enrico, DEL LUCCHESI, Angiolo Ugo, GARIBALDI, Patrizia - Charonia sp., uno strumento musicale del Neolitico? **Dentro la Conchiglia, i molluschi alla conquista del mondo**. Trento: Museo tridentino di Scienze Naturali, 2003. ISBN: 8853100028. p. 407-409.

CORTESE, Gian Enrico, DEL LUCCHESI Angiolo Ugo, GARIBALDI, Patrizia - Charonia sp., uno strumento musicale del Neolitico? **Preistoria Alpina**. ISSN: 0393-0157. Suppl. 1, v. 40 (2004), 2005, p. 91-96.

CUCUZZA, Nicola - Acqua e vani di culto a Creta nel TM III. **Kretes Minoidos. Tradizione e identità minoica tra produzione artigianale, pratiche cerimoniali e memoria del passato**. Padua: Aldo Ausilio ed., 2011, p. 373-382. ISBN: 9788861250758.

DARCQUE, Pascal - Les coquillages en pierre, en terre cuite et en faïence dans le monde égéen. **Bulletin de correspondance hellénique**. Vol. 107, 1983, p. 60-73. ISSN: 0007-4217.

DEL LUCCHESI, Angiolo Ugo, OLCESE, Martina - La buccina di Tritone, conchiglie sonore tra indagine archeologica ed etnografia. **Manuale di archeomalacologia**. Florence: Futuro Anteriore ed. in press.

DE PASCALE, Andrea - Osso, corno e conchiglia, lo sviluppo di una produzione artigianale specializzata. In. **Le guide del Museo Archeologico del Finale, il Neolitico**. Albenga: Istituto Internazionale di Studi Liguri ed., 2008, p. 51-53. ISBN: 9788886796422.

GANDOLFI, Daniela - **Civico di Palazzo del Parco, sezione archeologica. Arma di Taggia: comune di Diano Marina**, 2008. ISBN: 8886796331.

ISSEL, Arturo - Liguria Preistorica. **Atti della Società Ligure di Storia Patria**, XL, Genova: Società ligure di Storia Patria. 1908, p. 41-92.

ISSEL, Arturo - **Liguria geologica e preistorica**. Genoa: A. Donath ed., Volume 2, 1892.

NEGRA, Osvaldo, ZOBELE LIPPARINI Giovanna - Gasteropodi, bivalvi, scafopodi. **Preistoria Alpina**. Suppl. 1, v. 40 (2004), 2005, p. 9-14. ISSN: 0393-0157.

NEGRA, Osvaldo, ZOBELE LIPPARINI, Giovanna - **Dentro la Conchiglia, i molluschi alla conquista del mondo**. Trento: Museo di Scienze Naturali, 2003. ISBN: 8853100028.

MAIOLI, Walter - **Il suono e la musica**. Milan: Jaca Book ed., 1991. ISBN: 8816601108.

MOSSO, Angelo - **Le origini della civiltà mediterranea**. Milano: Treves, 1912.

OLCESE, Martina - Tra archeologia e antropologia. Intorno allo studio di Walter Cavallo, americanista. R *Ní d'Áigüra/ Il Nido d'Aquila*, **rivista di antropologia culturale e linguistica delle Alpi Marittime e dell'Appennino Ligure**. Year 30, n° 59/1, 2013, p. 61-64. ISSN: 1127-2295.

OLCESE, Martina - Archeologia sperimentale: tra ricerca e didattica. Il Museo Archeologico del Finale (Finalborgo, SV) e i suoi laboratori. R *Ní d'Áigüra/ Il Nido d'Aquila*, **rivista di antropologia culturale e linguistica delle Alpi Marittime e dell'Appennino Ligure**. Year 30, n° 60/2, 2014, p. 33-49. ISSN: 1127-2295.

PALAZZI, Paolo, PARODI Loredana, FALCETTI, Carlo, FRONDONI, Alessandra, MURIALDO, Giovanni - Archeologia urbana a Finalborgo (1997-2001). **Gli scavi nella piazza e nel complesso conventuale di santa Caterina. Archeologia Medievale**. Year 30, 2003, p. 183-242. ISSN: 978-1-313-89266-7.

PRIVITERA, Santo - Case e rituali a Creta nel periodo Prepalaziale. **Tripodes**, 9. Athens: Scuola Archeologica italiana di Atene, 2008. ISBN: 9789609839723.

SACHS, Curt - **The history of musical instruments**. New York: Norton e company ed., 1940: ISBN: 9780486452654.

SKEATES, Robin - Triton's trumpet: a Neolithic symbol in Italy. **Oxford Journal of Archaeology**. Vol. 10 (1), 1991, p. 17-31. Online ISSN: 1468-0092.

VELARDE, Leonid - Conchiglie marine, simbolo di prestigio e oggetti cultuali nell'America preispanica. **Dentro la Conchiglia, i molluschi alla conquista del mondo**. Trento: Museo tridentino di scienze naturali, 2003, p. 416-420. ISBN: 8853100028.

VELARDE, Leonid - Conchiglie marine, simbolo di prestigio e oggetti cultuali nell'America preispanica. **Preistoria Alpina**. Suppl. 1, v. 40 (2004), 2005, p. 115-124. ISSN: 0393-0157.

YOUNGER, John G. - **Music in the Aegean bronze age**. Jonsered: Paul Anstroms Forlag ed., 1998. ISBN: 9170811245.

